FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Análise dos Factores Socioterritoriais na Implementação dos Programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração (DDR) dos Ex-guerrilheiros na Província de Nampula: Caso do Distrito de Murrupula

Candidato: Isac José Alberto

Supervisora: Profª Doutora Inês Raimundo, PhD, UEM-Universidade Eduardo Mondlane

Co-Supervisor: Doutor Baltazar Muianga, PhD, UEM-Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Julho de 2026

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Análise dos Factores Socioterritoriais na Implementação dos Programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração (DDR) dos Ex-guerrilheiros na Província de Nampula: Caso do Distrito de Murrupula

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Eduardo Mondlane

Candidato: Isac José Alberto

Supervisora: Profª Doutora Inês Raimundo, PhD, UEM-Universidade Eduardo Mondlane

Co-Supervisor: Doutor Baltazar Muianga, PhD, UEM-Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Julho de 2026

Análise dos Factores Socioterritoriais na Implementação dos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos Ex-guerrilheiros na Província de Nampula: Caso do Distrito de Murrupula

Tese submetida à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade, tendo sido apreciada e aprovada pelo seguinte júri:

Presidente

Prof. Doutor Manuel Macia

Supervisora

Prof. Doutora Inês Raimundo

Co-supervisor

Doutor Baltazar Muianga

Arguente Externa

Prof. Doutora Nikkie Wiegink

Arguente Interno

Prof. Doutor Eduardo Sitoe

Arguente Interno

Prof. Doutor Carlos Cuinhane

Maputo, _____ de 2026

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Isac José Alberto, declaro, para os devidos efeitos, que a presente tese é fruto do meu trabalho autónomo e não foi submetida anteriormente para a obtenção de qualquer grau académico, nem apresentada em qualquer outro contexto institucional. Este trabalho é submetido no cumprimento dos requisitos exigidos para a atribuição do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade, pela Universidade Eduardo Mondlane.

_____

Isac José Alberto

DEDICATÓRIA

À memória dos meus pais, José Alberto e Rita Jaime, que descansem em Paz.

AGRADECIMENTOS

A concretização desta tese só foi possível graças ao apoio atento e generoso de diversas pessoas e instituições, cujo contributo reconheço com profunda gratidão.

À minha Supervisora, Profª Doutora Inês Raimundo, expresso sincero apreço pela orientação rigorosa, pela exigência intelectual e pelo constante incentivo ao longo de todas as etapas deste percurso, desde a elaboração do projecto de pesquisa, passando pela participação em conferências académicas nacionais e internacionais, até à publicação de artigos científicos. A sua confiança e dedicação foram determinantes para o amadurecimento do meu pensamento académico.

Ao co-Supervisor, Doutor Baltazar Muianga, agradeço o apoio crítico no tratamento sociológico da investigação, cujo olhar atento e contributos conceptuais enriqueceram substancialmente esta tese.

Agradeço igualmente aos facilitadores institucionais, com destaque para o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), pela colaboração institucional na recolha de dados. À Administração do Distrito de Murrupula, pela recepção e colaboração no estudo. A todos os ex-combatentes de Murrupula que, com generosidade, partilharam as suas histórias, deixo o meu mais profundo agradecimento, em especial, ao ponto focal do DDR, senhor Eusébio Muathuna Muhavuliua, pela disponibilidade e colaboração prestadas no terreno. Sem os seus testemunhos, este trabalho não teria alcançado a densidade humana e científica que se pretende.

Ao meu primo Hilário dos Santos, que carinhosamente nos chamamos de *Cousin*, agradeço pelo permanente estímulo intelectual e pela partilha de recursos e experiências fundamentais ao processo de escrita.

À minha esposa, Odete Leonardo, e às minhas filhas, Ludmila e Liliane, agradeço pela presença constante, pelo amor inabalável e pela paciência com que me acompanharam ao longo deste exigente trajecto. Esta conquista é também delas.

RESUMO

O presente estudo analisa os factores socioterritoriais que influenciam a implementação dos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) no Distrito de Murrupula, província de Nampula, em Moçambique. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, baseada no estudo de caso, procurando compreender de que modo as dinâmicas territoriais, institucionais e comunitárias condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, grupos focais, observação directa e análise documental. Os resultados mostram que a reintegração ocorre num contexto marcado pela fraca presença do Estado, forte dependência da agricultura de subsistência, limitações no acesso a serviços sociais básicos e baixa diversificação económica. Verificou-se que os ex-guerrilheiros recorrem a redes familiares e comunitárias como o principal suporte de reinserção, num processo informal que compensa de forma parcial a ausência de políticas públicas territorializadas. Para o suporte analítico, foi adoptado um modelo teórico-analítico composto pelas dimensões socioterritorial, governação multinível, desenvolvimento como liberdade e capital social, o que permitiu interpretar os resultados de forma integrada. Constatou-se que: (i) as condições territoriais influenciam directamente as oportunidades de reintegração económica; (ii) a fraca coordenação entre os níveis de governação limita a operacionalização do DDR; (iii) as restrições de acesso a recursos produtivos reduzem a autonomia económica dos ex-guerrilheiros; e (iv) as redes familiares assumem um papel fundamental, embora insuficiente, na reconstrução dos percursos de vida. Assim, concluiu-se que a eficácia do DDR em Murrupula depende da integração dos factores socioterritoriais, da coordenação institucional, da garantia das liberdades e do capital social, na formulação e execução das políticas públicas, assegurando respostas ajustadas às realidades locais. A investigação demonstra que a reintegração sustentável exige políticas económicas territorialmente ligadas, capazes de fortalecer o capital social existente e promover a inclusão produtiva dos ex-guerrilheiros como actores do desenvolvimento.

Palavras-chave: DDR; reintegração; ex-guerrilheiros; factores socioterritoriais; capital social; Moçambique.

ABSTRACT

This study analyses the socio-territorial factors influencing the implementation of Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programmes in the District of Murrupula, Nampula Province, Mozambique. Adopting a qualitative case study approach, the research examines how territorial, institutional and community dynamics shape the reintegration of former guerrilla combatants. Data were collected through semi-structured interviews, focus group discussions, direct observation and document analysis. The findings indicate that reintegration occurs within a context characterized by limited state presence, strong dependence on subsistence agriculture, restricted access to basic social services and low economic diversification. Former guerrilla combatants rely primarily on family and community networks as the main source of support for reintegration, in an informal process that only partially compensates for the absence of territorialized public policies. The analysis is guided by a theoretical-analytical model integrating socio-territorial dynamics, multi-level governance, development as freedom and social capital, enabling a comprehensive interpretation of the findings. The study reveals that territorial conditions directly shape economic reintegration opportunities; weak coordination across governance levels constrains DDR implementation; limited access to productive resources restricts economic autonomy; and family networks play a crucial, though insufficient, role in rebuilding livelihoods. The study concludes that the effectiveness of DDR in Murrupula depends on the integration of socio-territorial factors, institutional coordination, the expansion of substantive freedoms and the strengthening of social capital in public policy design and implementation. Sustainable reintegration requires territorially grounded economic policies capable of reinforcing existing social networks and promoting the productive inclusion of former guerrilla combatants as actors in local development.

Keywords: DDR; reintegration; former guerrilla combatants; socio-territorial factors; social capital; Mozambique.

ÍNDICE GERAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE I

DEDICATÓRIA II

AGRADECIMENTOS III

RESUMO IV

ABSTRACT V

ÍNDICE DE FIGURAS XI

ÍNDICE DE TABELAS XII

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS XIII

INTRODUÇÃO 1

1. Contexto do estudo 1

2. Problematização 6

3. Objectivos 8

3.1. Objectivo geral 8

3.1.2. Objectivos específicos 8

4. Hipóteses, enquadramento teórico e operacionalização 9

4.1. Formulação das hipóteses 9

4.2. Fundamentação teórico-conceptual das hipóteses 9

4.3. Operacionalização das hipóteses 10

5. Justificativa 12

6. Estrutura da tese 12

CAPÍTULO 1: REVISÃO DA LITERATURA 15

1.1. A reintegração: debate teórico nas dimensões individual, familiar e comunitária 15

1.2. Evolução dos programas DDR no contexto global 18

1.3. Eficácia dos subsídios em dinheiro no DDR 22

1.4. Liderança, rede de ex-guerrilheiros e reintegração 26

1.5. Limitações do DDR tradicional e adaptação aos contextos socioterritoriais 28

1.6. Governação e participação local em programas de reintegração 30

1.7. Guerra civil em Moçambique e os processos DDR 33
1.7.1. A RENAMO como actor político-militar 35
1.8. Do Acordo Geral de Paz de 1992 à implementação do DDR em Moçambique 38
1.9. Análise do protocolo IV do Acordo Geral de Paz (1992 - 2019) 40
1.10. DDR e o apoio internacional 42
1.11.O papel do Estado e das políticas públicas na implementação do DDR 45
1.12. Factores socioterritoriais e sua relevância no desenvolvimento local 46
1.13. Redes comunitárias, capital social, cultura e liderança tradicional na reintegração ... 51
1.14. O território como estrutura dinâmica na reintegração 54
1.15. As organizações religiosas e a sociedade civil como mediadoras do DDR 56
1.16. Justificação sobre a selecção de exemplos internacionais de DDR 59
1.17. Lacuna Identificada na Literatura 59
CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL 61
2. MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE INTEGRADO 61
2.1. Dimensão Territorial: espaço social e reintegração 61
2.2. Dimensão da Governação Multinível 62
2.3. Dimensão do Desenvolvimento como Liberdade 63
2.4. Dimensão do capital social 65
2.5. Definição de conceitos-chave 70
2.5.1. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração 70
2.5.2. Reintegração 71
2.5.3. Reintegração socioeconómica 72
2.5.4. Ex-guerrilheiros 73
2.5.5. Factores socioterritoriais 74
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO 77
3.1. Campo de análise: Distrito de Murrupula 77
3.2. Contextualização histórica e socioterritorial de Murrupula 79
3.2.1. Organização social e autoridades tradicionais 80

3.2.2. Murrupula no período pós-conflito 81
3.3. Perfil sociodemográfico dos ex-guerrilheiros em Murrupula 81
3.4. Natureza e desenho de investigação 84
3.5. Amostragem e participantes da investigação 86
3.5.1. Uso da técnica de conveniência: finalidade e momento de aplicação 86
3.5.2. Uso da técnica em bola de neve 87
3.5.3. Coerência da amostra com o estudo de caso 87
3.6. Critérios de inclusão e exclusão por grupo populacional 88
3.6.1. Critérios de inclusão para ex-guerrilheiros 88
3.6.2. Critérios de exclusão para ex-guerrilheiros 89
3.6.3. Critérios de inclusão para representantes do governo distrital 89
3.6.4. Critérios de exclusão para representantes do governo distrital 89
3.6.5. Critérios de inclusão para líderes e representantes da comunidade 90
3.6.6. Critérios de exclusão para líderes e representantes da comunidade 90
3.6.7. Critérios de inclusão para os membros de organizações da sociedade civil 90
3.6.8. Critérios de exclusão para os membros de organizações da sociedade civil 90
3.7. Saturação teórica e consolidação das categorias analíticas 91
3.8. Entrevistas semiestruturadas 93
3.9. Articulação entre as entrevistas com o estudo de caso 94
3.10. Temas centrais das entrevistas por grupo populacional 95
3.10.2. Representantes das comunidades receptoras 96
3.10.3. Membros do Governo Distrital 96
3.10.4. Organizações da sociedade civil 97
3.11. Observação direta 97
3.12. Discussão em grupos focais 99
3.13. Análise documental 101
3.14. Revisão da literatura 102
3.15. Procedimentos para a recolha de dados 102

3.16. Plano de análise de dados 103

3.17. Categorias e temas emergentes da análise 104

3.18. Análise de conteúdo 105

3.19. Coocorrência de códigos e interpretação 107

3.20. Análise do discurso 107

3.21. Ponto de convergência entre a análise de conteúdo e a análise do discurso 109

3.22. Questões éticas 110

3.23. Limitações da investigação e estratégias de superação 112

CAPÍTULO 4: DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REINTEGRAÇÃO DOS EX-GUERRILHEIROS EM MURRUPULA 114

4.1. Infraestruturas básicas: água e saneamento como elementos de reintegração 114

4.2. Vias de acesso 120

4.3. Habitação e os desafios da reintegração 123

4.4. Acesso à terra e reconfiguração do espaço rural 129

4.5. Importância da terra e da agricultura na reintegração social e económica 132

4.6. Acesso à saúde e desafios na reintegração 135

4.7. Educação e reintegração: obstáculos e consequências sociais 137

4.8. Comparação internacional da educação na reintegração 140

CAPÍTULO 5: REDES COMUNITÁRIAS, CAPITAL SOCIAL DOS EX-GUERRILHEIROS EM MURRUPULA 145

5.1. Relações sociais e aceitação comunitária na reintegração 145

5.2. Análise comparativa da aceitação social dos ex-guerrilheiros 150

5.3. Importância das redes familiares na reintegração 153

5.4. Organizações da Sociedade Civil e os limites do apoio social 155

5.5. Polarização política e os seus impactos na reintegração 158

CAPÍTULO 6: LIMITES DA REINTEGRAÇÃO ECONÓMICA NO DDR 162

6.1. Perspetivas da reintegração económica 162

6.2. Sustentabilidade da reintegração económica 165

6.3. Barreiras económicas 168

7. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES 171
8. CONCLUSÕES 175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 178
Apêndices 201
Apêndice 1: Guião de entrevista aos ex-guerrilheiros 202
Apêndice 2: Guião de entrevista aos membros da comunidade 203
Apêndice 3: Guião de entrevista aos membros do Governo Distrital 204
Apêndice 4: Guião de entrevista aos membros das OSC 205
Apêndice 5: Ficha de observação directa 206
Apêndice 6: Roteiro de observação directa 208
Apêndice 7: Guião para a discussão em grupos focais 209
Apêndice 8: Termo de consentimento livre e esclarecido 211
Anexos 212
Anexo 1: Credencial ao Governo do Distrito de Murrupula 213
Anexo 2: Credencial ao Conselho Cristão de Moçambique 214
Anexo 3: Credencial ao Instituto para a Democracia Multipartidária 215
Anexo 4: Lei do acordo de paz e reconciliação nacional 216

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Linha de tempo da paz e conflito em Moçambique (1992-2019) 42
Figura 2: Redes comunitárias e do capital social na reintegração dos ex-guerrilheiros 54
Figura 3: Modelo de análise integrado 67
Figura 4: Mapa de localização do distrito de Murrupula 78
Figura 5: Estratégia de amostragem 91
Figura 6: Agentes de moeda electrónica no mercado central de Murrupula 99
Figura 7: Ex-guerrilheiros reunidos antes duma sessão de discussão em grupos focais ... 100
Figura 8: Convergência metodológica entre a análise de conteúdo e de discurso 110
Figura 9: Evolução do número de fontes de água em Murrupula (2017-2021) 116
Figura 10: Latrina melhorada construída por um ex-guerrilheiro em Murrupula 118
Figura 11: Estrada de terraplanagem no distrito de Murrupula 122
Figura 12: Habitação de um ex-guerrilheiros com painéis solares 127
Figura 13: Machamba de mandioca cultivada por um ex-guerrilheiro em Murilo 133
Figura 14: Escola primária de Murilo 139
Figura 15: Comércio informal ao longo da estrada nacional n.º 1 163

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Operacionalização das hipóteses 11
Tabela 2: Programas DDR em diferentes contextos internacionais 21
Tabela 3: Principais fases do DDR em Moçambique 39
Tabela 4: Estrutura do modelo teórico-analítico 68
Tabela 5: Operacionalização de conceitos-chave 76
Tabela 6: Perfil sociodemográfico dos ex-guerrilheiros em Murrupula 84
Tabela 7: Indicadores de saúde em Murrupula 136
Tabela 8: Indicadores de educação em Murrupula 138
Tabela 9: Educação e reintegração de ex-combatentes: análise comparativa 142
Tabela 10: Comparação do ddr em murrupula (moçambique) e outros contextos 151
Tabela 11: Matriz de evidências empíricas 172

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACR - Agência Colombiana para a Reintegração

AGP - Acordo Geral de Paz

AMMAA - Arms Monitoring and Management Authority of Arms and Ammunition

AUC - Autodefesas Unidas da Colômbia

BIETPC- Comité Internético de Paz de Bowku no Gana

CAM - Comissão de Assuntos Militares

CCM - Conselho Cristão de Moçambique

CIP - Centro de Integridade Pública

DDR - Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento de Terra

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FARC - Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia

FPRN - Fundo de Paz e Reconciliação Nacional

FRELIMO - Frente de Liberdade de Moçambique

IMD- Instituto para a Democracia Multipartidária

INE - Instituto Nacional de Estatística

MADER - Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural

MAE -Ministério de Admiração Estatal

MONUA - Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

ONG's - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

ONUMOZ - Organização das Nações Unidas

ONUSAL - United Nations Observer Mission in El Salvador

OSC - Organizações da Sociedade Civil

RDRP - Rwanda Demobilization and Reintegration Programme

RENAMO - Resistência Nacional de Moçambique

SDDRP - Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração no Sudão

UNDP - United Nations Development Programme

UNTAG - United Nations Transition Assistance Group

INTRODUÇÃO

1. Contexto do estudo

A presente tese analisa os factores socioterritoriais que influenciam a implementação dos Programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos ex-guerrilheiros da Resistência Nacional de Moçambique, (RENAMO) em Moçambique, com enfase ao Distrito de Murrupula, na província de Nampula. Parte-se do pressuposto de que as dinâmicas locais, os recursos disponíveis, as redes sociais comunitárias e a configuração do território desempenham um papel fundamental na sustentabilidade dos processos de reintegração em situações pós-conflito. Ao valorizar o território como espaço socialmente construído, tal como argumentam Mozzato *et al*. (2014) e Halvorsen *et al*. (2019), o estudo analisa de que forma os factores socioterritoriais influenciam os resultados das políticas de reintegração, muitas vezes concebidas a partir de modelos genéricos e centralizados.

Para situar esta problemática, importa recordar que Moçambique é um país localizado na África Austral, que alcançou a sua independência em 1975 e, anos depois, foi assolado por um conflito armado que durou 16 anos (Newitt, 1995). O conflito moçambicano desenvolveu-se a partir da conjugação de factores internos e externos. A nível internacional, destacou-se o apoio da Rodésia do Sul e da África do Sul à RENAMO, o que contribuiu para a persistência da violência armada (Rocca, 1998). No contexto interno, apontam-se, como factores, as políticas centralizadas e excludentes associadas ao sistema de partido único, que criaram desigualdades e tensões sociais (Gujamo, 2016; Hanlon, 1996).

Embora o conflito tenha sido classificado como uma guerra civil (Newitt, 1995), as obras de Hanlon (1984, 1986) defendem que se tratou de uma guerra de desestabilização promovida por interesses externos. Por sua vez, Dinerman (2006) considera que as memórias sobre o conflito e a forma como são inscritas nos discursos oficiais indicam a existência de disputas em torno da legitimidade histórica e da identidade nacional.

A guerra civil afectou o país de forma desigual. Em algumas províncias, como Sofala, Manica e Nampula, os confrontos armados foram mais intensos, enquanto outras áreas funcionaram como corredores logísticos para o movimento de combatentes e de populações refugiadas (Vine, 2019). Este cenário territorial teve um impacto directo na distribuição dos deslocados internos e na organização dos campos de refugiados (Rodrigues & Migon, 2019; Gujamo, 2016).

No entanto, esta visão não é consensual. De acordo com Morier-Genoud (2000), embora certas regiões tenham registado níveis elevados de violência, o impacto da guerra foi generalizado, não apenas pelas acções militares, mas também pelos desgastes sociais, económicos e políticos vividos em todo o território nacional. Por sua vez, Cahen (1999) argumenta que a lógica da guerra se expandiu de forma descontinuada e irregular, alternando entre zonas de maior tensão e de relativa tranquilidade, o que dificultou o mapeamento uniforme das suas consequências.

A guerra terminou em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), estabelecido pela Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro. Este acordo representou um marco importante para a pacificação, pois criou condições para a transição multipartidária e possibilitou a implementação do primeiro programa de DDR, supervisionado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Wiegink, 2015; Adedokun, 2019).

A génese dos programas de DDR remonta ao final da Guerra Fria, tendo-se institucionalizado a partir de 1989, no âmbito das operações de paz das Nações Unidas, marcando o início de uma abordagem organizada para a estabilização de contextos pós-conflito (Muggah & O'Donnell, 2015; Humphreys & Weinstein, 2007). Inicialmente, estes programas eram concebidos como intervenções técnicas destinadas a pôr fim às hostilidades e permitir a retirada dos combatentes; mais tarde, passaram a assumir um papel central nas estratégias de estabilização pós-conflito (Humphreys & Weinstein, 2007).

A chamada "primeira geração do DDR" foi implementada em contextos como Moçambique, El Salvador e Namíbia, com base em modelos padronizados de desarmamento e redistribuição social dos combatentes (Muggah & O'Donnell, 2015). Com o tempo, a natureza dos conflitos evoluiu, passando a envolver milícias informais, grupos armados não estatais e estruturas híbridas de violência, o que obrigou os programas de DDR a adaptarem-se para além da lógica convencional. Como demonstra Cardenas Díaz (2018), a reinserção passou a exigir não apenas segurança física, mas também estratégias de inclusão social e económica.

No entanto, apesar da relativa estabilidade criada pelo AGP, a ausência de um plano abrangente de reintegração e a marginalização socioeconómica dos ex-guerrilheiros impediram a consolidação de uma paz sustentável (Rodrigues & Migon, 2019 ;Weimer & Buerno, 2020). As tensões entre a FRELIMO e a RENAMO persistiram ao longo dos anos

e intensificaram-se em 2013, com o ressurgimento da violência armada, evidenciando as fragilidades das estratégias de pacificação adoptadas desde 1992 (Vines, 2019; Brito, 2014).

Em resposta, um novo acordo de paz foi assinado em 2014, mas revelou-se insuficiente para pôr fim ao conflito, originando novas negociações em 2015 e 2016 (Weimer, 2019). Perante estes impasses, o Presidente Filipe Nyusi e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, optaram por uma nova vaga de diálogo, que resultou na assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, em 6 de Agosto de 2019 (Acordo de Maputo, 2019; Instituto para a Democracia Mutipartidária (IMD), 2020). Este novo acordo foi formalizado pela Lei n.º 11/2019, de 12 de Setembro, que estabeleceu directrizes para um novo programa de DDR, procurando assegurar a reintegração dos ex-guerrilheiros da RENAMO na sociedade (Vines, 2019; Weimer & Buerno, 2020).

No entender de Veloso (2018), para se alcançar uma paz definitiva exige-se a superação de obstáculos invisíveis, como o "iceberg" das desconfianças, rivalidades históricas e a fragilidade institucional do Estado, elementos muitas vezes ignorados nos acordos formais. O autor considera que a construção da confiança entre os actores em conflito deve estar ligada ao compromisso e ao interesse nacionais, bem como à segurança do Estado.

Complementando esta perspetiva, Veloso (2020) demonstra a importância do envolvimento de actores nacionais legítimos, com conhecimento aprofundado do contexto moçambicano, no processo de mediação. Para o autor, apenas uma liderança capaz de escutar e comprometida com soluções inclusivas poderá conduzir a uma paz duradoura e efectiva, que ultrapasse a simples cessação das hostilidades.

Os programas de DDR, além de garantirem a segurança, devem incorporar elementos de reconstrução social e económica, funcionando como base para uma paz duradoura (Knight, 2008a). Alguns estudos criticam estes programas por não promoverem a reintegração socioeconómica sustentável dos ex-guerrilheiros, o que resulta em impactos negativos a longo prazo.

Por exemplo, na África Ocidental, mais concretamente no Burundi, embora o programa tenha gerado benefícios económicos imediatos, os seus efeitos foram de curta duração, o que demonstra a ausência de estratégias sustentadas (D'Aoust *et al.*, 2016). Na Serra Leoa, os programas falharam na criação de oportunidades económicas adequadas, o que contribuiu para a marginalização de jovens e para a persistência da instabilidade (Peters, 2007). De igual modo, no Delta do Níger, a inexistência de alternativas económicas eficazes

comprometeu a paz, gerando momentos de instabilidade, corrupção institucional e retorno à violência armada (Aghedo, 2013). Este cenário reforça a necessidade de políticas mais consistentes e duradouras, que promovam justiça para as vítimas, integração social efectiva e um compromisso político com o desenvolvimento local.

Na África Austral, os programas de DDR também foram implementados, embora com resultados distintos. Por exemplo, na Namíbia, a missão United Nations Transition Assistance Group (UNTAG) cumpriu com sucesso o seu mandato de desarmamento e desmobilização. Em contrapartida, em Angola e em Moçambique, mesmo com a implementação de missões das Nações Unidas, como a United Nations Observer Mission in Angola (MONUA) e a United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ), os processos de reintegração apresentaram limitações, deixando lacunas na consolidação da paz (Dzinesa, 2012).

Já na África do Sul, o DDR pós-apartheid foi marcado por omissões relevantes. Os ex-guerrilheiros das forças não estatais foram excluídos do processo, o que exigiu alterações legislativas para garantir a sua inclusão (Van der Merwe & Lamb, 2009). Para estes autores, a definição restritiva de "actores armados" privilegiou apenas os membros das principais forças de libertação e das estruturas militares formais, desacreditando grupos informais envolvidos em actos de violência nas comunidades. Esta exclusão comprometeu os esforços de justiça e reconciliação locais. Estes exemplos confirmam a importância de abordagens inclusivas e adaptadas aos contextos locais, capazes de sustentar uma paz duradoura.

É neste contexto que Donais (2012) defende que a apropriação local é determinante para a sustentabilidade dos processos de reintegração, uma vez que estratégias concebidas sem considerar as dinâmicas territoriais específicas tendem a fracassar, resultando na marginalização dos ex-guerrilheiros e na permanência da instabilidade. Por sua vez, Halvorsen *et al.* (2019) sustentam que o território não deve ser entendido apenas como um espaço físico, mas como uma construção social e política, na qual as relações de poder e o acesso aos recursos condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros. Para Brandão (2019), as políticas públicas efectivas exigem abordagens territorialmente diferenciadas, a fim de evitar soluções uniformes que desconsiderem as desigualdades regionais e as capacidades locais de absorção da mão-de-obra.

Ao associar esta reflexão ao contexto moçambicano, constata-se que a ausência de uma estratégia territorialmente ajustada à implementação do DDR comprometeu a sua eficácia

ao longo do tempo (Weimer & Bueno, 2020). Por sua vez, Lalá (2010) considera que, no contexto pós-AGP, a implementação do DDR em Moçambique foi orientada por uma lógica de emergência, com enfoque em metas imediatas de estabilização e desmobilização, em detrimento da criação de uma política nacional de reintegração.

O conflito armado em Moçambique deve ser entendido como o resultado de um conjunto de factores estruturais, entre os quais se destacam as desigualdades territoriais, a exclusão política, a fraca presença do Estado em vastas zonas rurais e o acesso limitado a serviços públicos fundamentais. Estes elementos contribuem para a produção de tensões sociais, percepções de marginalização e fragilidade da coesão comunitária, criando condições propícias à mobilização político-militar. Após os processos formais de desarmamento e desmobilização, muitos destes factores persistem, afectando de forma particular os ex-guerrilheiros. Assim, a reintegração social e económica assume um papel primordial na prevenção da reprodução de dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade.

De forma complementar, McMullin (2004) argumenta que, embora o DDR moçambicano tenha prevenido um retorno imediato ao conflito, não consolidou uma reintegração efectiva, uma vez que muitos ex-guerrilheiros permaneceram integrados em redes informais vulneráveis ao conflito. Por sua vez, Wiegink (2015) demonstra que a ausência de mecanismos de integração económica conduziu à manutenção de estruturas militares informais no seio da RENAMO, particularmente na região centro do país.

Em concordância com esta perspetiva, Vines (2019) reforça que as crises políticas recorrentes e o ressurgimento da violência evidenciam o fracasso dos programas de DDR em eliminar as desigualdades regionais e a exclusão socioeconómica dos ex-guerrilheiros. Nestes termos, o estudo parte da premissa de que o sucesso do DDR em Moçambique depende da sua articulação com os factores socioterritoriais, promovendo uma reintegração sustentável assente na inclusão dos ex-guerrilheiros e no reforço da coesão social.

Importa referir que a presente investigação incide sobre o processo de DDR implementado na sequência do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, em 6 de Agosto de 2019. Assim, o estudo centra-se nos ex-guerrilheiros da RENAMO abrangidos por este processo de DDR, delimitando o seu objecto de análise ao contexto do Distrito de Murrupula. Esta delimitação permite distinguir a presente investigação dos programas de DDR desenvolvidos na sequência do Acordo Geral de Paz de 1992, que obedeceram a um contexto político, institucional e operacional distinto.

2. Problematização

A literatura sobre os Programas de DDR em Moçambique tem privilegiado especialmente as negociações políticas entre o Governo e a RENAMO, dando menor atenção às dinâmicas locais que moldam a vida quotidiana dos ex-guerrilheiros e das comunidades de acolhimento (McMullin, 2004; Wiegink, 2015). Embora o DDR tenha contribuído para evitar o retorno imediato ao conflito armado, muitos dos seus efeitos revelaram-se insustentáveis no longo prazo. Por exemplo, no Distrito de Nicoadala, Candieiro (2019) demonstra que os ex-guerrilheiros continuam sem acesso a emprego e a meios de subsistência adequados, devido ao desajustamento estrutural dos programas face às realidades locais. A referência a Nicoadala surge como evidência empírica disponível na literatura, permitindo demonstrar que estas limitações não constituem um fenómeno isolado, mas reflectem fragilidades estruturais do DDR em diferentes regiões do país.

Weimer & Bueno (2020) argumentam que o DDR em Moçambique foi concebido basicamente como um mecanismo de estabilização temporária, sem integração consistente nas estratégias de desenvolvimento territorial. Tal enquadramento favoreceu a dependência de apoios externos e deixou muitos ex-guerrilheiros fora dos circuitos formais de protecção social. Paralelamente, Lalá (2010) sustenta que as reformas de paz e reconciliação avançaram de forma limitada, devido ao fraco compromisso institucional e à reduzida capacidade de implementação, enquanto Coelho (2002) observa que a reconciliação permaneceu nos discursos, sem produzir processos sólidos de reintegração social e económica.

No presente estudo, a reintegração social é entendida como o processo através do qual os ex-guerrilheiros readquirem pertença social, económica e simbólica nas comunidades de acolhimento (Durkheim, 1999). Tal processo envolve dimensões individuais, como o acesso a meios de subsistência e o reconhecimento social, e dimensões colectivas, relacionadas com a capacidade da comunidade de reconstruir laços de confiança, partilha e cooperação. Como refere Coelho (2002), a reintegração apenas se concretiza quando os problemas enfrentados pelos ex-guerrilheiros passam a ser os mesmos problemas vividos pelos restantes membros da comunidade, ou seja, quando estes atingem um padrão de vida equivalente e participam plenamente nas dinâmicas locais de convivência e solidariedade.

Esta leitura articula-se com a perspectiva clássica de Durkheim (1999), segundo a qual a coesão social assenta em formas de solidariedade que ligam os indivíduos ao corpo social. Nas sociedades contemporâneas, a solidariedade assume um carácter orgânico, resultante da

interdependência funcional entre indivíduos e grupos. Assim, a reintegração dos ex-guerrilheiros implica a reconstrução dessas relações de interdependência económica, social e simbólica, que permitem a sua inserção completa nas redes locais de solidariedade.

O problema que se coloca não se resume ao simples retorno físico dos ex-guerrilheiros às comunidades, mas à possibilidade real de reconstrução de laços de pertença e cooperação. Quando as condições socioterritoriais, como o acesso desigual a recursos, o estigma político-partidário, a fraca inclusão em redes de apoio e a burocracia associada aos mecanismos de protecção social, impedem a consolidação dessas formas de solidariedade, a reintegração permanece incompleta. É precisamente esta tensão entre o pressuposto institucional de integração e a experiência social concreta dos ex-guerrilheiros que constitui o núcleo do problema de pesquisa analisado neste estudo.

O Distrito de Murrupula constitui um caso prototípico desta realidade. Tendo sido um dos principais focos de actuação da RENAMO desde a década de 1980, a memória do conflito influenciou as percepções locais sobre os processos de reintegração e reconciliação (Chaimite & Forquilha, 2015). As iniciativas de reintegração subsequentes ao Acordo Geral de Paz de 1992 não atenderam inteiramente às condições estruturais do Distrito, caracterizado por uma economia baseada na agricultura de subsistência, limitado acesso a serviços públicos essenciais e infraestruturas deficitárias (Tvedten *et al*., 2006; INE, 2023).

Os dados empíricos recolhidos comprovam que a ausência de políticas de reintegração ajustadas às realidades locais contribuiu para que, em 2013, grupos de ex-guerrilheiros anteriormente desmobilizados se reorganizassem e regressassem às matas, fixando-se na base de Napuco, em Namaita. A inexistência de suporte socioeconómico estruturado favoreceu a manutenção de redes político-militares e reforçou dinâmicas de exclusão territorial (Wiegink, 2015; Binenwa, 2016).

Muitos ex-guerrilheiros relatam o incumprimento de promessas relativas a projectos geradores de rendimento; denunciam estigma político no acesso a serviços públicos, apontam a excessiva burocracia no acesso às pensões e referem a não actualização dos respectivos valores. O funcionamento do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN) é entendido como complexo e pouco acessível, sobretudo para um público com baixos níveis de escolaridade, o que conduz à sua exclusão.

Embora o encerramento da base militar da RENAMO em Namaita, em Dezembro de 2021, constitua um marco institucional relevante (Manzoni, 2022), persistem constrangimentos

estruturais que limitam a reintegração[1] plena. Estes elementos reforçam a necessidade de associar os Programas de DDR às especificidades socioterritoriais locais, como condição para garantir a sustentabilidade económica e social das famílias reintegradas. Deste modo, a presente investigação procura responder à seguinte pergunta de pesquisa: *de que modo os factores socioterritoriais influenciam a implementação dos Programas de DDR no Distrito de Murrupula?*

3. Objectivos

3.1. Objectivo geral

Analisar a influência dos factores socioterritoriais na implementação do DDR dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula, Província de Nampula.

3.1.2. Objectivos específicos

Para este estudo, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Examinar a influência da dimensão territorial na implementação dos Programas de DDR em Murrupula, através do acesso à terra, à habitação, às infraestruturas básicas e aos serviços sociais, procurando compreender de que modo estes elementos condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros.

- Interpretar as percepções das comunidades locais, das lideranças tradicionais, das organizações da sociedade civil e dos agentes envolvidos na implementação do DDR sobre a aceitação dos ex-guerrilheiros em Murrupula, explorando de que modo as redes comunitárias, as relações de confiança e a participação institucional favorecem a sua reintegração.

- Avaliar os principais constrangimentos socioeconómicos enfrentados pelos ex-guerrilheiros no processo de reintegração, considerando o acesso às oportunidades económicas, aos recursos produtivos e às políticas públicas, procurando compreender de que modo estes factores influenciam a autonomia económica e a sustentabilidade da reintegração.

[1] Em todo o País, até Agosto de 2022, já haviam sido desmobilizados 3.558 ex-Guerrilheiros (156 mulheres e 3.402 homens), e encerrado 12 das 16 bases identificadas (Manzoni, 2022).

4. Hipóteses, enquadramento teórico e operacionalização

4.1. Formulação das hipóteses

H1- Hipótese positiva:

A eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros no âmbito das políticas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), no Distrito de Murrupula, aumenta quando a sua implementação incorpora, de forma integrada, os factores socioterritoriais, estruturados nas dimensões territorial, da governação multinível, do desenvolvimento como liberdade e do capital social.

H0 - Hipótese negativa:

A ausência de uma abordagem integrada dos factores socioterritoriais na implementação das políticas de DDR, no Distrito de Murrupula, compromete a eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros.

4.2. Fundamentação teórico-conceptual das hipóteses

As hipóteses formuladas assentam na literatura que reconhece a reintegração dos ex-guerrilheiros como um processo social, territorial e institucionalmente condicionado, cuja eficácia depende da articulação entre as características do território, a capacidade institucional, as oportunidades de desenvolvimento e as relações sociais estabelecidas nas comunidades de acolhimento. Nesta perspectiva, a implementação dos Programas DDR não pode ser compreendida apenas como um processo administrativo, devendo considerar os factores socioterritoriais que moldam as dinâmicas locais de reintegração.

No plano territorial, PRETTO & Battello (2016) defendem que a identidade socioterritorial influencia as formas de pertença, inclusão e reconstrução dos laços sociais. Na mesma linha, Lamalice & Klein (2016) argumentam que as dinâmicas territoriais condicionam as relações económicas e sociais, tornando indispensável a adaptação das políticas públicas às especificidades de cada contexto, em detrimento de modelos uniformes de intervenção.

No contexto africano e, particularmente, em Moçambique, Weimer & Bueno (2020) demonstram que a reduzida articulação entre os programas de DDR e as realidades locais compromete a sustentabilidade da reintegração. De igual modo, McMullin (2004) evidencia que os programas de DDR tendem a produzir resultados limitados quando ignoram as

condições territoriais, as infraestruturas disponíveis, as redes comunitárias e as oportunidades económicas existentes nos territórios de acolhimento.

A dimensão da governação multinível reforça esta perspectiva ao evidenciar que a eficácia das políticas de reintegração depende da coordenação entre os diferentes níveis de governação e da participação dos diversos actores envolvidos na sua implementação. Neste sentido, Muggah & O'Donnell (2015) defendem que a articulação entre instituições públicas, comunidades locais e organizações da sociedade civil favorece processos de reintegração mais sustentáveis e ajustados às realidades locais.

Por sua vez, a abordagem do desenvolvimento como liberdade, proposta por Sen (1999), permite compreender que a reintegração ultrapassa a mera disponibilização de apoios materiais, exigindo a criação de condições que ampliem as capacidades dos ex-guerrilheiros para desenvolverem meios de vida sustentáveis, participarem na vida económica e exercerem plenamente a sua cidadania.

Por último, Coleman (1988), Putnam (1993) e Binenwa (2016) demonstram que o capital social desempenha um papel determinante na reconstrução das relações de confiança, na aceitação comunitária e na mobilização de redes de apoio, elementos fundamentais para a consolidação da reintegração social e económica.

Deste enquadramento resulta a hipótese de que a eficácia da implementação dos Programas de DDR aumenta quando as políticas incorporam, de forma integrada, os factores socioterritoriais. Em sentido inverso, admite-se que a ausência desta abordagem integrada compromete a eficácia da reintegração, limitando a capacidade das políticas públicas para responder às especificidades dos contextos locais.

4.3. Operacionalização das hipóteses

A operacionalização das hipóteses consistiu na tradução do modelo teórico-analítico em dimensões, variáveis e indicadores empíricos passíveis de observação no contexto do estudo de caso. Este procedimento permitiu estabelecer uma ligação entre os pressupostos teóricos da investigação e a evidência empírica recolhida no Distrito de Murrupula, assegurando a coerência entre o quadro conceptual, as hipóteses e a estratégia metodológica.

Partindo do pressuposto de que os factores socioterritoriais constituem o conceito analítico central desta investigação, a sua operacionalização foi estruturada em quatro dimensões:

territorial, governação multinível, desenvolvimento como liberdade e capital social. Cada dimensão foi desdobrada em variáveis e indicadores empíricos, permitindo observar de que modo estes factores influenciam na reintegração dos ex-guerrilheiros.

A dimensão territorial foi analisada através de variáveis relacionadas com o acesso aos recursos e aos serviços essenciais, enquanto a governação multinível incidiu sobre a coordenação institucional e a participação dos diferentes actores envolvidos na implementação do DDR. A dimensão do desenvolvimento como liberdade centrou-se na inclusão económica e no acesso a oportunidades produtivas, ao passo que o capital social foi observado a partir das redes comunitárias, das relações de confiança e da aceitação social dos ex-guerrilheiros.

As mesmas dimensões serviram de referência para a análise da hipótese positiva (H1) e da hipótese nula (H0), diferenciando-se apenas pelo sentido da relação observada entre os factores socioterritoriais e a eficácia da reintegração. Enquanto a H1 pressupõe que a integração destas dimensões favorece a implementação das políticas de DDR, a H0 admite que a sua ausência ou fragilidade compromete a eficácia da reintegração.

A Tabela 1 sintetiza esta operacionalização, evidenciando a correspondência entre as dimensões analíticas, as variáveis, os indicadores empíricos e as técnicas de recolha de dados utilizadas na investigação.

Tabela 1: Operacionalização das hipóteses

Dimensão Analítica	**Variáveis**	**Indicadores Empíricos**	**Técnicas de Recolha**
Territorial	Acesso aos recursos e serviços	Terra, habitação, infraestruturas e serviços sociais	Entrevistas, observação directa, grupos focais e análise documental
Governação Multinível	Coordenação institucional	Participação dos actores e articulação institucional	Entrevistas e análise documental
Desenvolvimento como Liberdade	Inclusão económica	Oportunidades económicas, rendimento e acesso aos recursos produtivos	Entrevistas e análise documental
Capital Social	Integração comunitária	Redes comunitárias, confiança e aceitação social	Entrevistas e grupos focais

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir das hipóteses do estudo

5. Justificativa

A escolha deste tema resulta de uma motivação simultaneamente pessoal e académica. Por um lado, decorre do interesse em compreender, de forma crítica, os processos de reintegração dos ex-guerrilheiros em Moçambique, tendo em conta que grande parte da produção académica privilegiou uma leitura institucional e política do DDR, deixando em segundo plano as dinâmicas socioterritoriais que moldam a vida quotidiana destes actores. Por outro lado, a minha proximidade sociocultural ao contexto estudado, enquanto natural da província de Nampula e falante da língua Emakhuwa, facilitou o acesso ao campo e a construção de relações de confiança com os participantes, permitindo uma compreensão mais profunda das suas realidades e experiências.

Do ponto de vista académico, o estudo procura contribuir para o aprofundamento do debate sobre o DDR em Moçambique, introduzindo uma abordagem que privilegia a relação entre território, coesão social e reintegração. Ao articular a análise empírica com contributos teóricos das ciências sociais, o trabalho procura demonstrar que a reintegração dos ex-guerrilheiros não se limita à disponibilização de apoios económicos, mas implica igualmente a reconstrução de laços de pertença, solidariedade e participação comunitária. Deste modo, o estudo acrescenta uma leitura socioterritorial ainda pouco explorada na literatura nacional e internacional sobre processos de paz e reconciliação.

A relevância social da investigação assenta no potencial contributo para o desenho de políticas públicas mais inclusivas e territorialmente sensíveis. A identificação dos factores locais que condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros permite demonstrar as limitações dos actuais mecanismos de apoio e destacar a necessidade de estratégias que reforcem a coesão comunitária, reduzam o estigma político e promovam oportunidades económicas sustentáveis. Assim, o estudo pretende contribuir para o fortalecimento de um processo de reintegração dos ex-guerrilheiros que se ligue às especificidades socioterritoriais das comunidades onde são reintegrados.

6. Estrutura da tese

A presente tese está organizada em seis capítulos, incluindo a introdução e as conclusões. A Introdução apresenta o enquadramento geral da investigação, destacando a problemática de estudo, os objectivos geral e específicos, a relevância académica e social e uma breve descrição da metodologia adoptada. Também delimita o campo de análise e justifica a

escolha do estudo de caso, centrado na reintegração de ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula, província de Nampula, Moçambique.

O capítulo 1 apresenta a revisão da literatura e tem como finalidade sistematizar os principais contributos teóricos sobre o DDR e os factores socioterritoriais, com base em autores que analisam os desafios da reconstrução pós-conflito, políticas públicas, capital social e desenvolvimento local. Este capítulo identifica igualmente a lacuna teórica em relação à dimensão territorial, sustentando a necessidade de abordagens baseadas nas especificidades locais.

O capítulo 2, dedicado ao quadro teórico e conceptual, apresenta o modelo teórico de análise que orienta a interpretação dos dados empíricos. O modelo baseia-se numa abordagem estruturada em quatro dimensões analíticas: a territorial, a governação multinível, o desenvolvimento como liberdade e o capital social. Estas dimensões complementam-se para oferecer uma leitura abrangente dos processos de reintegração no contexto pós-conflito de Murrupula. Na segunda parte, são definidos os principais conceitos operacionais utilizados na pesquisa, nomeadamente DDR, reintegração, reintegração socioeconómica, ex-guerrilheiros e factores socioterritoriais, assegurando a coerência conceptual e metodológica da investigação.

O capítulo 3 descreve a metodologia do estudo, destacando os fundamentos epistemológicos que sustentam a opção por uma abordagem qualitativa, orientada para a compreensão aprofundada do fenómeno em análise. A investigação baseia-se na abordagem de estudo de caso, adoptada pela sua capacidade de explorar em profundidade o contexto socioterritorial de Murrupula e as dinâmicas que influenciam a reintegração dos ex-guerrilheiros no âmbito do processo de DDR.

Igualmente, o capítulo apresenta o campo de estudo, o perfil dos participantes e as técnicas de recolha e análise de dados, que incluem entrevistas semiestruturadas, grupos focais, observação directa e análise documental. Por fim, são descritos os princípios éticos e os desafios metodológicos enfrentados no trabalho de campo.

O Capítulo 4 inaugura a análise empírica da investigação, centrando-se na dimensão territorial da implementação dos Programas de DDR no Distrito de Murrupula. O capítulo analisa o acesso à terra, à habitação, às infraestruturas básicas e aos serviços sociais,

procurando compreender de que modo estes elementos influenciam a implementação destes programas.

O Capítulo 5 aprofunda a análise do papel das redes comunitárias e do capital social no processo de reintegração dos ex-guerrilheiros. Demonstra que a reintegração não se limita à disponibilização de apoios materiais, exigindo igualmente a reconstrução dos laços sociais, o reconhecimento simbólico e a aceitação pelas comunidades de acolhimento. O capítulo evidencia ainda a importância das redes de solidariedade local na consolidação da reintegração, particularmente em contextos caracterizados pela limitada presença do Estado.

O Capítulo 6 aprofunda a análise da dimensão do desenvolvimento como liberdade, centrando-se nos constrangimentos que condicionam a reintegração económica dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula. O capítulo evidencia que a sustentabilidade do DDR depende da criação de oportunidades económicas, do acesso aos recursos produtivos e do fortalecimento da autonomia económica. Parte do pressuposto de que a reintegração não se esgota no desarmamento ou no regresso às comunidades, exigindo condições que permitam aos ex-guerrilheiros reconstruir os seus projectos de vida e consolidar meios de subsistência sustentáveis.

Nas conclusões, são sintetizados os principais resultados da investigação à luz da pergunta de pesquisa, dos objectivos, das hipóteses e do modelo teórico-analítico adoptado. São igualmente discutidos os contributos teóricos e empíricos da tese, bem como apresentadas recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas de DDR, assentes na integração dos factores socioterritoriais na sua implementação. Por fim, são sugeridas linhas de investigação futura destinadas ao aprofundamento do conhecimento sobre os processos de DDR em Moçambique.

CAPÍTULO 1: REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre os processos de DDR em contextos pós-conflito, iniciando-se com o debate teórico em torno da reintegração enquanto processo social multidimensional, estruturado nas dimensões individual, familiar e comunitária. Esta abordagem permite superar concepções restritas da reintegração como simples etapa técnica subsequente à desmobilização, evidenciando o seu carácter relacional, simbólico e territorialmente situado.

Em seguida, o capítulo discute as principais formulações teóricas sobre o DDR, destacando as limitações dos modelos centrados exclusivamente na estabilização e na segurança imediata, por tenderem a negligenciar as dinâmicas sociais, económicas e institucionais de longo prazo. Analisa igualmente a experiência moçambicana à luz de casos internacionais seleccionados, nomeadamente da Serra Leoa, Angola, África do Sul e Colômbia, cuja escolha se justifica pelo seu valor comparativo e pelos contributos que oferecem para a compreensão dos desafios da reintegração em Moçambique. Por fim, identifica as principais lacunas da literatura, evidenciando a limitada integração dos factores socioterritoriais na análise da implementação dos Programas de DDR, fundamento que sustenta a construção do modelo teórico-analítico e a análise empírica desenvolvidos nesta investigação.

1.1. A reintegração: debate teórico nas dimensões individual, familiar e comunitária

A reintegração dos ex-guerrilheiros constitui um dos pilares fundamentais dos processos de DDR (Aghedo, 2013; Muggah & O'Donnell, 2015). A literatura especializada tem vindo a afastar-se de uma concepção restrita da reintegração como simples etapa técnica posterior à desmobilização, passando a assumi-la como um processo prolongado de reconstrução de identidades, laços sociais e meios de subsistência no interior de contextos territoriais específicos (Jennings, 2007; Torjesen, 2013). Nesta perspectiva, a reintegração pode ser analisada a partir de três níveis interdependentes, a saber: o individual, o familiar e o comunitário, que compõem as trajectórias de retorno à vida civil.

Na dimensão individual, a reintegração refere-se ao processo através do qual o ex-guerrilheiro abandona o estatuto militar e reconstrói a sua posição social enquanto cidadão. Este percurso envolve a aquisição de meios materiais de subsistência e a redefinição simbólica do eu, marcada pela transição de uma identidade armada para uma identidade civil. Torjesen (2013) salienta que a reintegração deve ser compreendida como uma experiência

vivida, na qual diferentes combinações de factores sociais, económicos e institucionais moldam os caminhos dos ex-guerrilheiros de forma diferenciada. Tal perspectiva implica reconhecer a capacidade individual de desenvolver estratégias adaptativas face às condições locais, ainda que estas sejam condicionadas por estruturas territoriais e políticas mais amplas.

A sociologia relacional permite aprofundar esta leitura. Para Granovetter (1990), a acção humana encontra-se sempre socialmente situada, sendo condicionada pelas redes de relações nas quais os indivíduos estão inseridos. Assim, a reintegração não corresponde a um percurso isolado, mas inscreve-se num campo de interdependências que regula o acesso ao trabalho, à terra, ao crédito e ao reconhecimento social. Portanto, a reintegração individual não se reduz à sobrevivência económica, mas envolve a reconstrução de percursos biográficos interrompidos pelo conflito, marcados por deslocações territoriais, rupturas familiares e estigmatização social.

A dimensão familiar constitui o segundo eixo estruturante da reintegração. Em muitos contextos pós-conflito, a família representa o primeiro espaço de acolhimento dos ex-guerrilheiros, funcionando como núcleo primário de protecção material, emocional e simbólica. Na perspectiva clássica de Durkheim (1999), a família integra os mecanismos elementares de coesão social, assegurando a transmissão de normas, valores e sentimentos de pertença. O regresso dos ex-guerrilheiros ao seio familiar permite a recomposição de laços interrompidos pela guerra e a reconstrução de identidades sociais ancoradas em papéis civis como agricultor, trabalhador informal, pai ou membro activo da comunidade.

Todavia, a capacidade integradora da família não é ilimitada. Como observa Durkheim (1999), a transformação das estruturas sociais e a fragilização dos laços tradicionais reduzem a eficácia da família enquanto instância exclusiva de integração. Em contextos marcados por pobreza, deslocações prolongadas e perda de recursos produtivos, a família pode constituir simultaneamente um espaço de acolhimento e de tensão, incapaz de assegurar a reinserção económica e social dos seus membros.

A terceira dimensão da reintegração é a comunitária, onde se jogam os processos de reconhecimento social, aceitação simbólica e inserção funcional no espaço local. Neste plano, a reintegração depende da capacidade dos ex-guerrilheiros de se integrarem nas redes sociais existentes, participarem em actividades colectivas e acederem a recursos distribuídos socialmente. Coleman (1988) define o capital social como o conjunto de relações, normas e

estruturas que facilitam a acção dos indivíduos, permitindo-lhes alcançar objectivos que não seriam possíveis de forma isolada.

Putnam (1996) distingue entre capital social de tipo *bonding*, associado a laços fortes e homogéneos, e capital social de tipo *bridging*, baseado em ligações mais amplas e heterogéneas. Aplicado à reintegração, este quadro permite compreender que, numa fase inicial, os ex-guerrilheiros tendem a apoiar-se em redes internas, constituídas por antigos companheiros de armas ou familiares próximos. Progressivamente, a consolidação da reintegração exige a construção de pontes sociais com a população local, as instituições comunitárias e os actores económicos.

Contudo, a reintegração comunitária é atravessada por dinâmicas de estigmatização, memória da violência e hierarquias simbólicas herdadas do conflito. Goffman (1963) demonstra que certos atributos sociais funcionam como marcadores de desqualificação, condicionando as interações quotidianas e produzindo exclusões. No caso dos ex-guerrilheiros, o passado armado tende a ser mobilizado como rótulo social, sobretudo em contextos onde as feridas do conflito permanecem abertas e se verifica a ausência de mecanismos públicos de mediação simbólica.

Numa leitura durkheimiana, a reintegração exige a transformação de uma identidade forjada em estruturas militares reguladas por normas de obediência e disciplina hierárquica numa identidade civil baseada na solidariedade social, cooperação e convivência. Todavia, quando o contexto socioterritorial é frágil e marcado por desigualdades no acesso a serviços públicos, estigma político-partidário e fraca institucionalização de mecanismos de protecção social, as condições para a reconstrução dessa solidariedade tornam-se limitadas, conduzindo a processos de reintegração incompletos (Wiegink, 2015; Weimer & Bueno, 2020).

No contexto moçambicano, Coelho (2002) propõe uma definição pertinente ao sustentar que a reintegração atinge o seu pleno significado quando os problemas vividos pelos ex-guerrilheiros passam a ser os mesmos problemas enfrentados pelos restantes membros da comunidade de acolhimento. Isto significa que a reintegração implica a convergência efectiva das condições de vida, do acesso a oportunidades e das responsabilidades sociais, constituindo-se como um processo relacional e socialmente mediado, e não apenas como um mecanismo técnico de compensação material.

Esta leitura converge com a literatura internacional sobre DDR. Autores como Knight (2008b), Muggah (2010a) e Torjesen (2013) salientam que a reintegração é um fenómeno multidimensional, articulando três dimensões interligadas: (i) a dimensão económica, ligada ao acesso a rendimento, emprego e autonomia produtiva; (ii) a dimensão social, referente à reconstrução de redes de confiança e pertença; e (iii) a dimensão simbólica, associada ao reconhecimento público e à superação do estigma ligado ao passado militar.

Contudo, a articulação entre as dimensões individual, familiar e comunitária permite conceber a reintegração como um processo social integrado, que não pode ser reduzido a indicadores administrativos ou económicos isolados. No plano individual, envolve a reconstrução da trajectória biográfica e da autonomia social; no plano familiar, pressupõe a recomposição dos laços primários de pertença; e, no plano comunitário, depende do capital social, do reconhecimento simbólico e da inserção nas redes locais.

1.2. Evolução dos programas DDR no contexto global

A gestão das transições pós-conflito tem evoluído ao longo das décadas, incorporando estratégias orientadas para o desarmamento de grupos armados, a dissolução de estruturas militares paralelas e a reintegração dos ex-guerrilheiros na vida civil (Torjesen, 2013). Esta evolução reflecte mudanças na forma como a comunidade internacional responde aos desafios da transição da guerra para a paz, adoptando uma abordagem mais abrangente, que integra, em simultâneo, medidas de segurança, reintegração económica e reconstrução social. As Nações Unidas defendem que os programas de DDR devem ser concebidos desde as fases iniciais das negociações de paz, articulando acções de curto, médio e longo prazo, com o objectivo de promover a inclusão produtiva dos ex-guerrilheiros e a coesão comunitária (United Nations, 2010).

Por sua vez, Onyima (2017) considera que o sucesso do DDR depende da adaptação ao contexto político e social em que é implementado. Muggah & O'Donnell (2015) observam que os modelos anteriores, embora eficazes na redução imediata da violência, foram limitados pela falta de continuidade e de ligação com o desenvolvimento local. Na óptica de Porto (2013), em países com conflitos prolongados, como Moçambique, os programas de DDR são implementados em cenários marcados por instituições políticas frágeis, pobreza e escassez de oportunidades económicas.

De acordo com Cavalcante (2010), no início, os processos de DDR eram conduzidos por meio de alianças políticas, e não por compromissos genuínos de reconstrução do pós-guerra. Com o fim da ordem bipolar, em meados da década de 1990, a ONU assumiu um papel mais activo na estabilização dos Estados frágeis. A transição das operações de manutenção da paz para as operações de consolidação da paz levou à formalização do DDR como componente-chave dessas missões (Berdal & Ucko, 2009).

Entre 1988 e 1992, a ONU liderou várias operações de manutenção da paz, alargando os objectivos dos programas de DDR para abranger não apenas o desarmamento e a desmobilização, mas também estratégias socioeconómicas destinadas à reintegração dos ex-guerrilheiros na vida civil (Humphreys & Weinstein, 2007). Nestes termos, a década de 1990 marcou a fase de institucionalização de programas de transição pós-conflito, na qual a ONU e outras organizações internacionais criaram padrões de intervenção em cenários que combinavam o desarmamento, a desmobilização e a reintegração social e económica de ex-guerrilheiros (Kaplan & Nussio, 2018).

No entanto, a aplicação de modelos genéricos em diferentes contextos revelou limitações no processo, resultando na persistência de conflitos e na marginalização de ex-guerrilheiros (Stankovic, 2015). A maioria dos programas implementados nesta fase deu prioridade à eliminação das armas, sem garantir o apoio psicológico e económico necessário para uma transição sustentável para a vida civil (Muggah & O'Donnell, 2015). Ademais, o crescimento de grupos armados informais e o recrudescimento da violência demonstraram que a falta de oportunidades económicas constituía uma das principais causas das fragilidades da paz (United Nations, 2010).

Em resposta a estas limitações, os programas de DDR têm sido continuamente aprimorados ao longo do tempo, incorporando iniciativas como formação profissional, financiamento e assistência psicossocial aos ex-combatentes, o que reflecte o reconhecimento da necessidade de políticas de longo prazo para garantir uma reintegração sustentável (Caramés & Sanz, 2009).

No caso de Moçambique, o DDR foi aplicado em dois momentos distintos, 1992 e 2019, sempre como resposta a ciclos de violência política e militar (Weimer, 2019). A Resolução 797[2] do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que instituiu a Missão das Nações

[2]A Resolução 797 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1992) instituiu a Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), encarregada de monitorizar o cessar-fogo, a desmobilização e a realização de

Unidas em Moçambique (ONUMOZ), esteve na base do primeiro DDR moçambicano, centrado na desmobilização e na inserção dos ex-guerrilheiros nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) (Coelho, 2002; McMullin, 2004).

Contudo, as limitações na reintegração económica e na inclusão social contribuíram para a persistência da instabilidade, exigindo o lançamento de novas iniciativas de paz. A trajectória dos programas de DDR em Moçambique demonstra que o seu sucesso depende de uma abordagem integrada, que combine segurança, reconstrução institucional e desenvolvimento sustentável, criando condições que evitem o retorno ao conflito (Weimer, 2019).

Segundo Caramés e Sanz (2009), a implementação do DDR não segue um modelo uniforme. Por exemplo, no Afeganistão e no Sudão, a prioridade foi dada ao desarmamento e à incorporação de grupos armados nas forças regulares, enquanto no Nepal e no Ruanda o enfoque recaiu sobre a reestruturação do sector da segurança e a estabilização política. Na Colômbia e em El Salvador, os processos envolveram a desmobilização de grupos paramilitares e guerrilheiros, acompanhada por estratégias de reintegração socioeconómica e reconciliação nacional (Caramés & Sanz, 2009; Phayal *et al*., 2015).

A Tabela 2 apresenta uma síntese de diferentes programas de DDR implementados em vários contextos internacionais, incluindo Moçambique. A comparação permite identificar os tipos de intervenção adoptados, bem como os principais desafios enfrentados em cada caso, contribuindo para a compreensão dos factores que influenciam a eficácia dos processos de reintegração.

eleições no âmbito do Acordo Geral de Paz (McMullin, 2004).

Tabela 2: Programas DDR em diferentes contextos internacionais

País	Programa	Tipo de intervenção	Principais desafios
Afeganistão	DDR Programme	Desmobilização de forças armadas no contexto da insurreição Talibã	Resistência de grupos locais e instabilidade política prolongada
Colômbia	AUC e FARC	Desmobilização de paramilitares e guerrilhas, com reintegração socioeconómica	Reincidência criminal e economia do narcotráfico
Nepal	AMMAA	Reintegração de ex-guerrilheiros do Exército Popular de Libertação	Falta de consenso político e disputas institucionais
Ruanda	RDRP	Reforma do sector da segurança e reintegração de ex-guerrilheiros	Tensões étnicas e aceitação comunitária limitada
Bósnia-Herzegovina	DDR Pós-Guerra dos Balcãs	Desmobilização e reintegração em contexto de fragmentação política	Fraca reconciliação social e apoio comunitário limitado
El Salvador	ONUSAL	Desmobilização monitorizada pela ONU após guerra civil	Constrangimentos económicos e fraca inserção laboral
Sudão	SDRP	Integração de grupos armados nas forças regulares	Persistência de conflitos armados
Moçambique	DDR	Desmobilização e reintegração de ex-guerrilheiros no quadro de acordos de paz	Desigualdades territoriais, estigma político, fraca inclusão económica e burocracia no acesso a pensões

Fonte: Elaboração própria com base em Caramés & Sanz (2009), Coelho (2002), Weimer (2019); Wiegink (2015) e UNDP/RDRP (2020).

A análise comparativa dos programas de DDR apresentados na Tabela 2 demonstra que os seus resultados variam em função dos contextos sociopolíticos e institucionais em que são implementados. Em países como o Afeganistão e o Sudão, a persistência de conflitos armados e a instabilidade política dificultaram a desmobilização efectiva e comprometeram a reintegração dos ex-combatentes, limitando o impacto das iniciativas adoptadas (Caramés & Sanz, 2009). Em contextos como a Colômbia e El Salvador, apesar da existência de processos formais de desmobilização, a fraca capacidade de inserção socioeconómica e a persistência de economias ilícitas contribuíram para fenómenos de reincidência e exclusão social (Muggah & O'Donnell, 2015; Kaplan & Nussio, 2018).

A literatura recente tem demonstrado que a transição da vida militar para a vida civil não constitui apenas um desafio económico ou institucional, mas envolve processos complexos de reconstrução social, política e simbólica. No caso do Nepal, Subedi (2018) demonstra que os programas de DDR enfrentaram dificuldades significativas quando ignoraram as

dinâmicas sociais das comunidades receptoras e as tensões políticas presentes no território. O autor argumenta que a reintegração não depende exclusivamente da disponibilização de recursos materiais ou de programas de formação, mas também da capacidade das comunidades de acolher os antigos combatentes, reconstruindo relações de confiança e redefinindo as suas posições sociais.

Em contextos como o Nepal e o Ruanda, a dimensão política e comunitária revelou-se igualmente determinante. A ausência de consenso institucional sobre o destino dos ex-combatentes, associada à persistência de tensões sociais e étnicas, comprometeu os esforços de reconciliação e de integração social, demonstrando que a reintegração não pode ser reduzida a mecanismos técnicos de desmobilização ou assistência económica (Caramés & Sanz, 2009; Humphreys & Weinstein, 2007; Subedi, 2018).

O caso de Moçambique apresenta algumas semelhanças com estes contextos, uma vez que a eficácia do DDR tem sido condicionada por factores estruturais como as desigualdades territoriais, o acesso limitado a serviços públicos, o estigma político associado aos ex-guerrilheiros e as dificuldades burocráticas no acesso a pensões e apoios económicos (Coelho, 2002; Wiegink, 2015; Weimer, 2019). Tal como observado noutras experiências internacionais, a ausência de políticas territorialmente sensíveis e de mecanismos eficazes de inclusão económica tem dificultado a reintegração plena, reforçando situações de vulnerabilidade social e fragilidade comunitária (United Nations, 2010).

Deste modo, os exemplos internacionais demonstram que a sustentabilidade dos programas de DDR depende da articulação entre segurança, inclusão económica, coesão social e capacidade institucional (Muggah & O'Donnell, 2015). É a partir deste enquadramento que o presente estudo analisa o caso do Distrito de Murrupula, procurando compreender de que forma os factores socioterritoriais influenciam os processos de reintegração dos ex-guerrilheiros.

1.3. Eficácia dos subsídios em dinheiro no DDR

Na execução de qualquer projecto de desenvolvimento, seja ele de natureza social ou económica, a utilização de recursos financeiros é indispensável para a concretização dos objectivos. No contexto do DDR, as compensações pecuniárias têm sido utilizadas como um mecanismo adaptável às necessidades dos ex-combatentes, tendo em conta a sua diversidade e aspirações individuais (Subedi, 2014). Esta abordagem revelou-se eficaz a curto prazo, facilitando a reintegração social e económica; no entanto, estudos indicam que, na ausência

de medidas complementares, como formação profissional, acesso ao crédito e inserção no mercado de trabalho, a estratégia de reintegração baseada em transferências monetárias tende a falhar, criando situações de vulnerabilidade entre os beneficiários (Muggah, 2010b; Willems & van Leeuwen, 2015).

A experiência de países como a Libéria e a Serra Leoa demonstrou que os subsídios financeiros, quando concedidos sem um plano concreto de reintegração, podem conduzir à dependência, comprometendo a estabilidade a longo prazo (Peters, 2007). Por outro lado, programas de DDR bem-sucedidos, como os implementados no Nepal e na Colômbia, evidenciaram que a articulação entre apoio financeiro e desenvolvimento de capacidades económicas favorece a autonomia dos ex-combatentes e reduz o risco de recorrência da violência (Phayal *et al*., 2015; Rios-Cardona *et al*., 2015). Ademais, a gestão desses fundos tem sido, em muitos casos, conduzida por organizações internacionais, governos nacionais ou organizações da sociedade civil, cuja actuação influencia os resultados, uma vez que a alocação inadequada de recursos pode comprometer a eficácia do processo e acentuar desigualdades na distribuição (Nações Unidas, 2010; Donais, 2012). Exemplos de sucesso podem ser observados no Burundi, onde os subsídios financeiros tiveram um impacto positivo na economia local, beneficiando não apenas os ex-combatentes, mas também as comunidades acolhedoras.

Esta abordagem gerou desenvolvimento económico a curto prazo e promoveu uma maior coesão social (D'Aoust *et al.,* 2016). Da mesma forma, em Moçambique, esta estratégia de reintegração foi utilizada através da atribuição de subsídios financeiros, que contribuíram para a revitalização da economia local e para o sustento das famílias dos ex-guerrilheiros (McMullin, 2004).

No entanto, existem limitações associadas a esta estratégia. Sharif (2018) argumenta que, nas economias pós-conflito, a ausência de competências, como a educação e a formação básica, entre os ex-combatentes constitui um desafio para a utilização eficaz dos subsídios monetários a longo prazo. Uma gestão inadequada dos recursos financeiros alocados à reintegração pode comprometer os objectivos de inclusão socioeconómica. É neste contexto que Rivera (2022) e McMullin (2013a) afirmam que a ausência de formação vocacional prejudica a utilização eficiente do apoio financeiro.

Na mesma linha de análise, Levin & Miodownik (2016); Bussmann (2019) e Brzoska (2005) apontam que, embora a abordagem financeira do DDR seja aplicada na maioria dos casos,

oferece apenas soluções imediatas, deixando de fora grande parte das preocupações dos ex-combatentes em contextos pós-conflito. Ao nível de África, mais concretamente na Nigéria, no âmbito do Programa Pós-Amnistia, foram introduzidos subsídios financeiros como estratégia de curto prazo para estabilizar o Delta do Níger, uma região marcada por conflitos ligados à exploração petrolífera (Ebiede *et al*., 2020). Apesar da sua eficácia na redução dos níveis de violência, os subsídios foram criticados por promoverem a dependência dos ex-combatentes em relação ao Estado. Essa dependência tem dificultado a transição para a autonomia económica, evidenciando a fragilidade de programas que não priorizam a formação profissional e a geração de rendimento.

De acordo com a Agência Colombiana para a Reintegração ACR, (2016), o processo de reintegração na Colômbia combinou subsídios financeiros com acções de formação profissional e apoio psicossocial. Contudo, a persistência de crises económicas, aliada à inexistência de estratégias sustentáveis de longo prazo, comprometeu a inclusão efectiva dos ex-guerrilheiros na vida económica e social.

De acordo com Vines (2019), os subsídios monetários, por si só, não garantem uma transição efectiva, exigindo políticas complementares de acesso à terra, emprego e inclusão social. Em Moçambique, a falta de monitorização tem resultado na utilização imediata dos apoios financeiros, limitando a sua aplicação em investimentos produtivos e enfraquecendo o programa (Weimer & Bueno, 2020).

Os modelos tradicionais de DDR, conhecidos pela lógica “armas-acampamentos-dinheiro” (*guns-camps-cash*), tendem a privilegiar soluções centralizadas e imediatistas, desajustadas aos contextos socioterritoriais locais (Knight & Ozerdem, 2004 ;Levin & Miodownik, 2016). A falta de formação profissional e de acompanhamento contínuo aos ex-combatentes tem sido associada à reincidência em comportamentos desviantes e práticas criminosas (McMullin, 2013a). Em contrapartida, Jennings (2007) argumenta que os incentivos financeiros só são eficazes quando acompanhados por estratégias que promovam o fortalecimento do capital social, favorecendo a estabilidade e a integração comunitária.

Assim, a efectividade dos subsídios monetários no DDR, como argumentam Weimer & Bueno (2020) e Levin & Miodownik (2016), depende não só do montante alocado, mas também da organização de políticas integradas que combinem assistência financeira inicial com medidas de empoderamento económico, inclusão social e desenvolvimento territorial.

Sem uma abordagem holística, os subsídios tendem a funcionar apenas como atenuantes, em vez de contribuírem para uma reintegração sustentável e uma estabilidade duradoura.

A análise da eficácia dos subsídios monetários no contexto do DDR revela que, embora esses mecanismos possam oferecer respostas imediatas e aliviar tensões a curto prazo, a sua sustentabilidade depende da articulação com políticas de formação profissional, inclusão económica e apoio psicossocial. Estudos de Muggah (2010c), Rivera (2022) e Weimer & Bueno (2020) demonstram que, quando os apoios financeiros são isolados, tendem a gerar dependência e frustrações; em contrapartida, quando integrados em estratégias de desenvolvimento territorial e capacitação, promovem a autonomia e a coesão social. Nestes termos, os subsídios devem ser compreendidos como uma ferramenta complementar, cuja utilidade só se concretiza num quadro institucional robusto e ajustado às dinâmicas locais.

Apesar de a literatura reconhecer que os subsídios monetários constituem um instrumento relevante para estabilizar contextos pós-conflito e aliviar necessidades imediatas dos ex-guerrilheiros, verifica-se que grande parte dos estudos tende a assumir uma relação linear entre apoio financeiro e reintegração social, ignorando a complexidade territorial, cultural e institucional que molda os resultados desses programas.

Autores como Muggah (2010b) e Bussmann (2019) alertam que os subsídios, quando aplicados de forma isolada, geram dependência e fragilidade estrutural; contudo, poucos trabalhos avançam para uma análise empírica aprofundada sobre como e por que essa dependência se constrói nos territórios. Do mesmo modo, a literatura que destaca experiências positivas, como no Burundi ou no Nepal, não discute os factores contextuais que permitiram o sucesso, como a robustez institucional, a confiança social ou a existência de economias locais dinâmicas (D'Aoust *et al*., 2016; Phayal *et al*., 2015).

Outrossim, observa-se uma tendência para privilegiar abordagens macroestruturais, em detrimento de análises microssociológicas que permitam compreender as trajectórias individuais dos ex-guerrilheiros e as dinâmicas de poder locais que condicionam o acesso, o uso e o impacto dos subsídios (McMullin, 2013a). A maioria dos estudos assume uma perspetiva normativa, defendendo a necessidade de associar os subsídios à formação e à inclusão económica, mas não discute os limites institucionais, políticos e culturais que, na prática, dificultam a implementação dessas medidas, sobretudo em contextos rurais marcados por precariedade económica e fraca capacidade estatal.

Neste sentido, persiste uma lacuna importante: compreender em que medida os subsídios financeiros podem contribuir para a reintegração apenas quando incorporados em estratégias territorialmente ligadas e sensíveis às redes comunitárias e ao capital social existente (Levin & Miodownik, 2016; Weimer & Bueno, 2020). É precisamente neste ponto que o presente estudo procura avançar, ao analisar criticamente a eficácia dos apoios financeiros no contexto socioterritorial de Murrupula, contribuindo para um debate ainda pouco explorado na literatura sobre o DDR em Moçambique.

1.4. Liderança, rede de ex-guerrilheiros e reintegração

A reintegração de ex-guerrilheiros em sociedades pós-conflito representa um dos principais desafios para a consolidação da paz. Entre as estratégias adoptadas, destaca-se o desmantelamento das redes de comando militar que sustentam os grupos armados, medida que visa impedir a reorganização desses combatentes sob a liderança anterior, reduzindo o risco de reincidência da violência (Muggah & O'Donnell, 2015; Kilroy & Basini, 2018). Nesse contexto, a dissolução das hierarquias militares tem sido utilizada com o objectivo de enfraquecer o controlo das lideranças sobre os seus subordinados, de modo a facilitar a transição para a vida civil (Folami, 2016).

A separação entre os comandantes e os ex-combatentes é considerada um passo fundamental para a reintegração na sociedade, reduzindo os riscos de retaliação e conflitos posteriores (Kaplan & Nussio, 2018). No entanto, a eficácia de tal estratégia depende de um conhecimento profundo das redes sociais e dos contextos históricos das comunidades afectadas (Wiegink, 2015). Experiências internacionais demonstram que o DDR pode contribuir para a estabilidade ao desmantelar lideranças que usam a violência como instrumento de tensão política, eliminando a possibilidade de reorganização de indivíduos anteriormente desmobilizados (Cardenas Díaz, 2018; Adinoyi, 2015).

Uma abordagem frequentemente utilizada é a dispersão geográfica dos ex-combatentes para as suas comunidades de origem, impedindo-os de voltar a juntar-se sob as mesmas lideranças (Themnér & Karlén, 2020). No entanto, esta prática revelou-se ineficaz em contextos como a República Democrática do Congo, onde os ex-guerrilheiros dispersos se reorganizaram em novos grupos rebeldes e assumiram o controlo de comunidades vulneráveis (Sharif, 2018). Mesmo quando geograficamente distantes, as experiências colectivas de guerra podem revelar-se mais fortes do que as antigas hierarquias, mantendo a coesão do grupo e dificultando a sua reintegração na sociedade (De Vries & Wiegink, 2011; Okonofua, 2016).

Embora a dissolução das redes de liderança possa ser eficaz a curto prazo, a sustentabilidade da paz exige que os programas de DDR sejam adaptados às especificidades socioterritoriais de cada contexto. A desmobilização não pode ser tratada apenas como uma medida administrativa, mas deve ser acompanhada por estratégias de reintegração socioeconómica (Muggah & O'Donnell, 2015; Kilroy & Basini, 2018). Nesse sentido, Galán (2020) defende que os programas de DDR devem ir além da separação física dos ex-combatentes, apostando na desconstrução das redes que sustentam os grupos armados. O autor reitera que o desmantelamento destas redes é fundamental para evitar o regresso da violência.

Em Moçambique, o processo de DDR mostrou que muitos dos ex-guerrilheiros mantiveram os seus laços com as suas antigas redes militares (De Vries & Wiegink, 2011). Estes laços influenciaram não só na sua reintegração social e económica, mas também no equilíbrio político do país (Wiegink, 2015). No entanto, a exclusão desses grupos no acesso aos recursos e outras políticas de desenvolvimento no período pós-Acordo Geral de Paz contribuiu para o surgimento de novos conflitos (Weimer, 2019).

O desligamento dos ex-combatentes às suas antigas bases foi uma estratégia adoptada no Burundi e na República Democrática do Congo, com o objectivo de evitar a reorganização de grupos armados (D'Aoust *et al*., 2016; Sharif, 2018). No entanto, a ausência de oportunidades económicas e sociais descredibilizou esta estratégia, demonstrando que o DDR precisa incorporar mecanismos sustentáveis de reintegração, a fim de prevenir a marginalização e a recorrência da violência (Knight & Özerdem, 2004; Levin & Miodownik, 2016). Contudo, para evitar a reorganização das estruturas dos ex-combatentes e voltar conflito, os programas de DDR devem considerar as dinâmicas socioterritoriais dos locais de implementação, promovendo a integração das redes dos ex-combatentes no tecido social e económico das comunidades (Alberto & Raimundo, 2024; Galán, 2020).

Apesar de a literatura reconhecer a relevância do desmantelamento das redes de liderança militar como estratégia de prevenção de novas mobilizações armadas, muitos estudos tendem a assumir, de forma quase linear, que a separação entre comandantes e ex-guerrilheiros conduz à reintegração social e à estabilidade (Muggah & O'Donnell, 2015; Kaplan & Nussio, 2018). Esta leitura revela-se limitada, pois não tem em consideração que as redes de ex-guerrilheiros não são apenas estruturas militares, mas também redes sociais, económicas e simbólicas que, em muitos contextos, constituem a principal fonte de protecção, identidade e sobrevivência para os desmobilizados (De Vries & Wiegink, 2011). Assim, a simples dissolução das hierarquias formais pode fragilizar os indivíduos sem

oferecer alternativas concretas de inserção, contribuindo para a formação de novas organizações armadas, como demonstrado na República Democrática do Congo (Sharif, 2018).

Contudo, uma parte significativa da literatura adopta uma perspectiva normativa e securitária, centrada na contenção do risco de violência, em detrimento de uma análise sociológica mais profunda das interacções quotidianas, dos laços de lealdade e dos factores territoriais que influenciam a reintegração. Por exemplo, poucos estudos discutem as ambiguidades do papel das antigas lideranças, que tanto podem reproduzir dinâmicas de controlo e violência como podem funcionar como mediadoras na negociação de espaços de inclusão social e económica (Wiegink, 2015). De igual modo, permanece pouco discutido o modo como o Estado e as políticas públicas interagem com essas redes.

1.5. Limitações do DDR tradicional e adaptação aos contextos socioterritoriais

A reconstrução de sociedades afectadas por conflitos armados exige não apenas a cessação das hostilidades, mas também a implementação de estratégias abrangentes de reintegração social e económica dos ex-combatentes (Berdal & Ucko, 2013). A experiência internacional demonstra que, quando estes indivíduos enfrentam obstáculos no acesso à economia formal ou encontram resistência por parte das comunidades receptoras, tornam-se particularmente vulneráveis à exclusão social, situação que pode favorecer a emergência de novos ciclos de violência (Colletta *et al*., 1996). Estas limitações evidenciam a necessidade de adaptar os programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) às especificidades socioterritoriais de cada contexto, reconhecendo o papel das redes sociais, das instituições locais e dos recursos disponíveis no território como factores determinantes para a eficácia do processo de reintegração (Alberto & Raimundo, 2024).

Diversos estudos destacam que a exclusão socioeconómica constitui um dos principais obstáculos à reintegração sustentável. Themnér & Karlén (2020) argumentam que a marginalização económica dos ex-combatentes não apenas dificulta a sua integração social, como também pode contribuir para a perpetuação de contextos de instabilidade política e insegurança. De forma semelhante, Muggah (2005) observa que o modelo convencional de DDR, aplicado em diferentes contextos da África Ocidental e do Sudeste Asiático, frequentemente falhou em garantir uma reintegração duradoura, resultando em situações persistentes de marginalização e vulnerabilidade social.

Neste sentido, Muggah (2005) adverte que muitos programas de DDR foram concebidos com base em modelos padronizados, pouco sensíveis às especificidades socioterritoriais dos contextos em que são implementados. A aplicação de abordagens genéricas tende a ignorar as dinâmicas sociais locais, as estruturas de poder existentes e as formas de organização comunitária, factores que influenciam directamente os resultados da reintegração. Esta crítica é reforçada por Themnér & Karlén (2020), para quem a exclusão socioeconómica dos ex-combatentes compromete não apenas a sua integração individual, mas também a estabilidade social das comunidades onde regressam.

Experiências empíricas em diferentes contextos pós-conflito ilustram estas limitações. No Burundi, por exemplo, o programa de DDR implementado foi criticado por deixar muitos ex-combatentes em situação de pobreza, sem oferecer oportunidades reais de reintegração social e económica (D'Aoust *et al*., 2016). Situação semelhante foi identificada por Candieiro (2019), que demonstra que a ausência de apoio continuado após a desmobilização contribui para a reprodução de ciclos de exclusão e precariedade entre antigos combatentes.

Mais recentemente, a literatura tem apontado para a necessidade de reformular os modelos tradicionais de DDR. Segundo Suárez & Baines (2022) e Muggah & O'Donnell (2015), as abordagens mais recentes procuram integrar dimensões políticas, económicas e comunitárias, reconhecendo que a reintegração deve envolver não apenas os ex-combatentes, mas também as comunidades onde estes se inserem. Em países como a República Centro-Africana, a Líbia e o Mali, alguns programas passaram a articular o DDR com estratégias mais amplas de reconstrução institucional e desenvolvimento económico, reconhecendo a complexidade das dinâmicas pós-conflito (Muggah & O'Donnell, 2015). Estes exemplos evidenciam a importância de considerar os factores socioterritoriais, evitando tratar os ex-combatentes como actores isolados, mas antes como parte integrante dos processos de reconstrução social (Alberto & Raimundo, 2025).

Nesta linha de reflexão, Subedi (2018) argumenta que muitos programas de reintegração pós-conflito adoptam uma abordagem mais técnica, virada na desmobilização e na reinserção económica imediata dos ex-combatentes, negligenciando as dimensões sociais, políticas e territoriais do processo. A análise do caso do Nepal demonstra que a ausência de uma participação efectiva das comunidades no desenho das estratégias de reintegração gerou tensões locais e dificuldades de aceitação social dos antigos combatentes. Para o autor, a reintegração deve ser compreendida como um processo multidimensional que envolve não

apenas os indivíduos desmobilizados, mas também as comunidades e instituições que estruturam o território.

Assim, as limitações observadas nos modelos tradicionais de DDR evidenciam a necessidade de abordagens mais sensíveis às especificidades socioterritoriais de cada contexto. Como salientam Muggah (2005) e Themnér e Karlén (2020), a aplicação de modelos genéricos, desajustados das realidades locais, tende a comprometer a eficácia dos processos de reintegração e a perpetuar situações de exclusão socioeconómica. A análise comparativa de diferentes experiências internacionais demonstra que a ausência de apoio continuado e a falta de articulação com estratégias de desenvolvimento económico e social podem fragilizar a consolidação da paz. Neste sentido, a reconceptualização do DDR, defendida por autores como Suárez e Baines (2022) e Alberto e Raimundo (2024), pressupõe a integração de dimensões políticas, económicas e comunitárias, reconhecendo os ex-combatentes como actores relevantes nos processos de reconstrução social e territorial.

1.6. Governação e participação local em programas de reintegração

A reconstrução das sociedades pós-conflito exige um modelo de governação que concilie a autoridade do Estado com o envolvimento activo das comunidades locais (Aganah, 2023). De acordo com este autor, a descentralização dos programas de reintegração pode conferir maior legitimidade e trazer mais benefícios ao processo. A participação da comunidade na formulação e implementação do DDR contribui para a aceitação dos ex-combatentes, resolve tensões sociais e fortalece a coesão social (Willems & van Leeuwen, 2015; Alberto & Raimundo, 2024). A experiência do Comité Interétnico de Paz de Bawku (BIEPC), no Gana, exemplifica essa abordagem, mostrando que a inclusão de líderes locais na tomada de decisões favorece a resolução pacífica de conflitos e aumenta a eficácia dos programas de reintegração (Aganah, 2023).

Por outro lado, quando os programas seguem um modelo centralizado, verifica-se um distanciamento entre as políticas nacionais e as realidades socioterritoriais, o que pode comprometer a sua implementação e aceitação (Pagotes, 2018). Para este autor, quando as fases de formulação e implementação das políticas seguem o modelo *top-down*, sem a participação da população-alvo, os resultados tendem a ser limitados. Este modelo tem sido criticado por não considerar as particularidades sociais e culturais dos territórios onde é aplicado (Freire, 2015).

O caso moçambicano demonstra que as dificuldades enfrentadas pelo DDR de 1994 resultaram do facto de ter sido implementado sob forte controlo estatal, limitando a participação das comunidades no processo decisório e reduzindo a sua apropriação local (Lalá, 2005). Essa abordagem criou a percepção de que o DDR era uma política de imposição externa, afastada das necessidades concretas das populações (Swarbrick, 2007). Face a isso, a dependência do financiamento internacional comprometeu a sua sustentabilidade, tornando-o vulnerável a flutuações políticas e económicas (Vines, 2019). Embora algumas iniciativas locais, como as cerimónias tradicionais de reconciliação, tenham sido adoptadas, a ausência de estratégias de segurança económica tem dificultado a reintegração efectiva dos ex-guerrilheiros (Lalá, 2010).

A comparação entre diferentes modelos de DDR implementados demonstra que os programas descentralizados tendem a ser mais eficazes na reintegração dos ex-combatentes. Em contextos onde se implementa a governação participativa, como no Gana e na Serra Leoa, a maior proximidade entre os gestores do DDR e as comunidades receptoras contribuiu para uma maior aceitação dos ex-guerrilheiros e para uma adaptação mais flexível das políticas locais (Schia *et al*., 2010).

Na mesma linha de reflexão, Knight (2008b) afirma que o DDR depende da confiança da população nas instituições responsáveis pela pacificação. A abordagem das Nações Unidas, muitas vezes criticada pela sua excessiva padronização, revelou dificuldades em garantir um envolvimento profundo das comunidades no processo de reintegração (Freire, 2015). Assim, o reforço da governação participativa, a integração de mecanismos de monitorização eficazes e a adaptação das políticas públicas às realidades locais constituem elementos-chave para consolidar um DDR mais eficiente e sustentável. Esta realidade é corroborada pelo que ocorreu na região do Sahel e na República Centro-Africana, onde os fracos resultados do DDR contribuíram para o fortalecimento de grupos armados que exploraram a fragilidade do Estado para expandir as suas operações (Muggah, 2005).

A eficácia dos programas de reintegração em contextos pós-conflito está condicionada pela qualidade da governação e pela participação local. A literatura e as experiências em países como o Gana e a Serra Leoa indicam que modelos descentralizados, que envolvem as comunidades e os líderes locais de forma activa, promovem maior aceitação dos ex-combatentes (Aganah, 2023; Willems & van Leeuwen, 2015; Alberto & Raimundo, 2024).

Em contrapartida, abordagens centralizadas e padronizadas, como no caso moçambicano, mostraram-se limitadas, tanto pela sua fraca adaptação às realidades locais como pela excessiva dependência de financiamento externo, comprometendo a apropriação comunitária e a sustentabilidade das iniciativas (Lalá, 2005; Vines, 2019). Neste sentido, o envolvimento participativo, aliado à adaptação contextual das políticas e à confiança nas instituições, é fundamental para consolidar um DDR eficaz, capaz de prevenir a marginalização e o ressurgimento de grupos armados, como se verificou na região do Sahel e na República Centro-Africana (Muggah, 2005; Schia *et al*., 2010).

Embora a literatura aponte de forma consistente que a descentralização e a participação comunitária aumentam a legitimidade e a eficácia dos programas de DDR (Aganah, 2023; Willems & van Leeuwen, 2015), verifica-se que muitos destes estudos adoptam uma leitura normativa, assumindo que a governação participativa conduz automaticamente a melhores resultados. Esta abordagem tende a simplificar a complexidade dos contextos pós-conflito, ignorando que a participação local pode coexistir com relações de poder assimétricas, capturas políticas e dinâmicas clientelistas que, em certos casos, reforçam desigualdades e excluem os ex-combatentes mais vulneráveis.

Por outro lado, a crítica dirigida aos modelos centralizados nem sempre considera que, em contextos marcados por instituições frágeis, a coordenação estatal é necessária para evitar a fragmentação, conflitos entre actores locais e incoerência de políticas. A literatura raramente problematiza os riscos da "hiper-localização" das políticas, como a desigualdade territorial, a competição por recursos ou a legitimidade contestada das lideranças tradicionais (Lalá, 2005; Schia *et al*., 2010). Do mesmo modo, a ênfase na participação comunitária tende a romantizar as comunidades locais, tratando-as como espaços homogéneos e consensuais, quando, na realidade, estas podem reproduzir tensões históricas, estigmas políticos ou divisões étnicas que condicionam a reintegração.

Por fim, constata-se que muitos estudos recuperam a narrativa de que o fracasso do DDR decorre sobretudo da falta de participação local, mas poucos analisam como as estruturas de governação, as relações entre Estado e comunidade e as dinâmicas territoriais interagem para produzir esses resultados. Persistem lacunas importantes na compreensão da forma como os ex-guerrilheiros negociam a sua pertença social em contextos onde o Estado, as lideranças tradicionais e os actores internacionais disputam espaços de autoridade.

1.7. Guerra civil em Moçambique e os processos DDR

A assinatura do AGP marcou um momento decisivo no processo de pacificação nacional e estabeleceu as bases para a transição democrática do país (Vines, 2013). No entanto, as dificuldades observadas na sua implementação evidenciaram debilidades institucionais e estruturais que continuaram a comprometer o processo de reconciliação e a estabilidade política no período pós-conflito (Weimer & Bueno, 2020).

O AGP formalizou a transição para um sistema multipartidário e oficializou o primeiro programa de DDR dos ex-guerrilheiros da RENAMO (Wiegink, 2015; Brito, 2014; Pereira, 2016). No entanto, a ausência de uma estratégia abrangente para a inclusão dos ex-guerrilheiros e a fraca adaptação das políticas nacionais às realidades locais enfraqueceram os esforços de reintegração (Weimer & Bueno, 2020). De acordo com o Protocolo IV sobre assuntos militares do AGP, estabelecido pela Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro, a reintegração dos combatentes da RENAMO visava promover a estabilidade e a coesão nacional. Contudo, o incumprimento dos compromissos de apoio económico e a fraca supervisão das políticas de integração dificultaram a eficácia do processo (McMullin, 2004).

Em Moçambique, diversos estudos indicam que o AGP não resolveu os problemas estruturais do conflito, limitando-se a responder às dinâmicas imediatas da guerra. Essa limitação resultou em lacunas que comprometeram a eficácia do processo de paz a longo prazo (Weimer, 2019). Neste contexto, Coelho (2002) refere que a interrupção das políticas económicas e sociais no período pós-conflito dificultou os esforços de reintegração, contribuindo para a persistência de exclusão e vulnerabilidade entre os ex-guerrilheiros e as comunidades afectadas.

Para Weimer & Buerno (2020), como consequência das limitações do AGP, Moçambique enfrentou sucessivas crises políticas e militares que culminaram na assinatura de novos acordos em 2014 e 2016, tal como referido anteriormente. No entanto, esses mecanismos não conseguiram eliminar as tensões persistentes, sendo criticados por privilegiarem soluções conjunturais e orientadas por interesses partidários, em prejuízo de um processo que deveria assentar na inclusão e na reconciliação social.

A retoma das hostilidades em 2013 pode ser atribuída, em grande medida, à exclusão política e económica dos membros da RENAMO, que se sentiram marginalizados pelo Governo (Wiegink, 2019; Vines, 2019). Este contexto facilitou o surgimento da Junta Militar da RENAMO, que contestou a liderança de Ossufo Momade e denunciou a falta de

transparência na distribuição dos benefícios do DDR (IMD, 2023). De acordo com o documento do IMD, a Junta Militar exigiu uma redistribuição equitativa dos recursos do DDR, o que permite deduzir a existência de falhas nas abordagens anteriores de reconciliação, expondo fragilidades nos modelos de negociação adoptados.

Tendo em conta a necessidade de um modelo de reconciliação mais abrangente, em 2019 foi assinado o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, previsto pela Lei n.º 11/2019, de 12 de Setembro. Este novo acordo procurou ultrapassar as limitações dos processos anteriores, incluindo medidas como a descentralização administrativa, a eleição de governadores provinciais e a reintegração de ex-guerrilheiros em estruturas políticas e militares (Weimer, 2019; IMD, 2021). De igual modo, o Acordo de Maputo previa um apoio económico mais estruturado aos ex-guerrilheiros, assegurando a criação de mecanismos que favorecessem a sua autonomia financeira e estabilidade social (Acordo de Maputo, 2019).

Com este acordo, assumiu-se o compromisso de desmobilizar e reintegrar cerca de 5.221 ex-guerrilheiros da RENAMO, através da disponibilização de subsídios e do desenvolvimento de programas comunitários (Weimer, 2019; IMD, 2021). Estas medidas reflectiram uma tentativa de abordar as causas profundas do conflito, incluindo as desigualdades no acesso ao poder e aos recursos, que, durante décadas, alimentaram tensões entre diferentes grupos políticos e sociais.

As experiências do DDR em Moçambique demonstram que a sua eficácia está relacionada com a articulação entre desmobilização, segurança, desenvolvimento económico e reconciliação nacional (McMullin, 2004). A ausência de políticas consistentes e a adopção de soluções de curto prazo comprometeram programas anteriores (Lalá, 2005; Wiegink, 2015). Para estes autores, os fracassos do Acordo Geral de Paz de 1992 demonstram a necessidade de reformulação contínua das estratégias de reintegração, adaptando-as às especificidades territoriais e sociopolíticas do país.

Embora a implementação do Acordo de Maputo tenha enfrentado desafios, este representou um avanço substancial na estabilização do país (IMD, 2020; Acordo de Maputo, 2019). A sua abordagem integrada, que combinou dimensões políticas, económicas e sociais, reforçou a necessidade de um modelo de DDR ajustado às realidades locais, capaz de assegurar uma paz duradoura e a inclusão sustentável dos ex-guerrilheiros na sociedade (Alberto & Raimundo, 2025).

A literatura sobre os processos de DDR em Moçambique tende a enfatizar as limitações estruturais do Acordo Geral de Paz e a fragilidade institucional do Estado como factores determinantes dos fracassos registados (Weimer & Bueno, 2020; Wiegink, 2015; Lalá, 2005). Contudo, esta leitura, apesar de pertinente, mantém um enfoque normativo que associa o insucesso do DDR à falta de execução plena dos compromissos assumidos, sem problematizar suficientemente as dinâmicas de poder, os interesses políticos em jogo e a natureza das negociações ambíguas. Ainda que se reconheça a existência de fragilidades técnicas e logísticas, muitos estudos subestimam que o DDR em Moçambique foi também um instrumento político, utilizado estrategicamente tanto pelo Governo como pela RENAMO para reposicionar forças no contexto do pós-guerra, o que condicionou a profundidade e a sinceridade dos compromissos assumidos.

Outra limitação recorrente prende-se com a tendência para analisar o DDR sobretudo a partir da escala nacional e institucional, deixando em segundo plano os efeitos territoriais diferenciados e as formas concretas de apropriação local dos programas. Ao tratar o Estado e a RENAMO como actores homogéneos, a literatura nem sempre capta as variações internas e as disputas faccionais, como demonstrado posteriormente com a Junta Militar e os processos de negociação informal que ocorreram paralelamente aos acordos formais (IMD, 2023; Weimer, 2019). Do mesmo modo, a narrativa que associa o regresso da violência exclusivamente ao incumprimento dos compromissos económicos tende a simplificar realidades complexas, nas quais a identidade política, a percepção de injustiça histórica e a disputa por reconhecimento, bem como os incentivos materiais, desempenham um papel significativo.

Embora os estudos reconheçam a importância do Acordo de Maputo de 2019 como um avanço em relação aos modelos anteriores, persiste uma lacuna no que respeita à análise da forma como este acordo é vivido e apropriado nos territórios. A literatura ainda presta pouca atenção às experiências quotidianas dos ex-guerrilheiros e das comunidades rurais, onde a reintegração se materializa ou fracassa.

1.7.1. A RENAMO como actor político-militar

A compreensão do percurso dos ex-guerrilheiros analisados nesta investigação exige uma breve contextualização da evolução da RENAMO enquanto actor político-militar. A literatura demonstra que a trajectória da organização não pode ser interpretada apenas à luz

da sua dimensão militar, uma vez que a sua evolução esteve associada às transformações políticas e sociais ocorridas em Moçambique após a independência.

Neste contexto, alguns autores referem que a consolidação da RENAMO foi influenciada pelas mudanças introduzidas pelo Governo da FRELIMO no período pós-independência, nomeadamente a reorganização administrativa do Estado, a limitação do papel das autoridades tradicionais, a restrição de determinadas práticas religiosas e a implementação de novas formas de organização social e produtiva nas zonas rurais. Estas transformações contribuíram para que sectores da população, especialmente nas regiões centro e norte do país, aderissem a RENAMO, favorecendo a sua expansão territorial e política (Cahen, 1993; Geffray, 1990; Hall & Young, 1997).

Embora a RENAMO tenha sido inicialmente reconhecida como um movimento insurgente, a literatura evidencia que, durante o conflito armado, desenvolveu uma estrutura organizacional complexa, composta por uma cadeia hierárquica de comando, unidades militares e mecanismos próprios de coordenação política e administrativa. Esta organização permitiu-lhe exercer controlo sobre extensas áreas rurais, administrar populações sob a sua influência e consolidar formas próprias de autoridade política e militar (Vines, 2013; Hultman, 2009; Wiegink, 2015).

Nesta perspectiva, estudos mais recentes defendem que interpretar a RENAMO apenas como uma organização militar conduz a uma compreensão limitada da guerra civil moçambicana. Para muitos dos seus antigos combatentes, a organização representava igualmente um projecto político associado à defesa do pluralismo político, ao reconhecimento das autoridades tradicionais e à contestação de determinadas políticas implementadas pelo Estado no período pós-independência. Esta dimensão política influenciou não apenas a condução da guerra, mas também as formas como muitos ex-guerrilheiros interpretaram o seu papel durante o conflito e o significado da sua participação na organização (Wiegink, 2020).

A literatura demonstra que a influência da RENAMO ultrapassava a sua estrutura militar. As relações de lealdade construídas entre comandantes, combatentes e comunidades constituíram redes sociais duradouras que permaneceram activas mesmo após o fim da guerra. Estas redes continuaram a moldar expectativas de reconhecimento, formas de organização colectiva e relações de pertença que influenciaram os percursos individuais dos antigos combatentes no período pós-conflito (Wiegink, 2015).

As experiências vividas pelos ex-guerrilheiros durante a guerra constituem um elemento primário para compreender os desafios da reintegração. Diversos estudos demonstram que muitos Ex-guerrilheiros enfrentaram recrutamento forçado, longos períodos de permanência na guerrilha, condições de vida extremamente precárias e uma forte dependência da estrutura militar. Estas experiências favoreceram a construção de identidades colectivas, relações de camaradagem e sentimentos de pertença que continuaram a influenciar os seus percursos após a desmobilização (Wiegink, 2020).

Do mesmo modo, as narrativas dos antigos combatentes revelam que a participação na guerra é frequentemente interpretada como uma experiência simultaneamente marcada pelo sofrimento, pela resistência e pela pertença à organização. Muitos procuram conferir legitimidade política ao seu envolvimento no conflito, apresentando-se como actores disciplinados e comprometidos com os objectivos que atribuíam à RENAMO. Por essa razão, a desmobilização não significou o desaparecimento imediato das identidades construídas durante a guerra, permanecendo activas relações de lealdade para com antigos comandantes e expectativas de reconhecimento político e social (Wiegink, 2015; Wiegink, 2020).

Neste sentido, diversos autores defendem que a reintegração dos ex-guerrilheiros não pode ser reduzida à atribuição de apoios económicos ou à simples desmobilização militar. A reconstrução das relações sociais, o reconhecimento comunitário, a inclusão política e a criação de oportunidades de participação na vida económica e social constituem dimensões fundamentais para consolidar uma paz duradoura e promover processos sustentáveis de reintegração (McMullin, 2004; Coelho, 2002).

A assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992, marcou a transformação formal da RENAMO de movimento armado para partido político e abriu caminho à implementação do primeiro processo de DDR. Contudo, embora o acordo tenha permitido a cessação das hostilidades e a institucionalização da concorrência política, diversos estudos demonstram que as redes políticas, militares e sociais construídas durante o conflito permaneceram activas, contribuindo para a persistência de tensões políticas e de expectativas de reconhecimento entre muitos ex-combatentes (Hall & Young, 1997; Vines, 2013; Wiegink, 2015; McMullin, 2004).

A compreensão deste percurso histórico reveste-se de particular importância para a presente investigação, uma vez que os ex-guerrilheiros analisados no Distrito de Murrupula integram

esta trajectória política e militar. Assim, compreender a evolução da RENAMO enquanto actor político-militar constitui um elemento indispensável para interpretar as experiências, as expectativas e os desafios enfrentados pelos participantes do estudo no processo de implementação do DDR e de reintegração no período pós-conflito.

1.8. Do Acordo Geral de Paz de 1992 à implementação do DDR em Moçambique

A assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 constituiu um marco importante na história de Moçambique, ao pôr fim a dezasseis anos de guerra civil entre o Governo e a RENAMO (Darch, 2018). Mediado pela Comunidade de Santo Egídio e com o apoio das Nações Unidas, o AGP estabeleceu as bases para a transição democrática, a criação de um exército integrado e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 (Tollenaere, 2006; Lalá, 2005; Reppell *et al*., 2016).

A Missão das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) desempenhou um papel importante na operacionalização do acordo, no que diz respeito ao processo de desmobilização, que abrangeu cerca de 92.000 combatentes (Coelho, 2002; Lalá, 2010). Contudo, embora o AGP tenha contribuído para o cessar das hostilidades, os desafios ligados à reintegração dos ex-guerrilheiros evidenciaram fragilidades no planeamento das políticas pós-guerra, comprometendo a consolidação de uma paz sustentável (Wiegink, 2015; Weimer & Bueno, 2020).

A reintegração tem sido a fase mais desafiante do processo de DDR e, na maioria dos casos, permanece pouco compreendida (Porto, 2013). Apesar da concessão de apoios financeiros transitórios e de incentivos às actividades agrícolas e às pequenas empresas, a ausência de acompanhamento contínuo e de um plano económico estruturado dificulta a integração dos ex-guerrilheiros na sociedade civil (Wiegink, 2015; Candieiro, 2019).

A implementação do DDR em Moçambique tem seguido um percurso marcado por avanços institucionais e desafios estruturais (IMD, 2020; Porto, 2013). A Tabela 3 ilustra as principais fases do DDR, destacando os progressos alcançados, as limitações enfrentadas e os desafios persistentes, reforçando a necessidade de abordagens mais ajustadas à dinâmica sociopolítica e económica do país.

Tabela 3: Principais fases do DDR em Moçambique

Fase	Avanços	Limitações	Desafios
Acordo Geral de Paz (1992)	Estabelecimento da paz e transição democrática. Mediação internacional (ONU, Comunidade de Santo Egídio)	Implementação frágil Falta de alinhamento entre o Governo e a RENAMO	Assegurar a estabilidade política e a coesão nacional
Desarmamento	Recolha e destruição de armas; Supervisão UNOMOZ	Persistência de redes militares informais; Armas não entregues	Monitoria contínua para evitar novas tensões e instabilidade
Desmobilização	Criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM); Incorporação de ex-guerrilheiros da RENAMO	Integração desigual nas FADM; Persistência da desconfiança entre as partes	Garantir a equidade na reintegração e evitar a discriminação
Reintegração	Apoio financeiro inicial. Incentivos à agricultura e às pequenas empresas	Falta de planeamento económico; Marginalização dos ex-combatentes	Executar programas de reintegração económica sustentável
Escalada do conflito (2013-2019)	Assinatura do Acordo de Maputo (2019); novos esforços para consolidar a paz	Marginalização contínua dos ex-combatentes e fracassos nos programas de reintegração	Desenvolver estratégias de inclusão socioeconómica e participação política

Fonte: Elaboração própria com base em McMullin (2013); Tollenaere (2006); Vines (2019); Weimer (2019); Candieiro (2019) e Coelho (2002).

Em Moçambique, o DDR variou de acordo com a região. Por exemplo, no Distrito de Boane, província de Maputo, os pacotes de assistência não foram adaptados às ligações profissionais e económicas dos ex-guerrilheiros, o que comprometeu a sua reintegração produtiva (Malache, 1997). Da mesma forma, no Distrito de Nicoadala, Província da Zambézia, a falta de um planeamento adequado criou desigualdades e reforçou a exclusão dos ex-guerrilheiros (Candieiro, 2019). Em Murrupula, de acordo com dados empíricos, os factores socioterritoriais como a coesão comunitária, o acesso limitado a serviços básicos e a ausência de terras para projectos de subsistência influenciaram negativamente a reintegração (Alberto & Raimundo, 2025). Esses casos demonstram a necessidade de alinhar os programas de DDR com as dinâmicas locais, a fim de garantir soluções sustentáveis e fortalecer a coesão social e o desenvolvimento económico (Lamalice & Klein, 2016).

Segundo Lalá (2010), a fragilidade do DDR em Moçambique deve-se ao facto de, após acordos cíclicos, ainda persistirem crises políticas, o que demonstra a dificuldade em consolidar uma paz sustentável e assegurar a integração efectiva dos ex-guerrilheiros. O Acordo de Maputo de 2019 representa um novo esforço de consolidação da estabilidade e confirma a necessidade de estratégias mais abrangentes, que promovam a inclusão socioeconómica e a participação política dos (IMD, 2023; Weimer & Buerno, 2020).

A evolução do DDR em Moçambique demonstra que, apesar dos avanços formais, a sua eficácia tem sido comprometida por lacunas na sua implementação. A desmobilização foi desigual, criando tensões sociopolíticas e deixando os ex-guerrilheiros sem mecanismos eficazes de reintegração. O desarmamento foi incompleto e a marginalização económica influenciaram na instabilidade. (Coelho, 2002; McMullin, 2004).

1.9. Análise do protocolo IV do Acordo Geral de Paz (1992 - 2019)

O Protocolo IV do Acordo Geral de Paz, consagrado na Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro, estabeleceu os princípios orientadores para a constituição das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), definindo-as como uma força apartidária, integrada e profissional. Esta disposição jurídica marcou uma viragem institucional relevante, ao procurar transformar antigos actores beligerantes numa estrutura única e nacional, orientada para a defesa do Estado e não para a representação de interesses partidários (Coelho, 2002; Lalá, 2010; Vines, 2019).

Contudo, apenas metade dos 30.000 combatentes previstos foi integrada nas FADM, deixando cerca de 80.000 desmobilizados sem um enquadramento económico sustentável (Lalá, 2005; McMullin, 2013). A inexistência de mecanismos de justiça transicional, associada à ausência de planos consistentes de reintegração económica, agravou as assimetrias sociais, impedindo o reconhecimento e a dignificação dos ex-guerrilheiros (Coelho, 2002; Weimer, 2019). Em muitas regiões, a atribuição de subsídios e incentivos ao autoemprego revelou-se insuficiente para garantir a estabilidade socioeconómica, especialmente em zonas periféricas como Murrupula, onde o acesso à terra, ao crédito e a serviços básicos era limitado (Candieiro, 2019; INE, 2023; Tvedten *et al.*, 2006).

A persistência das estruturas da RENAMO e a sua reactivação em períodos de tensão, como em 2013, demonstram a fragilidade dos esforços de reintegração (Wiegink, 2015; Vines, 2020). Embora vários programas tenham incluído formação profissional, esta não foi acompanhada por diagnósticos socioterritoriais rigorosos, o que comprometeu a sua

aplicação e utilidade prática (Candieiro, 2019; Koga, 2016). A fragmentação entre os níveis central e local do Estado impediu a apropriação comunitária dos processos, enfraquecendo a legitimidade das intervenções (Weimer & Boene, 2020).

Este cenário de exclusão institucional e económica manifestou-se também em indicadores de participação cívica reduzida, com registo de baixos níveis de participação eleitoral e de confiança institucional (Chaimite & Forquilha, 2015). Os acordos de 2014 e 2016 não preencheram as lacunas estruturais herdadas do AGP, mantendo-se a resistência política da RENAMO (De Vries & Wiegink, 2011; IMD, 2020).

O Acordo de Paz de Maputo, assinado em 2019, introduziu avanços significativos, como a descentralização administrativa e a integração de ex-guerrilheiros nas instituições do Estado. Todavia, a sua eficácia dependerá da capacidade de articular um compromisso institucional duradouro com a inclusão socioeconómica, garantindo a superação das promessas não cumpridas e o fortalecimento das capacidades locais (Weimer & Bueno, 2020).

A Figura 1 apresenta os principais marcos do processo de paz e conflito em Moçambique entre 1992 e 2019, demonstrando a alternância entre períodos de estabilidade relativa e episódios de instabilidade política e militar. Inicia-se com o Acordo Geral de Paz de 1992, que pôs fim à guerra civil e lançou o processo de DDR, seguido pelas primeiras eleições multipartidárias em 1994. No entanto, entre 1995 e 2009, evidenciaram-se limitações estruturais do DDR, como a integração desigual dos ex-guerrilheiros e a ausência de justiça transicional.

Em 2013, a RENAMO retomou as armas, denunciando o incumprimento do Acordo Geral de Paz e as fragilidades do processo de reconciliação nacional. Os acordos alcançados em 2014 e 2016, embora relevantes, mostraram-se insuficientes, uma vez que não conseguiram implementar reformas estruturais profundas nem responder de forma eficaz às reivindicações políticas e sociais ligadas ao conflito.

Apenas em 2019, com a assinatura do Acordo de Paz de Maputo, registaram-se avanços significativos, nomeadamente no processo de descentralização e na integração de ex-guerrilheiros na Polícia da República de Moçambique (PRM) e nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Contudo, a consolidação destes progressos depende da existência de compromissos institucionais duradouros e da implementação efectiva das medidas acordadas.

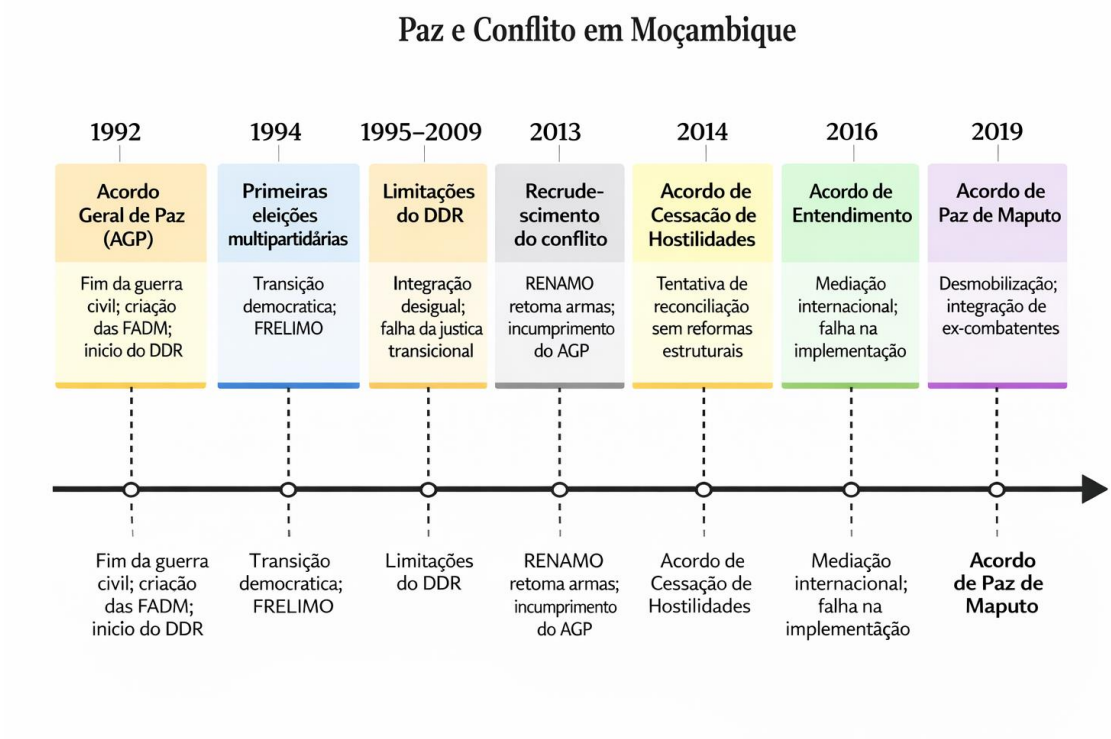

Figura 1: Linha de tempo da paz e conflito em Moçambique (1992-2019)

Fonte: Elaboração própria com base em McMullin (2013a); Wiegink (2015); Brito (2014); Candieiro (2019); Adedokun (2019); Galán (2020); Vines (2019); IMD (2020); De Vries & Wiegink (2011); Weimer (2020).

1.10. DDR e o apoio internacional

A estabilidade política e a reconstrução pós-conflito em Moçambique têm sido condicionadas pelo apoio internacional (Adedokun, 2019). Organizações como as Nações Unidas, a União Europeia e vários parceiros bilaterais têm desempenhado um papel fundamental no financiamento e na prestação de assistência técnica a programas que visam a pacificação e a reintegração de ex-guerrilheiros (Adedokun, 2019; IMD, 2020).

A criação de estruturas como a Comissão dos Assuntos Militares e o Grupo Técnico do DDR facilitou a coordenação das iniciativas, mas a forte dependência de recursos externos revelou fragilidades importantes. A incapacidade do Estado moçambicano de assegurar o seu próprio financiamento para a continuidade das acções tem mantido a implementação das políticas de reintegração vulnerável a flutuações no apoio internacional, dificultando a construção de um processo sustentável e autónomo (Galán, 2020).

De acordo com Galán (2020), apesar da importância desse apoio, a dependência do financiamento externo introduziu fragilidades estruturais na condução do DDR. Como refere McMullin (2013a), a ausência de estratégias nacionais complementares de financiamento tem colocado o DDR como um mecanismo limitado de transformação social e económica. Por sua vez, Subedi (2014) observa que a dependência de recursos internacionais reduziu a capacidade do Governo de desenvolver políticas de reintegração autónomas, submetendo o processo às variações na disponibilidade de financiamento externo.

A relação entre o financiamento internacional e a eficácia do DDR deve também ser analisada à luz da fragilidade das instituições moçambicanas na implementação do programa. De acordo com Lalá (2005), a dependência do apoio externo limitou a capacidade do Governo de estruturar estratégias de implementação mais robustas, resultando numa abordagem de curto prazo e na descontinuidade das políticas de reintegração. Esta dependência tem impedido o desenvolvimento de soluções sustentáveis e reforça a vulnerabilidade do país às dinâmicas externas (Coelho, 2002). Como reflexo disso, muitos ex-guerrilheiros foram direccionados para actividades agrícolas de subsistência, sem acesso a crédito ou assistência técnica que permitissem o desenvolvimento de iniciativas económicas sustentáveis (Wiegink, 2015; Malache, 1997).

No entanto, a pressão internacional para cessar as hostilidades, em muitas ocasiões, não tem sido acompanhada por estratégias consistentes de reintegração económica, tornando o DDR uma solução temporária, e não um modelo de transformação estrutural (Özerdem, 2022). A falta de um quadro legal sólido e de mecanismos institucionais eficazes que garantam a inclusão dos ex-guerrilheiros nas estruturas produtivas fez com que muitos fossem marginalizados ou dependentes de redes informais de sobrevivência (Babiker & Özerdem, 2003). Este cenário favoreceu a recorrência de tensões políticas, evidenciadas pelo descontentamento dos ex-guerrilheiros, que questionam a legitimidade do processo de paz (Brito, 2014).

A experiência moçambicana demonstra que o apoio internacional não pode substituir políticas nacionais sustentáveis (Lalá, 2010). A dependência do financiamento externo impediu que o DDR se tornasse um processo endógeno, conduzindo a falhas na sua implementação e ao ressurgimento de desafios estruturais (Adedokun, 2019).

Assim, o caso moçambicano ensina que um DDR eficaz deve ser territorialmente ajustado, economicamente sustentável e politicamente inclusivo (Alberto & Raimundo, 2024). A

redução da dependência do financiamento internacional e a implementação de políticas internas de longo prazo são fundamentais para garantir que os ex-guerrilheiros disponham de meios de reintegração e participação na sociedade, evitando ciclos de exclusão e violência.

Contudo, a experiência moçambicana demonstra que, embora o apoio internacional tenha sido fundamental para viabilizar financeiramente os programas de DDR, a sua eficácia foi comprometida pela ausência de estratégias nacionais sustentáveis. A dependência do financiamento externo expôs o processo a instabilidades, gerando soluções de curto prazo desarticuladas das dinâmicas socioterritoriais locais (Adedokun, 2019). A falta de coordenação institucional, a fragilidade legal e a inexistência de medidas eficazes de reintegração económica limitaram a capacidade transformadora do DDR (Babiker & Özerdem, 2003).

Apesar de a literatura reconhecer o papel determinante do apoio internacional no financiamento e na estruturação do DDR em Moçambique, verifica-se que muitos estudos tendem a estabelecer uma relação quase linear entre dependência externa e fragilidade do processo, sem aprofundar as dinâmicas internas que também condicionam os resultados (Galán, 2020; Lalá, 2005; Adedokun, 2019).

O destaque para a insuficiência do Estado como simples receptor de políticas ignora, por vezes, que a dependência externa não resulta apenas de incapacidade institucional, mas também de opções políticas conscientes, associadas a prioridades estratégicas, alinhamentos internacionais e fragilidades históricas de governação. Do mesmo modo, parte da literatura assume que a presença internacional tem natureza neutra e técnica, quando, na prática, os financiadores introduzem agendas normativas próprias, ligadas a modelos de gestão pública, estabilidade macroeconómica e condicionalidades que condicionam o alcance e a lógica do DDR (Babiker & Özerdem, 2003; McMullin, 2013a).

Outrossim, a maioria dos estudos analisa o apoio internacional numa escala macro, entre o Estado, os doadores e as instituições multilaterais, deixando pouco explorada a forma como este apoio é apropriado nos territórios onde a reintegração ocorre. A literatura ainda não explica, no seu todo, como as políticas globais são traduzidas em práticas locais, nem como actores como administrações distritais, lideranças comunitárias e ex-guerrilheiros negociam, resistem ou adaptam estas orientações. Ao mesmo tempo, a tendência de associar a persistência de tensões políticas sobretudo à ineficácia externa corre o risco de

desresponsabilizar elites nacionais, cuja gestão estratégica do DDR tem sido, em vários momentos, instrumentalizada para fins de disputa política (Weimer & Bueno, 2020; Vines, 2019). Neste sentido, o apoio internacional ao DDR deve ser compreendido não apenas como um mecanismo financeiro, mas como um campo relacional e político onde interesses globais e dinâmicas locais se intersectam e produzem efeitos diferenciados.

1.11.O papel do Estado e das políticas públicas na implementação do DDR

Em Moçambique, o DDR foi implementado num contexto político e institucional exigente, no qual o papel do Estado assumiu particular relevância (McMullin, 2013a; Wiegink, 2015). Após a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, o Governo, em parceria com organizações internacionais, assumiu a responsabilidade pela desmobilização e reintegração dos ex-guerrilheiros, procurando criar condições para a pacificação e estabilização do país (Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro; Adedokun, 2019).

Tal como refere Carranza-Franco (2016), as prioridades recaíram na estabilização militar, em detrimento da reinserção social e económica, o que condicionou o impacto das políticas públicas e contribuiu para uma reintegração desigual (McMullin, 2013b; Wiegink, 2019). A fraca articulação entre o DDR e as estratégias de desenvolvimento económico deixou muitos desmobilizados em situação de vulnerabilidade (Stankovic & Torjesen, 2010), favorecendo a continuidade de redes militares informais (Wiegink, 2015).

A literatura demonstra igualmente que a capacidade do Estado para assegurar a reintegração económica foi limitada, mesmo com a criação de programas de formação e apoio financeiro. A má distribuição dos recursos dificultou o acesso equitativo ao emprego (Stankovic & Torjesen, 2010), enquanto a indefinição dos critérios de integração nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique alimentou percepções de exclusão política, sobretudo entre ex-guerrilheiros da RENAMO (McMullin, 2013; Wiegink, 2015).

Paralelamente, a ausência de um plano de longo prazo e a forte dependência do financiamento externo fragilizaram a sustentabilidade das medidas adoptadas (Swarbrick, 2007; Brzoska, 2005; Galán, 2020; Muggah, 2010b). Para Wiegink (2015), o sucesso do DDR depende de políticas públicas inclusivas, capazes de promover a integração económica e política dos ex-guerrilheiros, condição que não foi cabalmente assegurada, contribuindo para a reactivação da RENAMO em 2013 e para as limitações encontradas na aplicação do Acordo de Paz e Reconciliação de 2019.

A literatura internacional mostra que a eficácia do DDR depende da sua articulação com políticas públicas sensíveis ao território e às necessidades locais (Knight, 2008a; Muggah, 2005; Weimer & Bueno, 2020; Coutinho, 2023). Nos contextos rurais, a integração dos ex-guerrilheiros exige respostas ajustadas à escassez de infraestruturas, à dependência da agricultura e às desigualdades territoriais (Bonnal *et al.*, 2012). O acesso à terra e aos meios produtivos é fundamental para a autonomia económica e a aceitação social (Carter, 2010), enquanto a ausência de políticas territoriais adequadas agrava as desigualdades e limita as oportunidades de reinserção (Brighenti, 2010; Halvorsen *et al.*, 2019; Brandão, 2019). Por outro lado, modelos que valorizam a participação comunitária e a gestão de recursos locais tendem a gerar reintegrações mais duradouras (Gislesen, 2006; Getlinger, 2021; Wiegink & Sprenkels, 2022; Kovshov *et al.*, 2023).

Assim, a governança territorial assume um papel estratégico, ao permitir que as intervenções públicas sejam adaptadas às capacidades e dinâmicas locais (Dias & Silveira, 2021; Louvison, 2019). A descentralização e a articulação entre os diferentes níveis de decisão contribuem para respostas mais eficazes e legítimas (Brandão, 2019; Getlinger, 2021). Experiências como a do Distrito de Maríngue demonstram que, onde persistem redes informais associadas a estruturas militares do passado, a ausência de uma abordagem territorializada fragiliza a reintegração e cria novas formas de exclusão (Wiegink, 2015).

Contudo, autores como Rufer (2005), Knight (2008a) e Langholtz (2017) destacam que os programas de DDR só produzem efeitos estruturais quando articulados com políticas de emprego, formação profissional, inclusão económica e participação social, enquadradas em estratégias nacionais de desenvolvimento e apoiadas por compromisso político duradouro e recursos institucionais adequados. Caso contrário, tornam-se dependentes de financiamento externo e vulneráveis à descontinuidade (Adedokun, 2019; Banco Mundial, 2001; Favaro *et al.*, 2016). Neste sentido, a reintegração sustentável requer políticas públicas territorializadas, inclusivas e participativas, capazes de reconstruir a confiança, reduzir o estigma e consolidar a paz.

1.12. Factores socioterritoriais e sua relevância no desenvolvimento local

De acordo com Fernandes (2023), o desenvolvimento local não ocorre de forma isolada, mas resulta da interacção entre diversos factores sociais, económicos, culturais e territoriais. Os factores socioterritoriais correspondem ao conjunto de infraestruturas, redes comunitárias, relações de poder locais e dinâmicas culturais que estruturam a organização do espaço e

influenciam directamente o desenvolvimento regional (Fernandes, 2023; Sabourin, 2022; Luukkonen & Moilanen, 2012). Neste contexto, a territorialidade não deve ser entendida apenas como uma característica geográfica, mas como um processo contínuo de apropriação e reapropriação do espaço, mediado pelas relações sociais e políticas (Hommes & Boelens, 2018; Martin & Fernandes, 2004). Para estes autores, a territorialidade activa possibilita a formulação de sistemas sociais e territoriais que sustentam políticas públicas efectivas, promovendo soluções ajustadas às particularidades locais. Assim, o desenvolvimento local não deve seguir modelos genéricos impostos, mas deve ser construído a partir de uma leitura integrada das especificidades socioterritoriais de cada região (Fernandes *et al*., 2018).

A apropriação dos recursos territoriais assume um papel fundamental na dinamização económica e na promoção da coesão social (Bonnal *et al*., 2012; Fernandes, 2005). Neste sentido, a sustentabilidade territorial depende do equilíbrio entre as dimensões sociais, económicas e ambientais, bem como de políticas que reflictam as especificidades locais (Kovshov *et al*., 2023). Como referem Bonnal *et al.* (2012), a valorização dos recursos regionais apoia soluções duradouras, principalmente em contextos rurais, onde o uso sustentável do território está ligado à capacidade das comunidades locais de gerir os seus próprios recursos.

No entanto, Fernandes (2005) observa que os movimentos socioterritoriais enfrentam obstáculos institucionais que limitam a sua consolidação. Esta dificuldade é reforçada por Diniz (2007), que demonstra como a implementação de políticas públicas de habitação, educação e saúde é condicionada por interesses económicos e políticos, os quais produzem padrões de segregação socioespacial que dificultam a inclusão social em territórios marcados por desigualdades. Para Filho & Filho (2017), a competitividade territorial deve ser entendida não apenas como a capacidade de atrair investimentos, mas também como promotora de identidade colectiva e participação comunitária, permitindo que os territórios consolidem formas próprias de desenvolvimento.

Nestes termos, a definição de estratégias locais requer um conhecimento aprofundado das relações entre o espaço, os serviços e a organização social (Galán, 2020; Bonnal *et al*., 2012). De acordo com Fernandes (2023), a participação das redes comunitárias contribui para a resiliência dos territórios e para uma gestão mais justa dos recursos disponíveis. Por sua vez, Darch (2018) afirma que as estratégias centralizadas ignoram a capacidade organizativa das comunidades locais, limitando o envolvimento directo dos actores regionais e dificultando a adaptação das políticas às necessidades reais do território. Como defende Brighenti (2010),

a adaptação das políticas às realidades territoriais é fundamental para assegurar que o crescimento económico assente em bases sólidas.

Por sua vez, a governança territorial desempenha um papel determinante na eficácia das intervenções públicas (Rios-Cardona *et al.*, 2015). Para estes autores, a descentralização e a participação activa são elementos-chave para garantir que as decisões respondam às realidades locais. No entanto, Fernandes (2023) alerta que muitas estruturas de governança continuam subordinadas a interesses externos. Esta limitação compromete o envolvimento das comunidades, tal como referem Bonnal *et al*. (2012), o protagonismo local fortalece a coesão social e a eficácia das medidas aplicadas. Na mesma linha de pensamento, Brighenti (2010) considera que a inclusão das comunidades no desenho das políticas garante soluções mais duradouras e alinhadas com os contextos locais.

Ao valorizar os factores socioterritoriais, o planeamento do desenvolvimento local contribui para a redução das desigualdades, promovendo estabilidade e uma repartição mais justa dos benefícios. A abordagem integrada do território, que considera as suas dimensões culturais, sociais e económicas, permite implementar medidas mais adequadas e sustentáveis (Bonnal *et al.*, 2012; Galán, 2020). As políticas públicas orientadas por estas premissas possuem maior potencial para gerar impactos positivos e reforçar os processos de desenvolvimento inclusivo (Fernandes, 2023).

Neste contexto, a compreensão das dinâmicas espaciais e do desenvolvimento territorial devem considerar o território como uma construção social, resultante da interacção entre actores políticos, económicos e da sociedade civil, onde o espaço deixa de ser um simples suporte físico para se tornar matéria-prima da acção pública (Mozzato *et al*., 2014). De acordo com Sousa (2020), o território é uma construção histórica e social, influenciada por factores económicos, políticos e culturais. A apropriação do espaço e a sua transformação em território resultam de relações sociais e estratégias de controlo estabelecidas por diferentes agentes, como o Estado, instituições económicas e organizações sociais (Halvorsen *et al.*, 2019). O território não se limita a uma simples delimitação geográfica, devendo ser entendido como um espaço socialmente construído, onde se manifestam relações de poder, dinâmicas culturais e práticas económicas (Bonnal *et al*., 2012). Nestes termos, Mozzato *et al*. (2014) discutem como a sustentabilidade territorial deve articular as especificidades locais e os processos globais, reflectindo a complexidade contemporânea da organização do espaço e o papel das políticas públicas nesse cenário.

A construção do território resulta de interacções sociais desiguais, nas quais diferentes grupos sociais e económicos disputam o acesso e o controlo do espaço. Para Bonnal *et al.* (2012), o território não se constitui de forma uniforme, mas é organizado por relações de poder que atravessam os domínios económico, político e cultural. Por sua vez, Lefebvre (1991) observa que o espaço deve ser compreendido como uma expressão material dessas relações, reflectindo práticas de apropriação, exclusão e disputa, conforme os interesses de cada grupo. Neste quadro, Haesbaert (2005) defende que as políticas públicas devem considerar as desigualdades territoriais e promover uma distribuição mais equilibrada dos recursos, de modo a incorporar as especificidades dos contextos locais e reduzir assimetrias.

A formulação de políticas públicas eficazes requer o reconhecimento da complexidade e da natureza multidimensional do território. Essa abordagem deve integrar factores económicos, sociais, culturais e ambientais, articulados com as dinâmicas locais e orientados por uma compreensão crítica do desenvolvimento (Mozzato *et al*., 2014). Assim, o território, entendido como espaço relacional e disputado, é configurado por práticas de apropriação e relações de poder que influenciam o acesso aos recursos e a capacidade de influência dos diferentes grupos (Sabourin, 2022).

Para Campos (2023), a construção de uma organização territorial mais inclusiva exige a valorização do conhecimento dos actores locais e a adopção de métodos participativos na definição das prioridades e no acompanhamento das políticas públicas. No contexto moçambicano, especialmente no Distrito de Murrupula, estas abordagens são fundamentais para assegurar que a reintegração dos ex-guerrilheiros ultrapasse a dimensão político-militar. É igualmente necessário integrar factores socioterritoriais, como o acesso à terra, as redes comunitárias e as infraestruturas locais, como elementos centrais para a promoção da inclusão social e da coesão territorial (Alberto & Raimundo, 2025).

Todavia, a análise dos factores socioterritoriais indica que o desenvolvimento local depende de uma articulação dinâmica entre infraestruturas, redes comunitárias, práticas culturais e relações de poder, que estruturam a organização do espaço e influenciam a sua evolução (Fernandes, 2023; Sabourin, 2022). Ao reconhecer o território como uma construção social e política, e não apenas como suporte físico, torna-se indispensável formular políticas públicas sensíveis às realidades locais e baseadas no diálogo entre actores institucionais e comunidades (Hommes & Boelens, 2018; Mozzato *et al.*, 2014).

A participação activa das populações, articulada com a descentralização da governação, permite reforçar a coesão social, garantir uma apropriação mais justa dos recursos e promover intervenções territorialmente adequadas (Brighenti, 2010; Rios-Cardona *et al.*, 2015). No caso de Murrupula, a inclusão de factores como o acesso à terra e as redes comunitárias revela-se fundamental para a reintegração dos ex-combatentes, demonstrando a necessidade de estratégias baseadas no conhecimento local (Alberto & Raimundo, 2025; Campos, 2023). Contudo, o planeamento territorial deve assumir uma abordagem integrada e participativa, reconhecendo a complexidade das dinâmicas espaciais e orientando-se por princípios de equidade e sustentabilidade (Kovshov *et al.*, 2023; Lefebvre, 1991).

Apesar de a literatura reconhecer que o território constitui uma construção social atravessada por relações de poder e desigualdade (Lefebvre, 1991; Haesbaert, 2005; Sabourin, 2022), muitos estudos tendem a apresentar os factores socioterritoriais como condições estruturais objectivas, enfatizando infraestruturas, redes comunitárias ou formas de governação, mas explorando menos os conflitos e as assimetrias que moldam o acesso a esses mesmos recursos. A noção de desenvolvimento local, frequentemente associada à participação e à valorização do conhecimento endógeno, assume um carácter normativo, pressupondo que a simples inclusão das comunidades na tomada de decisão conduz automaticamente a processos mais justos e sustentáveis (Bonnal *et al.*, 2012; Fernandes, 2023). Contudo, como recorda Diniz (2007), os territórios são também espaços de disputa, onde elites locais, actores políticos e interesses económicos reconfiguram continuamente prioridades e a distribuição de benefícios, podendo reproduzir ou mesmo aprofundar desigualdades.

Do mesmo modo, a literatura que enfatiza a descentralização e a governação territorial tende a subestimar os riscos de captura institucional, dependência de agendas externas e fragilidade administrativa que caracterizam muitos contextos africanos (Rios-Cardona *et al.*, 2015; Galán, 2020). Assim, nem sempre a proximidade ao território se traduz em maior inclusão social; em determinados cenários, pode favorecer redes clientelares e reforçar hierarquias existentes. A crítica de Hommes & Boelens (2018) é pertinente ao recordar que o território não é apenas um espaço de cooperação, mas também de resistência, exclusão e conflito.

Embora a literatura reitere que o desenvolvimento territorial exige políticas ajustadas às especificidades locais, permanece limitada a compreensão de como essas políticas são negociadas, apropriadas ou contestadas no quotidiano, bem como de que forma factores como desigualdade social, estigmatização política ou fraca capacidade institucional condicionam os seus resultados.

1.13. Redes comunitárias, capital social, cultura e liderança tradicional na reintegração

A reintegração dos ex-guerrilheiros não depende exclusivamente de programas formais de desmobilização e apoio estatal. O seu sucesso requer o envolvimento activo das redes comunitárias e do capital social, que actuam como mediadores entre os ex-guerrilheiros, as comunidades de acolhimento e o Estado (Bonnal *et al.*, 2012; Neto, 2023). Estas redes desempenham um papel fundamental na reconstrução de laços sociais, na redução de tensões e na criação de ambientes favoráveis à aceitação comunitária (Fernández-García & Olay-Varillas, 2021). A territorialização destas dinâmicas reforça a participação económica e social dos ex-guerrilheiros, contribuindo para a sua inserção efectiva na vida quotidiana das comunidades (Weimer, 2019). Em contrapartida, quando as populações locais não são envolvidas nos processos de reintegração, os programas tendem a enfrentar resistência ou a fracassar (Palang *et al.*, 2005).

Neste quadro, o capital social assume particular relevância ao facilitar o acesso a oportunidades económicas, estimular normas de confiança e reciprocidade e fortalecer os mecanismos comunitários de cooperação (Bourdieu, 1986; Putnam, 2000). A articulação entre redes comunitárias e políticas públicas aumenta a legitimidade social das intervenções e reforça a sua eficácia (Fernández-García & Olay-Varillas, 2021). Contudo, esta capacidade depende da mobilização de recursos endógenos, do fortalecimento das redes locais e da cooperação entre actores públicos e privados (Mozzato *et al.*, 2014; Dallabrida *et al.*, 2021).

As dinâmicas culturais e as lideranças tradicionais constituem dimensões estruturantes deste capital social. Em muitos contextos rurais, onde a presença do Estado é limitada, estas lideranças actuam como mediadoras sociais e simbólicas, promovendo rituais e práticas de reconciliação que podem facilitar a reintegração dos ex-guerrilheiros (Gislesen, 2006; Weimer, 2019). Neste sentido, a cultura pode ser compreendida como um sistema partilhado de valores, normas e memórias colectivas que reforça a coesão social e reduz o risco de retorno à violência (Palang *et al.*, 2005; Tricarico *et al.*, 2023). Contudo, a literatura demonstra que essas mesmas estruturas podem reproduzir desigualdades e exclusões, sobretudo quando se baseiam em hierarquias tradicionais rígidas ou em relações de dependência social (Carter, 2010). Por essa razão, a incorporação das dinâmicas culturais nos programas de DDR deve equilibrar o respeito pelas identidades locais com os princípios de equidade e justiça social (Dallabrida *et al.*, 2021).

Para além das dimensões económicas e relacionais, a componente psicossocial é igualmente importante. Em contextos com oferta limitada de serviços especializados, a adaptação emocional e social dos ex-guerrilheiros enfrenta constrangimentos adicionais (Alberto & Raimundo, 2025). Assim, a aceitação comunitária depende da criação de ambientes acolhedores que reduzam o estigma e promovam o sentimento de pertença (Affonso, 2015). Nesta perspectiva, a reintegração configura-se como um processo multidimensional, assente na interdependência entre as esferas económica, social e psicológica (Fernández-García & Olay-Varillas, 2021; Tricarico *et al.*, 2023).

A literatura sobre redes comunitárias, capital social e cultura reconhece o seu papel positivo na reintegração de ex-guerrilheiros. No entanto, diversos autores alertam para as limitações de uma leitura mais normativa e optimista destes conceitos. Putnam (2000) e Bourdieu (1986) já demonstravam que o capital social não é intimamente positivo: as mesmas redes que incluem também podem excluir, reforçando desigualdades e estabelecendo mecanismos de controlo social. Portes (1998) descreve esta dimensão como *negative social capital*, destacando que relações de confiança interna podem coexistir com hostilidade externa, fenómeno relevante em sociedades pós-conflito.

De igual modo, autores como Wiegink (2015) e McMullin (2013b) demonstram que as comunidades não são espaços homogéneos de solidariedade, mas arenas marcadas por disputas políticas, memórias traumáticas e hierarquias sociais. Em contextos rurais, normas culturais e estruturas tradicionais podem facilitar a reconciliação, mas também podem reproduzir relações de dependência ou marginalização, sobretudo quando associadas a identidades políticas ou pertenças partidárias (Carter, 2010; Lamalice & Klein, 2016).

Outra limitação recorrente apontada na literatura refere-se à tendência de transferir para as comunidades a responsabilidade pela reintegração, minimizando o papel do Estado. Estudos como os de Knight (2008b), Muggah (2005) e Weimer & Bueno (2020) demonstram que a reintegração sustentável exige políticas públicas territorializadas e apoio institucional contínuo. Em contextos de pobreza estrutural, como no caso de Murrupula, as redes comunitárias não dispõem de meios suficientes para substituir a protecção social formal, sendo necessário articular o capital social local com políticas públicas de emprego, acesso à terra, serviços básicos e protecção social.

Contudo, vários autores entendem que parte dos referenciais conceptuais aplicados ao DDR resulta de experiências internacionais assentes em realidades institucionais distintas

(Humphreys & Weinstein, 2007; Kaplan & Nussio, 2018). A aplicação directa destes modelos coloca desafios de transferibilidade teórica, exigindo uma leitura crítica e contextualizada do caso moçambicano.

Neste quadro, a presente investigação procura articular os contributos da literatura com as especificidades socioterritoriais de Murrupula. Nestes termos, a reintegração é entendida como um fenómeno complexo e multidimensional, no qual redes comunitárias, capital social, cultura e políticas públicas interagem de forma dinâmica, podendo gerar simultaneamente inclusão e exclusão. Esta abordagem permite ultrapassar leituras lineares e normativas, contribuindo para uma análise mais realista dos limites e potencialidades do DDR no contexto moçambicano.

A Figura 2 apresenta o modelo conceptual que sintetiza o papel das redes comunitárias e do capital social no processo de reintegração dos ex-guerrilheiros. O modelo demonstra que a reintegração não se limita à disponibilização de meios económicos, sociais e emocionais, como também a dimensão do bem-estar psicológico.

Quando estes elementos se ligam de forma positiva, favorecem a aceitação dos ex-guerrilheiros nas comunidades e promovem a inclusão social, contribuindo para a consolidação de uma sociedade pacífica. Contudo, a figura evidencia também que este percurso não é linear: factores como a desconfiança, a escassez de recursos ou relações de dependência podem gerar marginalização e exclusão social, comprometendo os objectivos do DDR.

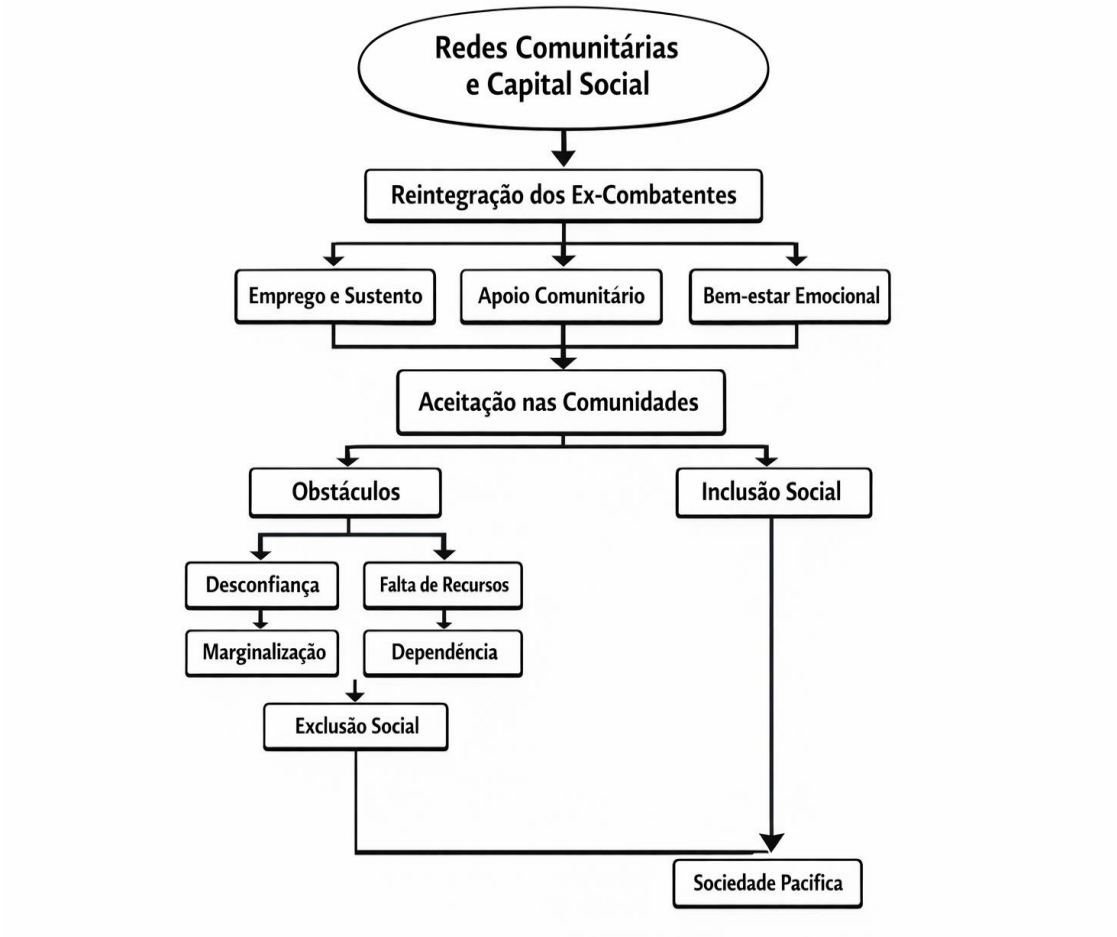

Figura 2: Redes comunitárias e do capital social na reintegração dos ex-guerrilheiros

Fonte: Elaboração própria com base em Bonnal *et al.* (2012); Bourdieu (1986); Putnam (2000); Fernández-García & Olay-Varillas (2021); Weimer (2019).

1.14. O território como estrutura dinâmica na reintegração

A reintegração de ex-guerrilheiros em territórios rurais não constitui um fenómeno isolado, depende das interacções entre diferentes actores, contextos e estruturas sociais. Este processo envolve a reconstrução das relações sociais e a reinserção económica, num contexto em que o território é reconfigurado simultaneamente como espaço de propriedade e como memória simbólica (Halvorsen *et al*., 2019; Sabourin, 2022). Em muitos casos, esta reconfiguração ocorre em contextos marcados por desigualdades e constrangimentos espaciais, caracterizados pela escassez de serviços básicos e pela fraca cobertura de infraestruturas, factores que limitam a inserção económica e a participação social efectiva (INE, 2023; Rosário *et al*., 2009).

O território onde este processo ocorre não pode ser entendido como um espaço neutro, devendo ser considerado uma construção social dinâmica, moldada por práticas quotidianas, relações de produção e representações colectivas (Lefebvre, 1991). Nestes termos, o território é atravessado por disputas que regulam o acesso aos recursos, a legitimidade do seu uso e a distribuição das desigualdades sociais (Haesbaert, 2010; Brighenti, 2010). Em Moçambique, tais desigualdades tornam-se visíveis no acesso diferenciado aos serviços básicos, nas infraestruturas disponíveis, na qualidade dos assentamentos e na persistência de barreiras físicas e simbólicas que limitam o usufruto dos serviços públicos e das oportunidades económicas, evidenciando a permanência da exclusão territorial (Rosário *et al.*, 2009; Carter, 2010; INE, 2023; Governo do Distrito de Murrupula, 2023).

Perante este cenário, torna-se urgente o desenho de políticas públicas territorialmente sensíveis e inclusivas. A territorialização da reintegração exige a compreensão das práticas locais, dos laços comunitários e das experiências vividas que moldam as trajectórias de reinserção dos ex-guerrilheiros (Sabourin, 2022). O regresso à vida civil não deve limitar-se à formalidade administrativa, devendo traduzir-se em inclusão económica, social e institucional efectiva (Bonnal *et al*., 2012).

Embora Silva (2015) interprete o território como resultado da apropriação do espaço mediada por sistemas de poder e comunicação, esta concepção ganha particular relevância quando confrontada com a realidade moçambicana, onde a fragmentação institucional e a desigualdade no acesso aos recursos continuam a marcar os espaços rurais. No Distrito de Murrupula, por exemplo, os efeitos da guerra civil deixaram marcas visíveis na distribuição dos serviços, reproduzindo padrões persistentes de exclusão social (Rosário *et al.*, 2009; INE, 2023). Neste estudo, observa-se que a precariedade das infraestruturas, aliada à dispersão dos assentamentos, contribui para a limitação da cidadania efectiva e para o agravamento da vulnerabilidade socioeconómica.

Esta situação reflecte-se na fragilidade institucional, comprometendo a confiança das comunidades nas estruturas do Estado (Chaimite & Forquilha, 2015). Como observam Wiegink (2015); Weimer & Buerno (2020) e Goffman (2006), as limitações dos programas de reintegração decorrem, em grande medida, da desvalorização das realidades territoriais locais, frequentemente afastadas dos centros de decisão. Nestes contextos, as lideranças locais desempenham um papel relevante ao articular redes de apoio social e mecanismos de reconhecimento cultural na reconstrução dos laços comunitários. Nestes termos, os processos de desterritorialização e reterritorialização, tal como propostos por Saquet (2009),

remetem para a mobilidade espacial e para a reconfiguração simbólica e política dos territórios.

Neste quadro, é fundamental que os programas de DDR sejam concebidos tendo em conta a realidade do território de implementação, integrando práticas e dinâmicas comunitárias frequentemente negligenciadas (Alberto & Raimundo, 2025; Knight, 2008b). Para Duffield (2007), as intervenções externas que desvalorizam a governação local tendem a fracassar ou a apresentar resultados limitados. Por conseguinte, o planeamento territorial deve assumir uma perspectiva sensível às realidades concretas, incorporando a participação activa dos actores locais, o diálogo interinstitucional e o reconhecimento dos mecanismos próprios de resiliência comunitária (Fernández-García & Olay-Varillas, 2021).

Todavia, a reintegração dos ex-guerrilheiros em contextos rurais exige políticas públicas territorializadas que reconheçam o território como uma construção social marcada por desigualdades, disputas simbólicas e limitações materiais. A eficácia das intervenções depende da valorização das dinâmicas comunitárias, do envolvimento dos actores locais e da incorporação das práticas quotidianas que estruturam a vida social (Sabourin, 2022; Brighenti, 2010; Fernández-García & Olay-Varillas, 2021).

A desconsideração das características territoriais fragiliza os programas de reintegração e perpetua formas de exclusão (Wiegink, 2015a; Duffield (2007). Assim, o planeamento territorial deve adoptar uma abordagem sensível e participativa, articulando os recursos locais, o reconhecimento cultural e a reconfiguração dos laços comunitários como fundamentos para uma reintegração efectiva e sustentável (Alberto & Raimundo, 2025; Saquet, 2009).

1.15. As organizações religiosas e a sociedade civil como mediadoras do DDR

Num contexto de fragilidade institucional, as organizações religiosas e a sociedade civil desempenham papéis determinantes nos processos de DDR (Knight, 2008a; Weimer & Bueno, 2020). Pela proximidade às comunidades, pela legitimidade construída no quotidiano e pela capacidade de mobilização simbólica, estas organizações ocupam um lugar relevante na reconstrução dos laços sociais e na mediação de conflitos (Weimer & Bueno, 2020; Aganah, 2023). Neste sentido, actuam como pontes entre as necessidades comunitárias e respostas estruturadas, articulando apoio material e reconhecimento identitário.

Em Moçambique, este papel ganhou visibilidade desde o processo de negociação da paz. O Conselho Cristão de Moçambique (CCM), ainda antes da assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, criou a Comissão de Justiça, Paz e Reconciliação, destacando-se a iniciativa "Transformar armas em enxadas", que simbolizava a transição da violência para a reconstrução produtiva (Croll, 2004). A liderança espiritual de figuras como o bispo Dinis Sengulane e o padre Filipe Couto, cujo envolvimento foi decisivo na mediação entre as partes, evidencia como a fé e a moral religiosa podem funcionar como alavancas diplomáticas não convencionais (Bergh, 2008).

Estas entidades desempenharam igualmente um papel relevante na reintegração comunitária dos ex-guerrilheiros, através da realização de rituais de recepção e cerimónias de purificação conduzidas por lideranças religiosas, que contribuíram para reduzir o estigma social e facilitar o reingresso nas comunidades (Weimer, 2019; Willems & van Leeuwen, 2015). A valorização de práticas culturais e espirituais, associadas a formas tradicionais de autoridade, revelou-se mais ajustada às dimensões simbólicas e emocionais da transição para a vida civil do que modelos institucionais externos (Jennings, 2007; Rodrigues & Migon, 2019).

Contudo, o sucesso deste processo depende da capacidade das instituições religiosas dialogarem com os valores locais de forma inclusiva, evitando a cristalização de normas ou a exclusão de segmentos menos representados (Willems & van Leeuwen, 2015). De igual modo, a sociedade civil, através de ONG's, associações e iniciativas locais, tem desempenhado um papel significativo na reintegração económica e social. Em regiões com presença limitada do Estado, estas organizações têm oferecido formação profissional, apoio psicossocial, capacitação agrícola e acesso ao crédito (Coelho, 2002; Weimer, 2020). A eficácia destas acções tende a ser comprometida por lacunas de coordenação interinstitucional e pela dependência de financiamento externo, o que frequentemente gera descontinuidades (Brzoska, 2005; Muggah, 2005; Donais, 2012).

Adicionalmente, o impacto destas organizações não está isento de desafios. Em determinados contextos, disputas internas, orientações partidárias ou divisões confessionais podem afectar negativamente a sua percepção pública, comprometendo a imparcialidade necessária à mediação (Sandal, 2019). A legitimidade religiosa ou comunitária não é estática nem universal; varia entre grupos e territórios, exigindo destas entidades um compromisso contínuo com princípios de neutralidade, ética e transparência (Donais, 2012).

Assim, a efectividade do DDR depende da articulação entre dimensões técnicas e simbólicas, entre estruturas formais e práticas comunitárias. Como refere Pereira (2016), a paz não se consolida apenas por via de infraestruturas ou legislação, mas através da reconstrução dos sentidos de pertença, da valorização das identidades e da restauração da confiança. Neste quadro, as organizações religiosas e as estruturas da sociedade civil destacam-se como mediadoras privilegiadas da reconciliação (Knight, 2008b).

Para que esta actuação produza efeitos duradouros, é necessário que o Estado reconheça e institucionalize a colaboração com estas entidades, atribuindo-lhes espaço, recursos previsíveis, capacitação técnica e participação na formulação das políticas de DDR (Schia *et al*., 2010 ; Donais, 2012; Brzoska, 2005). A consolidação da paz exige mais do que o silêncio das armas; requer a escuta e integração das vozes que, de forma persistente e frequentemente invisibilizada, têm sustentado os processos de reconciliação (Weimer, 2019).

Embora a literatura reconheça o contributo das organizações religiosas e da sociedade civil na mediação dos processos de DDR, sobretudo no restabelecimento da confiança, na reconciliação simbólica e na redução do estigma social (Knight, 2008a; Willems & van Leeuwen, 2015; Weimer, 2019), este papel é, por vezes, apresentado de forma excessivamente normativa. Muitos estudos assumem que a proximidade comunitária gera automaticamente legitimidade e inclusão, ignorando que estas organizações também podem reproduzir assimetrias de poder, disputas confessionais, alinhamentos político-partidários e dependência financeira externa, factores que fragilizam a sua imparcialidade e eficácia (Sandal, 2019; Donais, 2012). Assim, a mediação religiosa e comunitária não deve ser entendida como substituto natural do Estado, mas como a actuação de um actor inserido em contextos marcados por interesses divergentes, tensões locais e desigualdades de voz entre grupos sociais.

Em paralelo, permanece pouco explorado até que ponto a acção destas organizações é integrada em estratégias nacionais consistentes de paz e desenvolvimento, ou se opera como resposta a falhas institucionais do Estado (Brzoska, 2005; Galán, 2020). A dependência estrutural de financiamento internacional, as limitações de coordenação interinstitucional e a ausência de mecanismos de responsabilização podem transformar intervenções comunitárias em soluções paliativas, sem capacidade de gerar mudanças estruturais duradouras.

Deste modo, a consolidação do DDR requer uma abordagem que reconheça simultaneamente o potencial mediador das organizações religiosas e da sociedade civil e os riscos da sua instrumentalização, reforçando modelos de cooperação institucional assentes na transparência, na participação inclusiva e na sustentabilidade financeira.

1.16. Justificação sobre a selecção de exemplos internacionais de DDR

Ao longo desta investigação, foram incorporadas experiências de DDR implementadas em diferentes regiões do mundo, nomeadamente na África Ocidental (Burundi, Serra Leoa, Nigéria), na África Austral (Angola, África do Sul, Namíbia) e na América Latina (Colômbia), com o propósito de enriquecer a análise crítica do caso moçambicano, em particular do Distrito de Murrupula. Esta selecção não resulta de um critério meramente geográfico, mas da relevância analítica de cada exemplo para compreender os desafios, limitações e lições do processo de reintegração em contextos pós-conflito.

A diversidade dos contextos considerados permite identificar padrões comuns, como a importância do envolvimento comunitário, a necessidade de políticas públicas sustentadas e a influência das dinâmicas socioterritoriais. Cada país analisado enfrentou dilemas específicos na reintegração de ex-guerrilheiros, e a análise desses casos oferece um referencial comparativo que contribui para uma compreensão mais aprofundada das fragilidades e potencialidades do DDR em Moçambique.

Neste sentido, as experiências internacionais são referenciadas de forma transversal ao longo da tese, funcionando como um espelho analítico para problematizar aspectos como a aceitação social, o papel das redes comunitárias, a territorialização das políticas de reintegração e os riscos de exclusão socioterritorial. A utilização destes exemplos tem como objectivo reforçar a reflexão crítica sobre o modelo adoptado em Moçambique e propor caminhos mais ajustados às realidades locais.

1.17. Lacuna Identificada na Literatura

Grande parte dos estudos sobre o DDR em Moçambique tem privilegiado os aspectos políticos, militares e administrativos do processo, centrando-se na assinatura dos acordos de paz, na estabilização imediata e no número de combatentes desmobilizados (Lalá, 2010; Dzinesa, 2012; Muggah & O'Donnell, 2015). Contudo, observa-se uma atenção limitada às condições socioterritoriais concretas dos locais onde ocorre a reintegração, sobretudo em

contextos rurais como o Distrito de Murrupula, onde os desafios de desenvolvimento são mais acentuados e a presença do Estado se revela insuficiente.

Poucos estudos analisam de forma aprofundada como as características do território, tais como o acesso à terra, a actuação das instituições locais, os laços comunitários e as redes sociais, condicionam o processo de reintegração dos ex-guerrilheiros (Weimer & Bueno, 2020; Halvorsen *et al.*, 2019; Wiegink, 2015). Esta limitação metodológica e teórica resulta numa compreensão insuficiente dos factores que determinam a eficácia dos programas de DDR em contextos específicos.

De igual modo, verifica-se uma fraca articulação entre as políticas nacionais de reintegração e as especificidades dos territórios onde estas são aplicadas, o que compromete os resultados das intervenções (Donais, 2012; Brandão, 2019). A ausência de uma leitura próxima das dinâmicas locais, sociais e económicas contribui para soluções descontextualizadas e de baixo impacto. É neste ponto que se situa a lacuna da literatura, ou seja, na escassez de estudos que analisem o DDR a partir das suas dimensões socioterritoriais locais, valorizando o território como variável analítica e política. Assim, o presente estudo procura preencher essa lacuna ao analisar a influência dos factores socioterritoriais na reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula.

CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Este capítulo apresenta a base teórica e conceptual que sustenta a investigação, propondo um modelo teórico-analítico para compreender a influência dos factores socioterritoriais na implementação dos Programas de DDR no Distrito de Murrupula. O modelo adopta uma abordagem interdisciplinar, na qual os factores socioterritoriais constituem o conceito analítico central, estruturado em quatro dimensões: (i) a dimensão territorial, que permite compreender as especificidades espaciais, os recursos e os serviços existentes no território; (ii) a governação multinível, que analisa a articulação entre os diferentes níveis de governação e os actores envolvidos na implementação do DDR; (iii) o desenvolvimento como liberdade, que enfatiza a ampliação das capacidades, das oportunidades e da autonomia dos ex-guerrilheiros; e (iv) o capital social, entendido como o conjunto de relações de confiança, redes e normas que favorecem a inclusão social e a reintegração comunitária. Na segunda parte do capítulo são definidos os principais conceitos operacionais que orientam a investigação e sustentam a análise empírica.

2. MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE INTEGRADO

O modelo teórico-analítico proposto permite compreender de que modo as dimensões analíticas seleccionadas interagem na implementação dos Programas de DDR no Distrito de Murrupula. A articulação entre estas dimensões possibilita analisar as relações estabelecidas entre o território, as instituições, as comunidades e as condições socioeconómicas locais, evidenciando a sua influência na implementação do DDR e na eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros. Neste estudo, estas dimensões operacionalizam o conceito de factores socioterritoriais proposto por Fernandes (2023), integrando contributos de Sabourin (2022) e de Luukkonen & Moilanen (2012), por incorporarem, de forma complementar, elementos tangíveis e intangíveis que influenciam a implementação das políticas de DDR e a sustentabilidade da reintegração.

2.1. Dimensão Territorial: espaço social e reintegração

A primeira dimensão do modelo teórico sustenta-se na perspectiva territorial, baseada na obra de Henri Lefebvre (1991), que concebe o território como uma construção social, histórica e política. Para o autor, o espaço é um produto das relações sociais e das disputas simbólicas e práticas, materializando-se nas interacções quotidianas e nas formas de poder.

Autores como Saquet (2009) e Silva (2015) aprofundam esta leitura ao compreenderem o território como uma rede de identidades, comunicação e resistência simbólica. Neste quadro, a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula é interpretada como um processo de reconstrução de laços identitários e territoriais, mais do que uma simples medida administrativa (Alberto & Raimundo, 2024; Aguilar, 2023; Wiegink, 2015).

O retorno dos ex-guerrilheiros às comunidades implica, portanto, a reconfiguração das relações sociais e simbólicas, exigindo aceitação comunitária e o restabelecimento dos laços de pertença (Annan *et al.*, 2009). Em Murrupula, este processo é influenciado por memórias da guerra, estigmatização e disputas por recursos (Chaimite & Forquilha, 2015), factores que condicionam a coesão social e a integração efectiva.

Segundo Lefebvre (1991), a noção de "direito ao território" transcende o simples vínculo espacial, enfatizando que a pertença territorial se concretiza através da participação activa na transformação social e na construção colectiva do espaço vivido. Assim, reintegrar significa exercer cidadania e garantir acesso ao espaço produtivo, superando desigualdades históricas e simbólicas. Esta dimensão permite compreender a reintegração como um fenómeno territorialmente situado, no qual o espaço e a identidade se constroem de forma interdependente.

2.2. Dimensão da Governação Multinível

A segunda dimensão sustenta-se na teoria da governação multinível, proposta por Hooghe & Marks (2001), que oferece um enquadramento conceptual pertinente ao defender que a autoridade governativa deve ser partilhada entre diversos níveis, local, regional, nacional e internacional, permitindo uma maior adaptação das políticas às especificidades territoriais. Ao contrário de modelos hierarquizados, esta abordagem valoriza a cooperação entre actores institucionais, reforçando a eficácia e a legitimidade das intervenções públicas (Schia *et al*., 2010).

Esta dimensão é relevante na análise de programas de DDR, por exigir coordenação entre múltiplos sectores e níveis de governação. Como referem Donais (2012) e Muggah (2005), a fragmentação institucional e a fraca articulação entre estruturas governamentais e actores locais tendem a comprometer os resultados destes programas. Por sua vez, Schia *et al.* (2010) complementam esta perspectiva ao destacar a necessidade de uma governação partilhada, sustentada por canais permanentes de diálogo e concertação entre os diferentes níveis e

actores envolvidos. Para estes autores, tal articulação é fundamental para prevenir sobreposições de competências e lacunas operacionais, assegurando maior coerência, coordenação e eficácia na implementação das políticas públicas.

Em Moçambique, no Distrito de Murrupula, verifica-se uma clara dissociação entre o nível central e as administrações locais, como demonstram Carolina *et al*. (2023). Para estes autores, as decisões centralizadas nem sempre têm em conta as particularidades sociais, económicas e culturais dos territórios, resultando em políticas padronizadas e pouco sensíveis às realidades locais. Esta desarticulação compromete a coerência dos programas de DDR, tal como refere Reis (2019), conduzindo a intervenções fragmentadas e à ausência de uniformidade nos resultados. A centralização excessiva limita a capacidade de resposta das autoridades locais, impedindo que actuem como mediadoras eficazes entre o Estado e os ex-guerrilheiros (Knight, 2008a). Como resultado, torna-se difícil promover iniciativas de reconciliação, inclusão produtiva e reconstrução de laços sociais duradouros.

Neste contexto, a governação multinível surge não apenas como um conceito teórico, mas como um instrumento operativo para reorganizar os processos decisórios. A sua aplicação ao DDR implica reconhecer a importância dos actores locais, institucionalizar a cooperação intergovernamental e garantir meios técnicos e financeiros adequados à implementação das políticas (Donais, 2012; Brzoska, 2005).

No presente estudo, a governação multinível assume uma função transversal no modelo teórico-analítico, articulando a dimensão territorial, o desenvolvimento como liberdade e o capital social. Nesta perspectiva, a implementação dos Programas de DDR depende da coordenação entre os diferentes níveis de governação e da cooperação entre as instituições públicas, as comunidades locais e os demais actores envolvidos, contribuindo para uma implementação mais coerente e ajustada às especificidades do contexto local.

2.3. Dimensão do Desenvolvimento como Liberdade

A terceira dimensão inspira-se na teoria do desenvolvimento como liberdade, proposta por Amartya Sen (1999), que compreende o desenvolvimento como a expansão das capacidades e liberdades reais dos indivíduos. Esta abordagem desloca o foco do crescimento económico para a possibilidade de os sujeitos exercerem escolhas significativas e viverem com dignidade.

Para que a reintegração dos ex-guerrilheiros se consolide de forma duradoura, torna-se necessário superar uma visão restrita do desenvolvimento centrada exclusivamente no crescimento económico. Amartya Sen (1999) propõe uma perspectiva que privilegia a expansão das liberdades reais, entendidas como a possibilidade de viver com dignidade, escolher os próprios percursos e participar activamente na vida social.

Neste enquadramento, o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de remoção de privações, tais como o acesso desigual à educação, à saúde, à segurança alimentar e às oportunidades económicas (Sen, 1999). Assim, a reintegração dos ex-guerrilheiros não deve limitar-se à inserção em programas formais de assistência. Como defendem Donais (2012) e Muggah (2005), torna-se necessário assegurar condições estruturais que permitam a reconstrução autónoma e sustentável das suas trajectórias de vida.

A evidência empírica de Murrupula demonstra que a maioria dos ex-guerrilheiros enfrenta dificuldades concretas na reconstrução dos meios de subsistência, devido ao acesso limitado à terra, ao crédito e à formação técnica (Alberto & Raimundo, 2024). Knight (2008b) considera que, em vários países africanos, o sucesso dos programas de DDR depende da adopção de estratégias de desenvolvimento local inclusivo. Neste sentido, políticas que promovam o empreendedorismo comunitário, a economia solidária e o microcrédito podem criar vias alternativas de integração económica (Ferreira, 2024; Niederle & Radomsky, 2016).

Em paralelo, é fundamental respeitar as práticas e dinâmicas locais na formulação destas políticas. Jennings (2007) e Willems & van Leeuwen (2015) alertam que, em contextos pós-conflito, o afastamento das redes sociais e das formas comunitárias de organização contribui para o fracasso das estratégias formais de reintegração. A autonomia torna-se possível quando os indivíduos têm acesso não apenas a bens materiais, mas também ao reconhecimento simbólico e à possibilidade de exercer influência sobre os processos que moldam as suas vidas (Sen, 1999; Phayal *et al*., 2015).

A inclusão produtiva dos ex-guerrilheiros constitui, simultaneamente, uma questão económica, política e ética. Como referem Willems & van Leeuwen (2015), a eficácia dos programas de DDR depende da sua articulação com os actores locais e da valorização das capacidades endógenas das comunidades. Parry & Aymerich (2023) acrescentam que, na ausência de instrumentos que garantam o acesso ao crédito, aos meios produtivos e ao apoio técnico, tende a perpetuar-se um ciclo de vulnerabilidade económica que compromete o

processo de reintegração. Esta perspectiva converge com a teoria do desenvolvimento como liberdade, ao colocar a dignidade humana, a autonomia e a capacidade de escolha no centro das políticas públicas (Sen, 1999).

2.4. Dimensão do capital social

A quarta dimensão fundamenta-se na teoria do capital social, desenvolvida por Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Putnam (2000), que concebem o capital social como o conjunto de recursos e relações assentes na confiança, reciprocidade e cooperação. A reintegração dos ex-guerrilheiros em contextos pós-conflito, como no Distrito de Murrupula, exige a articulação entre mecanismos institucionais, valorização das redes comunitárias, acesso aos serviços básicos e fortalecimento das capacidades locais (Alberto & Raimundo, 2025).

A teoria do capital social oferece um enquadramento analítico adequado para compreender os elementos relacionais que sustentam este processo. Segundo Bourdieu (1986), o capital social corresponde ao conjunto de recursos acessíveis através das redes de pertença e reconhecimento, cuja eficácia depende da solidez das relações e da legitimidade das estruturas que as sustentam.

Por sua vez, Coleman (1988) aprofunda esta abordagem ao destacar o papel das normas sociais e das redes comunitárias na promoção da cooperação e do bem-estar colectivo. A sua leitura enfatiza a importância das relações estruturadas na redução dos custos de coordenação e no incentivo à acção colectiva. Estas dinâmicas são particularmente relevantes para os ex-guerrilheiros, cuja reinserção depende da existência de redes locais estáveis, inclusivas e abertas à sua participação activa.

De igual modo, Putnam (2000) complementa esta análise ao distinguir entre capital social de ligação, baseado em laços fortes e homogéneos no interior dos grupos, e capital social de ponte, resultante das interacções entre grupos distintos. O primeiro reforça identidades internas e a coesão grupal, mas pode limitar a abertura ao outro; o segundo é fundamental para a construção de confiança interpessoal alargada e para a criação de solidariedades mais abrangentes. Para Putnam (2000), a ausência de redes de ponte tende a acentuar o isolamento dos ex-guerrilheiros e a dificultar a sua inclusão na vida comunitária.

No caso de Murrupula, embora muitos ex-guerrilheiros encontrem suporte em redes entre pares, a ausência de laços consistentes com civis e instituições locais compromete a integração a médio e longo prazo. A criação de espaços partilhados de convivência, através

de iniciativas económicas, culturais e cívicas, revela-se fundamental para superar barreiras simbólicas e promover a coesão social. Neste sentido, os programas de apoio devem ultrapassar a lógica da provisão material e incentivar a participação activa de organizações comunitárias, religiosas e tradicionais enquanto agentes promotores de redes de solidariedade e confiança mútua.

Para Coleman (1988) e Putnam (2000), o sucesso das políticas de inclusão social depende da existência de relações sociais diversificadas que estimulem a cooperação e o sentido de pertença. A resiliência social emerge, assim, das interdependências positivas e do reconhecimento mútuo entre os membros da comunidade. Neste contexto, o êxito da reintegração não reside apenas na disponibilização de recursos materiais, mas também na capacidade de construir relações recíprocas, duradouras e transformadoras.

Neste quadro, as quatro dimensões teóricas apresentadas constituem a base conceptual do modelo integrado de análise do DDR em Murrupula. Este modelo permite compreender a reintegração dos ex-guerrilheiros como um processo complexo e multidimensional, influenciado simultaneamente por factores territoriais, institucionais, económicos e relacionais. Assim, o modelo não se limita a uma formulação teórica, mas traduz-se num instrumento operativo de leitura das dinâmicas locais, assegurando coerência entre os planos conceptual e empírico da investigação. A Figura 3 ilustra o modelo integrado de análise do DDR em Murrupula, baseado nas quatro dimensões.

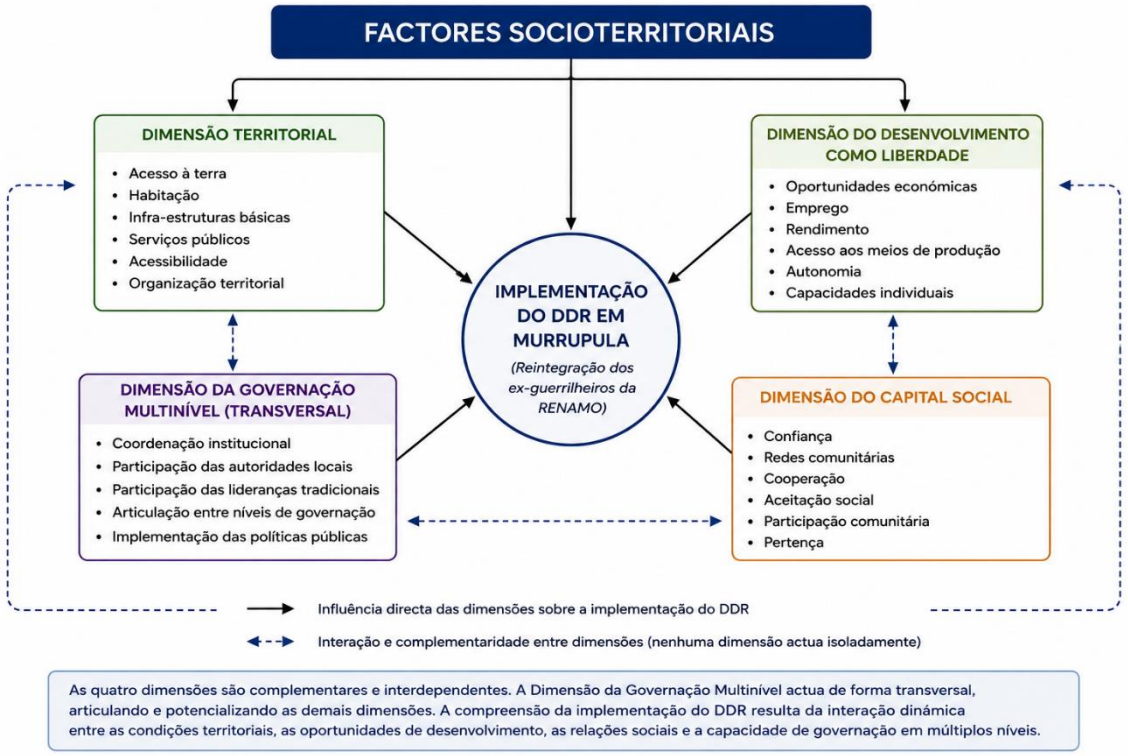

Figura 3: Modelo de análise integrado

Fonte: Elaboração própria com base em Lefebvre (1991); Hooghe & Marks (2001); Sen (1999); Bourdieu, Putnam e Coleman (1986-2000).

A partir da estrutura conceptual apresentada na Figura 3, torna-se pertinente apresentar, de forma sintética, as dimensões analíticas que operacionalizam os factores socioterritoriais no modelo teórico-analítico. Nesta perspectiva, a Tabela 4 sintetiza a estrutura do modelo, evidenciando as dimensões analíticas, as respectivas variáveis e os indicadores empíricos observáveis no contexto local de Murrupula. Esta sistematização facilita a compreensão da articulação entre o quadro teórico e a evidência empírica, reforçando a coerência interna do modelo e a sua aplicabilidade à análise da implementação dos Programas de DDR.

Tabela 4: Estrutura do Modelo Teórico-Analítico

Dimensão teórica	Descrição analítica	Indicadores
1. Dimensão Territorial	Examina a relação entre território, identidade e pertença social, considerando o modo como os espaços locais condicionam as formas de reintegração. Parte do princípio de que o território é uma construção social e política, onde se expressam desigualdades e oportunidades.	Acesso à terra, inserção na economia agrícola, redes locais de cooperação, práticas culturais e comunitárias.
2. Dimensão da Governação Multinível	Analisa a articulação entre os diferentes níveis de governação (Nacional, provincial, Distrital e comunitário) na implementação do DDR. Foca-se nas relações institucionais e nos mecanismos de coordenação e participação.	Participação de autoridades locais, papel das organizações da sociedade civil, coordenação interinstitucional e inclusão das comunidades nos processos de decisão.
3. Dimensão do Desenvolvimento como Liberdade	Fundamenta-se na perspetiva de que o desenvolvimento consiste na expansão das liberdades e capacidades humanas. A reintegração é vista como um processo de inclusão económica, social e simbólica.	Criação de meios de subsistência, acesso a bens produtivos, formação profissional e reconhecimento social dos ex-guerrilheiros.
4. Dimensão do Capital Social	Explora o papel das redes sociais, da confiança e da cooperação na reconstrução do tecido social pós-conflito. O capital social é entendido como um recurso colectivo que sustenta a coesão e a reconciliação.	Relações de confiança entre ex-guerrilheiros e comunidades, redes de apoio mútuo, práticas solidárias e mecanismos de inclusão social.

Fonte: Elaboração própria com base em Lefebvre (1991); Hooghe & Marks (2001); Sen (1999); Bourdieu, Coleman e Putnam (1986 -2000).

O modelo teórico-analítico constituiu não apenas a referência conceptual da investigação, mas também o principal instrumento orientador da recolha, categorização e interpretação dos dados. Cada dimensão definiu um eixo temático de análise, permitindo identificar padrões, convergências e divergências nas narrativas recolhidas durante o trabalho de campo. A articulação entre teoria e método reforça a validade do estudo de caso e sustenta a aplicabilidade do modelo à análise da implementação dos Programas de DDR e da reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula (Yin, 2018; Creswell, 2010).

Nestes termos, o modelo procura ultrapassar uma leitura normativa e descritiva da reintegração, compreendendo-a como um processo social complexo, influenciado por factores territoriais, institucionais, económicos e relacionais. A selecção das quatro dimensões analíticas não é arbitrária, mas resulta da sua capacidade explicativa para compreender de que modo a implementação dos Programas de DDR produz resultados distintos em diferentes contextos territoriais e sociais.

A dimensão territorial, inspirada em Lefebvre (1991) e Fernandes (2023), permite compreender o território como uma construção social e política, evidenciando que a reintegração ocorre em contextos marcados por desigualdades estruturais, estigmatização e fragilidade institucional. Contudo, reconhece-se que, isoladamente, esta abordagem poderá conduzir a uma interpretação centrada no espaço, razão pela qual é complementada pela teoria da governação multinível (Hooghe & Marks, 2001), que introduz a análise da articulação entre os diferentes níveis de governação e dos diversos actores envolvidos na implementação do DDR.

Por sua vez, a governação multinível, embora fundamental para compreender os mecanismos institucionais de coordenação, tende a privilegiar a esfera organizacional, podendo desvalorizar as condições concretas de vida dos ex-guerrilheiros. Para superar esta limitação, o modelo integra a abordagem do desenvolvimento como liberdade, proposta por Amartya Sen (1999), que desloca a análise para as capacidades, oportunidades e condições necessárias à construção de meios de vida sustentáveis. Nesta perspectiva, a reintegração deixa de ser entendida apenas como acesso ao rendimento ou ao emprego, passando a ser interpretada como um processo de ampliação das capacidades individuais e de participação efectiva na vida económica e social.

Todavia, o desenvolvimento como liberdade não explica, por si só, a forma como essas capacidades são construídas ou limitadas pelas relações sociais estabelecidas nas comunidades. Neste contexto, a teoria do capital social, desenvolvida por Bourdieu (1986), Coleman (1988) e Putnam (2000), permite compreender o papel das redes de confiança, da cooperação, do sentimento de pertença e da aceitação comunitária na facilitação ou limitação da reintegração dos ex-guerrilheiros. Em simultânea, esta abordagem evita uma visão idealizada da comunidade, reconhecendo que as redes sociais podem igualmente reproduzir relações de exclusão, desigualdade e clientelismo.

Contudo, o modelo assume um carácter sistémico e complementar, no qual as quatro dimensões analíticas se articulam para explicar a implementação dos Programas de DDR e os seus efeitos na reintegração dos ex-guerrilheiros. A dimensão territorial evidencia as condições do espaço de acolhimento; a governação multinível explica os mecanismos de coordenação institucional; o desenvolvimento como liberdade centra-se na criação de capacidades e oportunidades; e o capital social permite compreender a influência das relações comunitárias na reconstrução dos percursos de vida. Assim, a relevância do modelo reside na sua capacidade para demonstrar que a eficácia da implementação do DDR não depende apenas dos recursos financeiros ou dos enquadramentos normativos, mas da articulação entre políticas públicas, condições territoriais, capacidades individuais e redes sociais.

2.5. Definição de conceitos-chave

Os principais conceitos-chave apresentados neste estudo são DDR, reintegração, reintegração socioeconómica, ex-guerrilheiros e factores socioterritoriais. Estes elementos constituem a base conceptual para a análise dos factores que condicionam a implementação dos programas de DDR no Distrito de Murrupula. A sua relevância reside na capacidade de estabelecer interacções entre os diferentes actores envolvidos no processo, os contextos sociais e territoriais e as estratégias de reintegração ajustadas às realidades locais.

2.5.1. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Segundo as Nações Unidas, o DDR constitui uma estratégia fundamental para a reconstrução no período pós-conflito, ao articular simultaneamente dimensões de segurança e de desenvolvimento (United Nations, 2010). Na mesma linha de reflexão, Phayal *et al*. (2015) e Rios-Cardona *et al*. (2015) sustentam que o DDR compreende três fases fundamentais: o desarmamento, que consiste na recolha e eliminação de armas; a desmobilização, correspondente à dissolução das forças combatentes; e a reintegração, entendida como o regresso dos ex-guerrilheiros às suas comunidades com vista à reconstrução da vida civil.

Autores como Millán-Quijano (2021); Kaplan & Nussio (2018) e Humphreys & Weinstein (2007) sustentam que o DDR exige esforços coordenados para garantir a aceitação social dos ex-guerrilheiros nas comunidades receptoras. O sucesso destes programas depende da sua articulação com as realidades sociais e económicas locais, de modo a promover um ambiente simultaneamente seguro e propício ao desenvolvimento (United Nations, 2010).

De forma convergente, Suárez & Baines (2022) defendem que, para além de estabilizar contextos pós-conflito, o DDR pode contribuir para o desenvolvimento económico sustentável.

No contexto da Nigéria, por exemplo, os programas de DDR foram implementados através da concessão de apoio financeiro e formação profissional; contudo, enfrentaram limitações significativas devido ao fraco alinhamento com as condições económicas e sociais específicas da região (Ike *et al.*, 2022; Ebiede *et al.*, 2020). Este facto evidencia a importância de integrar factores locais, como infraestruturas, redes sociais e sistemas produtivos, no desenho dos programas de DDR, de modo a garantir a sua eficácia (Suárez & Baines, 2022). Assim, ao promover a desmobilização e a reintegração dos ex-guerrilheiros, o DDR contribui para a estabilidade política, a reconstrução do tecido social, a reconciliação nacional e o reforço do desenvolvimento local (Kaplan & Nussio, 2018; Themnér & Karlén, 2020; Humphreys & Weinstein, 2007).

2.5.2. Reintegração

Neste estudo, a reintegração é entendida como o processo através do qual os ex-guerrilheiros recuperam a pertença social, a funcionalidade económica e o reconhecimento simbólico no seio das comunidades civis. Não se limita a uma etapa administrativa do DDR, correspondendo antes à reconstrução progressiva dos laços sociais, económicos e normativos que ligam o indivíduo à vida colectiva. Inspirada na leitura de Durkheim (1999), a reintegração implica a recomposição das formas de solidariedade social, permitindo que os ex-guerrilheiros deixem de ser percepcionados como elementos externos e passem a integrar as redes locais de cooperação.

No contexto moçambicano, Coelho (2002) sustenta que a reintegração se concretiza quando as condições de vida e os problemas dos ex-guerrilheiros convergem com os dos restantes membros da comunidade. Assim, a reintegração configura-se como um processo simultaneamente estrutural, relacional e simbólico, envolvendo o acesso a recursos, a aceitação social e a superação do estigma.

Para efeitos analíticos, este conceito é mobilizado de forma integrada às dimensões socioterritoriais do estudo, significando que a reintegração não ocorre num vazio social, mas em territórios concretos marcados por desigualdades no acesso à terra, aos serviços básicos e às oportunidades económicas. Deste modo, a reintegração é definida como um processo situado, condicionado pelas dinâmicas locais de governação multinível, pelas redes

comunitárias e pelas condições materiais de existência. A sua avaliação não se limita à ausência de violência, mas considera a capacidade efectiva dos ex-guerrilheiros reconstruírem projectos de vida socialmente reconhecidos.

2.5.3. Reintegração socioeconómica

De acordo com Elnitsky *et al*. (2017), a reintegração socioeconómica consiste no regresso dos ex-guerrilheiros às suas comunidades, permitindo a sua participação no desenvolvimento local. Contudo, este processo, apesar dos potenciais benefícios, pode ser acompanhado por stress e dificuldades pessoais. Romaniuk *et al*. (2020) salientam que a reintegração representa um desafio para os Estados, uma vez que muitos destes indivíduos, ao longo do conflito, contraem doenças crónicas ou desenvolvem incapacidades, necessitando de acompanhamento médico e psicoterapêutico.

Nestes termos, a transição do ambiente de guerra para a vida civil deve ser entendida como uma fase de risco, associada ao aumento de perturbações psicológicas e à vulnerabilidade emocional (Gislesen, 2006). Por sua vez, Aghedo (2013) destaca a importância de assegurar a independência económica dos ex-guerrilheiros, promovendo o trabalho autónomo e estratégias sustentáveis de subsistência a longo prazo.

A reintegração socioeconómica visa dotar os ex-guerrilheiros de competências e recursos necessários para uma participação activa na vida civil (Nilsson, 2005). Torjesen (2006) defende que este processo deve ser assegurado por medidas que garantam autonomia económica nas comunidades de acolhimento. Nesse sentido, Humphreys & Weinstein (2007) e Wiegink & Sprenkels (2022) consideram a formação profissional e o apoio financeiro instrumentos fundamentais para promover autonomia económica e aceitação social.

Todavia, a dimensão económica da reintegração não se esgota no acesso a rendimento. Está associada à participação em actividades geradoras de rendimento, ao apoio técnico e ao fortalecimento das redes sociais, elementos que constituem pilares para uma paz duradoura (Donais, 2012). Parry & Aymerich (2023) argumentam que o sucesso da reintegração depende de iniciativas orientadas para a qualificação profissional, o acesso ao mercado de trabalho, a educação e a integração comunitária. Na mesma linha, Rabasa (2011) sublinha a importância da formação como meio de garantir fontes de rendimento sustentáveis e de afastar os ex-guerrilheiros da violência. De forma complementar, Lalá (2005) reforça que a

reconstrução pós-conflito deve ser acompanhada por iniciativas económicas estruturadas, capazes de favorecer a aceitação social e a estabilidade comunitária.

2.5.4. Ex-guerrilheiros

De acordo com Goffredo (2014), os ex-guerrilheiros são indivíduos que participaram directamente num conflito armado e que, por diversas razões, foram desmobilizados, deixando de desempenhar funções militares activas. Esta categoria pode incluir combatentes regulares e irregulares, bem como actores envolvidos em actividades de apoio militar, como espionagem, sabotagem ou operações paramilitares, que, após o fim do conflito, devem ser reintegrados na sociedade. Por sua vez, Pereira & Coelho (2009) ampliam esta definição ao considerar que o estatuto de ex-guerrilheiros não se restringe às forças armadas regulares, incluindo igualmente membros de milícias, corpos de voluntários e movimentos de resistência que tenham actuado sob uma cadeia hierárquica de comando.

De igual modo, Coelho (2002) considera que a desmobilização constitui um marco decisivo na transformação dos ex-guerrilheiros em membros activos e produtivos da sociedade. Em contextos pós-conflito, estes indivíduos enfrentam múltiplos desafios, incluindo estigmatização social e obstáculos económicos e psicológicos que dificultam a sua reintegração (Malache, 1997; Goffman, 2006).

Assim, a reintegração dos ex-guerrilheiros é fundamental para a estabilização das regiões pós-conflito, exigindo políticas alinhadas com as realidades locais e capazes de facilitar o processo de transição (United Nations, 2010; Schia *et al.*, 2010). Esta perspectiva é corroborada por Phayal *et al*.(2015) ao salientarem que a desmobilização e a reintegração contribuem para a estabilidade local e para o reforço da segurança comunitária.

A reintegração dos ex-guerrilheiros ultrapassa a simples desmobilização, exigindo estratégias integradas que considerem as especificidades locais, as práticas culturais, o capital social e os recursos económicos disponíveis (Donais, 2012). Neste sentido, Orjuela & Gómez (2024) defendem que a aceitação social e económica dos ex-guerrilheiros depende de políticas públicas sensíveis às realidades locais, capazes de prevenir processos de exclusão social.

2.5.5. Factores socioterritoriais

Os factores socioterritoriais constituem o conceito central desta investigação, integrando elementos territoriais, institucionais, económicos e relacionais que influenciam as dinâmicas locais e a implementação das políticas públicas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Segundo (Lopes *et al*., 2011), estes factores moldam as interacções entre as comunidades e o território, condicionando a forma como as populações se apropriam do espaço e respondem às transformações induzidas pelas políticas públicas. Nesta linha, Dias & Silveira (2021) defendem que a adaptação às mudanças estruturais depende das especificidades territoriais e das relações sociais estabelecidas em cada contexto. De igual modo, Halvorsen *et al*., (2019) e Gondim & Monken (2017) sustentam que a análise socioterritorial ultrapassa a dimensão estritamente espacial, incorporando factores sociais, culturais, económicos e institucionais que influenciam a implementação das políticas públicas e os seus resultados.

Segundo Lopes *et al*. (2011), as infraestruturas e o acesso a serviços básicos, incluindo electricidade, transportes, saúde, educação e água potável, bem como a coesão social, são determinantes para a consolidação dos processos de reintegração comunitária. Panta (2020) observa que a insuficiência de investimento em serviços públicos essenciais compromete não apenas o desenvolvimento económico, mas também a coesão social. Por sua vez, Donais (2012) salienta que os programas de desenvolvimento devem adaptar-se às especificidades locais para assegurar resultados eficazes. Gondim & Monken (2017) acrescentam que o território deve ser entendido como uma construção social dinâmica que integra infraestruturas, comunidades e práticas socioculturais.

Adicionalmente, Lamalice & Klein (2016) consideram que os factores socioterritoriais funcionam como facilitadores das interacções sociais, articulando dinâmicas económicas e culturais numa perspectiva territorial inclusiva, na qual as políticas públicas devem valorizar os recursos locais e promover o bem-estar colectivo. Neste sentido, a integração das comunidades nas iniciativas de DDR exige o reconhecimento das suas práticas culturais e económicas, condição essencial para garantir aceitação social e sustentabilidade económica a longo prazo (Floriani *et al*., 2013).

No contexto específico de Murrupula, práticas culturais como a agricultura comunitária e recursos disponíveis, incluindo solos férteis e acesso à água para irrigação, constituem exemplos claros de como os factores socioterritoriais influenciam a implementação do DDR

(INE, 2023). Estes elementos condicionam igualmente os desafios enfrentados pelos ex-guerrilheiros no processo de reintegração (Floriani *et al*., 2013; Dias & Silveira, 2021).

A Tabela 5 apresenta a operacionalização dos conceitos-chave do estudo, organizando-os em dimensões e indicadores que orientam a análise empírica da investigação. Esta sistematização estabelece uma ligação clara entre os fundamentos teóricos e os elementos observáveis no terreno, assegurando coerência metodológica entre o quadro conceptual e os dados recolhidos. A sua inclusão reforça a clareza analítica, facilita a interpretação dos resultados e sustenta a articulação entre as variáveis centrais do estudo, nomeadamente o DDR, a reintegração socioeconómica, os ex-guerrilheiros e os factores socioterritoriais.

Tabela 5: Operacionalização de Conceitos-Chave

Conceito	Dimensões Analíticas	Indicadores Empíricos	Principais Referências
DDR	Desarmamento; Desmobilização; Reintegração	Existência de programas de DDR; mecanismos de recolha de armas; apoio à reintegração; coordenação institucional	Nações Unidas (2010); Phayal *et al.* (2015); Kaplan & Nussio (2018); Humphreys & Weinstein (2007)
Reintegração	Integração social; Reconstrução dos laços comunitários; Reconhecimento simbólico; Inserção comunitária	Aceitação social; redução do estigma; participação comunitária; reconstrução das relações sociais; sentimento de pertença	Durkheim (1999); Coelho (2002); Jennings (2007); Torjesen (2013); Wiegink (2015)
Reintegração Socioeconómica	Inclusão económica; Inclusão social; Autonomia individual	Emprego; rendimento; acesso aos serviços básicos; participação económica e social	Torjesen (2006); Nilsson (2005); Donais (2012); Wiegink & Sprenkels (2022); Parry & Aymerich (2023)
Ex-guerrilheiros	Estatuto social; Condição socioeconómica; Integração comunitária	Aceitação social; participação produtiva; apoio social; relação com instituições locais	Coelho (2002); Goffredo (2014); Pereira & Coelho (2009); Malache (1997); Goffman (2006)
Factores Socioterritoriais	Dimensão Territorial; Governação Multinível; Desenvolvimento como Liberdade; Capital Social	Condições territoriais; coordenação institucional; oportunidades económicas; redes comunitárias; acesso aos recursos; confiança; participação social	Lopes et al. (2011); Hooghe & Marks (2001); Sen (1999); Putnam (2000); Gondim & Monken (2017); Dias & Silveira (2021); Lamalice & Klein (2016); Donais (2012)

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados na definição dos conceitos chave

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente capítulo descreve a abordagem metodológica adoptada na investigação, estruturada em consonância com o modelo teórico-analítico apresentado no capítulo anterior. A natureza multifacetada do fenómeno em análise, centrado na implementação dos Programas de DDR e na reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula, exigiu a adopção de uma metodologia qualitativa orientada para a compreensão das experiências vividas, dos significados atribuídos e das relações sociais, institucionais, territoriais e económicas que influenciam este processo.

A escolha do estudo de caso como abordagem central fundamenta-se na necessidade de analisar em profundidade um contexto específico, permitindo compreender as interacções entre factores territoriais, institucionais e comunitários que condicionam os resultados da reintegração. A aplicação do modelo integrado de análise orientou a definição das categorias temáticas, os instrumentos de recolha de dados e a interpretação dos resultados, assegurando a coerência entre o enquadramento teórico e a componente

3.1. Campo de análise: Distrito de Murrupula

Murrupula é um distrito da província de Nampula, em Moçambique. Faz fronteira, a norte, com os distritos de Ribáuè e Rapale; a sul, com o distrito de Alto Molócuè, na província da Zambézia; a leste, com os distritos de Meconta e Mogovolas; e a Oeste, com o distrito de Lalaua. Esta localização confere-lhe uma posição estratégica, estabelecendo a ligação entre o interior e a faixa costeira da província (Ministério da Administração Estatal, 2005). A Figura 4 apresenta o mapa do distrito de Murrupula, no qual se encontram assinalados os limites administrativos, as principais vias de acesso e os cursos de água.

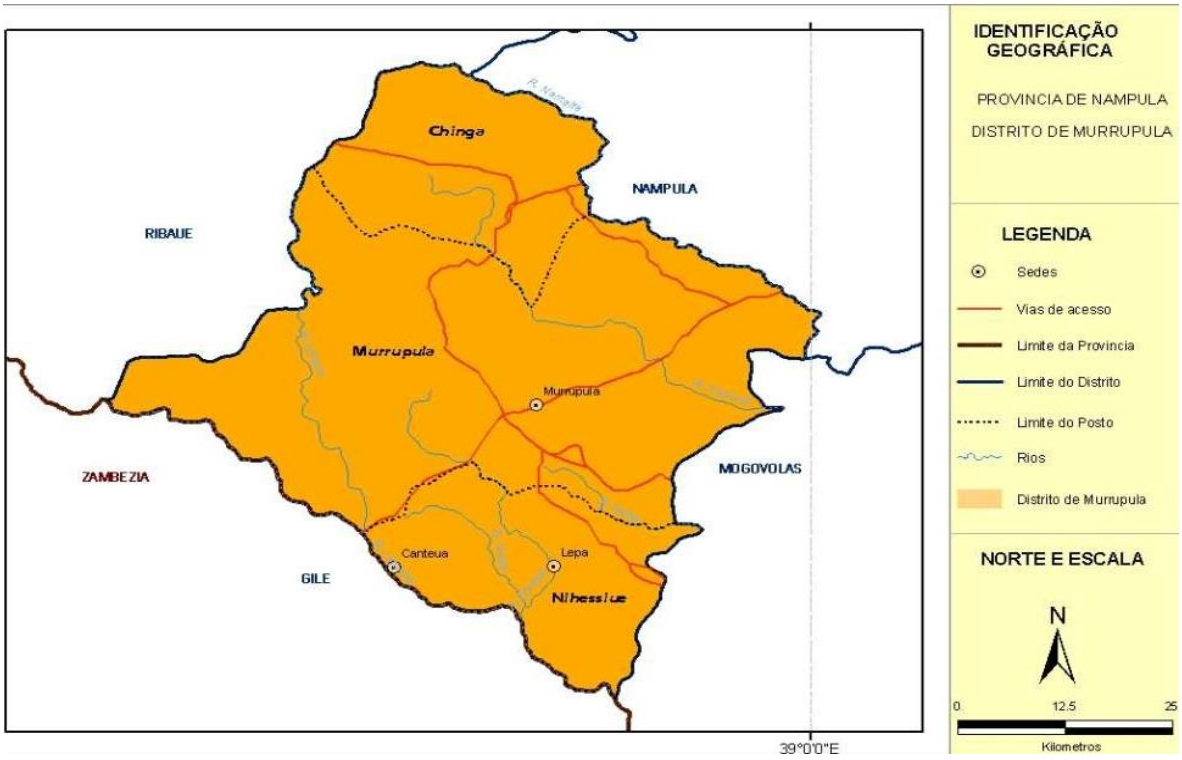

Figura 4: Mapa de localização do Distrito de Murrupula

Fonte: INE (2010)

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), o distrito possui uma área de 3.065 km² e uma população estimada em 173.421 habitantes, que reside maioritariamente em zonas rurais, caracterizadas por baixa densidade populacional e limitada cobertura de infraestruturas básicas. Esta realidade constitui um constrangimento significativo à integração social e económica dos ex-guerrilheiros. Documentos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2020) e do Governo do Distrito de Murrupula (2023) indicam que o território apresenta um padrão de assentamentos dispersos, com conectividade rodoviária reduzida e acessibilidade limitada a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e meios de subsistência.

No domínio dos serviços públicos, observa-se uma cobertura insuficiente das infraestruturas de saúde e educação, sendo que grande parte da população reside a distâncias superiores a 5 km de uma unidade sanitária ou de uma escola secundária, o que compromete o acesso regular e equitativo a estes serviços (INE, 2023). Em termos económicos, a agricultura constitui a principal fonte de subsistência, praticada de forma extensiva e com reduzido nível de mecanização. Dados da Pesquisa Agrária Integrada do MADER (2020) indicam que mais de 90% dos agregados familiares estão envolvidos na produção agrícola, com destaque para o cultivo de milho, feijão e mandioca, destinados ao consumo próprio e à comercialização.

A economia local revela sinais de dinamismo, particularmente no pequeno comércio desenvolvido ao longo da Estrada Nacional n.º 1, que atravessa parcialmente o distrito e funciona como eixo de integração comercial e de mobilidade populacional (Governo do Distrito de Murrupula, 2023). No plano social, observa-se a existência de um capital social difuso, sustentado por laços de parentesco, vizinhança e pertença a associações comunitárias de base local.

Contudo, a fragilidade das redes institucionais e a presença limitada do Estado dificultam a consolidação de uma cidadania efectiva e a articulação entre actores locais e estruturas formais de governação (Ministério da Administração Estatal, 2005). Esta configuração socioterritorial influencia os processos de reintegração dos ex-guerrilheiros, que enfrentam obstáculos no acesso a recursos produtivos, no reconhecimento social e na inclusão institucional, factores determinantes para uma reintegração duradoura e equitativa.

3.2. Contextualização histórica e socioterritorial de Murrupula

A compreensão do caso de estudo exige uma contextualização do Distrito de Murrupula enquanto espaço histórico e socioterritorial onde se desenvolveram os processos de reintegração analisados nesta investigação. A relevância do distrito resulta não apenas da presença significativa de ex-guerrilheiros, mas também da sua trajectória histórica durante a guerra civil, da implantação do movimento no território e da persistência de dinâmicas políticas e comunitárias que continuam a influenciar os processos de reintegração.

A literatura demonstra que Murrupula constituiu um dos distritos da província de Nampula onde a RENAMO consolidou a sua presença durante a guerra civil. Para além de representar um espaço de confrontação militar, o distrito afirmou-se como um importante território de implantação política e social do movimento, influenciando de forma estável as relações entre as comunidades, as autoridades tradicionais e o Estado (Chaimite & Forquilha, 2015).

Segundo Chaimite & Forquilha (2015), a presença da RENAMO em Murrupula iniciou-se no princípio da década de 1980, com a instalação dos primeiros guerrilheiros em localidades do distrito, expandindo-se posteriormente para outras zonas rurais. Esta expansão não resultou apenas da estratégia militar adoptada pelo movimento, foi também impulsionada pela capacidade de estabelecer relações de proximidade com as comunidades locais e com as lideranças tradicionais, num contexto marcado por limitações da presença do Estado e por transformações políticas ocorridas após a independência.

Assim, a consolidação da RENAMO no distrito ultrapassou a dimensão militar. O movimento desenvolveu uma base de apoio político e social que perdurou para além do conflito armado. Chaimite & Forquilha (2015) demonstram que, mesmo após a assinatura do Acordo Geral de Paz, Murrupula continuou a destacar-se como um dos distritos da província de Nampula onde a RENAMO continuou a receber o apoio eleitoral expressivo, demonstrando que as experiências vividas durante a guerra continuaram a influenciar o comportamento político e as formas de organização das comunidades locais.

Esta realidade deve ser compreendida à luz das transformações políticas verificadas após a independência. Cahen (1993) e Vines (2013) defendem que a expansão da RENAMO esteve associada não apenas à dinâmica do conflito armado, mas também às mudanças introduzidas pelo processo de construção do Estado, designadamente a reorganização administrativa, a redução do papel das autoridades tradicionais e as tensões existentes em várias comunidades rurais. Neste contexto, o movimento encontrou condições favoráveis para consolidar redes de apoio político e social que reforçaram a sua implantação territorial.

3.2.1. Organização social e autoridades tradicionais

As estruturas comunitárias desempenharam um papel determinante na organização social de Murrupula durante a guerra e continuaram a influenciar a vida local no período pós-conflito. As autoridades tradicionais, as relações familiares e os mecanismos comunitários de solidariedade constituíram importantes formas de organização social e de regulação das relações entre as comunidades e o poder político.

Segundo Chaimite e Forquilha (2015), após o fim da guerra verificou-se uma revitalização das estruturas político-administrativas locais através dos régulos, cabos, chefes de povoação e secretários comunitários. Contudo, a influência destas lideranças variou entre as diferentes localidades do distrito, coexistindo espaços onde predominava a influência da FRELIMO e outros onde a RENAMO continuava a beneficiar de maior legitimidade junto das populações.

Estas dinâmicas revelam que a organização comunitária ultrapassa a dimensão administrativa, constituindo um elemento central da identidade socioterritorial do distrito. Lopes *et al.* (2011), Gondim & Monken (2017) e Floriani *et al.* (2013) defendem que as estruturas locais de liderança favorecem a cooperação, a confiança e a coesão social,

desempenhando um papel relevante na forma como as comunidades acolhem políticas públicas e processos de reconstrução social.

Neste contexto, a reintegração dos ex-guerrilheiros não depende apenas da implementação formal dos Programas de DDR, mas também da capacidade de estes se articularem com as formas locais de organização social, com as lideranças comunitárias e com os mecanismos de solidariedade existentes no território.

3.2.2. Murrupula no período pós-conflito

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz, Murrupula iniciou um processo de reconstrução institucional marcado pelo regresso gradual da administração pública e pela reorganização das comunidades locais. Todavia, as consequências da guerra permaneceram visíveis nas relações entre o Estado, as comunidades e os antigos combatentes.

Chaimite & Forquilha (2015) demonstram que persistiram diferenças significativas na percepção da presença do Estado entre as diversas localidades do distrito. Nas zonas anteriormente influenciadas pela RENAMO, muitos cidadãos continuavam a considerar a fraca presença estatal, principalmente no acesso a Infra-estruturas, serviços públicos e oportunidades económicas.

Os mesmos autores evidenciam que a distância física e simbólica entre o Estado e as comunidades contribuiu para níveis diferenciados de participação política e para a manutenção de desconfianças relativamente às instituições públicas, revelando que os efeitos da guerra ultrapassaram o plano militar e continuaram a influenciar as relações sociais e políticas no período pós-conflito.

Estas características conferem ao Distrito de Murrupula uma relevância para o estudo da implementação dos Programas de DDR, na medida em que permitem compreender como as especificidades históricas e socioterritoriais condicionam os processos de reintegração dos ex-guerrilheiros.

3.3. Perfil sociodemográfico dos ex-guerrilheiros em Murrupula

A caracterização sociodemográfica dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula constitui um elemento central para compreender os seus percursos de reintegração. A reinserção destes indivíduos não deve ser entendida apenas como um momento posterior à

desmobilização, mas como uma trajectória social marcada por continuidades, rupturas e reconfigurações de pertença. Como observa Wiegink (2020), as experiências dos ex-combatentes não podem ser explicadas por uma separação rígida entre vida civil e vida militar, nem por uma divisão linear entre antes e depois da guerra. A reintegração é, antes, um processo aberto, influenciado por redes sociais, práticas culturais e projectos de vida construídos em contextos sociais e políticos frequentemente instáveis. Nesta perspectiva, os dados empíricos recolhidos entre Novembro de 2023 e Julho de 2024, através de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação directa, permitem traçar o perfil de um grupo socialmente vulnerável, envelhecido, com baixa escolaridade e frágil inserção económica, cujas condições estruturais condicionam as possibilidades reais de reintegração.

Do ponto de vista etário, a maioria dos entrevistados situa-se entre os 50 e os 64 anos, sendo predominantemente do sexo masculino. Esta composição reflecte a estrutura histórica das forças envolvidas no conflito armado. A idade avançada, associada ao desgaste físico acumulado ao longo de anos de conflito e de trabalho agrícola, limita a capacidade de inserção em actividades economicamente exigentes. Em contextos rurais como Murrupula, onde a agricultura continua a exigir esforço físico significativo, esta condição reduz as oportunidades de diversificação das fontes de rendimento.

Quanto à situação conjugal, observa-se que a maioria dos ex-guerrilheiros se encontra em união matrimonial. No entanto, registam-se igualmente casos de separação ou abandono conjugal, frequentemente associados às dificuldades económicas e às tensões familiares decorrentes do processo de reintegração. Os agregados familiares tendem a ser numerosos, com uma média de quatro a sete filhos, o que amplia os encargos domésticos num contexto caracterizado por fraca protecção social e limitada estabilidade económica.

No plano educativo, os dados revelam que a maioria interrompeu os estudos no ensino primário devido ao ingresso precoce na guerrilha. A baixa escolaridade reduz significativamente o acesso ao emprego qualificado e reforça trajectórias ocupacionais marcadas pela informalidade. Em Murrupula, a agricultura de subsistência constitui a principal actividade económica dos ex-guerrilheiros, sendo frequentemente complementada por biscates, pequeno comércio rural, criação de animais e produção de carvão vegetal. Todavia, a ausência de apoio técnico, formação profissional e acesso ao crédito limita a transformação destas actividades em fontes estáveis de rendimento.

A experiência militar prolongada constitui outro elemento marcante. Muitos ex-guerrilheiros referem trajectórias de envolvimento no conflito que variam entre 15 e 45 anos. Parte destes indivíduos regressou às matas em 2013, no contexto do ressurgimento da violência política associada à RENAMO. Este facto evidencia que a reintegração pode assumir um carácter descontínuo, influenciado por mudanças políticas e territoriais. Tal realidade confirma a interpretação de Wiegink (2020), segundo a qual as trajectórias dos ex-combatentes devem ser entendidas como processos de navegação social em contextos instáveis, onde relações, lealdades e expectativas se reorganizam ao longo do tempo.

As condições de saúde representam igualmente um factor crítico. Foram frequentemente relatadas doenças crónicas, limitações físicas resultantes de ferimentos de guerra e desgaste corporal acumulado, bem como sintomas de sofrimento psicológico, incluindo ansiedade, insónia e sinais compatíveis com stress pós-traumático. A ausência de acompanhamento médico regular e de apoio psicossocial institucional agrava estas vulnerabilidades, com efeitos directos sobre a capacidade produtiva e a estabilidade familiar.

Em resumo, os dados sociodemográficos indicam a existência de um grupo socialmente fragilizado, caracterizado por envelhecimento progressivo, baixo capital escolar e inserção económica precária. Estas características influenciam directamente as possibilidades de reconstrução autónoma dos meios de vida. Tal realidade articula-se com o modelo analítico adoptado neste estudo. A limitação de capacidades e oportunidades compromete a autonomia dos indivíduos, conforme argumenta Sen (1999). A fraca presença institucional e a desarticulação entre diferentes níveis de governação revelam fragilidades de governação multinível, como sublinham Hooghe e Marks (2001). Por sua vez, a precariedade económica afecta o reconhecimento social e o sentimento de pertença comunitária, dimensões centrais do capital social discutidas por Bourdieu (1986) e Putnam (2000).

Deste modo, mais do que uma descrição estatística, o perfil sociodemográfico apresentado permite compreender as condições estruturais que moldam os percursos de reintegração em Murrupula. Estes dados evidenciam que a inclusão social e económica dos ex-guerrilheiros depende da existência de políticas públicas territorializadas, capazes de responder às especificidades relacionadas com idade, saúde, escolaridade e redes comunitárias disponíveis no território. Para efeitos de síntese, a Tabela 6 apresenta os principais indicadores sociodemográficos dos ex-guerrilheiros em Murrupula.

Tabela 6: Perfil sociodemográfico dos ex-guerrilheiros em Murrupula

Variável	Caracterização Observada
Faixa etária predominante	50-64 anos
Sexo	Masculino
Estado civil	Predominantemente casados ou em união estável; registam-se alguns casos de separação e abandono conjugal
Número médio de filhos	Entre 4 e 7 filhos
Escolaridade	Ensino primário incompleto na maioria dos casos; reduzido acesso à escolaridade formal
Tempo de participação no conflito	Entre 15 e 45 anos de envolvimento nas fileiras guerrilheiras
Situação económica actual	Predomínio da agricultura de subsistência; complemento com biscates, pequeno comércio rural, produção de carvão e criação de animais
Acesso a apoio técnico/financeiro	Muito limitado ou inexistente
Condições de saúde	Doenças crónicas frequentes, sequelas físicas do conflito e sintomas de sofrimento psicológico
Residência actual	Predominantemente em zonas rurais com acesso limitado a serviços públicos
Fonte principal de rendimento	Agricultura familiar e actividades informais
Dependentes familiares	Número elevado de dependentes directos
Percepção sobre a reintegração	Sentimento de abandono institucional e insuficiência de apoio económico e social

Fonte: Dados empíricos recolhidos em entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação directa (2023-2024).

3.4. Natureza e desenho de investigação

A presente investigação adopta uma abordagem qualitativa, alicerçada no estudo de caso, com o propósito de compreender, em profundidade, as dinâmicas socioterritoriais que influenciam a reintegração dos ex-guerrilheiros no contexto do DDR no Distrito de Murrupula. Como refere Creswell (2010), a investigação qualitativa é particularmente adequada quando se pretende explorar fenómenos complexos em contextos específicos, permitindo captar significados, percepções e interpretações dos participantes de forma holística e situada.

Segundo Yin (2001; 2014; 2018), o estudo de caso constitui um método empírico destinado a investigar um fenómeno contemporâneo no seu contexto real, sobretudo quando as fronteiras entre fenómeno e contexto não estão claramente definidas. Esta estratégia revela-se particularmente pertinente para analisar processos sociais complexos, como a reintegração pós-conflito, nos quais factores institucionais, culturais e territoriais se interligam de forma dinâmica e inseparável. Assim, o estudo de caso foi adoptado por permitir compreender de

que modo as políticas de DDR são apropriadas, reinterpretadas e operacionalizadas nas práticas quotidianas e nas realidades socioterritoriais de Murrupula.

A escolha de Murrupula enquanto caso de estudo fundamenta-se na sua relevância empírica no contexto rural moçambicano. O distrito caracteriza-se pela forte dependência da agricultura de subsistência, pela limitada presença do Estado e pela predominância de redes comunitárias informais (INE, 2023). Estas condições tornam-no simultaneamente um caso representativo das dinâmicas de reintegração em territórios rurais e um caso revelatório, por permitir aceder a evidência empírica detalhada sobre processos socioterritoriais de reintegração ainda pouco explorados na literatura (Yin, 2018). Assim, a lógica metodológica adoptada assenta na generalização analítica e não na generalização estatística, procurando contribuir para o avanço teórico sobre a reintegração pós-conflito em contextos rurais.

De acordo com Yin (2001; 2014), o estudo de caso é adequado quando as questões de investigação assumem a forma de "como" e "porquê", quando o investigador não detém controlo sobre os eventos estudados e quando o fenómeno é contemporâneo e ocorre no seu contexto real. Estas condições verificam-se na presente investigação, uma vez que a reintegração socioterritorial dos ex-guerrilheiros constitui um processo dinâmico, socialmente situado e institucionalmente condicionado, cuja compreensão exige a análise das inter-relações entre políticas públicas, actores locais e dinâmicas territoriais.

Yin (2001; 2018) acrescenta que o estudo de caso é indicado quando o número de variáveis relevantes excede o número de unidades observáveis, exigindo o recurso a múltiplas fontes de evidência, triangulação metodológica e desenvolvimento prévio de proposições teóricas orientadoras da análise. Estas condições estão igualmente presentes nesta investigação, dado que a reintegração envolve dimensões socioterritoriais, institucionais, económicas, simbólicas e relacionais que não podem ser isoladas nem examinadas através de modelos lineares. Além disso, o estudo de caso adoptado enquadra-se nas tipologias propostas por Yin como caso representativo e revelatório, permitindo observar como o DDR é implementado e apropriado num território rural onde Estado, comunidade e actores informais interagem de forma específica.

Deste modo, a opção pelo estudo de caso não decorre apenas do interesse em descrever um contexto local, mas responde à necessidade científica de captar a complexidade contextual do fenómeno, produzir inferência teórica e promover generalização analítica. A estratégia metodológica adoptada assegura coerência entre os objectivos da investigação, o modelo

teórico construído e o campo empírico analisado, conferindo robustez científica às interpretações e conclusões apresentadas ao longo da tese.

3.5. Amostragem e participantes da investigação

A selecção dos participantes baseou-se numa estratégia de amostragem não probabilística, própria da investigação qualitativa, cuja ênfase reside na profundidade interpretativa e não na representatividade estatística (Stadtländer, 2009; Yin, 2014).Este tipo de amostragem permite captar a diversidade de experiências e percepções associadas à reintegração dos ex-guerrilheiros, valorizando a sua inserção territorial, as dinâmicas sociais locais e a relação com as políticas públicas de DDR (Marconi & Lakatos, 2007; Minayo, 2011).

Optou-se pela combinação de três técnicas de amostragem: intencional, por conveniência e em bola de neve, com o objectivo de garantir uma cobertura analítica coerente com as dimensões do modelo teórico adoptado.

A amostragem intencional foi definida no protocolo metodológico antes do início do trabalho de campo, permitindo seleccionar participantes com envolvimento directo no processo de reintegração. Foram incluídos quatro grupos: (i) ex-guerrilheiros abrangidos pelo DDR em curso; (ii) autoridades do Governo Distrital; (iii) líderes e representantes da comunidade; e (iv) membros de organizações da sociedade civil.

3.5.1. Uso da técnica de conveniência: finalidade e momento de aplicação

A amostragem por conveniência foi prevista no desenho metodológico, sendo a sua aplicação operacionalizada no terreno em função das limitações logísticas e de acessibilidade características de contextos rurais dispersos. Esta técnica permitiu entrevistar participantes disponíveis no momento da recolha de dados, sem comprometer a coerência analítica da investigação, uma vez que todos os entrevistados cumpriam previamente os critérios de inclusão. Conforme refere Chizzotti (2008), esta estratégia revela-se adequada em estudos qualitativos orientados para a compreensão de significados e práticas, e não para a inferência estatística.

Deste modo, a amostragem por conveniência não substituiu a amostragem intencional, mas funcionou como um instrumento complementar de acesso operacional, particularmente junto de líderes comunitários e autoridades locais cuja disponibilidade se encontrava condicionada por agendas institucionais.

3.5.2. Uso da técnica em bola de neve

A técnica em bola de neve foi utilizada para aceder aos ex-guerrilheiros, principalmente aqueles geograficamente dispersos, socialmente isolados ou em situação de vulnerabilidade, cuja identificação não era possível através de registos administrativos. Este processo iniciou-se após as primeiras entrevistas com ex-guerrilheiros identificados pelos serviços distritais e pelo ponto focal local do DDR, os quais indicaram outros potenciais participantes (Mweshi & Sakyi, 2020).

Assim, a amostragem por conveniência facilitou o acesso a actores institucionais e comunitários, enquanto a técnica em bola de neve permitiu localizar ex-guerrilheiros fora dos circuitos formais. Estas estratégias revelaram-se complementares e não redundantes.

A amostra final integrou 45 participantes, dos quais 27 eram ex-guerrilheiros, 5 representantes do Governo Distrital e 8 líderes ou representantes comunitários e membros de organizações da sociedade civil. A inclusão dos ex-guerrilheiros obedeceu a dois critérios: residência no Distrito de Murrupula e participação activa no processo de reintegração iniciado em 2021, no âmbito do Acordo de Maputo (2019).

Tal como referem Glaser & Strauss (1967) e Andrews *et al*. (2017), a saturação teórica foi utilizada como critério para determinar o número de entrevistas com ex-guerrilheiros. Este ponto não foi definido previamente, tendo sido empiricamente observado a partir da 23.ª entrevista, momento em que as categorias centrais, nomeadamente acesso à terra, apoio económico, redes comunitárias, estigma político, informalidade económica e fragilidade institucional, começaram a repetir-se sem acrescentar novos elementos analíticos.

Entre a 24.ª e a 27.ª entrevistas verificou-se a ausência de novas categorias, emergindo apenas variações narrativas. Por esse motivo, a saturação foi considerada consolidada após 27 entrevistas, em conformidade com as orientações de Creswell (2009), segundo as quais estudos qualitativos de elevada complexidade interpretativa tendem a estabilizar entre 20 e 50 entrevistas.

3.5.3. Coerência da amostra com o estudo de caso

A estrutura da amostra articula-se directamente com a opção metodológica pelo estudo de caso, tal como defendido por Yin (2018). Neste tipo de abordagem, a selecção dos participantes deve permitir compreender o fenómeno nas suas múltiplas dimensões, e não produzir estimativas populacionais.

Assim, os ex-guerrilheiros representam a dimensão socioterritorial e económica; os representantes do Governo Distrital traduzem a dimensão da governação multinível; os líderes comunitários e membros da comunidade expressam o capital social e os mecanismos de mediação local; e as organizações da sociedade civil revelam a acção da sociedade civil no processo de DDR. Deste modo, a amostra constitui um instrumento analítico coerente com a lógica de generalização analítica e com o objectivo de compreender como e por que razão a reintegração assume determinadas configurações no contexto socioterritorial de Murrupula.

3.6. Critérios de inclusão e exclusão por grupo populacional

A definição de critérios de inclusão e exclusão constitui uma etapa metodológica fundamental na investigação científica, pois permite delimitar com rigor a população-alvo e assegurar a coerência entre os objectivos do estudo e os participantes seleccionados. Os critérios de inclusão referem-se às características fundamentais que os participantes devem possuir para integrar a pesquisa, enquanto os critérios de exclusão correspondem a condições susceptíveis de interferir na qualidade dos dados, introduzir vieses ou comprometer a validade dos resultados (Patino & Ferreira, 2018). A clarificação destes critérios contribui para a consistência metodológica, para a transparência do processo de selecção e para a robustez analítica das conclusões.

No contexto da presente investigação, a definição de critérios por grupo populacional assegura a pertinência empírica dos participantes e garante que as experiências recolhidas reflectem adequadamente as dinâmicas socioterritoriais associadas à reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula.

3.6.1. Critérios de inclusão para ex-guerrilheiros

Foram considerados elegíveis para participação no estudo os ex-guerrilheiros que reunissem os seguintes requisitos:

- Ter sido desmobilizado no âmbito do processo de DDR em curso após o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo (2019);
- Residir no Distrito de Murrupula no momento da recolha de dados;
- Encontrar-se envolvido no processo de reintegração socioeconómica nas comunidades locais;

- Manifestar consentimento informado e disponibilidade para participar na investigação.

3.6.2. Critérios de exclusão para ex-guerrilheiros

Foram excluídos do estudo os indivíduos que:

- não residissem no Distrito de Murrupula;
- não apresentassem comprovação ou reconhecimento local de participação no processo de DDR;
- apresentassem estado de saúde físico ou psicológico que impossibilitasse a realização da entrevista.

Os ex-guerrilheiros constituem o núcleo central da unidade de análise, pois permitem compreender o fenómeno da reintegração a partir da experiência vivida e das trajectórias individuais no contexto socioterritorial local.

3.6.3. Critérios de inclusão para representantes do governo distrital

Foram considerados elegíveis os representantes do Governo Distrital que reunissem os seguintes requisitos:

- Exercer funções executivas ou técnicas relacionadas com a governação local, protecção social, desenvolvimento económico ou assuntos sociais;
- Estar envolvidos na implementação, coordenação ou monitorização do processo de DDR no distrito;
- Demonstrar disponibilidade e consentimento para participar na entrevista.

3.6.4. Critérios de exclusão para representantes do governo distrital

Foram excluídos os funcionários que:

- Não tivessem ligação directa ou indirecta ao processo de DDR;
- Desempenhassem funções exclusivamente administrativas, sem relevância para a análise das políticas e práticas de reintegração.

Os representantes do Governo Distrital permitem analisar a dimensão institucional do DDR e compreender a sua operacionalização no quadro da governação multinível, evidenciando a articulação entre decisões centrais, estruturas locais e dinâmicas territoriais.

3.6.5. Critérios de inclusão para líderes e representantes da comunidade

- Exercer funções de liderança formal ou tradicional reconhecida pela comunidade
- Contacto directo com ex-guerilheiros e processos de reintegração local
- Aceitação voluntária para participar no estudo

3.6.6. Critérios de exclusão para líderes e representantes da comunidade

- Indivíduos sem papel de representação comunitária
- Ausência de relação com ex-guerrilheiros ou reintegração

Os Líderes e representantes comunitários são actores que expressam o capital social e a mediação comunitária.

3.6.7. Critérios de inclusão para os membros de organizações da sociedade civil

- Pertença activa a ONG ou associação com intervenção no DDR;
- Participação em programas de apoio, monitoria ou advocacia ligados à paz, reintegração ou desenvolvimento local.
- Disponibilidade para entrevista

3.6.8. Critérios de exclusão para os membros de organizações da sociedade civil

- Organizações sem intervenção no processo de DDR;
- Voluntários sem conhecimento directo do terreno.

Os membros de organizações da sociedade civil permitem compreender a acção complementar do sector não-estatal.

A Figura 5 apresenta a estratégia de amostragem adoptada e a composição da amostra por grupos populacionais. Recorreu-se a uma amostragem não probabilística, combinando técnicas intencional, por conveniência e em bola-de-neve, ajustadas aos objectivos do estudo de caso. Esta opção permitiu seleccionar participantes relevantes e assegurar diversidade de perspectivas, privilegiando a profundidade da análise sobre o processo de reintegração dos ex-combatentes no Distrito de Murrupula.

A amostra integra actores directamente envolvidos no DDR, representantes institucionais, líderes comunitários e organizações da sociedade civil. Esta composição possibilita uma análise articulada do fenómeno, contemplando as dimensões socioterritorial, institucional e comunitária.

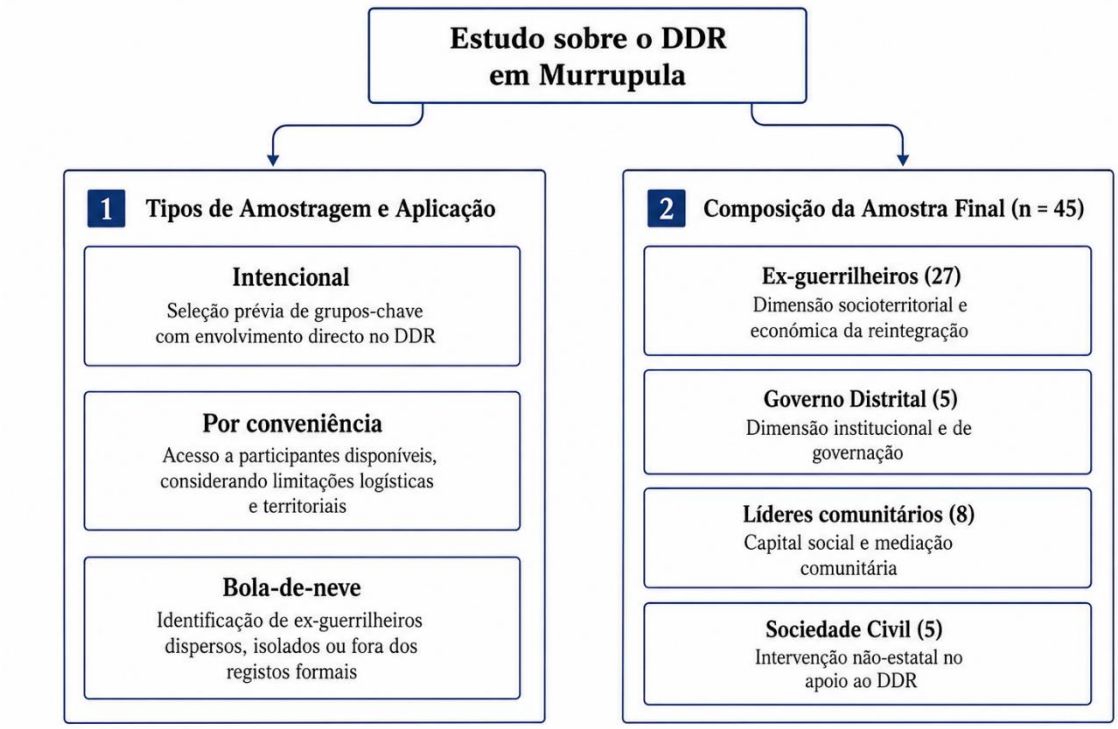

Figura 5: Estratégia de amostragem

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da investigação de campo e na literatura metodológica sobre amostragem qualitativa (Marconi & Lakatos, 2007; Minayo, 2011; Yin, 2014; Creswell, 2009).

3.7. Saturação teórica e consolidação das categorias analíticas

A definição do número final de 27 ex-guerrilheiros entrevistados resultou da aplicação do princípio de saturação teórica, conforme proposto por Glaser & Strauss (1967). Para estes autores, a saturação ocorre quando a recolha de novos dados deixa de acrescentar propriedades conceptuais relevantes às categorias analíticas em desenvolvimento, não emergindo variações capazes de alterar a compreensão teórica do fenómeno. O processo analítico baseou-se no método comparativo constante, no qual cada nova entrevista foi sucessivamente confrontada com as anteriores, permitindo a identificação progressiva de regularidades, contrastes e padrões conceptuais.

Neste estudo, a saturação teórica foi observada quando as categorias centrais se estabilizaram analiticamente, apresentando consistência interna e relações claras entre si. Entre essas categorias destacam-se: (i) as condições de reintegração económica, que incluem limitações de acesso a rendimentos estáveis, terra, crédito e apoio técnico; (ii) a ligação socioterritorial, expressa nos laços comunitários, pertença social, confiança e dinâmicas de inclusão ou estigma; (iii) a relação com o Estado e o DDR, incluindo percepções sobre acompanhamento institucional, burocracia, coordenação entre níveis de governação e continuidade de apoio; e (iv) os sentidos subjectivos de reintegração e dignidade, traduzidos nas expectativas de reconstrução de vida, reconhecimento social e autonomia.

A partir da vigésima terceira entrevista verificou-se que os discursos deixaram de acrescentar novas propriedades temáticas, limitando-se a reforçar padrões conceptuais previamente identificados. As entrevistas subsequentes confirmaram a estabilidade interpretativa das categorias, pelo que a recolha de novos depoimentos deixaria de produzir ganhos teóricos relevantes. Assim, o número final de 27 participantes não foi previamente definido, resultando directamente deste processo de estabilização conceptual, em conformidade com a literatura metodológica.

Importa sublinhar que a saturação alcançada foi teórica e não amostral. Tal como salientam Charmaz (2015) e Glaser & Strauss (1967), a saturação teórica não corresponde à simples repetição empírica de respostas, mas à constatação de que as categorias adquiriram densidade interpretativa suficiente, contendo variações internas e relações explicativas consolidadas. Deste modo, a decisão de encerrar a recolha assentou na robustez teórica do quadro analítico e não na obtenção de um número ideal de entrevistas.

Esta opção metodológica articula-se com o estudo de caso, uma vez que, segundo Yin (2014; 2018), o objectivo central não reside na representatividade estatística, mas na profundidade explicativa do fenómeno no seu contexto real. Assim, a amostra foi concebida de forma intencional e teórica, assegurando diversidade conceptual suficiente para compreender a reintegração socioterritorial dos ex-guerrilheiros, sem comprometer o rigor interpretativo.

No que respeita à amostra dos líderes e representantes das comunidades receptoras, os participantes foram definidos como membros residentes nas localidades que acolhem ex-guerrilheiros, cuja proximidade social e territorial lhes confere conhecimento directo sobre os processos de reintegração. Foram incluídos líderes tradicionais, membros de comités locais, chefes de quarteirão e residentes com reconhecida participação comunitária,

entendidos como representantes da comunidade receptora, por desempenharem funções de mediação social, resolução de conflitos e facilitação da integração quotidiana dos ex-guerrilheiros.

A definição do número de oito participantes resultou de uma amostragem intencional orientada para a diversidade socioterritorial, garantindo a inclusão de diferentes localidades do Distrito e distintas posições sociais no seio da comunidade. A recolha foi encerrada quando se verificou estabilidade temática nos discursos, sem surgimento de novas dimensões analíticas relevantes, assegurando a suficiência interpretativa exigida numa investigação qualitativa baseada em estudo de caso.

A recolha de dados empíricos foi realizada no Distrito de Murrupula, na Província de Nampula, abrangendo diferentes contextos socioterritoriais, com o objectivo de captar a diversidade das experiências de reintegração dos ex-guerrilheiros. O trabalho de campo decorreu em três áreas principais de observação: Murrupula-sede, onde se concentram os principais serviços públicos e estruturas administrativas; o povoado de Murilo, integrado administrativamente em Murrupula-sede; e a localidade de Cazuzo, pertencente ao Posto Administrativo de Namaita, caracterizada pela forte ruralidade, limitada presença institucional e predominância da agricultura de subsistência.

A escolha destes locais permitiu comparar realidades centrais e periféricas, assegurando uma leitura territorialmente sensível dos processos de reintegração. No total, foram realizadas 27 entrevistas semiestruturadas com ex-guerrilheiros, distribuídas da seguinte forma: 10 em Murrupula-sede, 8 no povoado de Murilo e 9 na localidade de Cazuzo. Esta distribuição reflecte critérios de acessibilidade, diversidade socioterritorial e relevância directa dos participantes no processo de reintegração, garantindo coerência entre o desenho metodológico do estudo de caso e a estratégia de recolha de dados.

3.8. Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas constituíram uma das principais técnicas de recolha de dados desta investigação, dada a sua eficácia na obtenção de informação em contextos sociais caracterizados por complexidade e subjectividade. Conforme defendem Alves *et al.* (2021) e Bortolozzi (2020), este tipo de entrevista permite aceder aos significados que os participantes atribuem às suas experiências, sendo particularmente adequado quando o objectivo consiste em compreender fenómenos sociais em profundidade. Trata-se de uma

técnica flexível que articula questões previamente definidas com a possibilidade de explorar respostas emergentes, permitindo captar, com maior densidade interpretativa, as percepções e narrativas dos participantes (Creswell, 2010; Marconi & Lakatos, 2007).

No âmbito desta investigação, as entrevistas tiveram lugar entre Dezembro de 2023 e Junho de 2024 e foram dirigidas a quatro grupos principais: ex-guerrilheiros abrangidos pelo DDR, representantes do Governo Distrital, representantes das comunidades receptoras e membros de organizações da sociedade civil, nomeadamente o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD). As entrevistas foram conduzidas com base em guiões específicos, apresentados nos Apêndices 1, 2, 3 e 4.

A selecção dos participantes seguiu critérios de amostragem intencional, privilegiando sujeitos com envolvimento directo no processo de reintegração. Este procedimento assegurou a relevância analítica dos discursos recolhidos, uma vez que a escolha estratégica dos participantes se baseou na sua proximidade ao fenómeno em estudo Souza (2019) e Mweshi & Sakyi (2020). O contacto com os entrevistados foi facilitado por um elemento guia, ponto focal do DDR em Murrupula, cuja colaboração contribuiu para reforçar a adesão dos participantes e a legitimidade do processo de recolha de dados (Yin, 2018).

A utilização desta técnica articulou-se com a observação directa e a análise documental, permitindo a aplicação do princípio da triangulação metodológica e reforçando a consistência e robustez analítica do estudo (Alves *et al*., 2021; Oliveira *et al.,* 2018; Creswell, 2009). Cada entrevista teve uma duração média de 45 minutos, foi gravada e posteriormente transcrita com o consentimento informado dos participantes, em conformidade com os princípios éticos que orientam a investigação em ciências sociais.

3.9. Articulação entre as entrevistas com o estudo de caso

A utilização de entrevistas semiestruturadas articula-se com a estratégia metodológica do estudo de caso, uma vez que esta privilegia a compreensão aprofundada dos fenómenos sociais no seu contexto real (Yin, 2018). As entrevistas possibilitam aceder às percepções, experiências e significados atribuídos pelos actores envolvidos no processo de reintegração, aspecto fundamental numa investigação qualitativa orientada para responder às questões "como" e "porquê".

A flexibilidade do guião semiestruturado permitiu explorar dimensões previamente definidas no modelo analítico e, simultaneamente, favorecer a emergência de categorias

derivadas do trabalho de campo, reforçando o princípio da generalização analítica próprio do estudo de caso. Deste modo, as entrevistas constituíram um instrumento central para compreender como as políticas de DDR se materializam no quotidiano, como são percebidas e reinterpretadas pelos diferentes actores e de que forma essas percepções influenciam os percursos de reintegração.

Assim, o uso das entrevistas não assumiu um carácter meramente descritivo ou instrumental, mas configurou a principal via de construção analítica do caso, permitindo:

(i) captar diferentes níveis de produção do fenómeno, incluindo indivíduo, comunidade, instituições públicas e sociedade civil; (ii) triangular discursos, práticas e contextos sociais; (iii) evidenciar como as políticas nacionais se materializam no quotidiano local; (iv) produzir inferência teórica, e não estatística (Yin, 2018).

3.10. Temas centrais das entrevistas por grupo populacional

A definição dos temas centrais das entrevistas por grupo populacional assegurou a coerência entre os objectivos da investigação, o modelo analítico adoptado e a recolha de dados empíricos, favorecendo a compreensão do fenómeno em múltiplos níveis (Creswell, 2010; Yin, 2018). As entrevistas com ex-guerrilheiros centraram-se nos percursos de reintegração, nas condições de vida e no apoio institucional, enquanto, nas comunidades receptoras, privilegiaram as percepções sociais, as dinâmicas socioterritoriais e os mecanismos de coesão comunitária.

Entre os representantes do Governo Distrital, os temas incidiram sobre a implementação local do DDR, a provisão de serviços e a articulação entre níveis de governação, evidenciando a importância da governação multinível na operacionalização das políticas públicas. Por sua vez, as organizações da sociedade civil foram analisadas quanto ao seu papel na mediação social, na coordenação institucional e na promoção da reconciliação. Esta organização temática permitiu captar as interacções entre experiências individuais, dinâmicas comunitárias e estruturas institucionais que moldam a reintegração.

3.10.1. Ex-guerrilheiros

As entrevistas incidiram sobre quatro eixos principais:

- Percurso de retorno e experiências iniciais de reintegração, incluindo acolhimento comunitário, estigma e adaptação ao quotidiano;
- Condições de vida e acesso a recursos, como terra, habitação, serviços públicos e oportunidades económicas;
- Experiência com o DDR e apoio institucional, incluindo subsídios, formação e contacto com o Estado e organizações não governamentais;
- Perspectivas, expectativas e projectos futuros, relacionados com autonomia, dignidade, sentido de pertença e propostas de melhoria.

3.10.2. Representantes das comunidades receptoras

Os temas centrais incluíram:

- Percepções sociais sobre os ex-guerrilheiros, envolvendo confiança, convivência, integração ou estigma;
- Papel das dinâmicas socioterritoriais, incluindo acesso à terra, recursos locais, normas culturais e autoridade tradicional;
- Coesão, solidariedade e redes comunitárias, abrangendo formas de apoio, inclusão ou exclusão e participação comunitária;
- Avaliação da intervenção estatal e das organizações não governamentais, considerando adequação, limitações e expectativas colectivas.

3.10.3. Membros do Governo Distrital

As entrevistas centraram-se em:

- Implementação local do DDR, incluindo planificação, coordenação interinstitucional e desafios operacionais;
- Oferta de serviços e apoio aos ex-guerrilheiros, nomeadamente saúde, acesso à terra, habitação, formação e acompanhamento pós-reintegração;
- Relação entre níveis de governação, com destaque para articulações entre o nível central e local e constrangimentos administrativos e financeiros;
- Percepção institucional dos resultados do DDR, incluindo impactos, limitações e reconfiguração política do território.

3.10.4. Organizações da sociedade civil

Os eixos principais foram:

- Natureza e extensão do envolvimento no DDR, incluindo mediação, reconciliação e apoio social e económico;
- Coordenação com o Estado e parceiros internacionais, analisando o papel desempenhado e o papel esperado;
- Percepção crítica sobre o modelo de reintegração, incluindo limitações, dependência externa e lacunas culturais e territoriais;
- Experiências de reconciliação e coesão social, envolvendo práticas simbólicas, rituais e acompanhamento comunitário.

3.11. Observação direta

A observação directa constituiu um instrumento fundamental nesta investigação, permitindo captar dimensões da reintegração que dificilmente seriam apreendidas apenas por meio de entrevistas ou da análise documental. Esta técnica revelou-se particularmente eficaz na compreensão de comportamentos, práticas e interacções sociais quotidianas entre os ex-guerrilheiros e as comunidades locais. Para o efeito, recorreram-se a dois instrumentos complementares: uma ficha de observação directa, destinada ao registo sistemático de dados empíricos relativos às condições habitacionais, ao acesso a serviços básicos, às actividades económicas e à inserção comunitária; e um roteiro de observação, que orientou o olhar do investigador, assegurando coerência e consistência no processo de recolha (ver apêndices 5 e 6).

De acordo com Marconi & Lakatos (2007), a observação directa possibilita a recolha de dados que nem sempre emergem pela via verbal, oferecendo uma perspectiva empírica mais abrangente. Minayo (2011) reforça esta posição ao salientar que a observação *in loco* permite apreender características contextuais essenciais à compreensão do fenómeno estudado. No caso de Murrupula, esta técnica permitiu verificar as condições de habitação, o acesso a serviços básicos, a organização económica local e as interacções entre actores institucionais e ex-guerrilheiros.

A observação directa produziu dados em três níveis analíticos. O nível material incidiu sobre as condições infraestruturais e as formas de vida quotidiana. O nível relacional permitiu compreender as interacções entre ex-guerrilheiros, comunidades, autoridades locais e

organizações da sociedade civil. O nível territorial revelou de que modo o espaço, os serviços e as redes locais condicionam os percursos de reintegração. Estes registos empíricos possibilitaram interpretar com maior precisão as narrativas recolhidas nas entrevistas e verificar a correspondência entre discursos e práticas observadas no terreno. Além disso, a observação permitiu identificar elementos dificilmente verbalizados, como dinâmicas subtis de estigmatização, desigualdades no acesso a recursos e formas de dependência económica, contribuindo para uma leitura mais densa e contextualizada do processo de reintegração.

Em consonância com os princípios do estudo de caso, a observação directa não foi utilizada de forma isolada, mas integrada num sistema de múltiplas fontes de evidência, incluindo entrevistas, análise documental e notas de campo. Tal como sustenta Yin (2001), a robustez do estudo de caso assenta na triangulação sistemática dessas fontes, permitindo confrontar evidências, reduzir vieses interpretativos e reforçar a validade interna da investigação. Neste sentido, a observação directa desempenhou um papel complementar essencial, fornecendo evidência contextual que sustentou a interpretação analítica do fenómeno e reforçou a compreensão da reintegração como um processo socialmente situado, territorialmente condicionado e institucionalmente mediado.

A aplicação desta técnica, no âmbito do estudo de caso adoptado, possibilitou ainda a análise de práticas sociais rotineiras em espaços específicos, como feiras, mercados, locais de encontro de ex-guerrilheiros e pontos de acesso a serviços. Durante o trabalho de campo, registaram-se dinâmicas de comercialização agrícola, a utilização de serviços bancários móveis, como M-Pesa, E-Mola e M-Kesh, bem como a influência da Estrada Nacional n.º 1 na intensificação do comércio informal e na circulação de pessoas e bens. Estes factores apresentam impacto directo na reintegração socioeconómica, tal como ilustrado na Figura 6.

Figura 6: Agentes de moeda electrónica no mercado central de Murrupula

Fonte: Autor, 29/12/2023, as 15h e 20 min

3.12. Discussão em grupos focais

Os grupos focais constituíram uma técnica complementar de recolha de dados, permitindo captar discursos colectivos, dinâmicas interaccionais e processos de construção de significados em torno da reintegração dos ex-guerrilheiros. No total, foram realizados dois grupos focais na sede distrital da RENAMO, em Novembro de 2023 e Junho de 2024. O primeiro integrou 25 homens ex-guerrilheiros e o segundo contou com 21 participantes. A Figura 8 ilustra um momento anterior ao início de uma das sessões, sendo importante esclarecer que o número de indivíduos visíveis na imagem não corresponde ao total de participantes, uma vez que nela surgem apenas 15 elementos.

A opção por esta técnica fundamenta-se na sua eficácia para captar opiniões, tensões, consensos e divergências que nem sempre emergem em entrevistas individuais, permitindo observar como os significados são socialmente construídos e negociados (Silva *et al*., 2013; Smithson, 2000; Kamberelis & Dimitriadis, 2017). A interacção entre os participantes favoreceu o surgimento de narrativas partilhadas sobre dificuldades económicas, relações sociais, apoio institucional e expectativas de futuro. Conforme salientam Morgan & Spanish (1984), a presença de um moderador assegurou a organização do debate e a participação equilibrada dos intervenientes, evitando a dominância discursiva e garantindo um ambiente de respeito e segurança.

Cada sessão teve uma duração média de 90 minutos e foi conduzida com base num guião estruturado (Apêndice 7). Nem todos os participantes dos grupos focais participaram nas entrevistas semiestruturadas, embora tenha existido uma sobreposição parcial intencional, com o objectivo de aprofundar narrativas individuais paralelamente à construção colectiva de sentidos. Este procedimento foi metodologicamente controlado e permitiu reforçar a triangulação analítica, essencial na investigação qualitativa e particularmente nos estudos de caso (Yin, 2001).

A análise das discussões evidenciou categorias recorrentes relacionadas com acolhimento comunitário, desigualdade no acesso a recursos, estigma social, fragilidade do apoio estatal, resiliência comunitária e redes informais de solidariedade. A repetição sistemática destas categorias permitiu confirmar a estabilidade temática das narrativas colectivas, reforçando a saturação teórica previamente observada nas entrevistas individuais, conforme proposto por Glaser e Strauss (1967).

Assim, os grupos focais não tiveram finalidade estatística, mas interpretativa, permitindo compreender como os ex-guerrilheiros produzem significados colectivos sobre a reintegração e de que modo estes sentidos se articulam com as dinâmicas socioterritoriais de Murrupula. A Figura 7 apresenta ex-guerrilheiros reunidos na sede da delegação distrital da RENAMO em Murrupula, poucos minutos antes do início de uma sessão. A fotografia foi captada com o devido consentimento, respeitando os princípios éticos da investigação, e posteriormente tratada para salvaguardar a identidade dos participantes.

Figura 7: Ex-guerrilheiros reunidos antes duma sessão de discussão em grupos focais

Fonte: Autor, 02/01/2024, as 10h: 34min

3.13. Análise documental

A análise documental constituiu uma das técnicas utilizadas nesta investigação, permitindo compreender os desafios da reintegração dos ex-combatentes no Distrito de Murrupula. A consulta de documentos oficiais, incluindo legislação, discursos institucionais sobre o DDR, relatórios governamentais e dados estatísticos, possibilitou identificar linhas de continuidade e mudança nas políticas de desarmamento, desmobilização e reintegração. Esta abordagem permitiu cruzar a informação documental com os dados recolhidos no trabalho de campo, enriquecendo a interpretação dos resultados e reforçando a consistência analítica (Lakatos & Marconi, 2007). Conforme salienta Gil (2006), a análise documental exige rigor na verificação da autenticidade, da origem e da fiabilidade das fontes, assegurando maior confiança na interpretação dos factos.

Entre os documentos examinados, destacam-se a Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro, que formalizou o Acordo Geral de Paz de 1992, e a Lei n.º 11/2019, de 12 de Setembro, relativa ao Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, esta última disponibilizada no Anexo IV. Optou-se por anexar apenas a Lei n.º 11/2019 por constituir o instrumento jurídico que sustenta o processo de DDR actualmente em vigor e cuja implementação constitui o objecto desta investigação. Ainda assim, a Lei n.º 13/92 mantém relevância como referência histórica e normativa, por estabelecer as bases políticas e institucionais que influenciaram o desenho do segundo DDR iniciado em 2019.

Foram igualmente analisados dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Ministério da Administração Estatal (MAE), do Relatório do Governo do Distrito de Murrupula (2023), do Inquérito Agrário Integrado do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER, 2020), bem como relatórios das Nações Unidas e outros documentos técnicos sobre reintegração em Moçambique e em contextos internacionais. Estes materiais foram organizados em categorias temáticas segundo o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011), permitindo agrupar a informação em torno de eixos como políticas públicas, desafios logísticos, acesso a recursos e monitorização institucional.

A análise documental evidenciou lacunas entre os objectivos programáticos e a implementação efectiva das políticas, bem como limitações nos mecanismos de acompanhamento e monitoria. Deste modo, esta técnica não apenas sustentou a dimensão teórica do estudo, como permitiu verificar de forma independente os dados obtidos nas

entrevistas e observações de campo, reforçando a robustez, a triangulação e a profundidade interpretativa da investigação.

3.14. Revisão da literatura

A revisão da literatura constituiu uma etapa fundamental da presente investigação, orientada para a identificação e análise crítica da produção científica sobre DDR, reintegração pós-conflito e dinâmicas socioterritoriais. Tal como referem Campos *et al.* (2023), a revisão bibliográfica permite mapear o estado da arte, identificar convergências teóricas, tensões conceptuais e lacunas de investigação, constituindo a base para a construção do quadro teórico e do modelo analítico. Neste estudo, a revisão assumiu um carácter interpretativo-analítico, procurando relacionar criticamente os contributos teóricos com o problema empírico em análise, nomeadamente a reintegração socioterritorial dos ex-guerrilheiros no contexto moçambicano.

Para assegurar rigor e sistematização, as referências foram organizadas e geridas na plataforma Mendeley, permitindo estruturar uma base de dados temática e garantir consistência na normalização das citações.

O processo de revisão compreendeu leitura exploratória, selectiva, analítica e interpretativa, permitindo distinguir diferentes abordagens conceptuais sobre DDR e reintegração, bem como identificar críticas aos modelos normativos virados na segurança e na dimensão económico-formal. Esta etapa evidenciou uma lacuna relevante na literatura relativa à análise da reintegração em contextos rurais moçambicanos sob uma perspetiva socioterritorial e comunitária, reforçando a pertinência científica e empírica da investigação.

Assim, a revisão da literatura desempenhou uma dupla função: fundamentar teoricamente o estudo e orientar o desenho metodológico e a definição das categorias analíticas, assegurando coerência entre o quadro teórico, os objectivos da investigação e a abordagem empírica adoptada.

3.15. Procedimentos para a recolha de dados

A recolha de dados foi conduzida de forma estruturada, com o objectivo de compreender as dinâmicas locais associadas ao processo de reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula. Numa fase inicial, foram emitidas credenciais institucionais que acompanharam todo o trabalho de campo, funcionando como instrumento de reconhecimento formal junto

das entidades relevantes. As credenciais dirigidas ao Governo Distrital de Murrupula possibilitaram o contacto com membros do governo local, ex-guerrilheiros e representantes das comunidades receptoras (ver Anexo 1). Por sua vez, as credenciais destinadas ao Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e ao Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) permitiram a recolha de dados junto das organizações da sociedade civil, conforme descrito na secção relativa às entrevistas semiestruturadas (ver Anexos 2 e 3). Este contacto prévio revelou-se essencial para assegurar o acesso aos participantes e reforçar a legitimidade da investigação no terreno (Yin, 2014).

As deslocações às aldeias foram realizadas em moto-táxi, devido à precariedade das vias de acesso, o que exigiu adaptações logísticas, nomeadamente a selecção de locais alternativos para a realização das entrevistas. A aldeia de Murilo, situada a cerca de 17 km da sede distrital, destacou-se como o principal local de fixação dos ex-guerrilheiros. A análise dos dados empíricos evidenciou dissonâncias entre as políticas planificadas e a realidade local, particularmente no que se refere ao acesso equitativo aos recursos e à inclusão económica.

3.16. Plano de análise de dados

A análise dos dados desta investigação seguiu os princípios da análise de conteúdo propostos por Bardin (2011), articulados com a estratégia de estudo de caso adoptada segundo Yin (2001; 2018). Para Yin (2001), o estudo de caso constitui uma estratégia metodológica adequada quando se pretende analisar fenómenos contemporâneos no seu contexto real, sobretudo quando as fronteiras entre fenómeno e contexto não se encontram claramente delimitadas. De igual modo, Gil (2002) destaca que o estudo de caso é particularmente pertinente quando se procura compreender, em profundidade, unidades sociais concretas, permitindo uma abordagem intensiva e contextualizada, adequada ao objecto desta investigação.

Neste enquadramento, a análise de conteúdo foi utilizada como técnica central de interpretação dos dados, por permitir examinar de forma sistemática os discursos dos participantes e as evidências recolhidas por meio da observação directa e da análise documental. Conforme salientam Bardin (2011) e Minayo (2011), a análise de conteúdo possibilita ultrapassar a leitura imediata do texto, permitindo identificar sentidos latentes, regularidades discursivas, contradições e omissões. O processo analítico foi estruturado em três fases sequenciais.

A. Pré-análise

Procedeu-se à organização do corpus empírico, constituído pelas transcrições integrais das entrevistas semiestruturadas, registos dos grupos focais, notas de observação directa e documentos institucionais. Todo o material foi inserido e estruturado no software ATLAS.ti, facilitando a gestão, classificação e indexação dos dados.

B. Exploração do material (codificação e categorização)

Nesta fase foram atribuídos códigos descritivos aos excertos considerados relevantes. Seguiu-se uma categorização indutivo-dedutiva: indutiva, porque as categorias emergiram dos discursos dos participantes; dedutiva, porque dialogaram com as dimensões do modelo teórico apresentado no capítulo 2. Este procedimento permitiu identificar padrões, convergências, tensões discursivas e significados partilhados.

C. Tratamento, interpretação e inferência

As categorias construídas foram interpretadas à luz do modelo teórico-analítico, da pergunta de investigação, dos objectivos e das hipóteses do estudo. A triangulação entre as entrevistas, a observação directa e a documentação institucional reforçou a validade interna dos resultados e reduziu os potenciais vieses de interpretação, conforme recomendado por Yin (2001, 2018).

3.17. Categorias e temas emergentes da análise

Da aplicação da análise de conteúdo ao campo empírico emergiram nove categorias centrais, que estruturam a leitura do fenómeno: (i) infraestruturas básicas e reintegração; (ii) habitação e inclusão socioterritorial; (iii) acesso à terra e segurança agrária; (iv) infraestruturas rodoviárias e mobilidade; (v) serviços públicos: saúde e educação; (vi) discriminação e exclusão social; (vii) ruptura entre discurso político e realidade local (viii) resiliência comunitária e estratégias locais (ix) Justiça territorial e reintegração sustentável.

Estas categorias resultaram da codificação sistemática dos discursos, evidenciando as dimensões materiais, simbólicas e relacionais que estruturam a reintegração dos ex-guerrilheiros.

3.18. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo seguiu as fases propostas por Bardin (2011), compreendendo codificação inicial, categorização e síntese temática, com apoio do software ATLAS.ti na organização e sistematização do corpus empírico. Foram analisadas as entrevistas semiestruturadas, os grupos focais, as notas de observação directa e documentos institucionais relevantes, nomeadamente o Acordo Geral de Paz de Moçambique (1992) e o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo (2019). A adopção desta técnica articula-se com a estratégia metodológica de estudo de caso, conforme Yin (2001; 2018), permitindo integrar múltiplas fontes de evidência e produzir inferência analítica contextualizada.

Durante o processo de codificação aberta, os excertos significativos foram segmentados e associados a códigos descritivos, posteriormente agrupados em nove categorias analíticas centrais. A etapa interpretativa permitiu identificar temas estruturantes do fenómeno estudado, revelando a forma como as dinâmicas socioterritoriais, institucionais e comunitárias condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula.

1. Infraestruturas básicas e reintegração

Códigos: ausência de água potável; distância aos serviços; precariedade do saneamento; inexistência de electricidade; desigualdade no acesso a serviços. A insuficiência de infraestruturas básicas limita uma reintegração digna e sustentável.

2. Habitação e inclusão socioterritorial

Códigos: habitação precária; inexistência de apoio habitacional; autoconstrução; sentimento de não-pertença; instabilidade residencial.

A precariedade habitacional fragiliza o sentimento de pertença e o reconhecimento social.

3. Acesso à terra e segurança agrária

Códigos: falta de terra própria; dependência de empréstimo para a machamba; conflitos de uso da terra; insegurança de posse; ausência de apoio agrícola. A terra constitui o principal alicerce da autonomia económica e da identidade social.

4. Infraestruturas rodoviárias e mobilidade

Códigos: vias em mau estado; isolamento sazonal; dificuldades de transporte; custos de deslocação; fraca ligação aos mercados. A mobilidade limitada restringe oportunidades económicas e o acesso aos serviços do Estado.

5. Serviços públicos: saúde e educação

Códigos: fraca cobertura sanitária; distância às escolas; custos de deslocação; ausência de apoio diferenciado; abandono escolar dos filhos. A exclusão territorial no acesso aos serviços básicos reproduz vulnerabilidades sociais.

6. Discriminação e exclusão social

Códigos: estigma associado ao passado da guerra; exclusão por pertença política; rejeição comunitária; sentimento de vergonha; isolamento social.

A reintegração formal não elimina estigmas simbólicos persistentes.

7. Ruptura entre discurso político e realidade local

Códigos: promessas não cumpridas; apoio económico adiado; ausência de acompanhamento; burocracia; percepção de abandono pelo Estado. Observa-se um desfasamento entre as narrativas oficiais e a realidade vivida nos territórios.

8. Resiliência comunitária e estratégias locais

Códigos: redes de vizinhança; apoio das igrejas; soluções informais de sobrevivência; solidariedade local; aprendizagem social. As comunidades desenvolvem respostas locais que compensam a fragilidade da intervenção institucional.

9. Justiça territorial e reintegração sustentável

Códigos: desigualdades territoriais; ausência de políticas diferenciadas; necessidade de abordagem local; participação comunitária; reintegração como processo contínuo. A reintegração sustentável exige políticas territorializadas, inclusivas e participativas.

No seu conjunto, estas categorias evidenciam que a reintegração não depende exclusivamente de apoios económicos ou medidas administrativas, sendo profundamente condicionada pelas dinâmicas socioterritoriais, pela articulação institucional e pelas redes comunitárias locais. Esta leitura confirma a pertinência do modelo teórico adoptado,

demonstrando a interdependência entre território, governação multinível, capacidades individuais e capital social na construção de percursos de reintegração sustentáveis.

3.19. Coocorrência de códigos e interpretação

A utilização do ATLAS.ti permitiu ainda identificar relacções de coocorrência entre códigos. Destacaram-se, por exemplo, as associações entre:

- "falta de apoio económico" mais "dificuldade de reintegração social", indicando que a ausência de meios de subsistência fragiliza a aceitação comunitária.
- "descentralização do DDR" mais "desafios de implementação", evidenciando que a coordenação interinstitucional insuficiente compromete a eficácia do processo.

Estas associações reforçam os resultados obtidos por via da codificação temática e constituem evidência da consistência interna dos dados analisados. Assim, os códigos gerados a partir da análise de conteúdo permitiram estruturar empiricamente as nove categorias analíticas e derivar temas emergentes que explicam, de forma contextualizada, como as dinâmicas socioterritoriais condicionam a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula, em plena coerência com a estratégia de estudo de caso proposta por Yin (2001; 2018).

3.20. Análise do discurso

A análise do discurso, conforme proposta por Fernandes (2008), possibilitou uma leitura crítica das narrativas políticas e institucionais em torno do DDR, revelando estratégias retóricas, metáforas estruturantes e alinhamentos ideológicos implícitos. Esta abordagem entende o discurso como prática social, enunciada a partir de lugares historicamente situados, e capaz de produzir sentidos que moldam percepções públicas e legitimam acções políticas.

Com este enquadramento, foram analisadas intervenções de actores centrais no processo de paz em Moçambique, nomeadamente Ossufo Momade, líder da RENAMO; Filipe Nyusi, o então Presidente da República; e Mirko Manzoni, representante das Nações Unidas. A análise integrou ainda os contributos metodológicos de Jan & Barclay (2023), que propõem uma abordagem estratificada em três níveis: lexical, social e ideológico. Na dimensão lexical, observaram-se as escolhas linguísticas, construções metafóricas e recursos expressivos mobilizados pelos oradores. No plano social, atentou-se aos papéis discursivos

assumidos como os de autoridade política, mediador internacional ou opositor vigilante e às interações com normas sociais e institucionais. A camada ideológica permitiu descodificar as orientações subjacentes aos discursos, evidenciando como estes articulam sentidos de reconciliação, antagonismo ou neutralidade estratégica.

No discurso de Filipe Nyusi, destaca-se a utilização da metáfora da "abertura de uma nova página", pronunciada na cerimónia de assinatura do acordo de paz: "estamos a abrir uma página e essa página é defendida e assumida com o que dizemos e o que fazemos" (Nyusi, 2019b). Esta formulação posiciona o DDR como uma etapa encerrada, omitindo as complexidades persistentes na reintegração dos ex-combatentes. Tal estratégia enquadra-se numa lógica de aparência objectiva ou "*News Discourse"*, segundo Jan e Barclay (2023), que transmite estabilidade sem confrontar directamente as fragilidades do processo.

Já Ossufo Momade, alertou para o risco de incumprimento dos compromissos firmados, afirmando que, "a ausência de boa-fé enfraquece os compromissos" (Momade, 2019a). Esta declaração denuncia assimetrias institucionais e projecta uma postura de exigência e controlo, inserindo-se num discurso de vigilância que corresponde ao que Jan e Barclay classificam como "*War Discourse"*, caracterizado pelo apelo a não violação do acordo de paz e reconciliação ora assinado.

Por sua vez, Mirko Manzoni, em discurso proferido na ONU em 2023, afirmou que a confiança entre as partes foi fomentada pela implementação de acordos parciais adicionais (Manzoni, 2023). O seu posicionamento denota uma linguagem diplomática, centrada na mediação multilateral e na valorização do progresso processual. Esta retórica aproxima-se ao que Jan e Barclay (2023) chama de "*Peace Discourse"*, ainda que diluído, dado que evita problematizar os desafios concretos da execução do DDR, preferindo destacar consensos institucionais.

Esta análise permitiu evidenciar que os discursos seleccionados não apenas descrevem acontecimentos, mas activam posicionamentos discursivos que influenciam a memória colectiva, a legitimação política e a própria configuração da paz. Ao conjugar os modelos de Fernandes (2008) e Jan e Barclay (2023), tornou-se possível diferenciar os modos como a linguagem constrói sentidos divergentes sobre o mesmo processo, oscilando entre a celebração, a crítica e a diplomacia. Esta abordagem não apenas aclara os significados implícitos nos enunciados, como também oferece uma leitura aprofundada das disputas simbólicas que moldam o campo da reintegração pós-conflito em Moçambique.

3.21. Ponto de convergência entre a análise de conteúdo e a análise do discurso

A articulação metodológica entre a análise de conteúdo e a análise do discurso evidenciou uma dissonância significativa entre as narrativas políticas sobre o DDR e a realidade vivida pelos ex-guerrilheiros. Enquanto os discursos institucionais projectam uma imagem de estabilidade e progresso, os relatos recolhidos no terreno revelam sentimentos de frustração, precariedade socioeconómica e ausência de apoios estruturados. A inexistência de um plano económico coerente com os compromissos assumidos nos acordos de paz evidencia fragilidades persistentes no processo de reintegração, marcado por improvisação e descontinuidade institucional.

A triangulação entre estes dois métodos permitiu uma leitura mais abrangente e crítica do fenómeno. A análise de conteúdo, por meio da codificação sistemática e da categorização temática dos dados empíricos, possibilitou identificar padrões recorrentes nas experiências dos ex-guerrilheiros. Por sua vez, a análise do discurso evidenciou os mecanismos linguísticos e ideológicos que estruturam os enunciados políticos, demonstrando como determinadas construções simbólicas contribuem para legitimar ou silenciar realidades sociais. Esta abordagem revela que a eficácia do DDR não depende apenas da execução técnica das medidas previstas, mas também da sua consonância com as expectativas e experiências dos seus destinatários.

Este resultado constitui um momento de inflexão analítica na investigação: o desfasamento entre discurso e prática não se revela episódico, mas estrutural, exigindo respostas políticas mais consistentes e territorialmente sensíveis. A Figura 8 ilustra o plano analítico em duas vertentes complementares: a análise de conteúdo, centrada na codificação empírica dos dados, e a análise do discurso, orientada para os mecanismos retóricos e simbólicos das narrativas institucionais.

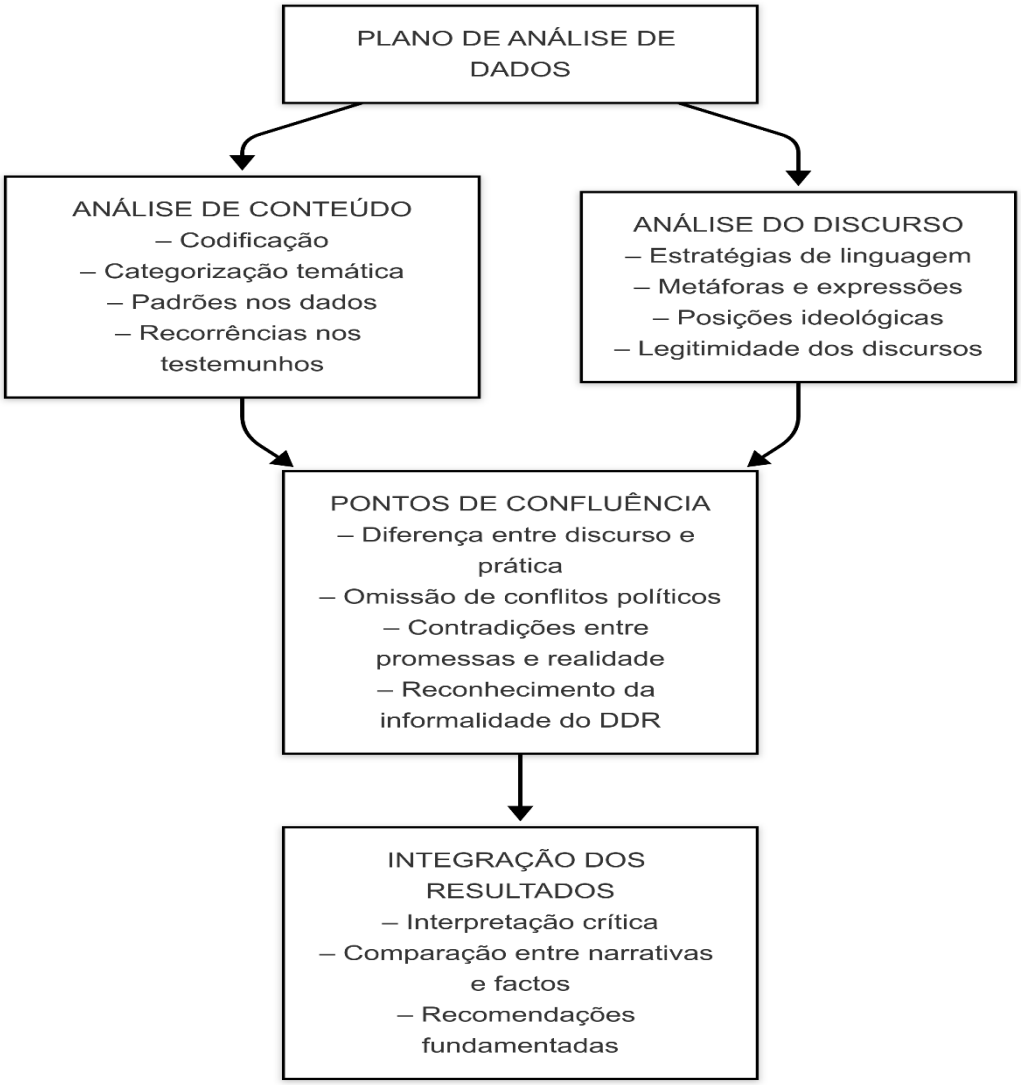

Figura 8: Convergência metodológica entre a análise de conteúdo e de Discurso

Fonte: Elaboração própria, com base em Fernandes (2008); Bardin (2011); Jan & Barclay (2023) e dados empíricos da pesquisa.

3.22. Questões éticas

A realização de pesquisas que envolvem interacções com seres humanos exige o cumprimento rigoroso de padrões éticos internacionalmente reconhecidos, como os estabelecidos no Relatório Belmont (Mirellli, 2013). Publicado em 1978, este documento definiu três princípios fundamentais para a protecção dos participantes: respeito pela autonomia, beneficência e justiça. Estes princípios foram posteriormente aprofundados pela teoria principialista de Beauchamp & Childress (1978), que acrescenta o princípio da não maleficência, enfatizando a obrigação do investigador de evitar danos aos participantes. No âmbito das ciências humanas e sociais, directrizes complementares reforçam a protecção da

privacidade, da integridade dos participantes e a transparência na divulgação dos resultados (Mainardes & Cury, 2019).

Para assegurar o cumprimento destes princípios, foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, apresentado aos participantes antes da realização das entrevistas individuais e dos grupos focais (Apêndice 8). Os participantes foram informados de forma clara sobre os objectivos, a finalidade e os procedimentos da investigação, permitindo uma decisão voluntária e consciente quanto à sua participação (Sousa, 2011). Este consentimento incluiu igualmente o direito de desistir da pesquisa em qualquer momento, sem qualquer consequência. Conforme sublinha Guedes (2008), a participação voluntária e informada constitui um princípio central em estudos que envolvem seres humanos.

Para além do consentimento informado, foram assegurados o anonimato e a confidencialidade dos participantes, tendo em conta a sensibilidade das questões associadas à reintegração dos ex-guerrilheiros. Muitas narrativas envolviam experiências traumáticas ou opiniões passíveis de gerar repercussões sociais ou políticas. Schnaider (2008) destaca que a protecção da identidade dos participantes não constitui apenas uma obrigação ética, mas uma medida essencial para prevenir danos psicológicos e sociais. Assim, todos os nomes foram codificados, impossibilitando a identificação dos entrevistados em publicações futuras.

Importa referir que, no momento da recolha de dados, o comité de ética da universidade ainda não se encontrava constituído nem em funcionamento. Ainda assim, o projecto de investigação obteve aprovação institucional em 2023 e foi conduzido com rigor metodológico e respeito pelas normas éticas. Considerando que o investigador é militar de carreira, foram adoptadas medidas específicas para prevenir potenciais conflitos de interesse e assimetrias de poder, nomeadamente a possibilidade de que a sua posição hierárquica ou ligação às Forças Armadas pudesse gerar constrangimentos ou limitar a liberdade de expressão dos participantes.

Para mitigar esse risco, o investigador optou por não se apresentar como militar durante o trabalho de campo, mantendo uma postura neutra e imparcial. Esta precaução visou garantir a espontaneidade dos testemunhos e proteger a integridade dos participantes. Assim, mesmo na ausência de um comité de ética formalizado à data, foram respeitados os princípios fundamentais do consentimento informado, da confidencialidade e da protecção ética dos participantes.

3.23. Limitações da investigação e estratégias de superação

Apesar do rigor metodológico adoptado, esta investigação apresenta um conjunto de limitações que importa reconhecer de forma explícita. Em primeiro lugar, a opção por um estudo de caso centrado no Distrito de Murrupula, implica que os resultados produzidos não possam ser generalizados para todo o território nacional. A generalização realizada é de natureza analítica, conforme defendido por Yin (2001), uma vez que os resultados contribuem para o aprofundamento teórico do fenómeno, mas não permitem extrapolações universais.

Em segundo lugar, a amostragem não-probabilística intencional, por conveniência e bola de neve, embora adequada a estudos qualitativos, pode ter introduzido viés de selecção, uma vez que os participantes que aceitaram colaborar podem diferir dos que recusaram ou permaneceram inacessíveis. Esta limitação foi mitigada através da inclusão de diferentes actores sociais (ex-guerrilheiros, autoridades, comunidade e sociedade civil) e da triangulação metodológica, permitindo confrontar narrativas e aumentar a consistência analítica.

Uma terceira limitação decorre da sensibilidade política e emocional do objecto de estudo. A experiência de guerra, a pertença partidária e a expectativa de benefício futuro podem ter condicionado a espontaneidade dos discursos, influenciando parcialmente algumas respostas. Apesar do reforço das garantias éticas e do esforço na construção de confiança, reconhece-se que pode ter existido a autocensura. Esta situação foi mitigada pela manutenção do anonimato, realização de entrevistas em ambiente reservado e validação interpretativa ao longo da análise.

Acresce que a análise qualitativa apoiada em codificação temática implica sempre um grau de interpretação do investigador. Embora se tenham seguido os procedimentos sistemáticos de Bardin (2011) e utilizado o software ATLAS.ti para organização e validação dos códigos, subsiste a possibilidade de viés interpretativo. Para mitigar este risco, foi assegurada a coerência entre categorias, dados empíricos e quadro teórico, bem como o registo sistemático das decisões analíticas.

Do ponto de vista temporal, a recolha de dados incidiu num período específico do DDR (2023-2024). Assim, mudanças posteriores no processo poderão alterar parcialmente o quadro interpretativo, constituindo uma limitação longitudinal. Esta limitação aponta para a

necessidade de estudos futuros de seguimento, que permitam avaliar a evolução dos percursos de reintegração.

Por fim, importa reconhecer que, apesar do esforço em captar a diversidade de experiências, alguns grupos permaneceram sub-representados, nomeadamente mulheres associadas ao conflito e ex-guerrilheiros que se afastaram completamente das estruturas políticas locais. A ausência desses perfis limita a amplitude interpretativa do fenómeno.

Contudo, as limitações identificadas não invalidam os resultados obtidos, mas delimitam o seu alcance interpretativo. Ao serem explicitamente reconhecidas e metodologicamente mitigadas, reforçam a transparência científica da investigação e abrem caminho para novas agendas de pesquisa sobre a reintegração socioterritorial em contextos pós-conflito.

CAPÍTULO 4: DINÂMICAS TERRITORIAIS NA REINTEGRAÇÃO DOS EX-GUERRILHEIROS EM MURRUPULA

Este capítulo marca o início da apresentação e análise dos resultados empíricos da investigação, centrando-se na influência da dimensão territorial na implementação do programa de DDR no distrito de Murrupula. Trata-se do primeiro capítulo dedicado à análise dos dados recolhidos durante o trabalho de campo.

A análise demonstra que a reintegração dos ex-guerrilheiros não pode ser compreendida de forma dissociada do território onde ocorre. As características territoriais, nomeadamente o acesso a serviços públicos, infraestruturas básicas, oportunidades económicas e recursos locais, constituem fatores determinantes para a reinserção social e económica dos beneficiários do DDR. Ao longo do capítulo, apresentam-se evidências de que a limitada integração da dimensão territorial na implementação do programa contribui para dificuldades de reintegração, reforçando situações de vulnerabilidade e exclusão social.

4.1. Infraestruturas básicas: água e saneamento como elementos de reintegração

O acesso à água potável e ao saneamento básico constitui um direito humano fundamental e, simultaneamente, um indicador da presença do Estado nos territórios. Como afirmam Jubilut *et al.* (2020), a água é um bem social e ambiental, cuja disponibilidade se associa à dignidade humana e à justiça territorial. No contexto da reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula, estas infraestruturas adquirem um significado ainda mais profundo, pois influenciam não apenas as condições materiais de vida, mas também o reconhecimento social e o sentimento de pertença comunitária.

De acordo com o documento do Centro de Integridade Pública (CIP), (2023), o acesso à água potável e ao saneamento básico em Moçambique continua a ser um desafio nas zonas rurais do país. Embora se tenha verificado um aumento no número de sistemas de abastecimento ao longo dos anos, grande parte dessas fontes encontram-se avariadas, e os mecanismos locais de manutenção não são flexíveis a situação local.

As populações continuam a depender de fontes não protegidas ou alternativas impróprias para o consumo humano, expondo-se a riscos elevados para a saúde pública. Apesar dos Drecreto n.º 111/2020 do Governo de Moçambique referir sobre a preocupação na melhoria e construção de sistemas de abastecimentos de água no meio rural, a sua materialização em Distritos como Murrupula tem-se mostrado demorada e desigual. Esta situação foi constatada nas entrevistas realizadas no povoado de Murilo, no Distrito de Murrupula.

A observação directa realizada nas zonas de fixação revela que a maioria dos ex-guerrilheiros se encontra instalada em áreas rurais periféricas, afastadas da vila-sede, onde se concentram os serviços públicos básicos. Este padrão residencial não decorre de uma imposição institucional explícita, mas sim de um processo gradual, condicionado por factores estruturais. Após a desmobilização em Namaita, muitos ex-guerrilheiros permaneceram temporariamente na vila-sede, entre 2021 e finais de 2022, aguardando pela disponibilização de terrenos prometidos no âmbito do DDR. Porém, a demora no reassentamento formal, associada à necessidade do acesso à terra agrícola e ao apoio das redes familiares, levou-os a regressar, por iniciativa própria, a zonas rurais como Murilo, Cazuzo e outras áreas adjacentes.

Neste contexto, evidencia-se a dimensão territorial proposta por Lefebvre (1991), segundo a qual o território não constitui um espaço neutro, mas um sistema que integra, exclui, classifica e hierarquiza os sujeitos. A ausência de uma política de reassentamento estruturada contribuiu para uma reintegração informal, assente em redes locais e em estratégias individuais de sobrevivência. Assim, a reinstalação em áreas periféricas não resulta de uma escolha livre, mas de uma opção condicionada pela escassez de alternativas institucionais.

Nas novas áreas de residência, a precariedade do acesso à água potável constitui uma das expressões mais evidentes da exclusão territorial. A maioria dos agregados familiares depende de poços escavados manualmente, fontes sazonais ou cursos de água, frequentemente partilhados com animais. A insegurança hídrica emerge como uma componente quotidiana da reintegração, tal como ilustra o testemunho de um ex-guerrilheiro em Murilo:

> Aqui no nosso povoado não temos fontes seguras de água potável. Para encontrar água temos de andar muito. Dependemos de poços e da água da chuva. No tempo seco a situação é mais complicada. Por vezes ficamos dois ou três dias a procura de água. Há doenças diarreicas por conta desta situação (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Dezembro de 2023).

Este testemunho confirma a leitura qualitativa do discurso proposta por Bardin (2011), na qual a água surge não apenas como uma carência material, mas também como um marcador simbólico de abandono. A ausência de água potável repercute-se em problemas de saúde, instabilidade no quotidiano doméstico e desgaste emocional, comprometendo as condições de vida dos agregados familiares.

Embora os dados do INE (2023) indiquem um aumento do número de fontes de água no distrito de Murrupula entre 2017 e 2021, essa expansão física não se traduziu num acesso

socialmente equilibrado. A distribuição desigual das infraestruturas reforça o que Sen (1999) designa por negação de liberdades reais, ao limitar a capacidade de os indivíduos viverem com dignidade. Esta discrepância encontra-se ilustrada na Figura 9, que apresenta a evolução do número de fontes de água no período em análise.

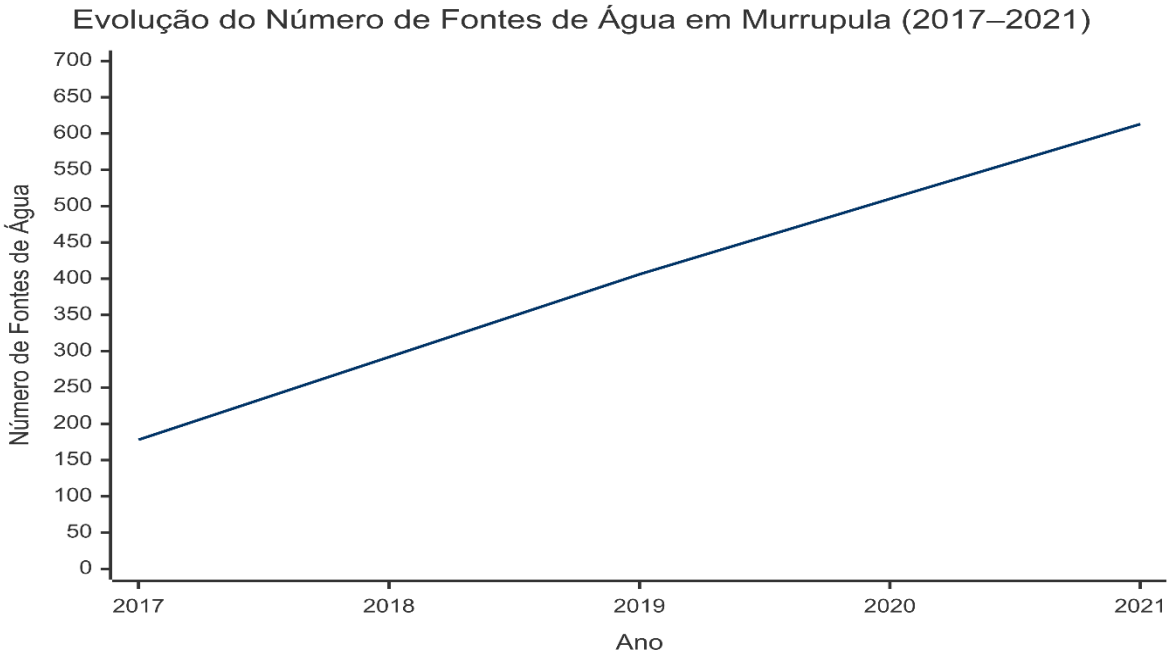

Figura 9: Evolução do número de fontes de água em Murrupula (2017-2021)

Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do INE (2023).

A Figura 9 reforça a constatação de que, apesar do aumento do número de fontes de água, a sua distribuição territorial desigual e o funcionamento limitado impedem que o crescimento estatístico se traduza numa melhoria efectiva do acesso. Esta realidade confirma a crítica de Sen (1999), segundo a qual os serviços públicos apenas promovem desenvolvimento quando ampliam liberdades reais, e não quando se limitam a produzir indicadores administrativos.

A experiência internacional, como no caso do Burundi analisado por D'Aoust *et al.* (2016), demonstra que sistemas de abastecimento concebidos sem mecanismos de gestão comunitária tendem a degradar-se rapidamente, comprometendo a sustentabilidade dos processos de reintegração. Esta constatação encontra eco nas entrevistas realizadas em Murrupula, nas quais ex-guerrilheiros manifestaram preocupação face à escassez de água potável e à fragilidade das soluções existentes.

> Mesmo a água para o consumo está a ser um problema para nós, não temos acesso, aqueles que controlam os fontenários públicos, nos discriminam por ser da RENAMO. Às vezes chegamos lá e dizem que não há água para nós. Já falámos com os líderes locais, mas nada muda. Ficamos como se ainda estivéssemos no mato. As nossas crianças apanham doenças devido

> ao consumo de água impropria (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Dezembro de 2023).

Esta evidência revela dificuldades no acesso à água potável associadas a práticas de exclusão no seio das comunidades receptoras. A discriminação no uso dos fontenários públicos, reportada pelos ex-guerrilheiros, bem como a inércia dos líderes locais perante as queixas apresentadas, indicam um sentimento de rejeição e abandono relacionado com a identificação político-partidária.

A expressão "como se ainda estivéssemos no mato" revela elevado significado analítico, sugerindo uma continuidade simbólica entre guerra e paz e indicando que a reintegração formal não eliminou as barreiras de estigma social. Neste contexto, articula-se a teoria do capital social de Putnam (2000): onde faltam pontes de confiança entre grupos sociais, tendem a intensificar-se a desconfiança, o isolamento e a fragmentação comunitária.

Deste modo, a precariedade hídrica manifesta-se em três níveis interligados: material, relacionada com a escassez física de serviços; territorial, associada à localização periférica e à distribuição desigual das infraestruturas; e relacional, ancorada em práticas discriminatórias no acesso a bens públicos.

A escassez de água potável influência no saneamento básico, comprometendo a saúde pública nas zonas receptoras. As doenças de origem hídrica, como a diarreia, afectam sobretudo as crianças, numa conjuntura agravada pela ausência de infraestruturas de saúde acessíveis. Este cenário demonstra a fragmentação do processo de reintegração, em que os compromissos assumidos não se concretizam em apoios genuínos. Como referem Alberto & Raimundo (2025), sem uma leitura atenta das realidades locais, os programas de reintegração perdem coerência e eficácia, alimentando desconfiança e deslegitimação. A experiência em Murrupula confirma esta crítica, ao revelar que, para que haja uma reintegração genuína, são necessárias intervenções concretas e territorialmente enraizadas.

Este cenário evidencia um desfasamento entre os compromissos do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional e a realidade quotidiana. Ao não garantir infraestruturas mínimas, o Estado compromete a legitimidade do DDR enquanto instrumento de justiça territorial. Neste contexto, D'Aoust *et al.* (2016) demonstram que os sistemas de abastecimento rural tendem a falhar quando não são articulados com mecanismos de gestão comunitária. Em Murrupula, a ausência de estruturas locais de manutenção e responsabilização colectiva contribui para a deterioração e o colapso funcional das fontes existentes. Esta fragilidade institucional evidencia limitações da governação multinível descrita por Hooghe & Marks

(2001), na qual as decisões são centralizadas, enquanto os impactos e encargos recaem sobre as comunidades locais.

As longas caminhadas diárias em busca de água reduzem o tempo disponível para actividades produtivas, comprometendo a inclusão económica e a autonomia dos agregados familiares, dimensão central da teoria do desenvolvimento como liberdade proposta por Sen (1999). A escassez hídrica ultrapassa, assim, a esfera material, afectando a saúde, a produção agrícola, a frequência escolar e a dignidade humana.

Face a esta escassez, os ex-guerrilheiros procuram mitigar os seus efeitos, sobretudo no domínio do saneamento e da prevenção de doenças, através da construção de latrinas tradicionais com materiais locais. A Figura 10 ilustra uma latrina construída na residência de um ex-guerrilheiro, mostrando estratégias locais de adaptação perante a insuficiência de infraestruturas básicas.

Figura 10: Latrina melhorada construída por um ex-guerrilheiro em Murrupula

Fonte: Trabalho de campo do autor, 28/06/2024.

A Figura 10 evidencia que, perante a ausência de políticas públicas consistentes, os ex-guerrilheiros recorrem a soluções próprias para assegurar condições mínimas de saneamento. Esta capacidade de auto-organização reflecte a relevância do capital social comunitário (Putnam, 2000), mas revela igualmente uma limitação estrutural do Estado, que transfere para os indivíduos responsabilidades que deveriam ser colectivas e institucionalmente garantidas.

Neste sentido, a água e o saneamento não podem ser analisados como simples variáveis técnicas, pois constituem elementos estruturantes da reintegração territorial. A ausência de serviços essenciais, como o abastecimento de água, gera sentimentos de abandono, fragiliza a confiança nas instituições e reaviva memórias associadas à experiência da guerra. A reintegração deixa, assim, de ser um processo estritamente administrativo para assumir uma dimensão ética, política e territorial.

Para além da evidência empírica recolhida no terreno, os discursos políticos reiteram a urgência de um DDR que ultrapasse a retórica institucional e se traduza em intervenções concretas adaptadas aos contextos locais. O presidente da RENAMO, Ossufo Momade, expressou esta exigência no seu discurso aquando da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional:

> O cessar-fogo que hoje entra em vigor em todo o território nacional representa um novo sopro de esperança para o povo moçambicano, desde que seja sustentado por boa fé entre as partes. O cessar-fogo de 6 de Agosto de 2019 deve traduzir-se não apenas na ausência de armas, mas na eliminação das barreiras que impedem o pleno exercício da cidadania. É imperativo que a sociedade civil assuma o seu papel como actor legítimo na consolidação da democracia e do Estado de direito, promovendo a transparência e a defesa do bem comum, sem receios de perseguição ou represálias (Discurso de Ossufo Momade, Maputo, Agosto de 2019a).

Tal pronunciamento evidencia a dissociação entre os compromissos institucionais assumidos e a realidade concreta vivida nos territórios. A persistente ausência de serviços básicos revela lacunas estruturais que dificultam a materialização de uma cidadania plena e inclusiva. Alberto e Raimundo (2025) salientam que, sem uma abordagem sensível às especificidades territoriais, os processos de reintegração tendem a reproduzir os mesmos desequilíbrios que estiveram na origem dos conflitos.

Na mesma linha de reflexão, Mirko Manzoni, representante do Secretariado-Geral das Nações Unidas para Moçambique, destacou a centralidade do bem-estar comunitário como condição indispensável para a consolidação de uma paz duradoura. Na sua intervenção na Comissão de Consolidação da Paz, afirmou:

> No centro de qualquer processo de paz estão as necessidades, preocupações e sentimentos das pessoas: os beneficiários do DDR, as suas famílias, as partes envolvidas e a sociedade em geral. Reconhecendo esta realidade, optámos por uma abordagem marcada pela sensibilidade no diálogo com todos os actores relevantes. Esta postura permitiu fortalecer a confiança mútua, promovendo uma comunicação aberta e directa, assegurando que ambas as partes se mantivessem informadas e tivessem acesso contínuo à informação ao longo de cada etapa do processo (Discurso de Mirko Manzoni, ONU, Março de 2023).

A convergência entre os discursos políticos do líder da RENAMO e do representante das Nações Unidas evidencia que a reintegração não deve ser entendida como um simples retorno físico dos ex-guerrilheiros, mas como a criação de condições reais de estabilidade, reconhecimento e inclusão nos territórios de acolhimento. Como defendem Knight (2008b) e Donais (2012), processos de DDR que ignoram os fundamentos materiais da justiça territorial tendem a permanecer frágeis e insustentáveis.

Por sua vez, Santos (2007) sustenta que o território deve ser compreendido como um sistema de coexistência, no qual objectos como a água e o saneamento adquirem significado através das práticas sociais. A sua ausência não constitui apenas uma falha técnica isolada, mas uma manifestação concreta de uma reintegração não territorializada. Neste enquadramento, a paz transcende a mera cessação das hostilidades, dependendo da criação de condições materiais equitativas que assegurem pertença, dignidade e justiça nos territórios historicamente afectados pela guerra (Donais, 2012).

Nas novas áreas de residência, a precariedade do acesso à água potável constitui uma das principais expressões de desigualdade territorial. A maioria dos agregados familiares depende de poços abertos manualmente, fontes sazonais ou cursos de água não tratados. Assim, o território deixa de ser apenas um espaço físico e passa a funcionar como um factor que condiciona direitos e oportunidades: ao residirem em zonas rurais periféricas e pouco servidas, os ex-guerrilheiros enfrentam maiores dificuldades no acesso a serviços básicos quando comparados com os residentes mais próximos da vila-sede.

Esta desigualdade territorial traduz-se numa insegurança hídrica quotidiana, com impacto directo na saúde, na estabilidade familiar e no sentimento de pertença comunitária, tal como testemunhado por um ex-guerrilheiro em Murilo. Neste sentido, a reintegração socioterritorial apenas se consolidará quando as infraestruturas básicas forem tratadas como direitos e não como favores, permitindo que os ex-guerrilheiros transitem do mato para uma cidadania plena.

4.2. Vias de acesso

A acessibilidade territorial e a qualidade das infraestruturas rodoviárias constituem elementos determinantes para a vida das comunidades e para a eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros em contextos pós-conflito (Donais, 2012; Muggah & O'Donnell, 2015). Em Murrupula, onde a maioria dos beneficiários do DDR reside em zonas rurais, observa-se uma tendência histórica de marginalização nos planos nacionais de desenvolvimento. A ausência

de estradas pavimentadas e de transportes públicos regulares constitui uma das expressões mais visíveis dessa exclusão, com impactos directos nas dinâmicas sociais e económicas do distrito e de outras regiões rurais moçambicanas (Alberto & Raimundo, 2025).

De acordo com Lefebvre (1991), o espaço não se reduz à sua materialidade física, sendo também uma construção social que reflecte relações de poder e determina o acesso diferencial a bens, serviços e mobilidade. Neste sentido, as condições das vias de acesso influenciam não apenas a circulação, mas também a inclusão territorial e a capacidade de participação económica dos residentes.

Dados do Relatório Distrital de Governo de Murrupula (2023) indicam que cerca de 68% das estradas do distrito se encontram em estado de degradação, situação que se agrava durante a época chuvosa, quando muitas vias se tornam intransitáveis. A maioria das estradas é de terraplanagem, sem sistemas adequados de drenagem e com erosão acentuada, dificultando a circulação de veículos, o escoamento da produção agrícola, o acesso aos serviços de saúde e a deslocação de estudantes. Esta realidade foi reiterada nas discussões em grupos focais com ex-guerrilheiros, nas quais se destacou que:

> Nos dias de chuva, as estradas tornam-se intransitáveis. Apenas as motorizadas conseguem circular. Quando há uma emergência de saúde, sentimos na pele essa dificuldade. Também na agricultura sofremos prejuízos: muitos dos nossos produtos se deterioram porque não conseguimos levá-los ao mercado. Os nossos filhos faltam à escola porque não há transporte devido a precariedade das estradas. Tudo isto cria um sentimento de abandono (Grupo Focal 1, Murrupula, Novembro de 2023).

Tal como o testemunho evidencia, a observação directa realizada nas zonas de acolhimento dos ex-guerrilheiros permitiu constatar que a degradação das vias de acesso constitui não apenas um obstáculo físico à mobilidade, mas também um marcador simbólico de exclusão territorial. As dificuldades de circulação comprometem o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, bem como a comercialização da produção agrícola, elementos essenciais para a dignidade e para uma reintegração efectiva nas comunidades locais. Como alertam Alberto & Raimundo (2025), a reintegração não deve restringir-se à distribuição pontual de recursos ou à presença administrativa do Estado, exigindo antes transformações estruturais nas condições territoriais que assegurem inclusão social e económica.

A Figura 11, captada durante o trabalho de campo em Junho de 2024, ilustra uma estrada de terra batida em avançado estado de degradação, com sinais visíveis de erosão. Esta condição evidencia as dificuldades de circulação e transporte, particularmente durante a época

chuvosa, reforçando os constrangimentos territoriais que condicionam os percursos de reintegração.

Figura 11: Estrada de terraplanagem no Distrito de Murrupula

Fonte: Autor, 28/06/2024, as 11h e 23 min

No plano económico, a má qualidade das vias restringe o escoamento agrícola e limita o rendimento dos ex-guerrilheiros. A maioria dos produtos agrícolas é vendida a intermediários locais por preços muito baixos, dada a impossibilidade de transporte para os mercados da vila sede do Distrito. Um dos participantes do Grupo Focal 2 explicou:

> Às vezes temos tido boas colheitas, mas não conseguimos aproveitá-las. Sem estradas em boas condições, não conseguimos transportar os produtos para venda fora da comunidade. Dependemos de mototáxis, que cobram preços elevados. Chegamos a vender o milho por metade do preço, porque não temos condições de armazenamento. Esta situação desanima. O governo devia olhar para estas estradas (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

O testemunho evidencia que a precariedade das vias de acesso constitui um obstáculo estrutural à inclusão económica dos ex-guerrilheiros, transformando a produção agrícola, principal meio de subsistência local, numa actividade de baixa rentabilidade e elevada vulnerabilidade. A impossibilidade de transportar os produtos para mercados mais competitivos, associada aos custos elevados dos mototáxis e à ausência de infraestruturas de armazenamento, obriga os produtores a venderem a preços depreciados, reduzindo o rendimento familiar e desincentivando a produção. Esta situação confirma que a reintegração

socioeconómica não depende apenas da posse de terra ou da capacidade produtiva, mas também das condições territoriais que viabilizam o acesso aos mercados e aos circuitos económicos.

A relevância das infraestruturas para o desenvolvimento e para a coesão nacional foi igualmente sublinhada pelo então Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, no discurso proferido aquando da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, em 6 de Agosto de 2019. Embora não tenha feito referência directa às estradas, o chefe de Estado enfatizou a necessidade de garantir que os dividendos da paz se traduzam em progresso concreto, inclusivo e duradouro (Nyusi, 2019a). Esta posição reconhece implicitamente que a cidadania efectiva depende do acesso real a serviços e oportunidades. Contudo, a inexistência de infraestruturas rodoviárias funcionais em Murrupula contrasta com essa visão e fragiliza os objectivos da reintegração dos ex-guerrilheiros. Conforme assinalam Donais (2012) e Muggah & O'Donnell (2015), sem investimento em mobilidade e integração territorial, a reintegração tende a permanecer formal, com impacto reduzido nas condições de vida.

Experiências internacionais reforçam esta leitura. Na Colômbia, programas de reintegração associados à organização produtiva e ao acesso territorial, como as cooperativas agrícolas, contribuíram para maior estabilidade social, enquanto no Burundi a ausência de estratégias integradas comprometeu os resultados da reintegração (D'Aoust *et al.,* 2016; Iglesias-Pascual *et al*., 2023). Esta constatação converge com a análise de Alberto e Raimundo (2025), segundo a qual a limitada acessibilidade territorial restringe o exercício da cidadania e perpetua a exclusão social. Do mesmo modo, Donais (2012) e Muggah & O'Donnell (2015) reiteram que a mobilidade efectiva constitui condição indispensável para a integração funcional nas estruturas sociais e económicas.

4.3. Habitação e os desafios da reintegração

A habitação constitui-se não apenas como um direito humano fundamental, mas como um indicador de inclusão socioterritorial no contexto pós-conflito (Allegra & Tulumello, 2020). No Distrito de Murrupula, a ausência de políticas habitacionais eficazes tem dificultado a estabilização dos ex-guerrilheiros, cuja reinserção se vê comprometida por limitações estruturais que se estendem ao acesso à terra e ao crédito habitacional. Neste contexto, Sabourin (2022) argumenta que a organização dos espaços urbanos e rurais reflectem as

dinâmicas históricas de poder, que fixam os grupos vulneráveis como os dos ex-guerrilheiros em zonas periféricas desprovidas de serviços fundamentais, demonstrando alguns padrões de exclusão social e espacial.

A teoria dos sistemas socioterritoriais permite compreender como a desigualdade na distribuição dos recursos habitacionais e infraestruturais compromete a reintegração efectiva (Lamalice & Klein, 2016; Gondim & Monken (2017). Para Santos (2007), o território é uma construção social onde se materializam relacções de apropriação, exclusão e disputa, influenciando directamente no acesso à habitação. De forma semelhante, Brandão (2019) considera que as políticas públicas com impacto territorial devem integrar os contextos locais, evitando modelos tradicionais que criam disparidades e exclusão.

A fragilidade institucional apontada por Alberto & Raimundo (2025) revela que, em Murrupula, a ausência de um plano de habitação ligado com as redes comunitárias afecta de forma transversal a população local. Os défices habitacionais, a precariedade das construções, a ausência de infraestruturas básicas, são realidades vividas por grande parte dos residentes do distrito. Contudo, estes constrangimentos assumem uma expressão agravada entre os ex-guerrilheiros, que, tendo abandonado as comunidades em 2021 para regressar às matas, perderam o laço contínuo com o território e com as redes de apoio locais.

Ao regressarem, encontraram-se em situação mais vulnerável do que a população residente, sem habitação, sem acesso imediato a terra produtiva e, em alguns casos, enfrentando ainda resistência social. Assim, embora a precariedade habitacional seja um fenómeno geral, os ex-guerrilheiros experienciam-na de forma mais intensa, pois regressam a um território onde os recursos já foram distribuídos e as redes solidárias previamente consolidadas. Neste contexto, a habitação deixa de ser apenas um abrigo físico e converte-se num marcador de reconhecimento social, pertença e reintegração efectiva. Durante uma sessão de grupo focal, os ex-guerrilheiros relataram:

> Foi-nos dito que, ao aderirmos ao DDR, seríamos capazes de construir uma habitação condigna e estabelecer uma base para reorganizar as nossas vidas. Contudo, a realidade é diferente. Muitos de nós continuamos a viver com dificuldades; as nossas casas são feitas de blocos de barro e capim, materiais frágeis que podem ruir durante a época chuvosa. No início do programa, o governo distribuiu chapas de zinco e barrotes, mas, devido às dívidas acumuladas e às necessidades imediatas, alguns de nós fomos obrigados a vender esse material para adquirir bens essenciais. Necessitamos de um plano habitacional que garanta acesso a terrenos e a financiamento para construir as nossas casas. Caso contrário, continuaremos a viver entre promessas não cumpridas e a incerteza quanto ao futuro (Grupo Focal 1, Murrupula, Novembro de 2023).

Este testemunho reforça a ideia de que a habitação, enquanto estrutura física e simbólica, constitui um elemento central na reconstrução de uma vida digna. Como observam Lopes *et al*. (2011), o reconhecimento social dos ex-guerrilheiros nas comunidades de acolhimento não ocorre de forma automática, estando condicionado por percepções históricas e pela implementação de políticas inclusivas que promovam equidade e justiça territorial.

O Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Maputo a 6 de Agosto de 2019, estabeleceu um marco político e jurídico destinado a consolidar a paz em Moçambique, através da desmobilização e reintegração efectiva dos ex-guerrilheiros na vida civil. No preâmbulo do acordo, bem como no articulado da Lei n.º 11/2019, de 12 de Setembro, o Estado compromete-se a assegurar os meios necessários para garantir a reintegração económica, social e produtiva, incluindo habitação, acesso à terra, serviços sociais e oportunidades económicas.

Estes compromissos são reforçados por documentos complementares, como as reflexões sobre a implementação do DDR (IMD, 2020), que identificam a disponibilização de habitação condigna como uma prioridade no retorno dos ex-guerrilheiros às suas comunidades. Segundo o Instituto para a Democracia Multipartidária, a habitação deve articular-se com formação técnica, programas de geração de rendimento e acesso a serviços básicos, numa lógica de reintegração sustentável. A fraca implementação destas medidas no terreno levanta, contudo, preocupações quanto à eficácia do processo.

O papel do Estado na reintegração e a importância da inclusão sociopolítica foram igualmente sublinhados pelo presidente da RENAMO, Ossufo Momade, durante a cerimónia de assinatura do acordo, ao afirmar que o cessar-fogo deveria representar o fim das hostilidades, a eliminação das barreiras ao exercício pleno da cidadania e a participação activa da sociedade civil na construção do Estado de direito (Momade, 2019b). Noutra intervenção, o líder reiterou que a paz não deve restringir-se ao simbolismo político, devendo traduzir-se em melhorias concretas das condições de vida dos ex-guerrilheiros.

Contudo, a realidade observada em Murrupula contrasta com esta visão. Muitos ex-guerrilheiros continuam a viver em condições habitacionais precárias, sem acesso regular a água, energia ou saneamento, o que compromete não apenas a sua segurança física, mas também a sua legitimidade social enquanto cidadãos reintegrados (Alberto & Raimundo, 2025). Lalá (2010) caracteriza estas dificuldades como "promessas inacabadas" da paz moçambicana, referindo a formalização de compromissos sem os mecanismos institucionais

e financeiros necessários à sua concretização. Consequentemente, a reintegração permanece parcial e frágil, situação semelhante à observada na Libéria e na República Democrática do Congo (Peters, 2007; Muggah, 2005).

Deste modo, o caso de Murrupula suscita uma questão crítica sobre a própria natureza da reintegração: poderá existir reintegração sustentável sem justiça territorial? Tal como sugerem Alberto & Raimundo (2025), a resposta reside na articulação entre os dispositivos dos acordos de paz e as necessidades reais das comunidades. A habitação, mais do que um bem material, constitui um símbolo de identidade e pertença; a sua ausência enfraquece o contrato social reconstruído após o conflito e compromete a legitimidade do DDR.

Neste sentido, a habitação deve ser repensada como componente crítica da reintegração. Para além de compromissos formais, torna-se necessário implementar políticas territoriais concretas, alinhadas com as necessidades e aspirações dos ex-guerrilheiros. Sem este compromisso, a reintegração permanecerá incompleta e a paz fragilizada (Donais, 2012; Knight, 2008b; Lamalice & Klein, 2016; Alberto & Raimundo, 2025).

Sob o ponto de vista jurídico, a Constituição da República de Moçambique (2018), no seu artigo 91.º, consagra a habitação como um direito fundamental, ao estabelecer que todos os cidadãos têm direito a uma habitação condigna, constituindo este um dever do Estado. Este princípio assume particular relevância no contexto da reintegração dos ex-guerrilheiros, cujo regresso à vida civil exige não apenas o silenciamento das armas, mas também a criação de condições de dignidade, estabilidade e inserção social.

Em Murrupula, porém, a realidade observada contraria os compromissos constitucionais e legais do Estado. As zonas de fixação dos ex-guerrilheiros apresentam habitações precárias, sem acesso a electricidade, água potável ou saneamento básico, como ilustra a Figura 12. Esta situação prolonga a exclusão vivida durante o conflito, agora agravada pela ausência de políticas habitacionais efectivas e sustentáveis.

> Dizem que estamos em paz, mas vivemos sem habitação, sem condições para sobreviver, e sem nada para desenvolver, sentimo-nos como se ainda nos encontrássemos no mato (Entrevista com ex-guerrilheiros, Murrupula, Junho de 2024).

Figura 12: Habitação de um ex-guerrilheiros com painéis solares

Fonte: Autor, 28/06/2024, as 13h e 33min

A Figura 12 foi captada durante o trabalho de campo em Murrupula, através da observação directa. A habitação edificada com materiais locais, como estacas de madeira, caniço e cobertura de chapa de zinco, revela um esforço de autoconstrução por parte dos ex-guerrilheiros. Apesar das limitações infraestruturais, estas construções asseguram alguma resistência à infiltração de água durante a época chuvosa, proporcionando condições mínimas de habitabilidade.

A presença de pequenos painéis solares reflecte estratégias autónomas de acesso à energia, simbolizando não apenas resiliência comunitária, mas também um movimento gradual em direcção à inclusão. Esta realidade, embora marcada por carências, evidencia a ausência de uma resposta institucional estruturada para assegurar os direitos básicos consagrados na Constituição e nos instrumentos de reintegração.

Esta exclusão habitacional tem repercussões directas sobre a reintegração, pois fragiliza o sentimento de pertença e limita o exercício pleno da cidadania. No discurso proferido por ocasião da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, o presidente da RENAMO, Ossufo Momade, afirmou que o cessar-fogo deve significar a eliminação de barreiras ao exercício da cidadania moçambicana, permitindo à sociedade civil assumir-se como actor de fortalecimento da democracia e do Estado de direito (Momade, 2019b). Tal afirmação sugere que a paz não pode ser concebida apenas como ausência de violência, mas

como um processo de inclusão estrutural efectiva. Neste quadro, a habitação deixa de ser apenas um bem material e passa a constituir um símbolo de reconhecimento institucional e reinserção social; a sua ausência compromete a legitimidade dos ex-guerrilheiros enquanto sujeitos de direitos.

Importa clarificar que a precariedade habitacional em Murrupula é transversal, mas não neutra. Os ex-guerrilheiros regressam a um território onde as terras produtivas, os espaços residenciais e as redes de solidariedade já se encontravam redistribuídos. Esta condição coloca-os numa posição mais frágil do que os restantes residentes, que mantiveram continuidade territorial e relações comunitárias estáveis ao longo do tempo.

Em Moçambique, instrumentos legais como a Lei n.º 11/2019, relativa ao Acordo de Paz e Reconciliação, e a Lei de Terras (Lei n.º 19/1997), especialmente o artigo 14.º, que consagra a função social e o uso da terra, estabelecem bases normativas para a inclusão territorial. Contudo, a sua aplicação permanece limitada. Como alertam Floriani *et al*. (2013), os direitos constitucionais apenas se concretizam quando traduzidos em políticas públicas activas, territorializadas e sensíveis à realidade local.

A análise internacional dos programas de DDR demonstra que a habitação constitui um elemento essencial nos processos de reconstrução pós-conflito. Quando o acesso habitacional não é integrado de forma estratégica, a reinserção social tende a fragilizar-se e a exclusão persiste (D'Aoust *et al.,* 2016). No Nepal, após o acordo de paz de 2006, muitos ex-guerrilheiros permaneceram longos períodos em acantonamentos provisórios, aguardando soluções definitivas de reassentamento; os sucessivos adiamentos e a ausência de mecanismos claros de apoio conduziram a processos dispersos de instalação em comunidades rurais já sobrecarregadas Shrestha & Blei (2012). .

No Burundi, D'Aoust *et al.* (2016) identificam dificuldades semelhantes no acesso à terra e à habitação, levando diversos ex-combatentes a instalar-se em zonas social e ambientalmente vulneráveis por ausência de alternativas viáveis. Situação comparável foi registada na República Democrática do Congo, onde Muggah (2005) demonstra que a inexistência de uma política habitacional coordenada resultou na concentração de ex-guerrilheiros em bairros periféricos carenciados, acentuando a marginalização socioeconómica. Na Colômbia, González & Clémence (2019) observam que, apesar dos esforços institucionais, a reintegração foi marcada por episódios de insegurança e discriminação, levando muitos ex-combatentes a ocultar a sua identidade e a enfrentar obstáculos no acesso à habitação. Já

na Serra Leoa, Peters (2007) evidencia que a simples atribuição de terrenos, sem investimento subsequente em infraestruturas e serviços, gerou processos de exclusão e instabilidade social.

A leitura comparativa destes contextos reforça a interpretação do caso de Murrupula: sem uma política habitacional consistente e sensível às dinâmicas locais, os ex-guerrilheiros enfrentam sérias dificuldades em reconstruir a sua vida civil com dignidade. Tal como noutros cenários pós-conflito, a precariedade habitacional limita o acesso ao trabalho, à educação e à saúde, fragilizando a reintegração simbólica e material. Assim, a habitação deve ser compreendida como um indicador de cidadania e pertença territorial, e não apenas como um bem físico.

Contudo, os problemas habitacionais em Murrupula afectam toda a população, mas incidem com maior intensidade sobre os ex-guerrilheiros, cuja reintegração ocorre em condições de maior vulnerabilidade e menor reconhecimento territorial. Portanto, a habitação constitui-se como um elemento central do DDR, não apenas como necessidade material, mas também como condição simbólica de pertença, cidadania e reconstrução do contrato social no período pós-conflito.

4.4. Acesso à terra e reconfiguração do espaço rural

O acesso à terra constitui um dos eixos fundamentais da reintegração socioeconómica dos ex-guerrilheiros, especialmente em contextos rurais como o Distrito de Murrupula, onde a agricultura de subsistência é a principal via de sobrevivência (MADER, 2020; Alberto & Raimundo, 2025). Segundo o Inquérito Agrário Integrado (MADER, 2020), mais de 85% dos agregados familiares dependem da terra para assegurar a sua alimentação e rendimento mínimo. Neste contexto, a terra não é apenas um meio de produção, mas adquire um valor representativo enquanto espaço de pertença, estabilidade e reconhecimento social.

Como defende Santos (2007), o território não se define apenas pela sua materialidade física, mas como resultado de uma teia de práticas, relacções e disputas que moldam os acessos aos recursos e às oportunidades. O regresso dos ex-guerrilheiros nas suas zonas de origem, muitas vezes após longos períodos de ausência, confronta-se com uma nova configuração agrária, marcada por ocupações, transmissões informais e perda de acordos tradicionais (D'Aoust *et al*., 2016). As normas comunitárias de acesso à terra, baseadas na linhagem, na

residência prolongada ou no reconhecimento pela liderança local, tendem a excluir aqueles cuja história de vida se descontinuou pela participação no conflito armado.

A ausência de uma política agrária coordenada com os objectivos do DDR impede a construção de laços sólidos entre os reintegrados e o território, ao mesmo tempo fragiliza a coesão social nas comunidades receptoras (Alberto & Raimundo, 2025). Embora a Lei de Terras (Lei n.º 19/1997), no seu artigo 12.º, reconheça o direito de uso e aproveitamento da terra com base na ocupação, a aplicação deste princípio continua limitada, especialmente para os que perderam os seus direitos consuetudinários. Como referem Alberto & Raimundo (2025), sem a territorialização efectiva das políticas públicas a reintegração efectiva torna-se uma ilusão.

Reconhecer a importância da terra é um imperativo para a construção de uma paz territorialmente justa e duradoura. A reintegração dos ex-guerrilheiros não pode ser desligada da redistribuição de oportunidades materiais e do reconhecimento efectivo das formas plurais de pertença e uso do espaço rural (Santos, 2007; Alberto & Raimundo, 2025).

Apesar do quadro legal moçambicano prever o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), estabelecido na Lei n.º 19/1997, a sua aplicação prática tem sido limitada, sobretudo em contextos de reassentamento como os decorrentes do DDR. O artigo 12.º dessa lei reconhece o direito de todos os cidadãos ao acesso à terra para habitação ou produção, mas a sua materialização é acompanhada de obstáculos institucionais, burocráticos e políticos. Como analisa Capaina (2022), fenómenos como reassentamentos desordenados, ocupações informais, usurpações e a proliferação de mercados paralelos de terra muitas vezes protagonizados por membros das elites políticas enfraquecem a eficácia do quadro legal agrário.

Em Murrupula, estas fragilidades manifestam-se de forma evidente: muitos ex-guerrilheiros continuam a ocupar terrenos sem o título formal, por vezes em áreas sujeitas a disputas com antigos ocupantes. Esta situação compromete a segurança jurídica da posse e o acesso de instrumentos fundamentais de inclusão económica, como o crédito agrícola, a assistência técnica e o reconhecimento institucional. Neste contexto, a questão agrária é fundamental para o sucesso da reintegração dos ex-guerrilheiros, exigindo não apenas o cumprimento formal da lei, mas também reformas profundas na sua implementação e garantia da justiça distributiva e segurança social (Capaina, 2022). A problemática da terra em Murrupula foi evidenciada pelo grupo focal em 2023:

> Quando regressamos das matas, disseram-nos que íamos ter terra para cultivar. Mas até agora, muitos de nós estamos em terrenos emprestados e sem documentos. Já houve casos de conflitos com os antigos donos. Sem um papel que diga que esta terra é nossa, ninguém nos respeita, o Governo não nos ajuda. Ficamos sempre a depender dos outros (Grupo Focal 1, Murrupula, Novembro de 2023).

Este relato evidencia a sobreposição entre vulnerabilidade agrária, desconfiança institucional e exclusão comunitária. De acordo com Alberto & Raimundo (2024), tal padrão tende a reactivar dinâmicas de conflito latente, sobretudo quando os ex-guerrilheiros são inseridos em territórios sem mediação adequada entre o Estado e as comunidades receptoras. A ausência de mecanismos locais funcionais para a resolução de disputas, como os conselhos consultivos e os comités comunitários de terras previstos nos artigos 24.º a 27.º do Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro), limita a eficácia da reintegração ao desconsiderar a dimensão relacional da posse e uso da terra.

Experiências internacionais demonstram que a valorização do acesso à terra constitui um factor decisivo para o sucesso dos programas de DDR. Na Serra Leoa, a combinação entre atribuição de parcelas agrícolas, apoio técnico e mediação comunitária contribuiu para reduzir tensões e promover a estabilidade rural (D'Aoust et al., 2016). De modo semelhante, na República Democrática do Congo, o envolvimento de organizações da sociedade civil na criação de cooperativas habitacionais e produtivas revelou-se determinante para fortalecer a autonomia e a reconstrução pós-conflito (Muggah, 2005).

O Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo estabelece compromissos estatais orientados para a reintegração socioeconómica dos ex-guerrilheiros. Embora o texto não mencione explicitamente o acesso à terra, o artigo n.º 2 determina que o Governo assegure os meios necessários para a implementação do acordo, o que inclui, de forma implícita, a criação de condições materiais como o acesso à terra, à habitação e ao crédito agrícola.

Todavia, Alberto e Raimundo (2024) assinalam que, apesar da vigência das normas legais, persistem obstáculos administrativos e ausência de mecanismos eficazes de planificação agrária, agravados pela fraca articulação entre o Estado e as estruturas comunitárias locais. Este cenário revela um descompasso entre os compromissos assumidos e a sua concretização prática, comprometendo os vínculos entre os reintegrados e o território. No mesmo contexto, o representante das Nações Unidas na Comissão de Consolidação da Paz reiterou que o acesso equitativo a recursos produtivos e a meios de subsistência sustentáveis constitui uma

condição essencial para uma reintegração duradoura e para a prevenção de novos ciclos de instabilidade.

> Garantir a reintegração com dignidade está no centro do processo. O apoio personalizado e direcionado aos ex-guerrilheiros por meio do DDR é projectado para responder às diversas necessidades nos níveis individual, familiar e comunitário (Discurso de Mirko Manzoni, ONU, Março de 2023).

Esta afirmação sintetiza uma das principais conclusões da análise: o acesso à terra não deve ser tratado como um benefício opcional, mas como um direito fundamental para garantir a cidadania activa no período pós-conflito. Em Murrupula, a ausência de um plano integrado para regularização agrária, assistência técnica e apoio agrícola fragiliza os impactos do DDR e perdura um sentimento de promessas não cumpridas (Alberto & Raimundo, 2024). Nestas condições, a reintegração permanece como uma ideia suspensa evocada nas cerimónias formais, mas distante do quotidiano dos guerrilheiros.

4.5. Importância da terra e da agricultura na reintegração social e económica

Conforme defendido por Lefebvre (1991), o espaço não se limita a uma dimensão física, constituindo antes o resultado de relações sociais, práticas de poder e processos históricos. Nesta perspectiva, a terra assume um papel central na reconstrução da cidadania e na reposição da dignidade em contextos pós-conflito (Haesbaert, 2010). No Distrito de Murrupula, onde a agricultura constitui a principal actividade económica (MADER, 2020), o acesso à terra emerge como um elemento estruturante da reintegração dos ex-guerrilheiros, funcionando simultaneamente como meio de subsistência, espaço de pertença territorial e suporte de reconhecimento social.

Neste enquadramento, a agricultura configura-se como a principal via de reconstrução económica e simbólica para os ex-guerrilheiros em Murrupula. Para muitos, a machamba representa não apenas uma fonte de rendimento e segurança alimentar, mas também um meio de reapropriação do território e de recomposição das identidades sociais após anos de deslocação. Assim, a agricultura familiar, exercida com recursos escassos e sem apoio técnico sistemático, constitui um espaço de resistência e de afirmação de uma reintegração digna. A Figura 14 ilustra uma machamba de mandioca trabalhada manualmente por um ex-guerrilheiro, evidenciando a centralidade da terra na reconstrução da vida quotidiana.

Figura 13: Machamba de mandioca cultivada por um ex-guerrilheiro em Murilo

Fonte: Trabalho de campo do autor, 28/06/2025, 14h40.

A imagem evidencia a natureza rudimentar dos meios de produção disponíveis e confirma que a reintegração económica ocorre sobretudo por iniciativa individual e comunitária, em vez de resultar de um apoio institucional estruturado. Esta realidade reforça a leitura socioterritorial de Lefebvre (1991), segundo a qual o território não é apenas um espaço físico, mas um campo onde se expressam desigualdades, disputas e relações de poder. No caso de Murrupula, a terra funciona simultaneamente como activo económico e como recurso simbólico de pertença. Contudo, a ausência de mecanismos formais de acesso, de segurança agrária e de apoio técnico expõe os ex-guerrilheiros a uma integração frágil e incerta, dependente da solidariedade comunitária e das variações do contexto rural.

Do ponto de vista da governação local, estas limitações são igualmente reconhecidas pelas autoridades distritais, sobretudo no que respeita à escassez de terra disponível nas proximidades da vila-sede. Esta restrição condiciona os processos de fixação territorial e dificulta a integração produtiva dos ex-guerrilheiros, obrigando muitos a instalar-se em zonas periféricas, com menor acesso a infraestruturas, mercados e serviços públicos, o que aprofunda as desigualdades socioterritoriais e fragiliza a sustentabilidade da reintegração:

> Estamos cientes da promessa de atribuição de terra, mas todos os ex-guerrilheiros querem terras junto à vila. Isso, na prática, não é possível. Os terrenos já foram atribuídos conforme a Lei de Terras. Estamos a considerar a atribuição nos postos administrativos e localidades onde ainda há terra disponível (Entrevista com membro do Governo Distrital, Junho de 2024).

Embora a Lei de Terras (Lei n.º 19/1997) e a Constituição da República garantam o DUAT a todos os cidadãos, incluindo os ex-guerrilheiros, os mecanismos administrativos são de difícil acesso devido a custos, burocracia e ausência de apoio técnico. Assim, o direito formal nem sempre se converte em direito real, confirmando a leitura de Sen (1999) sobre a distância entre direitos proclamados e liberdades efectivas.

A reintegração agrária em Murrupula tem sido, em larga medida, suportada pelas redes sociais locais, que têm funcionado como mediadoras do acesso temporário à terra. Como relatou um membro da comunidade:

> No início houve algum receio em colaborarmos com eles. Mas, com o tempo, começámos a partilhar recursos. Algumas terras que os ex-guerrilheiros usam para cultivar foram cedidas por nós, enquanto aguardam pelas parcelas prometidas pelas autoridades, tanto para habitação como para projectos agrícolas. Vamos partilhando o que temos e as nossas experiências (Membro da comunidade, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho revela a existência de um capital social de vizinhança, que amortece tensões (Putnam, 2000), devido a ausência de uma política institucional consistente, que garanta segurança agrária. Ou seja, a solidariedade comunitária tem funcionado como solução provisória, mas não substitui uma política pública estruturada e territorialmente sensível (Alberto & Raimundo, 2024).

Do ponto de vista analítico, a terra opera aqui como activo económico, laço social e marcador de cidadania territorial. A dependência da agricultura, associada à falta de redistribuição organizada e de formalização jurídica, coloca os ex-guerrilheiros numa posição de vulnerabilidade económica e simbólica. Na perspectiva de Santos (2007), o território converte-se, assim, num espaço onde se reproduzem assimetrias de poder e desigualdades de acesso, afectando a possibilidade de reconstrução de trajectórias de vida dignas.

Por isso, a reintegração agrícola não pode restringir-se à simples disponibilização de terrenos. Ela exige a segurança jurídica, a mediação comunitária, o apoio técnico e extensão agrícola, a integração dos ex-guerrilheiros nas cadeias produtivas formais e a adopção de políticas territorializadas e participativas. Tal como defendem Santos (2007) e Putnam *et al.* (2005), sem uma base territorial justa e estável, o território corre o risco de permanecer um espaço de desigualdade em vez de reintegração.

A análise do caso de Murrupula demonstra que a terra e a agricultura constituem pilares estruturantes da reintegração social e económica dos ex-guerrilheiros, não apenas enquanto

meio de subsistência, mas como fundamento de pertença territorial, reconhecimento social e reconstrução identitária. Contudo, a ausência de um programa institucional de redistribuição agrária, de regularização do DUAT e de assistência técnica coloca estes actores numa posição de vulnerabilidade estrutural face às comunidades residentes, que já detêm redes territoriais e acesso prévio aos recursos.

Assim, Lefebvre (1991) confirma que o território é um espaço de disputa e reprodução de desigualdades, onde a integração depende tanto das dinâmicas comunitárias quanto da capacidade do Estado em garantir justiça territorial e segurança jurídica. Sem políticas públicas integradas que articulem acesso à terra, apoio produtivo e mediação comunitária, a reintegração tende a permanecer frágil e incompleta.

4.6. Acesso à saúde e desafios na reintegração

A reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula deve ser entendida à luz dos limites estruturais que historicamente marcaram os programas de DDR em Moçambique. Tal como assinalam McMullin (2004) e Humphreys & Weinstein (2007), tradicionalmente o DDR foi concebido para "silenciar as armas", sem garantir, de forma consistente, as condições materiais que sustentam a cidadania e a dignidade no pós-conflito. Nesta perspectiva, o acesso aos serviços básicos, da saúde em particular, constitui um pilar fundamental da reintegração socioterritorial, pois condiciona a capacidade de os ex-guerrilheiros reconstruírem os seus projectos de vida e serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

A literatura acentua que a saúde não é apenas um bem clínico, mas também um elemento importante de reconhecimento social e reinserção comunitária (Knight, 2008a; Muggah & O'Donnell, 2015). A ausência de cuidados médicos adequados, incluindo apoio psicossocial, fragiliza os laços comunitários e aprofunda a vulnerabilidade social, ampliando o risco de marginalização. Nesta linha, Sen (1999) lembra que a saúde é uma liberdade substantiva, sem a qual as pessoas não conseguem exercer os seus direitos na plenitude.

No caso de Murrupula, os dados oficiais sugerem que entre 2017 e 2021 houve progressos institucionais, as unidades sanitárias aumentaram de 12 para 18, os postos de saúde rurais passaram de 8 para 12 e o rácio de população por unidade de saúde diminuiu de 17.559 para 13.095 habitantes. Este quadro é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7: Indicadores de saúde em Murrupula

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021
Unidades Sanitárias Existentes	12	13	15	16	18
Postos de Saúde Rurais	8	9	10	11	12
Profissionais de Saúde	95	101	108	115	121
População por Unidade de Saúde	17.559	16.205	15.047	14	13.095
Medicamentos em Rutura (%)	22%	20%	18%	15%	13%

Fonte: elaboração própria com base no Relatório de Actividades do Governo do Distrito de Murrupula (2023) e INE (2023).

Os dados mostram avanços formais, que não se traduzem automaticamente em acessibilidade real e equitativa. As longas distâncias percorridas, a escassez de profissionais, a existência de apenas um médico para cerca de 17.000 habitantes e a escassez de medicamentos configuram barreiras efectivas ao acesso. Num Grupo Focal realizado em Junho de 2024, os ex-guerrilheiros relataram:

> Depois da guerra, regressámos às nossas comunidades carregando sequelas físicas e psicológicas graves. Mas não há serviços de saúde especializados que nos possam ajudar. Quando procuramos ajuda, enfrentamos longas filas de espera e muitas vezes dizem-nos que não há medicamentos. Como não temos rendimentos fixos, temos dificuldades para comprar nas farmácias privadas (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

A leitura deste testemunho confirma que a precariedade institucional na saúde limita o exercício efectivo da cidadania, na medida em que impede o usufruto de direitos legalmente consagrados. Ao mesmo tempo, revela a interdependência entre saúde, economia e reintegração social: sem rendimentos, os ex-guerrilheiros não conseguem suportar os custos do tratamento; sem tratamento, a sua capacidade produtiva diminui; e sem capacidade produtiva, a reintegração torna-se frágil e desigual.

Um outro entrevistado relatou:

> Procurei o posto de saúde para tratar malária. Recebi um medicamento, mas o outro estava em falta e mandaram-me ir comprar. Não tinha dinheiro para isso. Passados dias, tive de voltar porque a doença piorou (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Novembro de 2023).

Este testemunho demonstra a distância entre os indicadores administrativos e a experiência vivida no território. Embora as estatísticas apontem melhoria na provisão de medicamentos, o acesso permanece selectivo, incerto e condicionado pela capacidade financeira dos doentes.

Além da dimensão biomédica, a ausência de apoio psicossocial constitui uma lacuna crítica. Muitos ex-guerrilheiros carregam memórias traumáticas do conflito e vivem com ansiedade, insónia ou sintomas depressivos, sem qualquer acompanhamento clínico. Como salientam Themnér & Karlén (2020), a negação sistemática de apoio psicológico potência isolamento social e fragiliza a reintegração colectiva. Em Murrupula, um entrevistado afirmou:

> Depois de terminada a guerra, fomos abandonados à nossa própria sorte. Muitos companheiros vivem com dores crónicas e problemas psicológicos, mas não têm qualquer tipo de acompanhamento médico. Esta falta de apoio cria-nos frustração (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Dezembro de 2023).

Experiências internacionais, como as do Ruanda e da Colômbia, demonstram que a criação de clínicas móveis e centros comunitários de apoio psicossocial constitui um factor decisivo para restaurar confiança e coesão social (Rabasa, 2011; Wiegink & Sprenkels, 2022). Em contraste, a ausência de respostas locais estruturadas em Murrupula revela uma governação multinível frágil, onde as decisões políticas não se materializam plenamente nos territórios.

Assim, o acesso à saúde em Murrupula não pode ser reduzido a um problema técnico, pois ele expressa desigualdades territoriais na distribuição dos direitos sociais. A insuficiência de serviços e a ausência de apoio psicossocial institucionalizado reproduzem condições de vulnerabilidade que, em última instância, fragilizam o próprio DDR enquanto instrumento de reconciliação e justiça social.

Contudo, a análise do estudo de caso demonstra que, embora os indicadores administrativos revelem melhorias na rede sanitária de Murrupula, persistem barreiras territoriais e institucionais que impedem muitos ex-guerrilheiros de acederem a cuidados de saúde em condições de igualdade. A insuficiência de serviços clínicos, a inexistência de apoio psicossocial e a transferência de custos para os doentes evidenciam uma fraca territorialização das políticas públicas, contrariando a lógica de desenvolvimento como liberdade (Sen, 1999) e limitando a construção de laços comunitários estáveis. Assim, o acesso à saúde revela-se um componente da reintegração socioterritorial: sem serviços disponíveis, próximos e funcionalmente inclusivos, os ex-guerrilheiros continuam a viver numa posição social vulnerável e com deficiências na reintegrada no espaço civil.

4.7. Educação e reintegração: obstáculos e consequências sociais

A educação constitui um dos pilares fundamentais da reintegração socioterritorial, na medida em que permite aos ex-guerrilheiros e às suas famílias acederem a oportunidades de

qualificação, mobilidade social e participação activa na vida económica e cívica. Contudo, o Distrito de Murrupula evidencia fragilidades estruturais no acesso ao ensino de qualidade, afectando de forma particular os agregados familiares dos ex-guerrilheiros. Segundo o INE (2023), mais de metade da população residente possui escolaridade inferior ao ensino primário completo, fenómeno mais acentuado nas zonas rurais, onde estes grupos se encontram vivendo.

A teoria do desenvolvimento humano de Sen (1999) reforça que a capacidade de um indivíduo expandir as suas "liberdades reais" depende do acesso efectivo a serviços essenciais, entre os quais se destaca a educação. Quando este acesso é territorialmente limitado, reduzem-se as oportunidades de reinserção produtiva e mantêm-se ciclos de dependência e exclusão social. A inexistência de políticas educativas sensíveis aos contextos específicos dos ex-guerrilheiros fragiliza os objectivos do DDR (Knight, 2008a; McMullin, 2013).

O Relatório do Governo do Distrito de Murrupula (2023) mostra que apenas 17% das escolas possuem condições adequadas de funcionamento e menos de 12% têm acesso à electricidade. A oferta de ensino secundário continua residual, apenas cinco escolas secundárias em todo o Distrito em 2022, obrigando muitos jovens, incluindo filhos de ex-guerrilheiros, a percorrer longas distâncias. Tal realidade agrava o abandono escolar e reduz o alcance territorial do direito à educação. Estes constrangimentos são sintetizados na Tabela 8, que, embora revele progressos na escolarização ao nível do ensino primário, demonstra igualmente que tais melhorias permanecem insuficientemente distribuídas no território.

Tabela 8: Indicadores de educação em Murrupula

Indicador	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Escolas Primárias (EP1+EP2)	135	140	143	147	150
Escolas Secundárias	4	4	5	5	5
Taxa de Escolarização (EP1)	68%	71%	72%	74%	76%
Taxa de Escolarização (Ens. Sec.)	11%	13%	14%	16%	18%
Professores Formados (%)	42%	45%	47%	50%	53%

Fonte: Relatório do Governo do Distrito de Murrupula (2023) e INE (2023).

Embora se observe um aumento gradual do número de escolas primárias e uma elevação da taxa de alfabetização, a transição para o ensino secundário permanece condicionada por

factores económicos, geográficos e institucionais. A inexistência de transporte escolar e os custos indirectos associados à permanência na escola tais como: alimentação, material didáctico e deslocações penalizam as famílias em situação de vulnerabilidade, entre as quais se incluem muitos ex-guerrilheiros.

Este constrangimento é expresso no seguinte testemunho:

> Os nossos filhos querem estudar, mas a escola secundária mais próxima fica a 15 quilómetros. Não há transporte, e a pé demora muito. Alguns tentam, mas desistem porque é cansativo e perigoso. Quando chove, nem sequer conseguimos sair do bairro. Queremos que os nossos filhos tenham um futuro melhor, mas sem escola não há futuro (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Dezembro de 2023).

Este discurso evidencia uma desigualdade territorial no acesso à educação, na qual a distância geográfica se transforma numa barreira social e económica. Não se trata apenas de ausência de escolas, trata-se de uma fraca territorialização das políticas públicas, que não acompanham os processos reais de reassentamento.

A Figura 14, que retrata a Escola Primária de Murilo, construída com materiais rudimentares como pau-a-pique e capim, ilustra esta realidade. A precariedade da infraestrutura escolar confirma que as crianças dos ex-guerrilheiros estão inseridas em ambientes educativos frágeis, com recursos limitados e condições pedagógicas desiguais em relação a outros espaços do país.

Figura 14: Escola primária de Murilo

Fonte: Autor, 28/06/2024, as 15h e 11min

Na mesma linha de reflexão, o representante das Nações Unidas, Mirko Manzoni (2023), enfatiza que, em qualquer processo de DDR, as necessidades concretas, as preocupações e as expectativas dos beneficiários, das suas famílias e das comunidades devem constituir o centro das intervenções públicas. Ao destacar a importância do diálogo permanente e da transparência em todas as etapas do processo, o autor reforça que a reintegração bem-sucedida não se limita ao fim das hostilidades, mas exige compromisso institucional continuado e respostas efectivas às condições de vida dos ex-guerrilheiros.

Esta leitura coloca a educação como um eixo fundamental da reintegração territorial. A existência de infraestruturas escolares precárias, como se observa na Escola Primária de Murilo, associada à distância física às escolas secundárias e à inexistência de apoio logístico ou social, demonstra que o direito à educação permanece condicionado pelo território. Os testemunhos recolhidos no terreno confirmam que o abandono escolar precoce decorre, principalmente, de barreiras materiais e institucionais, e não da falta de interesse das famílias. Assim, a ausência de políticas educativas orientadas para contextos pós-conflito limita a integração social dos ex-guerrilheiros e reduz as oportunidades de mobilidade das suas famílias.

Contudo, o estudo demonstra que o acesso desigual à educação limita a reintegração territorial dos ex-guerrilheiros e fragiliza as perspectivas de mobilidade social das suas famílias. A distância às escolas, a precariedade das infraestruturas e a ausência de medidas educativas específicas para contextos pós-conflito reduzem as "liberdades reais" (Sen, 1999) e mantêm estes grupos numa posição de vulnerabilidade. Assim, a educação, longe de ser um benefício complementar, constitui um eixo central para a consolidação da reintegração civil e do reconhecimento social dos ex-guerrilheiros nos territórios onde vivem.

4.8. Comparação internacional da educação na reintegração

A comparação internacional constitui uma ferramenta analítica útil para compreender como diferentes modelos de reintegração articulam educação, território e inclusão social. No entanto, tal como destacado na metodologia, o presente estudo assenta num estudo de caso do Distrito de Murrupula, sendo por isso, necessário reconhecer que as políticas, capacidades institucionais e trajectórias históricas variam de país para país. Assim, os dados internacionais aqui mobilizados não pretendem produzir generalizações causais, mas antes identificar tendências, boas práticas e limites estruturais que permitam interpretar criticamente a experiência moçambicana.

A literatura sobre DDR indica que a educação desempenha um papel importante na reintegração, sobretudo quando articulada com estratégias de formação técnica e inclusão produtiva (Muggah, 2005; Knight, 2008b; McMullin, 2013). Num quadro territorial como o de Murrupula, onde a economia é rural, o acesso desigual à educação reforça as assimetrias e limita a mobilidade social dos ex-guerrilheiros e das suas famílias (Alberto & Raimundo, 2025).

Em Murrupula, os dados do INE (2023) e do Relatório de Actividades do Distrito (2023) mostram progressos na expansão do ensino primário, mas barreiras persistentes na transição para o ensino secundário e técnico-profissional, sobretudo devido à localização periférica das escolas, ausência de transporte e custos associados. Esta situação foi confirmada nos grupos focais, onde os participantes referiram que, apesar da vontade de estudar, as distâncias e a pobreza familiar inviabilizam a continuidade escolar, perdurando dependências económicas e vulnerabilidade social.

A comparação com outros contextos contribui para interpretar estes resultados. Países como Colômbia, Ruanda e Serra Leoa integraram a educação formal com programas estruturados de formação técnica e apoio institucional, criando pontes entre escola, mercado de trabalho e território (Carolina *et al.,* 2023; D'Aoust *et al.,* 2016). Em contraste, Moçambique apresenta políticas fragmentadas, onde a educação dos ex-guerrilheiros e dos seus dependentes surge como componente marginal e sem articulação sistémica (Wiegink & Sprenkels, 2022).

É neste enquadramento que se compreende a percepção de frustração manifestada pelos ex-guerrilheiros em Murrupula:

> Aqui em Murilo, a escola vai apenas até à sexta classe. Depois disso, as crianças precisam de ir para a vila-sede para continuar os estudos, que fica a 17 quilómetros. Muitos não possuem meio de transporte. Então acabam por desistir e ficam a ajudar os pais na machamba (Entrevista com ex-gerrilheiro, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho demonstra existência de um bloqueio socioterritorial concreto, o direito formal à educação existe, mas a capacidade real de acesso é territorialmente condicionada, tal como defende Sen (1999). Assim, Murrupula não enfrenta apenas um défice escolar, como também enfrenta um défice de acessibilidade educativa territorializada.

Para melhor enquadrar o caso de Murrupula no panorama internacional, importa sistematizar alguns indicadores educacionais associados aos processos de reintegração. A Tabela 9 não pretende produzir generalizações absolutas, mas oferecer um quadro comparativo que permita identificar tendências, diferenças estruturais e boas práticas. Por isso, a sua leitura deverá ser feita à luz da dimensão territorial adoptada neste estudo, considerando que os impactos da educação na reintegração dependem da articulação com os contextos locais, das capacidades institucionais e do modo como os indivíduos acedem, na prática, às oportunidades educativas disponíveis.

Tabela 9: Educação e reintegração de ex-combatentes: análise comparativa

País	**Taxa de acesso ao ensino básico (%)**	**Taxa de analfabetismo (%)**	**Modelo de ensino técnico**	**Percentagem estimada de reintegração via educação (%)**
Moçambique (Murrupula)	62%	47%	Pouco estruturado	30%
Serra Leoa	74%	39%	Agricultura e comércio	50%
Colômbia	85%	22%	Programas públicos financiados	70%
Burundi	60%	45%	Iniciativas privadas locais	40%
Ruanda	80%	30%	Ligação ao mercado de trabalho	65%

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2023); Carolina *et al*. (2023); Wiegink & Sprenkels (2022); Knight, (2008b); Candieiro (2019); Alberto & Raimundo (2025).

A análise da Tabela 9 demonstra que os contextos onde a educação foi integrada como eixo estruturante dos programas de DDR, como na Colômbia, Ruanda e, em menor grau, na Serra Leoa, registam níveis mais elevados de reintegração socioeconómica. Nestes países, a expansão do ensino básico foi combinada com formação técnico-profissional orientada para o mercado de trabalho, apoio financeiro e acompanhamento institucional continuado, o que facilitou a reconstrução de trajectórias de vida no pós-conflito.

No caso moçambicano, e particularmente em Murrupula, os indicadores revelam limitações significativas: a taxa de acesso ao ensino básico é inferior e a taxa de analfabetismo permanece elevada, enquanto os programas técnicos são pouco estruturados e territorialmente concentrados nos centros urbanos. Esta realidade confirma os testemunhos

recolhidos no terreno, nos quais os ex-guerrilheiros referem que a distância até às escolas, a ausência de transporte e os custos associados conduzem ao abandono escolar precoce. Assim, o problema não reside apenas na existência formal de escolas, mas na capacidade real de as frequentar, o que revela a centralidade do território na análise da reintegração.

Deste modo, a comparação internacional reforça uma conclusão fundamental do estudo de caso: sem políticas educativas territorialmente acessíveis, articuladas com formação técnico-profissional e apoio institucional, a educação tende a reproduzir desigualdades em vez de as reduzir. Assim, a reintegração socioterritorial em Murrupula permanece condicionada por fragilidades estruturais que limitam a mobilidade social dos ex-guerrilheiros e das suas famílias, reduzindo o potencial transformador da educação enquanto instrumento de inclusão e reconstrução social.

No caso moçambicano, e em particular em Murrupula, a fraca cobertura escolar, os longos percursos a pé, a escassez de ensino técnico e os custos indirectos da educação geram exclusão progressiva, reproduzindo desigualdades históricas já presentes no território. Assim, a comparação internacional confirma que a educação só contribui para a reintegração quando é territorialmente acessível, institucionalmente consistente e socialmente inclusiva.

Deste modo, o estudo de caso demonstra que a fragilidade educativa em Murrupula não é apenas um problema sectorial, é um elemento central da própria reintegração socioterritorial. A ausência de políticas educativas diferenciadas para contextos pós-conflito condiciona a reconstrução de trajectórias de vida e limita a consolidação de redes sociais e produtivas estáveis entre os ex-guerrilheiros e as comunidades de acolhimento.

Contudo, a análise comparativa evidencia que a educação é um eixo fundamental da reintegração socioterritorial. Nos contextos em que existe uma oferta educativa territorialmente acessível e articulada com a formação técnico-profissional, os ex-guerrilheiros reconstroem com maior facilidade os seus projectos de vida. Porém, em Murrupula as limitações estruturais do sistema educativo reduzem a capacidade de mobilidade social dos ex-guerrilheiros e das suas famílias, perdurando desigualdades territoriais e fragilizando o impacto do DDR como uma política pública de reintegração.

Os resultados apresentados neste capítulo evidenciam que a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula está profundamente condicionada pelas dinâmicas socioterritoriais locais. Longe de se restringir a uma operação técnico-administrativa do

DDR, a reintegração acontece num território marcado por défices estruturais de acesso à água e saneamento, vias de comunicação degradadas, precariedade habitacional, dificuldades de acesso à terra, limitações nos serviços de saúde e constrangimentos no sistema educativo. Estes elementos não operam de forma isolada: combinam-se e acumulam-se, configurando um contexto em que as condições mínimas de vida digna são desigualmente distribuídas no espaço, com impacto directo na capacidade de os ex-guerrilheiros reconstruírem os seus projectos de vida.

Ao mesmo tempo, o capítulo mostra que muitos destes constrangimentos são transversais à população de Murrupula, mas afectam os ex-guerrilheiros de forma mais intensa, devido à ruptura prolongada das suas trajectórias residenciais, produtivas e relacionais. O regresso a um território onde a terra, a habitação e os serviços já se encontravam em parte apropriados e redistribuídos coloca-os numa posição mais frágil. Assim, a dimensão socioterritorial do modelo teórico adoptado revela-se central: o território não é um simples cenário neutro da reintegração, mas um factor activo que condiciona o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento.

Os dados permitiram ainda evidenciar limites claros da governação multinível. Os compromissos inscritos no Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, na Lei de Terras e nos instrumentos de política social não se traduzem, de forma sistemática, em intervenções territorializadas que respondam às especificidades de Murrupula. A distância entre o desenho nacional das políticas e a sua concretização no Distrito fragiliza a dimensão de "desenvolvimento como liberdade": direitos formais e infraestruturas contabilizadas não se convertem automaticamente em liberdades reais de acesso à água, mobilidade, saúde, educação ou segurança agrária.

Por outro lado, o capítulo também evidencia o papel múltiplo do capital social. As redes comunitárias, familiares e de vizinhança funcionam como mecanismos informais de acolhimento, cedência de terra, apoio habitacional e partilha de recursos, atenuando tensões e viabilizando estratégias mínimas de sobrevivência. No entanto, estas mesmas redes não substituem uma política pública estruturada e, em certos casos, coexistem com formas subtis de estigmatização e discriminação, sobretudo quando a identidade político-militar dos ex-guerrilheiros é considerada como critério de acesso a bens e serviços.

CAPÍTULO 5: REDES COMUNITÁRIAS, CAPITAL SOCIAL DOS EX-GUERRILHEIROS EM MURRUPULA

Este capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa referentes ao papel das redes comunitárias e do capital social no processo de reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula. Trata-se da continuidade da exposição dos dados empíricos recolhidos no terreno, com especial enfoque nas dinâmicas sociais que influenciam a aceitação dos ex-guerrilheiros pelas comunidades locais. A partir dos depoimentos recolhidos e da observação directa, procura-se compreender de que modo a participação nas redes sociais locais, os mecanismos de solidariedade e os laços de confiança contribuem para uma reintegração efectiva e sustentável.

5.1. Relações sociais e aceitação comunitária na reintegração

A reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula é um processo gradual, relacional e territorialmente condicionado, que não se esgota no simples regresso físico às comunidades de origem ou de escolha. Tal como reiteram Alberto & Raimundo (2024; 2025), a reintegração apenas se concretiza quando se recompõem as relacções sociais, se restabelecem laços de confiança e se reconstrói o sentimento de pertença comunitária no território, onde os ex-guerrilheiros passam a viver. Nesse quadro, a aceitação social não é automática: é atravessada pela memória da guerra, pelas clivagens políticas locais e pelas assimetrias no acesso a recursos, produzindo diferentes formas de estigma e de reconhecimento.

A leitura desta realidade corrobora com a reflexão de Goffman (1963), para quem o estigma funciona como um marcador simbólico que antecede a própria interacção social, classificando determinados grupos como moralmente suspeitos ou socialmente desqualificados. No caso de Murrupula, o passado armado dos ex-guerrilheiros associa-os, no imaginário de parte da população, à ideia de ameaça e instabilidade, sobretudo nas fases iniciais do regresso. Do ponto de vista do capital social, Bourdieu (1986) e Putnam (1996) ajudam a compreender como a fragilidade das redes de confiança e reciprocidade coloca estes sujeitos numa posição vulnerável à exclusão: quem não controla os recursos simbólicos e relacionais de reconhecimento tende a ser facilmente remetido a posições subalternas no espaço social.

Os dados empíricos recolhidos no terreno mostram que, num primeiro momento, muitos ex-guerrilheiros foram recebidos com cautela e reserva, sobretudo em contextos onde os

impactos directos da guerra eram mais recentes na memória colectiva. Não se tratou, de forma generalizada, de rejeição aberta, mas de uma aceitação condicionada e vigiada, em que os ex-guerrilheiros sentiam que precisavam "provar" que já não representavam perigo. Um dos participantes de grupo focal sintetizou essa percepção:

> Quando regressámos, a comunidade ainda não sabia como lidar connosco. Não houve rejeição directa, mas sentíamos que éramos observados e avaliados. Alguns líderes diziam que devíamos primeiro provar que já não estávamos ligados à guerra. Havia comentários de que ainda podíamos ser perigosos. Com o tempo, as pessoas foram percebendo que só queríamos viver como qualquer cidadão (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

Este estigma não foi apenas simbólico: assumiu formas práticas de diferenciação no acesso a recursos comunitários e a apoios institucionais. Tal como nos referimos no capítulo anterior, sobre o acesso a água potável, em alguns fontenários, os ex-guerrilheiros reportaram que eram proibidos de buscar água, ou alvo de comentários que os responsabilizavam pelos sofrimentos da guerra, reforçando a leitura de Goffman (1963) e McMullin (2013b) sobre o papel de determinados agentes locais na produção e reprodução de rótulos sociais. De igual modo, nas iniciativas de financiamento para pequenos projectos, foram estabelecidas condições compreendidas como pouco realistas pelos ex-guerrilheiros, como a exigência de formar associações de vinte pessoas para dividir cem mil meticais, com obrigação de reembolso. Um participante relatou:

> Disseram-nos que, para receber apoio financeiro, tínhamos de formar uma associação de vinte pessoas para dividir cem mil meticais. Para nós, isso não fazia sentido. Era pouco dinheiro para tanta gente e depois ainda tínhamos de devolver. Sentimos que isto não estava pensado para nós. Muitos desistiram logo aí, porque parecia mais uma forma de nos afastar do que de apoiar (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

Os entrevistados afirmam ainda que nenhum ex-guerrilheiro foi abrangido pelo Fundo da Paz e Reconciliação Nacional, o que reforçou a percepção de exclusão institucional e de desigualdade no acesso a oportunidades económicas. Estes elementos empíricos sustentam a ideia de que o estigma social se materializou em barreiras concretas de acesso a recursos e em experiências quotidianas de diferenciação negativa, confirmando que à priori, a reintegração socioterritorial não foi universal nem homogénea (Weimer, 2019; Alberto & Raimundo, 2025).

Em diversos relatos, os ex-guerrilheiros identificam que as resistências mais marcantes provinham de alguns actores comunitários associados às estruturas locais do partido no poder, o que evidencia a persistência de clivagens políticas herdadas do conflito. Assim, a

estigmatização não aparece como um simples reflexo difuso da "opinião pública", mas também como prática reproduzida por certos mediadores locais, que controlam o acesso a recursos, espaços de decisão e serviços comunitários, como os fontenários. Esta dimensão institucionalizada do estigma é coerente com a leitura de Goffman (1963) e com a noção de poder simbólico em Bourdieu (1986), segundo a qual determinados grupos têm maior capacidade de definir quem é "legítimo" ou "ilegitimado" no espaço social.

Paralelamente, os dados mostram que, no período imediatamente posterior à desmobilização, muitos ex-guerrilheiros permaneceram cerca de um ano e meio na vila-sede de Murrupula, arrendando casas e convivendo entre antigos companheiros de armas, enquanto aguardavam os esclarecimentos sobre os talhões para habitação e projectos produtivos. Este período produziu um capital social do tipo bonding, nos termos de Putnam (1996), ou seja, laços fortes dentro do próprio grupo de ex-guerrilheiros, que funcionaram como rede de protecção emocional e identitária, mas atrasaram a construção de bridging social capital com a população residente. Um entrevistado descreve:

> Quando saímos de Napuco, ficámos muito tempo juntos na vila. Estávamos habituados a viver em grupo e não sabíamos ainda como iríamos ser recebidos nas aldeias. Foi uma forma de nos protegermos. Só depois começámos a regressar às nossas zonas de origem (Entrevista com ex-guerrilheiro em Murrupula, Junho de 2024).

Esta opção de permanência conjunta, embora compreensível enquanto estratégia de segurança relacional, contribuiu para prolongar a imagem dos ex-guerrilheiros como grupo separado, reforçando, num primeiro momento, a fronteira simbólica entre "os que vieram da mata" e a população que permaneceu nas comunidades durante o conflito.

Com o regresso gradual às áreas de origem, como Murilo, Chinga, Namitotelane e Namilaze as trajectórias de reintegração começaram a mudar. Os dados empíricos indicam que a recomposição das relacções sociais não foi impulsionada prioritariamente por programas formais do DDR, mas pelas redes familiares e pelas instituições religiosas locais. A maioria dos ex-guerrilheiros passou a frequentar igrejas cristãs, nomeadamente a Igreja Católica, Assembleia de Deus e União Baptista, integrando-se em actividades litúrgicas, grupos de acolhimento de famílias, coros e iniciativas de apoio comunitário. Um dos entrevistados resume esse processo:

> Um ano depois de regressar, comecei a participar na Igreja Católica aqui em Murilo. Foi a minha família que insistiu para eu não ficar isolado. Aos poucos, comecei a ajudar nas actividades da igreja e depois também nas

> tarefas comunitárias. Isso ajudou para que as pessoas voltassem a confiar em mim (Entrevista com ex-guerrilheiro em Murrupula, Junho de 2024).

Este movimento confirma o papel das igrejas e das famílias como mediadores socioterritoriais decisivos na reconstrução do capital social de bridging, ao criarem espaços de convivência regular, partilha de rituais e participação em actividades colectivas (Putnam *et al*. 2005; McMullin, 2013b ;Carolina *et al*., 2023). Neste sentido, a reintegração socioterritorial não se constrói apenas nos dispositivos jurídicos e institucionais, mas no quotidiano das práticas comunitárias, em que o ex-guerrilheiro deixa de ser visto como "o homem da guerra" para ser reconhecido como vizinho, agricultor, crente ou membro de um grupo cultural.

Contudo, a aceitação social não evoluiu de forma homogénea. Existem comunidades onde a presença dos ex-guerrilheiros é hoje normalizada, e outras onde persistem reservas e memórias dolorosas do período da guerra, tal como também foi observado por Carolina *et al*. (2023) noutros contextos pós-conflito. Em Murrupula, os relatos sugerem que, em zonas onde o impacto directo da guerra foi mais intenso, por exemplo em Namilaze, a desconfiança demorou mais tempo a diminuir, confirmando que a reintegração socioterritorial é condicionada por trajectórias históricas locais e pela espessura das memórias de violência.

Neste processo de transformação progressiva, a participação em actividades agrícolas e comunitárias assumiu também um papel central. Os ex-guerrilheiros passaram a trabalhar em machambas próprias ou cedidas temporariamente por familiares e vizinhos, envolveram-se em actividades produtivas, construção de infraestruturas individuais e reuniões comunitárias. Um participante de grupo focal descreve esta mudança:

> Com o passar do tempo, os nossos vizinhos começaram a nos encarar doutra maneira. Começámos a trabalhar juntos nas machambas, a ir às reuniões da aldeia, a participar nas limpezas. Agora estamos juntos, rezamos com eles, ajudamos nas actividades. Isso quebrou a imagem que tinham de nós no passado e sentimos que somos membros da comunidade (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho ilustra a passagem de um capital social interno de bonding para uma configuração mais alargada de bridging, em que os ex-guerrilheiros passam a circular por redes sociais diversificadas, reduzindo a distância com a comunidade. Tal como observa Putnam (1996), este tipo de capital social é fundamental para consolidar a coesão social em contextos marcados por clivagens políticas e memórias de violência.

Apesar destes avanços, os dados evidenciam que o estigma não desapareceu por completo. Em várias entrevistas, os ex-guerrilheiros referem que, em situações de conflito, roubo ou suspeita, continuam a ser vistos como potenciais responsáveis. Um participante relata:

> Hoje vivemos em comunidade, temos amigos, ajudamos nos campos agrícolas, participamos nas reuniões da aldeia. Mas basta haver um roubo ou um problema, alguém diz: 'Será que foi um ex-guerrilheiro?' Isso magoa. Mostra que ainda não estamos totalmente livres do nosso passado (Entrevista com ex-guerrilheiros em Murrupula, Junho de 2024).

Aqui, o estigma descrito por Goffman (1963) reaparece como marcador residual, que se activa em momentos de tensão, relembrando que a reintegração simbólica permanece incompleta. Em termos de capital social, isto significa que, embora tenham sido criadas pontes importantes, estas ainda são vulneráveis a reconfigurações negativas quando surgem conflitos ou rumores.

Do ponto de vista institucional, o discurso político nacional tem enfatizado a importância da reintegração socioeconómica dos ex-guerrilheiros. No seu pronunciamento aquando da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, em Agosto de 2019, o Presidente Filipe Nyusi salientou que a consolidação da paz depende, entre outros factores, da criação de condições para que os ex-guerrilheiros não sejam empurrados de novo para a marginalização (Nyusi, 2019b). Essa visão normativa sobre a necessidade de "reinserção condigna" fornece um quadro de referência político, mas, como mostram Alberto & Raimundo (2024; 2025), existe um desfasamento entre esses compromissos e a implementação concreta no terreno, em particular no que respeita ao acompanhamento pós-desmobilização, ao acesso a projectos económicos e ao apoio psicossocial.

Vários ex-guerrilheiros expressam a sensação de terem ficado fora do projecto de reconstrução, quer pelo não acesso a fundos específicos, quer pela falta de formação e apoio técnico para desenvolver actividades produtivas. Um deles sintetiza:

> Nós não pedimos privilégios. Só queríamos ser tratados como qualquer outro cidadão. Mas muitas vezes lembravam-nos do que fomos na guerra. Sem apoio, sem formação, sem projectos, fica difícil reconstruir a vida. Hoje queremos apenas viver com dignidade e cuidar das nossas famílias (Entrevista com ex-guerrilheiro em Murrupula, Junho de 2024).

À luz do modelo teórico adoptado, os dados permitem afirmar que a reintegração socioterritorial em Murrupula foi inicialmente dificultada por estigmas simbólicos (Goffman, 1963), por um capital social de ponte ainda incipiente (Putnam, 1996) e pela ausência de políticas territorializadas robustas que articulassem segurança, economia e

reconhecimento social (Alberto & Raimundo, 2024; 2025). Ao mesmo tempo, evidenciam uma trajectória progressiva de reconstrução comunitária, apoiada nas redes familiares, nas igrejas cristãs e nas práticas agrícolas partilhadas, que funcionam como eixos de recomposição de laços e de circulação dos ex-guerrilheiros no espaço social local.

Assim, o estudo de caso de Murrupula mostra que a aceitação comunitária dos ex-guerrilheiros não pode ser descrita nem como um sucesso pleno, nem como um fracasso absoluto. Trata-se de um processo em consolidação, marcado por ambivalências e assimetrias: convivem experiências de inclusão efectiva, em que os ex-guerrilheiros são hoje reconhecidos como membros activos das comunidades, com episódios de discriminação persistente e de acesso desigual a recursos e oportunidades. Portanto, a reintegração socioterritorial revela-se como um campo de tensão entre estigma e reconhecimento, entre capital social herdado e redes em reconstrução, confirmando a importância de analisar o DDR a partir das dinâmicas concretas dos territórios e não apenas dos dispositivos formais que o enquadram.

5.2. Análise comparativa da aceitação social dos ex-guerrilheiros

Em Murrupula, a aceitação social dos ex-guerrilheiros constitui um dos eixos fundamentais da reintegração socioterritorial, na medida em que está ligada à reconstrução do capital social e à reinserção simbólica e funcional destes indivíduos no seio das comunidades onde passam a viver (Putnam, 1996; Knight, 2008b; Alberto & Raimundo, 2024, 2025). Tal como revelam Muggah (2005), e McMullin (2013a) a reintegração efectiva não depende apenas da atribuição de recursos económicos, mas também da restauração da confiança social e da activação de redes de solidariedade capazes de transformar ex-guerrilheiros em actores reconhecidos na comunidade.

Neste sentido, a comparação com outros contextos pós-DDR não tem por objectivo produzir equivalências rígidas entre realidades distintas, mas antes oferecer um quadro de referência que ajude a situar o caso de Murrupula em relacção a experiências internacionais onde a aceitação social também foi um desafio central, como a Colômbia, o Burundi e a Serra Leoa (D'Aoust *et al.,* 2016; Themnér & Karlén, 2020; UNDP, 2021; Carolina *et al.,* 2023). A Tabela 10 resume, de forma qualitativa, alguns indicadores-chave destes processos, destacando convergências, diferenças e desafios persistentes.

Tabela 10: Comparação do DDR em Murrupula (Moçambique) e outros contextos

Indicador	Moçambique (Murrupula)	Colômbia	Burundi	Serra Leoa
Período do DDR	2019 em diante	2016 em diante	2005-2010	2001-2007
Nível Inicial de Aceitação	Baixo	Moderado	Baixo	Muito baixo
Factores de Resistência	Estigma social, desconfiança comunitária, dificuldades económicas	Desigualdade regional, violência residual, conflito com grupos armados	Desconfiança pós-guerra, ausência de políticas inclusivas	Polarização política e económica, desemprego elevado
Factores Facilitadores	Apoio de igrejas e ONG's locais, envolvimento comunitário agrícola	Programas de reconciliação local, envolvimento estatal	Actuação de organizações internacionais, tradições locais de mediação	Fortalecimento das práticas culturais de reconciliação
Tendência Actual de Aceitação Social	Moderada e gradual, ainda com estigmas residuais	Moderada a elevada, com desafios em zonas rurais	Moderada, com variações consoante a região	Moderada, dependente da reactivação económica local
Desafios Persistentes	Falta de oportunidades económicas, resistência cultural latente	Disparidades regionais, violência localizada	Disputas fundiárias, desigualdades sociais	Acesso limitado a serviços, desemprego

Fonte: Elaboração própria com base em Carolina *et al.* (2023); Wiegink (2019); Knight (2008a) e dados empíricos.

A Tabela 10 evidencia, em primeiro lugar, que o nível inicial de aceitação social dos ex-guerrilheiros tende a ser reduzido na maioria dos contextos analisados, variando entre níveis "muito baixos", como observado na Serra Leoa, e níveis "baixos", como nos casos de Moçambique e do Burundi. Este padrão reflecte, em grande medida, o peso das memórias de violência e a fragilidade das primeiras iniciativas de mediação comunitária após o conflito (Knight, 2008a; D'Aoust *et al.,* 2016). No caso de Murrupula, esta tendência confirma os resultados empíricos apresentados no estudo de caso: a desconfiança inicial, o estigma associado à pertença à RENAMO e as dificuldades de acesso a recursos económicos surgem como factores estruturantes da resistência comunitária à reintegração dos ex-guerrilheiros (Alberto & Raimundo, 2024, 2025).

As dificuldades observadas em Murrupula encontram paralelos em outros contextos pós-conflito. Subedi (2018), ao analisar a reintegração dos combatentes maoístas no Nepal, demonstra que a ausência de mecanismos eficazes de integração social e económica tende a gerar sentimentos de exclusão e marginalização entre os antigos combatentes. O autor destaca que, quando os programas de reintegração não conseguem articular o apoio institucional com as dinâmicas sociais das comunidades receptoras, os ex-combatentes enfrentam obstáculos na reconstrução dos seus meios de vida e na consolidação da sua pertença social.

Em segundo lugar, a comparação entre os casos analisados revela que os factores de resistência variam em função das trajectórias políticas e das configurações territoriais de cada contexto. Em Murrupula destacam-se o estigma social, a persistente desconfiança comunitária e as dificuldades económicas, aspectos que se reflectem nas barreiras ao acesso a programas produtivos e a fundos de apoio à reintegração. Situação semelhante é observada no Burundi, onde a desconfiança social e a limitada implementação de políticas inclusivas continuam a condicionar a aceitação local dos ex-combatentes. Por sua vez, na Serra Leoa a combinação de elevados níveis de desemprego e de polarização política fragiliza os processos de reintegração social (D'Aoust *et al.,* 2016; UNDP, 2021). Já na Colômbia persistem resistências associadas às desigualdades regionais e à presença residual de violência em determinadas zonas rurais, apesar dos avanços institucionais registados nas últimas décadas (Carolina *et al.,* 2023).

A Tabela 10 permite ainda identificar que os factores facilitadores da aceitação social desempenham um papel determinante na evolução dos processos de DDR. No caso de Moçambique, particularmente em Murrupula, sobressaem o papel das igrejas cristãs, das redes familiares e do envolvimento comunitário em actividades agrícolas como elementos mediadores na aproximação entre ex-guerrilheiros e comunidades locais. Estes mecanismos contribuem para o reforço do capital social de ligação e cooperação entre grupos sociais distintos, conforme discutido na literatura sobre capital social (Putnam, 1996; Putnam *et al*., 2005; Alberto & Raimundo, 2025). Em contextos como a Colômbia, destacam-se programas estatais de reconciliação articulados com iniciativas comunitárias locais; no Burundi, a intervenção de organizações internacionais combinada com práticas tradicionais de mediação; e, na Serra Leoa, o recurso a mecanismos culturais de reconciliação comunitária (D'Aoust *et al.,* 2016; UNDP, 2021; Carolina *et al.,* 2023).

No que diz respeito à evolução da aceitação social, os dados qualitativos indicam tendências convergentes. Em todos os contextos analisados observa-se uma transição gradual de níveis muito baixos ou baixos de aceitação para níveis moderados, ainda que marcados pela persistência de estigmas sociais e desigualdades territoriais. Em Murrupula, esta evolução é confirmada pelas entrevistas e grupos focais realizados no âmbito do presente estudo, que revelam uma passagem de atitudes iniciais de desconfiança para formas mais estáveis de convivência social, embora ainda condicionadas pela memória do conflito e por episódios ocasionais de suspeita. De forma semelhante, nos casos do Burundi e da Serra Leoa a aceitação social apresenta níveis moderados, mas continua dependente da revitalização económica dos territórios e da redução das desigualdades sociais (Wiegink, 2019; Knight, 2008a; UNDP, 2021).

Contudo, os desafios persistentes sintetizados na Tabela 10, nomeadamente a escassez de oportunidades económicas, as disputas relacionadas com o acesso à terra, as disparidades regionais e o acesso limitado a serviços básicos, demonstram que a aceitação social não pode ser dissociada das condições materiais de reintegração. No quadro teórico adoptado neste estudo, tal constatação confirma que a reintegração socioterritorial exige simultaneamente o reconhecimento simbólico e social dos ex-guerrilheiros, o acesso a recursos económicos e serviços essenciais e a existência de redes de capital social capazes de interligar ex-guerrilheiros, comunidades e instituições locais (Bourdieu, 1986; Putnam, 1996; Alberto & Raimundo, 2024, 2025).

Assim, a análise comparativa permite concluir que o caso de Murrupula se insere num padrão mais amplo observado em processos pós-DDR, no qual a aceitação comunitária dos ex-guerrilheiros ocorre de forma gradual, relacional e territorialmente diferenciada. Ao mesmo tempo, o caso evidencia especificidades importantes do contexto local, nomeadamente o papel das igrejas, das redes familiares e da agricultura de subsistência como mecanismos fundamentais de mediação social, reforçando a relevância de uma abordagem baseada no estudo de caso e sensível às dinâmicas socioterritoriais próprias do Distrito de Murrupula.

5.3. Importância das redes familiares na reintegração

A reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula tem assentado, de forma marcante, nas redes familiares, que emergem como o principal suporte social no período pós-desmobilização. Na ausência de mecanismos institucionais de acompanhamento continuado, a família converteu-se no primeiro espaço de acolhimento, garantindo abrigo, segurança emocional e um mínimo de estabilidade social. Este resultado confirma a leitura

de Bourdieu (1986), segundo a qual o capital social aqui expresso sob a forma de parentesco, constitui um recurso determinante no acesso a apoios e oportunidades durante processos de transição social.

Os dados empíricos recolhidos indicam que 15 ex-guerrilheiros foram recebidos por familiares nas suas comunidades de origem, sendo 9 em Murilo, 7 em Namitotelane e 5 em Cazuzo. Estes números demonstram que a reintegração inicial ocorreu através das famílias, que absorveram integralmente os custos afectivos e materiais desta transição. Como relatou um dos participantes, *"se não fosse a minha família, não sei onde estaria agora. Quando voltei, não tinha onde viver. Foi a família que me acolheu e me deu algum sentido de normalidade"* (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024). Este testemunho ilustra que a família não é apenas espaço físico de retorno, mas também mediadora simbólica entre a identidade de "homem da guerra" e a reconstrução da identidade civil.

À luz do modelo teórico adoptado, observa-se que o processo de reintegração familiar opera como uma forma de capital social primário, funcionando como amortecedor emocional e relacional no momento mais crítico do pós-guerra. Contudo, tal como defendem Putnam *et al*. (2005), este capital social apresenta limitações relevantes. Em Murrupula, muitas famílias vivem em condições de elevada precariedade económica, possuindo recursos escassos para sustentar encargos adicionais. Assim, embora assegurem o acolhimento inicial, não conseguem garantir, por si só, trajectórias de estabilidade socioeconómica a médio prazo. Essa fragilidade surge reflectida em vários relatos que evocam o sentimento de "possíveis ajudas, mas insuficientes".

Outro elemento relevante identificado no terreno refere-se ao papel mediador das famílias na reconstrução da imagem pública dos ex-guerrilheiros. Em diferentes comunidades, os familiares apresentaram-nos à população, reafirmando a sua condição de cidadãos reintegrados e desresponsabilizando-os do passado da guerra. Um participante afirmou: *"quando cheguei, era a minha família que falava por mim. Diziam que eu já não estava na guerra e que agora era só um cidadão como os outros. Isso ajudou muito na aceitação"* (Grupo Focal 1, Murrupula, Junho de 2024). Assim, a família funcionou como garante social de confiança, assumindo um papel que, noutros contextos, é desempenhado por programas formais de reconciliação.

A importância estrutural das famílias na reintegração é também observável no facto de estas suportarem, os custos da readaptação: acolhem, alimentam, protegem, aconselham,

defendem publicamente os ex-guerrilheiros e facilitam a sua aceitação social. No entanto, esta centralidade traduz-se igualmente numa sobrecarga relacional e económica, revelando que a reintegração, tal como observada em Murrupula, permanece profundamente privatizada, isto é, dependente de redes primárias e não de políticas públicas territorialmente estruturadas.

Por fim, os testemunhos recolhidos revelam sentimentos ambíguos entre os ex-guerrilheiros: por um lado, gratidão pelo apoio familiar recebido; por outro, a percepção de que o retorno à vida civil ocorreu sem acompanhamento institucional continuo deixando-os dependentes dessas redes. Como afirmou um inquirido *"não pedimos privilégios, só queríamos ser tratados como qualquer cidadão. Mas sem apoio, tudo recai sobre a família"* (Entrevista com ex-guerrilheiros em Murrupula, Junho de 2024).

Deste modo, a análise do estudo de caso demonstra que as redes familiares constituem o eixo estruturante da reintegração socioterritorial em Murrupula, assegurando acolhimento, mediação simbólica e reconstrução de pertença social. Contudo, a sua acção revela-se, simultaneamente, decisiva e insuficiente, evidenciando tanto a força do capital social local como a fragilidade das respostas institucionais formais.

As redes familiares constituem uma estrutura de apoio central no percurso de reintegração no Distrito de Murrupula, desempenhando um papel importante, principalmente nos momentos iniciais da sua readaptação à vida civil. Na ausência de políticas públicas capazes de assegurar um acolhimento institucional consistente, as famílias tornaram-se o suporte imediato para a sobrevivência e a reestruturação da vida quotidiana dos ex-guerrilheiros (Alberto & Raimundo, 2024).

5.4. Organizações da Sociedade Civil e os limites do apoio social

Embora o envolvimento das igrejas em Murrupula tenha desempenhado um papel relevante na mediação do processo de reconciliação social, as organizações da sociedade civil (OSC) mostram limitações substanciais no apoio directo à reintegração dos ex-guerrilheiros. De acordo com o Relatório do Governo do Distrito de Murrupula (2023), a maioria das Organizações Não Governamentais (ONGs) com presença no território concentra-se nas áreas de saúde pública, educação básica e assistência humanitária, não existindo programas estruturados e orientados especificamente para a capacitação técnica, o acesso ao crédito ou a inserção produtiva dos ex-guerrilheiros.

Esta inexistência de programas direccionados para os ex-guerrilheiros gera uma lacuna estrutural que fragiliza os objectivos de médio e longo prazo do DDR, tornando a reintegração excessivamente dependente das redes informais de apoio. Assim, em vez de constituírem um actor complementar às políticas públicas, muitas OSC não chegam a intervir na dimensão económica e psicossocial específica para este grupo, o que limita a construção de trajectórias autónomas de vida. Essa percepção é expressa de forma clara por um líder comunitário entrevistado:

> Aqui no Distrito não há ONG's com programas vocacionados à reintegração. Talvez porque os ex-guerrilheiros são tratados como membros normais da comunidade, como se as suas necessidades fossem idênticas às de qualquer outro cidadão. No entanto, temos de perceber que estes homens perderam muitos anos na guerra, afastaram-se das suas famílias, das suas terras, e agora que regressam, precisam de apoio para reconstruir as suas vidas. Nós, líderes comunitários, temos feito o que está ao nosso alcance, na mediação de conflitos e na criação de espaços de convivência. As ONG's deviam assumir um papel activo e desenhar programas específicos de apoio para este grupo (Líder comunitário, Murrupula, Junho de 2024).

O testemunho evidencia que o problema não é o abandono intencional dos ex-guerrilheiros, mas antes a ausência de políticas estruturadas e territorializadas de reintegração nas agendas das OSC. Este vazio institucional produz dois efeitos analíticos relevantes: (i) sobrecarga das famílias e comunidades, que assumem o encargo da reintegração primaria; (ii) fragilização da sustentabilidade do DDR, pois a reinserção socioeconómica fica dependente de redes informais que são limitadas.

Este cenário contrasta com experiências internacionais onde a reintegração sustentável dependeu de uma articulação eficaz entre capacitação técnica, microcrédito e inserção produtiva, como demonstram Wiegink (2019) e Carolina *et al*.(2023) no Ruanda e na Colômbia. Ao contrário destes contextos, em Murrupula não foram estruturados mecanismos formais de apoio através das OSC, o que se reflecte na experiência quotidiana dos ex-guerrilheiros, como expressa o seguinte depoimento:

> Estamos a viver do que a terra nos dá, não temos muito apoio. Disseram que teríamos projectos, mas até agora nada chegou. Continuamos a depender da generosidade dos nossos vizinhos, que também não têm muito para partilhar. Vamos tentando sobreviver com o pouco que conseguimos cultivar ou vender. Aquilo que foi prometido não foi cumprido, e tudo o que temos construído resulta da nossa própria luta. O que queremos é uma oportunidade de trabalhar, de produzir e de viver com dignidade, não

> queremos depender de esmolas (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Dezembro de 2023).

O depoimento não expressa rejeição comunitária, mas a percepção de que as disposições institucionais não transformaram o discurso político em mecanismos concretos de inclusão. Portanto, a crítica incide na dimensão de governação e coordenação institucional, o que revela que a reintegração continua sendo tratada como procedimento administrativo e não como processo social e económico, conforme também alerta Candieiro (2019). A mesma tensão entre compromisso político e ausência de execução territorial é observada nas declarações oficiais. Em 2019, o Presidente da República, Filipe Nyusi, afirmou:

> Somos nós os moçambicanos que escolhemos enterrar, definitivamente, a confrontação armada, a violência porque sabemos quão nefastos são os horrores da guerra para as presentes e futuras gerações. O acto que acabamos de protagonizar, é uma demonstração inequívoca do nosso compromisso com a paz efectiva e duradoura (Discurso de Filipe Nyusi, Gorongosa, Agosto de 2019a).

Contudo, apesar do compromisso político com a paz, a ausência de parcerias estratégicas entre Estado e OSC no domínio da reintegração demonstra um défice de coordenação estrutural. O caso do Conselho Cristão de Moçambique (CCM) é ilustrativo: embora historicamente envolvido em acções de reconciliação moral e espiritual, a própria organização reconhece que não foi integrada de forma operacional no actual DDR, limitando-se a acções gerais de sensibilização comunitária e não a intervenções dirigidas.

Esta constatação é reforçada pelo testemunho de um técnico do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), que problematiza a arquitectura institucional do DDR:

> Temos defendido que o actual DDR sofre de um vício estrutural grave: a excessiva polarização na definição das soluções e o recurso sistemático a medidas imediatistas. A reintegração não é um acto administrativo, é um processo social e económico que exige compromisso real com os territórios e com as pessoas (Técnico do IMD, Maputo, Maio de 2024).

A análise deste material empírico permite concluir que, embora a sociedade civil moçambicana possua experiência histórica no domínio da reconciliação, no caso de Murrupula não existe uma intervenção estruturada, direccionada e contínua orientada para a reintegração dos ex-guerrilheiros. O que se verifica é uma fenda institucional: o discurso oficial reconhece a centralidade da paz e da reintegração, mas as OSC não foram integradas como actor estratégico do DDR.

Assim, a reintegração permanece privatizada e territorialmente desigual, recaindo sobre famílias, igrejas e redes comunitárias a função de suporte social. Esta ausência de coordenação e planeamento não deve ser lida como abandono voluntário, mas como um vazio programático e estrutural na política pública de reintegração, que deixa os ex-guerrilheiros dependentes de redes informais, estruturalmente frágeis.

Deste modo, a análise do caso de Murrupula confirma que a fragilidade do envolvimento das OSC não reside na falta de vontade, mas na inexistência de um enquadramento institucional que as mobilize como parceiras do DDR. Esta lacuna compromete a sustentabilidade do processo e reforça a importância de compreender a reintegração como fenómeno socioterritorial e não apenas como acto de cessação de hostilidades.

5.5. Polarização política e os seus impactos na reintegração

A reintegração dos ex-combatentes em Moçambique ocorre num ambiente político profundamente polarizado, cuja génese remonta à guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO (1977-1992). Embora o Acordo Geral de Paz (1992) e a institucionalização do multipartidarismo em 1994 tenham formalizado o ambiente democrática, a arena política manteve-se estruturada numa lógica binária, assente na negociação entre elites partidárias (Rocca, 1998; Newitt, 1995; Chaimite & Forquilha, 2005). Como sublinham Gujamo (2016) e Weimer, 2019), esta bipolarização produziu reconciliações incompletas e espaços reduzidos para inclusão social efectiva, afectando directamente os processos de DDR.

No estudo de caso de Murrupula, esta polarização manifesta-se de forma concreta na experiência quotidiana dos ex-guerrilheiros da RENAMO. Os dados empíricos revelam que a discriminação percebida não decorre apenas da condição de ex-guerrilheiro, mas da identidade política atribuída a estes indivíduos, factor que condiciona o acesso a apoios institucionais e a reconhecimento social. Um ex-guerrilheiro sintetiza esta percepção:

> Desde que regressamos das matas de Napuco, fomos prometidos projectos de reinserção, terras, financiamento para agricultura, cursos para os nossos filhos e até formação em serralharia e carpintaria. Fizemos os registos, organizámo-nos em grupos como mandaram. Mas até hoje, ninguém apareceu. Quando perguntamos na administração, dizem que o processo está a andar. A verdade é que se não és da FRELIMO, nada acontece. E quando falamos isso, dizem que estamos a fazer política (Entrevista com ex-guerilheiro, Murrupula, Junho de 2024).

O relato não evidencia apenas insatisfação com a morosidade administrativa, mas também aponta para uma selecção política no acesso a direitos, o que contraria o princípio de neutralidade estatal. Esta leitura é reforçada por outro participante:

> Quando iniciou o DDR, disseram-nos que íamos ser recebidos com dignidade. Falaram em terras para os projectos, kits de reinserção, e que iríamos ter uma vida melhor. Mas, na verdade, recebemos apenas oito chapas de zinco, que tive de vender por causa das dívidas. (...) No meu caso, antes de ir a Napuco, tinha duas mulheres, mas, pelo tempo que fiquei nas matas, elas perderam a esperança. Uma delas casou-se com outro homem e fiquei com uma (Entrevista com ex-guerrilheiros, Murrupula, Dezembro de 2023).

Os testemunhos demonstram a distância entre a promessa institucional e a experiência real, gerando frustração, perda de estatuto familiar e fragilização do capital social. A dimensão simbólica é igualmente relevante. Como afirma um membro do grupo focal:

> Na nossa comunidade, quando alguém é da RENAMO e vai pedir apoio, ou até denunciar algo na polícia, não é ouvido. Dizem que somos nós que lutamos contra o povo. Já ouvi dizerem: "esperem quando chegar vez da RENAMO para puderem governar". Mesmo nos concursos públicos, dizem-nos que não vale a pena concorrer se não for indicado pelo partido. Isso é humilhante, porque lutámos também por este país. A paz foi assinada, mas na prática não vale para todos (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

Este material empírico confirma a tese de Wiegink (2019): as memórias políticas actuam como filtros sociais de aceitação, produzindo uma inclusão ambivalente, convivência quotidiana, coexistindo com desconfiança e hierarquização política. Assim, não é a condição de ex-guerrilheiro que fomenta o estigma, mas a associação identitária à RENAMO, o que revela um padrão de cidadania diferenciada. No entanto, o discurso político formal apela à igualdade e reconciliação. Na assinatura do Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares, o Presidente da RENAMO afirmou:

> Dos compromissos assumidos pelo Governo, podemos destacar: abster-se de assumir posições ameaçadoras ou cercar bases da RENAMO. Do nosso lado, comprometemo-nos a respeitar e cumprir todas as disposições do presente acordo sem reservas (Discurso de Ossufo Momade, Gorongosa, Agosto de 2019a).

Apesar disso, os dados recolhidos demonstram que a prática administrativa tem sido atravessada por lógicas partidárias, gerando desigualdade de acesso a recursos e

oportunidades. Esta dissonância entre paz jurídica e paz social tem impactos directos na reintegração socioterritorial.

A experiência comparada reforça esta leitura. Por exemplo, no Burundi a identidade partidária condicionou a reinserção dos ex-guerrilheiros (D'Aoust *et al.,* 2016). Na Serra Leoa, a marginalização institucional acentuou vulnerabilidades sociais (Knight, 2008a). Na Colômbia, políticas públicas estruturadas aliviaram alguns efeitos da polarização (Carolina *et al.,* 2023). Neste âmbito, onde o Estado actua com neutralidade e políticas inclusivas, o estigma tende a reduzir-se; onde a governação permanece politicamente filtrada, a exclusão persiste**.** A percepção de exclusão em Murrupula é sintetizada de forma incisiva por um ex-guerrilheiros:

> Estamos a ficar velhos, sem terra, sem projectos, sem futuro. Lutámos 16 anos, mais oito anos no mato. E dizem que a paz chegou. Mas a paz é para quem? Se não formos reconhecidos como cidadãos iguais, então não estamos em paz. Estamos em silêncio, mas isso não é reconciliação. Isso é abandono (Entrevista com ex-guerrilheiros, Dezembro de 2023).

Do ponto de vista analítico, este testemunho revela três dimensões críticas: (i) a reintegração é percebida como desigual, beneficiando uns e excluindo outros; (ii) o silêncio substitui o conflito, mas não o resolve o problema; (iii) a exclusão política fragiliza o capital social e limita a reintegração socioterritorial.

Portanto, a leitura do caso confirma, que a polarização política não é apenas um contexto, é um mecanismo activo que produz desigualdade de acesso, estigmatização e fragilidade identitária. Assim, a reintegração permanece incompleta: há avanços na convivência comunitária com barreiras estruturais associadas à identidade partidária.

À luz do modelo teórico adoptado, isto demonstra que a reintegração não se concretiza apenas ao nível económico ou administrativo; exige também reconhecimento simbólico e igualdade no exercício da cidadania. Enquanto a filiação política continuar a delimitar oportunidades e legitimidade social, a reintegração permanecerá parcial e vulnerável.

A análise desenvolvida neste capítulo permite afirmar que a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula constitui um processo relacional e socio territorialmente condicionado, no qual as redes comunitárias e o capital social desempenham um papel importante. Os resultados demonstram que a aceitação social não ocorre de forma automática, mas depende da reconstrução progressiva de laços de confiança, pertença e

reciprocidade, mediada pelas famílias, instituições religiosas e práticas comunitárias quotidianas.

Assim, a análise do capital social nas suas dimensões *bonding* e *bridging* evidencia a sua importância como recurso determinante para a reinserção simbólica e funcional dos ex-guerrilheiros no território. Ao mesmo tempo, o capítulo demonstra que este capital social é atravessado por assimetrias políticas e estigmas residuais, que limitam o acesso a oportunidades e reforçam a vulnerabilidade social de alguns reintegrados.

Os resultados corroboram a hipótese de que a eficácia do DDR depende da articulação entre as redes comunitárias, o reconhecimento social, as instituições formais e o território, comprovando que a reintegração não pode ser reduzida a um acto administrativo, mas deve ser compreendida como um processo social continuado, inscrito nas dinâmicas históricas, políticas e relacionais do território.

CAPÍTULO 6: LIMITES DA REINTEGRAÇÃO ECONÓMICA NO DDR

Este capítulo analisa os constrangimentos estruturais que condicionam a reintegração económica dos ex-guerrilheiros no distrito de Murrupula, demonstrando que a sustentabilidade do DDR depende da capacidade de gerar oportunidades efectivas de produção, rendimento e autonomia económica. A análise parte do pressuposto de que a reintegração não se esgota na entrega das armas ou no regresso físico às comunidades, exigindo condições materiais que permitam aos ex-guerrilheiros reconstruir os seus projectos de vida. Nesta perspetiva, a ausência de políticas públicas territorialmente orientadas e sensíveis às realidades locais contribui para a persistência da vulnerabilidade económica e para a informalização das estratégias de sobrevivência, evidenciando os limites práticos do modelo atual de DDR.

6.1. Perspetivas da reintegração económica

A exclusão socioterritorial mostra-se evidente no contexto da reintegração económica dos ex-guerrilheiros em Murrupula, onde persistem obstáculos estruturais como a escassez de oportunidades formais de emprego, o acesso precário à terra e a ausência de políticas públicas consistentes e territorialmente adaptadas. Tal realidade leva a que a maioria dos ex-guerrilheiros recorra à agricultura, à venda informal de produtos agrícolas e a trabalhos temporários de baixa remuneração para garantir a sobrevivência. Como argumentam Knight (2008a) e Carolina *et al.* (2023), a sustentabilidade da paz depende, em larga medida, da capacidade de os ex-guerrilheiros reconstruírem os seus meios de subsistência de forma autónoma e digna. Contudo, os dados empíricos recolhidos demonstram que essa autonomia permanece distante, revelando uma reintegração económica frágil e condicionada por assimetrias estruturais.

Neste sentido, Alberto e Raimundo (2024) sustentam que os programas de reintegração económica em Murrupula estão desarticulados das dinâmicas locais, comprovando uma desconexão entre as estratégias nacionais e as realidades socioterritoriais vividas no Distrito. Embora a Lei n.º 11/2019, que operacionaliza o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, reconheça formalmente o direito dos ex-guerrilheiros à inclusão nas iniciativas de desenvolvimento, a sua implementação tem sido limitada e pouco territorializada.

Isto confirma que a conversão de direitos jurídicos em oportunidades económicas reais continua por concretizar, sobretudo em territórios periféricos, como o Distrito de Murrupula. Consequentemente, grande parte dos ex-guerrilheiros permanece sem acesso a formação

profissional, crédito ou mecanismos de apoio à geração de rendimentos, o que contraria a concepção de desenvolvimento proposta por Sen (1999), segundo a qual o desenvolvimento deve ampliar as liberdades reais dos indivíduos e permitir-lhes construir vidas autónomas e dignas. No caso de Murrupula, essas liberdades continuam circunscritas por constrangimentos económicos e institucionais persistentes.

O quotidiano económico dos ex-combatentes e da população local assenta, em larga medida, no comércio agrícola informal ao longo da Estrada Nacional n.º 1. A venda de produtos como batata-doce e outros tubérculos, expostos directamente no solo junto à berma da estrada, constitui uma estratégia de sobrevivência que assenta na visibilidade e na proximidade com potenciais compradores. Apesar da existência de mercados formais, a preferência pela beira da estrada revela a informalidade estrutural da economia local e a ausência de alternativas mais estáveis e organizadas. A Figura 15 ilustra a dinâmica do comércio agrícola informal no Distrito de Murrupula.

Figura 15: Comércio informal ao longo da Estrada Nacional n.º 1

Fonte: Autor, 29 de Dezembro de 2023, às 16h15.

A figura reforça empiricamente que a inserção económica dos ex-guerrilheiros ocorre num espaço marginal e não regulado, demonstrando que a reintegração produtiva se desenvolve em ambientes marcados por precariedade e ausência de suporte institucional. Esta condição não decorre apenas de escolhas individuais, mas resulta da falta de políticas públicas ajustadas ao contexto rural, o que força os ex-guerrilheiros a recorrerem a estratégias de sobrevivência de baixa rentabilidade e elevada vulnerabilidade socioeconómica.

Assim, a dependência da agricultura familiar constitui uma realidade generalizada, confirmando a inexistência de mecanismos estruturados de apoio à reintegração económica. Tal como se referiu no Capítulo 4, cerca de 85% dos habitantes de Murrupula dependem da produção agrícola, com destaque para culturas como a mandioca, o milho e o feijão-nhemba (INE 2023). Mas os ex-guerrilheiros relatam dificuldades de acesso à terra e um quadro de insegurança jurídica que compromete qualquer tentativa de reinserção produtiva estável. Este cenário é ilustrado no seguinte depoimento:

> Quando regressámos das matas de Napuco, deparámo-nos com graves dificuldades económicas. Muitos de nós não possuímos terra própria. Esta situação dificulta o trabalho agrícola. Tentámos mobilizar-nos em grupos para obter apoio junto das autoridades, mas não há resposta. Sem recursos, sobrevivemos através da venda de pequenas quantidades de produtos nos mercados locais ou através de trabalhos sazonais em machambas de pessoas, apenas para garantir o sustento da família (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho revela de forma clara os limites das políticas públicas de reintegração, uma vez que a ausência de recursos essenciais conduz à exclusão económica e territorial dos ex-guerrilheiros. A venda de excedentes agrícolas ocorre em moldes informais e inseguros, sem acesso a redes organizadas de comercialização, assistência técnica ou crédito rural. Desta forma, a reintegração económica assenta em lógicas de sobrevivência e não em processos de construção de autonomia produtiva.

Assim, em consonância com Alberto e Raimundo (2024), esta realidade demonstra a fragilidade do modelo de reintegração adoptado, que tende a encarar os ex-guerrilheiros como simples beneficiários de curto prazo, sem os reconhecer enquanto agentes produtivos com potencial para contribuir para o desenvolvimento local. Por isso, a ausência de territorialização efectiva das estratégias de reintegração torna-se num dos principais entraves à construção de uma reintegração sustentável e inclusiva. Tal percepção é também expressa pelos próprios ex-guerrilheiros, como demonstra o seguinte relato:

> Quando saímos da base prometeram-nos projectos de rendimento, mas até agora nada aconteceu. O subsídio que recebemos não chega para sustentar a família. A maioria de nós tenta sobreviver da agricultura, mas sem apoio técnico e sem um mercado garantido não é possível. O que conseguimos semear nem sempre rende o suficiente. O governo precisa olhar para nós não como um problema, mas como cidadãos que querem reconstruir as suas vidas com dignidade (Entrevista com ex-guerrilheiros, Murrupula, Junho de 2024).

Este extracto demonstra um sentimento de frustração e vulnerabilidade, revelando que, na ausência de uma estratégia económica consistente, a reintegração tende a assumir um carácter informal e precário, sustentado em expectativas não concretizadas. Apesar de alguns ex-guerrilheiros recorrerem a iniciativas individuais, como o caso de um residente em Murilo que retomou a actividade de carpinteiro que exercia antes do conflito, estas soluções isoladas raramente se consolidam, uma vez que carecem de formação, assistência técnica, acesso a crédito e integração em cadeias produtivas. Assim, o capital económico permanece, fragmentado e frágil.

Como consequência, a dimensão simbólica do reconhecimento surge como um eixo complementar. Durante a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares em Gorongosa, o líder da RENAMO, Ossufo Momade, afirmou que a paz foi construída graças ao sacrifício de homens e mulheres que "sacrificaram a sua juventude", um contributo "que não tem preço". Esta narrativa reforça o valor simbólico dos ex-guerrilheiros e apela à restituição da sua dignidade social. Contudo, os dados recolhidos em Murrupula demonstram que este reconhecimento simbólico não tem sido acompanhado por medidas materiais estruturantes, o que mantem a vulnerabilidade económica.

As experiências internacionais confirmam que os programas de DDR mais eficazes são aqueles que combinam reconhecimento simbólico com políticas activas de desenvolvimento local, formação profissional, crédito e inclusão produtiva, como demonstram os casos do Ruanda, Burundi e Colômbia (D'Aoust *et al.,* 2016; Carolina *et al.,* 2023). Em contraste, a realidade observada em Murrupula sugere que a reintegração económica permanece incompleta e territorialmente desigual.

Contudo, embora o discurso político enfatize o respeito e a inclusão dos ex-guerrilheiros, a prática revela que estes continuam a viver fragilidades económicas, dependentes de estratégias de sobrevivência informal e sem acesso a políticas públicas direcionadas que lhes assegurem autonomia e dignidade. Assim, a análise empírica demonstra que a reintegração económica, tal como é concebida, não tem sido suficiente para transformar a vida dos ex-guerrilheiros em indivíduos integrados no desenvolvimento socioterritorial de Murrupula.

6.2. Sustentabilidade da reintegração económica

A reintegração económica dos ex-guerrilheiros em Moçambique, após 2019, continua marcada por limitações estruturais que dificultam a sua inserção estável no mercado de

trabalho formal e informal. À luz do modelo teórico-analítico adoptado nesta tese, observa-se que estas limitações reflectem fragilidades simultâneas nas quatro dimensões estruturantes do processo de DDR: a fraca territorialização das políticas públicas, a débil coordenação institucional entre níveis de governação, a restrição das liberdades reais e económicas (Sen, 1999) e a fragilidade do capital social económico e produtivo das comunidades. Assim, a análise económica da reintegração não pode ser dissociada das condições estruturais do território onde ela ocorre.

A perspectiva de Amartya Sen (1999), ao destacar a liberdade económica como condição fundamental para a dignidade humana e o exercício pleno da cidadania, mostra-se pertinente neste contexto. A escassez de oportunidades de emprego e a inexistência de políticas públicas consistentes de apoio à produção limitam a autonomia económica dos ex-guerrilheiros, agravando a precariedade social (Weimer, 2019). Na mesma linha, Vines (2019) destaca que a ausência de uma estratégia governamental coerente e de longo prazo enfraqueceu os esforços do DDR, deixando muitos beneficiários sem acesso efectivo a condições básicas de subsistência e inclusão produtiva.

Os dados empíricos recolhidos confirmam esta realidade. A maioria dos ex-guerrilheiros entrevistados declarou não possuir emprego formal nem negócio estruturado, identificando-se como camponeses de subsistência. Muitos referiram não estar a receber qualquer tipo de pensão e outros afirmaram não ter acesso ao subsídio por falta de documentação, o que evidencia uma combinação de vulnerabilidade económica e burocrática.

Em paralelo, os discursos institucionais reconhecem que a reintegração económica é um processo moroso, dependente de investimento contínuo e de programas de apoio direccionado. Tal como salientou o representante das Nações Unidas em Moçambique, Mirko Manzoni, o DDR foi concebido de forma a garantir reintegração com dignidade, adoptando uma abordagem sensível ao género e vulnerabilidades sociais (Manzoni, 2022). No entanto, a distância entre os objectivos anunciados e a realidade vivida no terreno permanece visível.

Esta discrepância é reforçada pelo testemunho de um participante num grupo focal, que referiu:

> Prometeram-nos apoios para iniciar pequenos negócios, mas a realidade é outra. Não há financiamento. Muitos sobrevivem da agricultura, mas nem sempre dispõem de terra ou meios para cultivar. Os programas de reintegração parecem existir apenas no papel, porque, na prática, nada

> chega até nós. Quem tenta iniciar uma actividade económica enfrenta problemas de dinheiros. Sem os projectos prometidos a vida fica difícil (Grupo Focal 1, Murrupula, Novembro de 2023).

Este relato traduz a frustração colectiva perante a ausência de acompanhamento institucional e de políticas económicas efectivas. A inexistência de mecanismos estruturados de financiamento, formação técnica contínua e apoio à comercialização mantém a reintegração económica num estado latente e indefinido. Em termos teóricos, isto significa que as liberdades reais, económicas, produtivas e sociais permanecem restritas, contrariando a concepção de desenvolvimento proposta por Sen (1999). Ao mesmo tempo, observa-se um défice de capital social económico, dado que os ex-guerrilheiros não dispõem de redes formais de apoio produtivo, nem de estruturas cooperativas sólidas que potenciem a inserção no mercado.

A literatura internacional demonstra que a reintegração económica bem-sucedida depende de uma forte ligação entre microcrédito, formação profissional e inserção em cadeias produtivas locais (Nilsson, 2005). O Burundi constitui um exemplo paradigmático: programas apoiados por parceiros internacionais permitiram o desenvolvimento de cooperativas agrícolas e centros de formação profissional, respondendo de forma directa às necessidades territoriais dos ex-guerrilheiros e reforçando a sua integração nas economias rurais (D'Aoust *et al.,* 2016).

Na Nigéria, iniciativas de reabilitação económica baseadas em formação profissional e acesso a pequenos financiamentos possibilitaram o estabelecimento de empreendimentos nos sectores da construção civil, carpintaria e agricultura (Ebiede *et al*., 2020). Contudo, tal como afirma Jennings (2007), estas medidas somente são eficazes quando inseridas em políticas públicas coerentes e de longo prazo.

No caso de Murrupula, a ausência de um sistema eficaz de acesso a crédito, a falta de formação técnica contínua e o inexistente apoio institucional na comercialização de produtos agrícolas têm criado uma condição de sobrevivência precária para muitos ex-guerrilheiros. Como observa Donais (2012), a apropriação local das políticas de paz é fundamental: sem envolvimento activo das comunidades e das instituições locais, os programas tendem a fracassar ou a ser apropriados por elites políticas, perdendo a sua dimensão de inclusão social mais abrangente.

Assim, a experiência moçambicana demonstra a urgência no seguimento de políticas de reintegração económica ligadas com o território, baseadas em redes comunitárias,

capacitação profissional, apoio à produção e inserção em mercados formais (Alberto & Raimundo, 2024, 2025). Isto significa que, à luz do modelo teórico adoptado, deve-se actuar simultaneamente sobre as dimensões socioterritorial, institucional, económica e de capital social, de modo a transformar a reintegração num processo sustentável e não simplesmente simbólica. Os estudos do IMD (2021, 2023) reforçam esta leitura, concluindo que a paz sustentável só é possível quando os ex-guerrilheiros são reconhecidos como actores económicos e sociais, e não apenas como beneficiários temporários de subsídios. Um dos ex-guerrilheiros sintetizou esta realidade ao afirmar:

> A maioria de nós vive em condições precárias. Trabalhamos de forma informal, fazendo biscates. No entanto, estas actividades não garantem um rendimento estável. O desafio da reintegração não passa apenas pelo fim do conflito, mas pela construção de um futuro viável para todos nós (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho confirma que, na ausência de oportunidades estruturadas, a reintegração económica permanece frágil e dependente da informalidade. Para que o DDR se traduza na reintegração dos ex-guerrilheiros e consequentemente na paz duradoura, é necessário reforçar os programas de capacitação, empreendedorismo e inclusão produtiva, garantindo o acesso ao crédito, formação técnica e mercados. Caso contrário, as dificuldades continuarão a agravar-se, fragilizando as redes sociais de apoio, limitando as liberdades reais dos e, colocando em causa a sustentabilidade da reintegração.

6.3. Barreiras económicas

A reintegração económica dos ex-guerrilheiros em Moçambique, particularmente no Distrito de Murrupula, tem sido marcada por limitações estruturais que dificultam a sua autonomia financeira e inserção produtiva. Tal como defendem Alberto & Raimundo (2024), a transição do estatuto militar para a vida civil exige não apenas o fim das hostilidades, mas também a implementação de políticas públicas territorializadas, capazes de garantir acesso a recursos económicos, formação técnica e integração nos circuitos formais da economia. Sem estas condições, os ex-combatentes permanecem dependentes de actividades informais e de baixo rendimento, perpetuando ciclos de vulnerabilidade económica.

Embora tenha sido criado o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN), ao abrigo da Resolução n.º 9/2019, com o objectivo de financiar iniciativas produtivas nos sectores agrícola, comercial, industrial, artesanal e turístico, os dados empíricos recolhidos revelam que a sua operacionalização é limitada e pouco acessível. Muitos ex-guerrilheiros

desconhecem os mecanismos de acesso ao Fundo, ou enfrentam exigências burocráticas incompatíveis com os seus perfis socioeconómicos e trajectórias de vida. Como relatado num dos grupos focais:

> Ouvimos falar do Fundo da Paz, mas ninguém nos explicou como funciona. Dizem que é para ajudar os ex-guerrilheiros a iniciar negócios, mas quando tentamos obter informações, encontramos muitas dificuldades. Pedem documentos que não temos. No fim, dizem que o dinheiro já foi alocado para outras pessoas. Alguns colegas até tentaram fazer propostas, mas foram recusados sem explicação. A verdade é que, sem apoio, tudo fica mais difícil. Como podemos construir um futuro assim, se estamos entregues à nossa sorte? (Grupo Focal 2, Murrupula, Junho de 2024).

À luz do modelo teórico-analítico desta tese, esta dificuldade revela: **(**i) uma falha na governação multinível, uma vez que o instrumento nacional não adaptado aos perfis reais dos beneficiários; (ii) restrições às liberdades económicas (Sen, 1999), pois a ausência de crédito, formação e apoio técnico impede a construção de projectos produtivos autónomos; (iii) debilidade do capital social económico, já que inexistem redes estruturadas de apoio, acompanhamento e mentoria; (iv) fragilidade socioterritorial, dado que os instrumentos de reintegração não dialogam com a realidade rural de Murrupula.

A percepção de inacessibilidade ao FPRN traduz-se numa forma de exclusão institucional silenciosa, tal como referido por Alberto & Raimundo (2024), na qual o Estado mantém um compromisso formal com a paz, mas falha na sua efectivação prática. Um outro ex-guerrilheiros relatou:

> Falam que existe esse Fundo da Paz. Mas quando fomos perguntar como aceder, pediram tantos documentos que nunca tivemos. Disseram que era preciso ter historial bancário e planos de negócio bem escritos. Mas como é que um homem que viveu no mato muitos anos pode ter isso? (Entrevista com ex-guerrilheiro, Murrupula, Junho de 2024).

Este testemunho evidencia um paradoxo: os mecanismos criados para apoiar os ex-guerrilheiros pedem procedimentos administrativos e financeiras que eles não possuem, reproduzindo desigualdades. Tal contradição confirma a fraca articulação entre discurso político e prática institucional.

No plano oficial, a importância da reintegração económica é reconhecida. Durante a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação em Gorongosa, o Presidente Filipe Nyusi apelou a um compromisso colectivo para acolher e apoiar os ex-guerrilheiros, salientando

que sustentar a paz é mais barato do que sustentar a guerra (Nyusi, 2019a). Contudo, a ausência de mecanismos eficazes, simplificados e territorialmente orientados faz com que estes compromissos permaneçam retóricos. A maioria dos ex-guerrilheiros continua confinada à agricultura de subsistência e a biscates ocasionais, sem acesso a recursos produtivos, mercados ou crédito.

Assim, a informalidade económica torna-se não como uma escolha, mas uma imposição estrutural. Os ex-guerrilheiros permanecem dependentes de actividades de baixa rentabilidade como a agricultura de pequena escala, venda de carvão, construção artesanal ou trabalhos sazonais, num ciclo de sobrevivência contínua. Tal realidade confirma que a ausência de políticas públicas eficazes não apenas limita a reintegração económica, como fragiliza os próprios alicerces da reintegração económica, uma vez que a cidadania plena depende da capacidade de gerar rendimento digno e estável.

A literatura internacional reforça esta conclusão. Por exemplo, no Burundi, programas de microfinanças associados as formações práticas elevaram os índices de sucesso na reinserção económica (Badmus, 2017). Na Serra Leoa, a distribuição de equipamentos agrícolas e assistência técnica contínua permitiu uma taxa de inserção produtiva superior a 60% (Betancourt *et al.,* 2010). Já na Colômbia, o apoio cooperativo e o microcrédito flexível contribuíram para processos de reintegração mais robustos e sustentáveis (Carolina *et al.,* 2023). Em contraste, Moçambique revela um atraso considerável na adopção de abordagens estruturadas, inclusivas e territorialmente sensíveis.

Assim, à luz do modelo teórico-analítico adoptado nesta tese, as barreiras económicas enfrentadas pelos ex-guerrilheiros resultam da conjugação de quatro factores: (i) deficit de governação multinível, (ii) fragilidade socioterritorial, (iii) restrições de liberdade económica, (IV) baixo capital social económico.

Como reiteram Alberto & Raimundo (2025), sem inclusão económica não há reintegração social duradoura. Portento, torna-se imperativo que os futuros programas de DDR em Moçambique adoptem uma abordagem participativa, intersectorial e territorializada, que reconheça os ex-guerrilheiros não como destinatários passivos de promessas, mas como actores do desenvolvimento local, dotados de capacidade produtiva e direitos de cidadania.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo demonstra que a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula decorre num cenário marcado por fragilidades estruturais e institucionais que comprometem a inclusão económica e social deste grupo. A informalidade

das actividades produtivas, a limitada presença do Estado no território, os constrangimentos de acesso ao crédito, à assistência técnica e aos programas públicos, como o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional revelam uma profunda desconexão entre o quadro normativo do DDR e a sua implementação prática.

À luz do modelo teórico-analítico adoptado, observa-se que a ausência de políticas territorializadas enfraquece a dimensão socioterritorial**,** a frágil coordenação institucional limita **a** governação multinível, a escassez de oportunidades económicas restringe as liberdades substantivas dos ex-guerrilheiros (Sen, 1999) e a inexistência de redes produtivas estruturadas reduz o capital social económico disponível.

Embora a economia rural de subsistência seja uma característica geral do Distrito, a falta de apoio específico vulnerabiliza dos ex-guerrilheiros associando a reintegração como um processo informal e precário. Contudo, a sustentabilidade do DDR em Moçambique depende da adopção de políticas públicas integradas, territorialmente sensíveis e orientadas para o fortalecimento das capacidades locais, sob pena da reintegração permanecer incompleta e assente em bases socioeconómicas frágeis.

7. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

A análise empírica desenvolvida nos Capítulos 4, 5 e 6 permite proceder à verificação interpretativa das hipóteses formuladas, demonstrando que a eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula depende da integração dos factores socioterritoriais que estruturam o processo de implementação das políticas de DDR.

Os resultados confirmam parcialmente a hipótese positiva (H1), na medida em que evidenciam que a reintegração se torna mais eficaz quando a implementação do DDR incorpora as dimensões territorial, da governação multinível, do desenvolvimento como liberdade e do capital social. As evidências empíricas mostram que o acesso às infraestruturas e aos serviços, a coordenação institucional, o reforço das capacidades individuais e colectivas e a mobilização das redes comunitárias contribuíram para a reconstrução da confiança, para a redução do estigma e para o fortalecimento da inclusão social. Esta constatação corrobora a literatura que reconhece a natureza multidimensional dos processos de reintegração em contextos pós-conflito (Putnam, 2000; Sen, 1999; Donais, 2012; Weimer & Bueno, 2020).

Por sua vez, os resultados confirmam igualmente a hipótese negativa (H0), ao demonstrarem que a ausência de uma abordagem integrada dos factores socioterritoriais compromete a eficácia da implementação do DDR. A precariedade das infraestruturas básicas, as dificuldades de acesso à terra, as limitações da governação multinível, a insuficiente criação de oportunidades económicas e a persistência de estigmas e clivagens político-partidárias constituem obstáculos à autonomia económica e à inclusão social dos ex-guerrilheiros. Esta realidade confirma que, quando estas dimensões não actuam de forma articulada, a reintegração tende a permanecer incompleta.

Deste modo, as duas hipóteses não se excluem; pelo contrário, complementam-se e evidenciam que a eficácia do DDR depende da articulação entre os diferentes factores socioterritoriais que enquadram a reintegração. Os resultados demonstram que nenhuma das dimensões analisadas, por si só, é suficiente para garantir uma reintegração sustentável. É a sua integração que favorece a reconstrução dos projectos de vida dos ex-guerrilheiros e reforça a capacidade das comunidades para promover processos duradouros de inclusão social e desenvolvimento local.

Para sintetizar a relação entre os resultados empíricos e as hipóteses formuladas, apresenta-se a Tabela 11, que sistematiza as principais evidências observadas no terreno. A tabela evidencia os factores que favoreceram a inclusão social e aqueles que limitaram a autonomia económica, demonstrando a importância da articulação dos factores socioterritoriais para a eficácia da reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula.

Tabela 11: Matriz de evidências empíricas

Dimensão	**Evidência empírica**	**Confirma**

Capital social	Redes familiares e igrejas promoveram acolhimento, mediação social e confiança	H1
Capital social	Participação comunitária através do trabalho agrícola conjunto e das reuniões locais	H1
Capital social	Redução progressiva do estigma e maior aceitação nas comunidades	H1
Territorial	Défices de água, estradas, saúde e educação limitaram a inclusão social	H0
Desenvolvimento como liberdade	Dificuldades de acesso à terra, insegurança agrária e conflitos	H0
Desenvolvimento como liberdade	Informalidade económica, comércio de subsistência e baixos rendimentos	H0
Governação multinível	Barreiras no acesso ao fundo da Paz e exclusão institucional	H0
Governação multinível	Polarização política e desigualdade no acesso aos apoios	H0
Capital social	Persistência de estigmas residuais, suspeitas e discriminação	H0
Capital social / Governação multinível	Redes comunitárias supriram parcialmente a ausência do Estado, favorecendo a reintegração, mas demonstrando fragilidades institucionais	H1 / H0

Fonte: Autor com base nos resultados da pesquisa

A análise desenvolvida ao longo dos Capítulos 4, 5 e 6 permite compreender que a reintegração dos ex-guerrilheiros no Distrito de Murrupula não constitui um processo linear nem homogéneo, mas uma trajectória social complexa, territorialmente situada e marcada por tensões entre inclusão e vulnerabilidade. Os resultados evidenciam que a eficácia da reintegração depende da articulação dos factores socioterritoriais, operacionalizados nas dimensões territorial, da governação multinível, do desenvolvimento como liberdade e do capital social.

No plano social, verificou-se que a aceitação comunitária não ocorre de forma automática, sendo mediada por redes familiares, instituições religiosas e práticas comunitárias quotidianas que contribuem para a reconstrução da confiança e do sentimento de pertença. Estes mecanismos informais revelaram-se decisivos na redução do estigma e na reinserção simbólica dos ex-guerrilheiros, confirmando a centralidade do capital social na reconstrução da coesão comunitária em contextos pós-conflito (Putnam, 2000; Bourdieu, 1986).

Contudo, a análise demonstrou que os avanços na integração social coexistem com fragilidades estruturais persistentes. A precariedade das infraestruturas básicas, as dificuldades de acesso à terra, a informalidade económica, as limitações no acesso a financiamento produtivo e as fragilidades da governação multinível revelam uma desconexão entre os compromissos normativos do DDR e a sua concretização no território. À luz da abordagem das capacidades, estas limitações restringem as liberdades reais dos ex-guerrilheiros e comprometem a sua autonomia económica e social (Sen, 1999).

Paralelamente, a persistência de clivagens político-partidárias e de estigmas residuais demonstra que a reintegração não se esgota na dimensão económica ou administrativa, exigindo reconhecimento social, igualdade no exercício da cidadania e uma actuação institucional capaz de responder às especificidades locais. Tal constatação confirma que uma reintegração sustentável depende da articulação entre inclusão social, oportunidades de desenvolvimento e capacidade institucional (Donais, 2012; McMullin, 2004).

Deste modo, os resultados indicam que a reintegração em Murrupula se encontra num processo de consolidação progressiva, no qual coexistem experiências de inclusão efectiva com limitações estruturais que condicionam a sua sustentabilidade. As redes comunitárias e familiares emergem como mecanismos fundamentais de suporte social, enquanto as limitações verificadas ao nível das infraestruturas, da governação, das oportunidades económicas e do acesso aos recursos condicionam a eficácia do processo de reintegração.

Assim, a evidência empírica confirma que a eficácia do DDR não pode ser compreendida apenas a partir dos mecanismos formais que o enquadram, exigindo uma abordagem integrada dos factores socioterritoriais, que articule as dimensões territorial, da governação multinível, do desenvolvimento como liberdade e do capital social. É a partir desta compreensão que se torna possível avançar para a formulação das conclusões gerais do estudo, nas quais se sintetizam os principais contributos teóricos, empíricos e políticos desta investigação para o debate sobre a reintegração pós-conflito em Moçambique.

8. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como propósito analisar a influência dos factores socioterritoriais na implementação dos programas de DDR no Distrito de Murrupula, procurando compreender de que forma o território, as redes sociais e as condições económicas moldam o percurso de reinserção dos ex-guerrilheiros no espaço rural. Este objectivo foi operacionalizado através de três eixos analíticos: a dimensão territorial, as relações sociais e o capital social e a reintegração económica e sustentabilidade do DDR. A leitura integrada destes três eixos permitiu avaliar as hipóteses formuladas e aferir o significado dos resultados à luz do modelo teórico-analítico adoptado.

No plano da dimensão territorial, constatou-se que a reintegração ocorre num território marcado por limitações estruturais no acesso à terra, infraestruturas básicas, serviços sociais e oportunidades económicas. Contudo, o estudo demonstrou que estes constrangimentos não afectam apenas os ex-guerrilheiros, mas caracterizam o próprio contexto rural de Murrupula. A especificidade da situação dos ex-guerrilheiros não reside apenas no território em si, mas no facto de a política de DDR não ter sido territorialmente ajustada à realidade local, deixando este grupo exposto às mesmas vulnerabilidades do restante tecido social, porém sem mecanismos adicionais de protecção. Assim, os factores socioterritoriais não actuam de forma isolada, articulando-se com o território, a governação, o desenvolvimento como liberdade e o capital social, condicionando o processo de reintegração.

No campo das relações sociais e do capital social, verificou-se que a reintegração não pode ser entendida como um acto administrativo, mas como um processo relacional e simbólico que depende da construção de confiança, pertença e reconhecimento mútuo. A análise demonstrou que a reintegração social ocorreu de forma gradual, com as famílias, as igrejas e as redes comunitárias a desempenharem um papel relevante, reafirmando a importância das estruturas locais de apoio enquanto mediadoras do capital social. Todavia, também ficou evidente que, embora tenham ocorrido progressos no plano da convivência quotidiana, persistem tensões latentes associadas à memória política e aos constrangimentos institucionais. Nestes termos, o capital social funcionou, em simultâneo, como factor protector e factor limitador, dependendo do tipo de laços estabelecidos e do reconhecimento social atribuído aos ex-guerrilheiros.

Por sua vez, a análise da dimensão económica da reintegração demonstrou que a inserção produtiva permanece dependente da agricultura de subsistência e de actividades informais.

Embora esta realidade seja estrutural ao território, a ausência de políticas públicas consistentes, incluindo formação técnica, apoio produtivo, acesso ao crédito e integração em cadeias de valor, reduz a reintegração económica a um processo frágil e assistemático. A economia local não oferece alternativas diversificadas e as medidas de compensação previstas revelam-se insuficientes e pouco territorializadas. Em consequência, a autonomia económica dos ex-guerrilheiros permanece limitada, fragilizando a sua inserção plena no tecido social e económico.

Embora existam instrumentos legais para o apoio a iniciativas socioeconómicas, como o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN), este não tem sido operacionalizado de forma eficaz junto dos beneficiários. A burocracia excessiva, a ausência de assistência técnica e a fraca presença institucional tornam este mecanismo inacessível para a maioria dos beneficiários. Assim, a reintegração tem sido conduzida, em grande medida, à margem do Estado, sustentada por estratégias informais de sobrevivência que não garantem autonomia económica nem estabilidade social.

À luz das experiências internacionais analisadas, torna-se imperativo que Moçambique adopte um modelo de reintegração que vá além da retórica e assente na promoção das liberdades dos ex-guerrilheiros, ou seja, na criação de condições reais para que possam reconstruir as suas vidas com dignidade, segurança e participação activa. Tal exige o reforço da coordenação institucional, a simplificação dos mecanismos de acesso aos programas, bem como o reconhecimento dos ex-guerrilheiros como actores económicos e sociais legítimos no processo de reconstrução nacional.

A articulação destes resultados com o modelo teórico-analítico adoptado permite demonstrar que: (i) na dimensão territorial, a ausência de políticas territorialmente sensíveis limita a efectividade do DDR em contextos rurais periféricos; (ii) na dimensão da governação multinível, as decisões centralizadas e pouco articuladas com o nível local reduzem a capacidade de resposta institucional; (iii) na dimensão do desenvolvimento como liberdade, a carência de oportunidades económicas traduz-se em restrições substantivas às escolhas de vida dos ex-guerrilheiros; e (iv) na dimensão do capital social, as redes familiares e comunitárias funcionam como principal mecanismo de integração, embora sem capacidade estrutural para substituir políticas públicas consistentes.

Os resultados demonstram que a eficácia da implementação do DDR em Murrupula depende da integração dos factores socioterritoriais. Quando estes factores actuam de forma

articulada, criam condições mais favoráveis à reintegração dos ex-guerrilheiros; e quando essa articulação não se verifica, persistem limitações que comprometem a autonomia económica, a inclusão social e a sustentabilidade do processo de reintegração.

Contudo, a reintegração dos ex-guerrilheiros em Murrupula não falha por inexistência de aceitação social, mas pela insuficiência de políticas públicas territorialmente ajustadas que sustentem a sua autonomia económica e a sua integração efectiva na vida comunitária. O território não constitui apenas o cenário do DDR, mas um elemento estruturante que condiciona o acesso a recursos, molda oportunidades e influencia os percursos de reintegração.

Assim, este trabalho contribui para o debate académico no domínio dos estudos da paz e do desenvolvimento, ao demonstrar que a eficácia dos processos de DDR em contextos rurais africanos depende de uma abordagem integrada dos factores socioterritoriais, articulando as dimensões territorial, da governação multinível, do desenvolvimento como liberdade e do capital social. No caso de Murrupula, a sustentabilidade do DDR dependerá menos de intervenções pontuais e mais da implementação de políticas públicas duradouras, territorialmente ajustadas, capazes de promover inclusão social, oportunidades económicas e liberdades substantivas.

Para perspectivas futuras de investigação, considera-se pertinente alargar esta abordagem a outros distritos moçambicanos com características geográficas, históricas e institucionais distintas, a fim de comparar os efeitos da reintegração em múltiplos contextos e identificar padrões diferenciados de eficácia dos programas de DDR. Sugere-se igualmente a realização de estudos longitudinais que acompanhem os ex-guerrilheiros ao longo do tempo, permitindo avaliar o impacto cumulativo das políticas públicas, das redes comunitárias e das dinâmicas territoriais na sua inclusão social e económica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acordo de Maputo (2019). *Desarmamento Desmobiliação e Reintegração*. https://maputoaccord.org/ddr/.

ACR. (2016). Agencia Colombiana Para La Reintegración De Personas Y Grupos Alzados En Armas (Acr) -*Reseña Histórica Institucional. Sistema Integrado de Reintegração*. https://www.reincorporacion.gov.co/es/agencia/Documentos de Gestin Documental/Reseña_Historica_ACR.pdf.

Adedokun, A. (2019). *Transition from civil war to peace: The role of the united nations and international community in Mozambique*. Peace and Conflict Studies, 2*6*(1). https://doi.org/10.46743/1082-7307/2019.1421.

Adinoyi, J. A. (2015). *Importance of Disarmament, Demobilization and Reintegration DDR in Post Conflict Peacebuilding*. *November*, 1-17.

Affonso, L. B. (2015). *A reintegração de ex-crianças-soldado: Um panorama Geral a partir do exemplo de Serra Leoa*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aganah, G. M. A. (2023). *The Role of Local Agency in Peacebuilding*: The Case of the Bawku Inter-Ethnic Peace Committee. *Peace and Conflict Studies*, *30*(1). https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1972&context=pcs.

Aghedo, I. (2013). *Winning the War, Losing the Peace*: *Amnesty and the Challenges of Post-Conflict Peace-Building in the Niger Delta, Nigeria*. Journal of Asian and African Studies, 48(3), 267–280. https://doi.org/10.1177/0021909612453987.

Aguilar, S. L. C. (2023). *Multidimensional Peacekeeping: Local Peace does not last when National Peace Fails. Internacional context*, *45*(2), 1–24. https://doi.org/10.1590/s0102-8529.20234502e20210085.

Alberto, I. J., & Raimundo, I. (2024). *Desafios socioterritoriais na reintegração dos ex-combatentes em Murrupula* : perspetivas do contexto local. 8, 326–346.

Alberto, I. J., & Raimundo, I. (2025). *A reintegração socioterritorial dos ex-combatentes em Murrupula: redes comunitárias e acesso a serviços básicos*. contribuciones a las ciencias sociales, 18(3), e16532. https://doi.org/10.55905/revconv.18n.3-269.

Allegra, M., & Tulumello, S. (2020). *Habitação social e segregação da pobreza: uma reflexão a partir do caso do Programa Especial de Realojamento (PER). Rediteia*, *52*, 155–162. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/47067/1/2020_allegra tulumello_rediteia.pdf.

Alves, A. T. A. da R. B. A., Nascimento, A., Ulhôa, A., Batista, B., Capela, C., Venturine, C., Rodrigues, D., Moreira, E., Silva, F., Ribeiro, E., Demba, J., Lapa, L. D. P., Mota, M., & Silva, P. C. B. da. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: técnicas de recolha de dados (volume 2)* (Issue March). https://doi.org/10.34624/ka02-fq42.

Andrews, T., Mariano, G. J. dos S., Santos, J. L. G. dos, Koerber-Timmons, K., & Silva, F. H. da. (2017). *A Metodologia Da Teoria Fundamentada Nos Dados Clássica: Considerações Sobre Sua Aplicação Na Pesquisa Em Enfermagem. Texto & Contexto - Enfermagem*, *26*(4). https://doi.org/10.1590/0104-070720170001560017.

Annan, J., Brier, M., & Aryemo, F. (2009). *From "rebel" to "returnee": Daily life and reintegration for young soldiers in Northern Uganda*. Journal of Adolescent Research, 24(6), 639–667. https://doi. org/10.1177/0743558409350499.

Babiker, M. H., & Özerdem, A. (2003). A future Disarmament, Demobilisation and Reintegration process in Sudan: Lessons Learned from Ethiopia, Mozambique and Uganda. *Conflict, Security & Development*, *3*(2), 211–232. https://doi.org/10.1080/1467880032000126921.

Badmus, I. A. (2017). *The African Mission in Burundi (AMIB): A Study of the African Union's Peacekeeping Success and 'Triangular Area of Tension in African Peacekeeping*.' India Quarterly, https://doi.org/10.1177/0974928416683038.

Banco Mundial. (2001). *Luta contra a Pobreza. Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial,* https://documents1.worldbank.org/curated/fr/927161468164645652/.pdf

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro., Edições (São Paulo).

Beauchamp, T. L., & Childress, J. (1978). *Principles of biomedical ethics. New York, Oxford: Oxford University Press.*

Berdal, M., & Ucko, D. H. (2009). *Reintegrating armed groups after conflict: Politics, violence and transition. In Reintegrating Armed Groups After Conflict: Politics, Violence and Transition.* Routledge Taylor & Francis Group. https://doi.org/10.4324/9780203876497.

Berdal, M., & Ucko, D. H. (2013). *Introduction to the DDR Forum: Rethinking the Reintegration of Former Combatants.* International Peacekeeping, 20(3), 316 – 320. https://doi.org/10.1080/13533312.2013.843971.

Bergh, L. Van Den. (2008). *Porque prevaleceu a paz Moçambicanos respondem.* Associação de Parlamentares Europeus Com África. Escritório Na Europa, Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam. The Netherlands. Escritório Em Moçambique. Rua Licenciado Coutinho 77. CP 2648 Maputo. Mozambique.

Betancourt, T. S., Agnew-Blais, J., Gilman, S. E., Williams, D. R., & Ellis, B. H. (2010). *Past horrors, present struggles: The role of stigma in the association between war experiences and psychosocial adjustment among former child soldiers in Sierra Leone. Social Science & Medicine*, *70*(1), 17–26. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2009.09.038.

Binenwa, J. B. N. (2016). *Reintegrating ex-combatants: an action research project in a Rwandan agricultural cooperative* [Durban University of Technology]. In A thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Management Sciences: Public Management, specialising in Peacebuilding (Issue April). https://doi.org/10.51415/10321/1541.

Bonnal, P., Cazella, A. A., & Delgado, N. G. (2012). *Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro*. *Maio*. https://www.researchgate.net/publication/347292565%0AContribuições.

Bortolozzi, A. C. (2020). *Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa* (Vol. 15). https://www.researchgate.net/publication/341259892_Questionario_e_entrevista.

Bourdieu, P. (1986). *The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova Iorque: Greenwood Press.

Brandão, C. A. (2019). *Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. IPEA (Texto Para Discussão,* https://www.econstor.eu/handle/10419/211411%0Ahttp://www.ipea.gov.br/PDF.

Brighenti, A. M. (2010). *On Territorology: Towards a General Science of Territory.* Theory, Culture & Society, 27(1), 52–72. https://doi.org/10.1177/0263276409350357

Brito, L. de. (2014). *Uma Reflexão Sobre o Desafio da Paz em Moçambique.* IESE, 23–39. https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_01_DesPazMoc.pdf

Brzoska, M. (2005). Embedding DDR *programmes in security sector reconstruction.* Security Governance in Post-Conflict Peacebuilding, June, 106.

http://kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/96934/ichaptersection_singledocument/5f5f61eb-7e6f-42ca-81e6-27b3ad0d7383/en/5.pdf.

Bussmann, M. (2019). *Military Integration, Demobilization, and the Recurrence of Civil War. Journal of Intervention and Statebuilding, 13(1), 95–111. https://doi.org/10.1080/17502977.2018.1516391.*

Campos, A. Y. F. (2023). *Cidade legível, Mapas digitais inteligentes e a justiça penal* dissertação. At-tawassuth: jurnal ekonomi islam, viii(i), 1-19.

Candieiro, V. (2019). *A Reintegração Social dos Ex-combatentes no Distrito de Nicoadala.* https://www.scribd.com/document/497783253/A-Reintegracao-Social-Dos-ExCombatentes-No-Distrito-de-Nicoadala-Provincia-Da-Zambezia.

Cahen, M. (1993). *Check on socialism in Mozambique: What check? What socialism*? *Review of African Political Economy, 20*(57), 46–59. https://doi.org/10.1080/03056249308704003.

Cahen, M. (1999). *Moçambique: A revolução implodida*. *Cadernos de Estudos Africanos*, (16/17), 127-162.

Capaina, N. (2022). *Reforma fundiária e o mercado de terras em moçambique*. 1-6. https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/07/DR-173-Revisao-da-Politica-Nacional-de-Terras-1.pdf.

Caramés, A., & Sanz, E. (2009). *DDR Análisis de los programas de Desarme, Desmovilización y Reintegración (DDR) existentes en el mundo durante 2008.* Escola de Cultura de Pau, 122.

Cardenas Díaz, J. A. (2018). *Reintegración comunitaria de excombatientes en Colombia: una mirada desde lo territorial.* I*n Analytical biochemistry (Vol. 72, Issue 8). Universidad del Rosario. https://doi.org/10.12804/th9789587841640.*

Carolina, A., Contreras, J., Justus, U., & Giessen, L. De. (2023). *Entendiendo la reincorporación colectiva de excombatientes de las FARC-EP desde la perspectiva de los mundos sociales Understanding the collective reincorporation of FARC-EP ex-c ...* perspective of social worlds Compreender a reincorporação coletiva dos e. July. https://doi.org/10.15446/rcs.v46n2/100300.

Carranza-Franco, F. (2019). *Demobilisation and Reintegration in Colombia*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781351124645.

Carter, D. B. (2010). *The Strategy of Territorial Conflict. American Journal of Political*

Science, *54*(4), 969–987. https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2010.00471.

Cavalcante, F. (2010). *As Origens Conceituais da Construção da Paz das Nações Unidas.* Universitas: Relações Internacionais, 8(2), 1–22. https://doi.org/10.5102/uri.v8i2.1328

Centro de Integridade Pública (CIP) (2023). *Fraca capacidade de manutenção dos furos de água e avarias dos sistemas contribui para o difícil acesso a água potável a população do distrito de moatize*. https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/RELATORIO.pdf.

Chaimite, E., & Forquilha, S. (2015). *Murrupula: um Distrito abstencionista*. IESE, Maputo Mocambique, (Relatório de Investigação nº 2). https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/05/Brito-Chaimite-Forquilha-2015-Murrupula-Um-distrito-abstencionista.pdf.

Chizzotti, A. (2008). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez.

Charmaz, K. (2015). *Teaching theory construction with initial grounded theory tools*: A reflection on lessons and learning. Qualitative Health Research, 25, 1610–1622.

Coelho, J. P. borges. (2002). *Antigos Soldaos, novos Cidadaos A reintegração dos Desmobilizados de Maputo*. https://www.mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/20/borges-coelho_em_20.

Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*.

Colletta, N. J., Kostner, M., & Wiederhofer, I. (1996). *Case studies in war-to-peace transition. The demobilization and reintegration of ex-combatants in Ethiopia, Namibia, and Uganda*. World Bank Discussion Papers, 331. https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-0030448333&partnerID=40&md5=5b93483645bf5a47704fbd3bb4cb60f2.

Coutinho, C. D. A. (2023). *Processos de paz na Àfrica Austral,análise comparada entre moçambique, república democrática do congo e angola.* Porto Alegre, Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Creswell, W. J. (2009). *Research desinn, qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Los Angeles., 20(2). https://doi.org/10.1080/14675980902922143.

Creswell, J. W. (2010). *Projecto de Pesquisa: Métodos Qualitativo*. https://www.academia.edu/95271542.

Croll, P. (2004). *Transformação de Armas en Enxadas A Abordagem TAE para um Desarmamento Práctico* (Uma avaliação sobre o projecto TAE em Moçambique). *World*.

D'Aoust, O., Sterck, O., & Verwimp, P. (2016). *Who Benefited from Burundi's Demobilization Program?* The World Bank Economic Review, 32(2), lhw033. https://doi.org/10.1093/wber/lhw033.

Dallabrida, V. R., Rotta, E., Büttenbender, P. L., Denardin, V. F., & Arenhart, L. O. (2021). *Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos*. *Guaju*, *7*(1), 8. https://doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437.

Darch, C. (2018). *O conflito Moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica: uma história de sucesso que correu mal*? Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique, peace and security series, 29. https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/14458.pdf.

De Vries, H., & Wiegink, N. (2011). *Breaking up and going home? contesting two assumptions in the demobilization and reintegration of former combatants.* International Peacekeeping, 18(1), 38–51. https://doi.org/10.1080/13533312.2011.527506.

Dias, L. C., & Silveira, R. L. L. da. (2021). *Redes, sociedade e territorios*. In Sustainability (Switzerland) (Vol. 11, edição revista). https://www.researchgate.net/publication/351844835_Redes_Sociedades_e_Territorio

Diniz, C. C. (2007). *Políticas de desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Politicas-de-Desenvolvimento-Regional-Uniao-Europeia.pdf.

Dinerman, A. (2006). *Revolution, counter-revolution and revisionism in postcolonial África*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203965610.

Dzinesa, G. A. (2012). *Disarmament, demobilization and reintegration in Southern Africa:* Namibia, Angola and Mozambique. In D. Curtis & G. A. Dzinesa (Eds.), *Peacebuilding, power and politics in Africa* (pp. 117–138). Ohio University Press / Wits University Press.

Donais, T. (2012). *Peacebuilding and Local Ownership. In Peacebuilding and Local Ownership*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203118078.

Duffield, M. (2007). *Development, territories, and people: Consolidating the external*

sovereign frontier. *Alternatives*, *32*(2), 225–246. https://doi.org/10.1177/030437540703200204.

Durkheim, É. (1999). *Da divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.

Ebiede, T. M., Langer, A., & Tosun, J. (2020). *Disarmament, demobilisation, and reintegration: Analysing the outcomes of Nigeria's post-amnesty programme*. Stability, 9(1). https://doi.org/10.5334/sta.752.

Elnitsky, C. A., Fisher, M. P., & Blevins, C. L. (2017). *Military Service Member and Veteran Reintegration*: A Conceptual Analysis, Unified Definition, and Key Domains. *Frontiers in Psychology*, *8*(MAR). https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00369.

Favaro, J. L., Sánchez, A. P., & Gómez, J. M. (2016). *Política de Desarrollo Territorial Rural: un estudio comparativo entre el Distrito 165-Huamantla* (Tlaxcala, México) y el Territorio de la Ciudadanía Paraná Centro- Paraná, Brasil. *Ambiência*, *12*(2), 721-738. https://doi.org/10.5935/ambiencia.2016.02.15.

Fernandes, B. M. (2005). *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais : Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. *Buenos Aires*. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf

Fernandes, B. M., Cassundé, J. R. de O., & Pereira, L. I. (2018). *Movimentos Socioterritoriais No Matopiba E Na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. OKARA:* Geografia Em Debate, 12(2), 533. https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41329.

Fernandes, B. M. (2023). Territories of hope: *A human geography of agrarian politics in Brazil. Environment and Planning E: Nature and Space, 6*(3), 1447–1462. https://doi.org/10.1177/25148486221135303.

Fernandes, C. A. (2008). *Análise do discurso - Reflexões introdutórias*. *Edição Revista e Ampliada*, 128.

Fernández-García, F., & Olay-Varillas, D. (2021). *Strategic planning as an instrument of integral territorial development.* Ciudad y Territorio Estudios Territoriales, 53(208), 285–310. https://doi.org/10.37230/CyTET.2021.208.01.

Ferreira, L. A. (2024). *O direito à cidade sob a perspectiva das políticas públicas*: *Uma Análise da política de assistência social na inclusão urbana em três lagoas/ms. Universidade Estadual Paulista,* (Tese de Doutoramento).

Filho, H. A. de A., & Filho, H. S. (2017). *The evolution of modern macroeconomics between*

perspectives: In search of lost sintheshis. Revista de Economia Contemporanea, 21(2), 1–27. https://doi.org/10.1590/198055272121.

Floriani, N., Ríos, F. T., & Floriani, D. (2013). *Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural.* Polis - Revista Latinoamericana, 34, 1-18. http://journals.openedition.org/polis/8759.

Folami, O. M. (2016). *The gendered construction of reparations: An exploration of women's exclusion from the Niger Delta reintegration processes*. Palgrave Communications, 2. https://doi.org/10.1057/palcomms.2016.83.

Freire, M. R. (2015). *Consolidação da paz e a sua Sustentabilidade: as Missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal.* In Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7.

Galán, D. L. O. (2020). *Desenvolvimento do DDR Após do tratado de Paz na Colômbia.* Istituto Universitario de LLsboa, 1–23.

Geffray, C. (1990). *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*. Éditions Karthala.

Getlinger, d. (2021). *Plano de acção local como elemento de integração e territorialização de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social :* O caso do jardim lapena. Universidade presbiteriana mackenzie Daniela, Tese apresentada à faculdade de arquitetura e urbanismo da universidade presbiteriana mackenzie para obtenção de grau do título de doutor em arquitetura e urbanismo.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4.ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. *Atlas, São Paulo*, *5 Ed.*

Gislesen, K. (2006). *A Childhood Lost? The Challenges of Successful Disarmament, Demobilisation and Reintegration of Child Soldiers: The Case of West Africa.* Norwegian Institute of International Affairs, 112. https://www.files.ethz.ch/isn/27910/712.pdf.

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.

Goffman, E. (1963). Stigma. *Classic and Contemporary Readings in Sociology*, 108–113. https://doi.org/10.4324/9781315840154-27.

Goffman, E. (2006). *Estigma: La Identiade Deteriorada* (A. Editores (ed.); 1 ed).

Goffredo, G. S. (2014). *Os combatentes nos conflitos armados internacionais e suas proteções.* Revista Direito, Estado e Sociedade, 29, 174–212. https://doi.org/10.17808/des.29.292.

Gondim, G. M. de M., & Monken, M. (2017). *Território e territorialização*. Técnico de Vigilância Em Saúde: Contexto e Identidade, 21-44. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39894.

González, O. C., & Clémence, A. (2019). *Concealing former identity to be accepted after the demobilization process in colombia: A real reintegration in a post conflict scenario*? Journal of Social and Political Psychology, 7(2), 941–958. https://doi.org/10.5964/jspp.v7i2.864.

Governo do Distrito de Murrupula (2023). *Relatório de Actividades*, Murrupula.

Gujamo, R. C. (2016). *A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004.* Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Tese de doutoramento em historia. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26319/1/ulsd730210 Gujamo.pdf

Haesbaert, R. (2010). *Território e Multiterritorialidade*: *Um debate*. Geográfia, 9(17). https://doi.org/10.22409/geographia2007.v9i17.a13531.

Haesbaert, R. (2005). *Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina*. *São Paulo: USP*, *Anais.*

Halvorsen, S., Fernandes, B. M., & Torres, F. V. (2019). *Mobilizing Territory: Socioterritorial Movements in Comparative Perspective.* Annals of the American Association of Geographers, 109(5), 1454–1470. https://doi.org/10.1080/24694452.2018.1549973.

Hanlon, J. (1984). *Mozambique: The revolution under fire*. Zed Books.

Hanlon, J. (1986). *Beggar your neighbours: Apartheid power in Southern Africa*. Catholic Institute for International Relations; James Currey; Indiana University Press.

Hanlon, J. (1996). *Peace Without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique.* James Currey.

Hall, M., & Young, T. (1997). *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*. Hurst & Company.

Hommes, L., & Boelens, R. (2018). *From natural flow to 'working river': hydropower development, modernity and socio-territorial transformations in Lima's Rímac*

watershed. Journal of Historical Geography, 62, 85–95. https://doi.org/10.1016/j.jhg.2018.04.001.

Hooghe, L., & Marks, G. (2001). *Multi-Level Governance and European Integration. Governance in Europe, Lanham, MD: Rowman & Littlefield.* https://www.researchgate.net/publication/246883870%0AMulti-Level.

Hooghe, L., & Marks, G. (2010). *Types of multi-level governance. Handbook on Multi-Level Governance*, *5*, 17–31. https://doi.org/10.4337/9781849809047.00007.

Hultman, L. (2009). The power to hurt in civil war: The strategic aim of Renamo violence. *Journal of Southern African Studies, 35*(4), 821-834.

Humphreys, MacArtan, & Weinstein, J. M. (2007). *Demobilization and Reintegration. Journal of Conflict Resolution*, *51*(4), 531–567. https://doi.org/10.1177/0022002707302790.

Iglesias-Pascual, R., Benassi, F., & Hurtado-Rodríguez, C. (2023). *Social infrastructures and socio-economic vulnerability: A socio-territorial integration study in Spanish urban* contexts. *Cities*, *132*(October 2022), 104109. https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.104109.

Ike, T. J., Singh, D., Murphy, S., Jidong, D. E., Porritt, F., & Ayobi, E. E. (2022). *Community perspectives of former terrorist combatants, militants and reintegration programmes in Nigeria:* A systematic review. *Behavioral Sciences of Terrorism and Political Aggression*, *14*(2), 142–168. https://doi.org/10.1080/19434472.2020.1834431.

IMD. (2020). *Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo: Um ano depois - Lições e Cenários.* Policy Brief. https://www.imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd/paz-e-reconciliacao?layouttable.

IMD. (2021). *Um ano de implementação do DDR: Avanços e desafios para a sustentabilidade.* Instituto Para a Democracia Multipartidaria.

IMD. (2023). *Que caminhos para o futuro ? Fim do DDR em Moçambique*: Instituto Para a Democracia Multipartidaria. https://www.imd.org.mz.

INE. (2023). *Estatísticas do Distrito de Murrupula*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.gov.mz.

INE. (2010). *Estatísticas do Distrito de Murrupula*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.gov.mz.

Jan, S. A., & Barclay, F. P. (2023). *War or Peace Discourse? Analysis of News Headlines*

on Pulwama Attack. Peace and Conflict Studies, 30(1).

Jennings, K. M. (2007). The Struggle to Satisfy: *DDR Through the Eyes of Ex-combatants* in Liberia. International Peacekeeping, *14*(2), 204–218. https://doi.org/10.1080/13533310601150800.

Jubilut, L. L., Lopes, R. de O., Garcez, G. S., Fernandes, A. P., & Silva, J. C. J. (2020). *Direitos Humanos, empresas e a Agenda 2030*. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, 21. https://doi.org/10.20889/M47e21019.

Kamberelis, K. G., & Dimitriadis, G. (2017). *Focus Groups: Contingent Articulations of Pedagogy, Politics, and Inquiry*. *March*. https://www.researchgate.net/publication/315477389.

Kaplan, O., & Nussio, E. (2018). *Community counts: The social reintegration of ex-combatants in Colombia.* Conflict Management and Peace Science, 35(2), 132–153. https://doi.org/10.1177/0738894215614506.

Kilroy, W., & Basini, H. S. A. (2018). *Social Capital Made Explicit: The Role of Norms, Networks, and Trust in Reintegrating Ex-combatants and Peacebuilding in Liberia.* International Peacekeeping, 25(3), 349–372. https://doi.org/10.1080/13533312.2018.1461564.

Knight, M., & Özerdem, A. (2004). G*uns, Camps and Cash: Disarmament, Demobilization and Reinsertion of Former Combatants in Transitions from War to Peace*. Journal of Peace Research, 41(4), 499–516. https://doi.org/10.1177/0022343304044479.

Knight, A. (2008a). *Disarmament, demobilization, and reintegration and post-conflict peacebuilding in Africa: An overview.* African Security, 1(1), 24–52. https://doi.org/10.1080/19362200802285757.

Knight, M. (2008b). *Expanding the DDR Model: Politics and Organisations. Journal of Security Sector Management, 6(1), 1–19.* http://www.jofssm.org/issues/jofssm_0601_Knight.doc.

Koga, D. H. U. (2016). *Diagnóstico socioterritorial: entre o chão e a gestão*. Cadernos IHU Ideias. UNISINOS.

Kovshov, V., Stovba, E., Lukyanova, M., Zalilova, Z., & Sitdikova, G. (2023). Foresight *and forecasting of socio-economic development of rural territories. Environment, Development and Sustainability*, *26*(11), 28219–28237. https://doi.org/10.1007/s10668-023-03808-7.

Lalá, A. (2005). *DDR in Mozambique: the Borderlines of the Success Story*. 1–19. http://www.basicint.org/pubs/Papers/BP25.htm.

Lalá, A. (2010). *Defence Reform Challenges and Democratisation in post- conflict Mozambique*1–23. https://www.academia.edu/4269791/Defence_Reform_Challenges_and_Democratisation_in_post_conflict_Mozambique.

Lamalice, A., & Klein, J.-L. (2016). *Efectos socioterritoriales de la mega minería y reacción social: el caso de Minera Alumbrera en la provincia de Catamarca, Argentina. Revista de Geografía Norte Grande*, *177*(65), 155–177. https://doi.org/10.4067/s0718-34022016000300008.

Langholtz, H. J. (2017). *Desarme, desmovilización y reintegración (DDR): Descripción general práctica.* Instituto Para Formación En Operaciones de Paz, 14–203.

Lefebvre, H. (1991). *The production of space.* https://doi.org/10.4324/9780203132357-14.

Levin, J., & Miodownik, D. (2016). *The Imperative to Explore the Impact of Disarmament on Peacemaking Efforts and Conflict Recurrence*. Peace Economics, Peace Science and Public Policy, 22(4), 347–356. https://doi.org/10.1515/peps-2016-0032.

Lopes, V. de F. M., Mattos, U. A. de O., Lianza, S., Silva, E. R. da, & Santos, P. R. dos. (2011). *Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores : A experiência da rede solidária da pesca no Brasil*. Revista de Gestão Costeira Integrada, 11, 187–196.

Louvison, M. C. P. (2019). *Regionalização dos sistemas de saúde como resposta às Desigualdades Territoriais: Um debate necessário. Cadernos de Saúde Pública*, *35*(suppl 2). https://doi.org/10.1590/0102-311x00116019.

Luukkonen, J., & Moilanen, H. (2012). *Territoriality in the Strategies and Practices of the Territorial Cohesion Policy of the European Union: Territorial Challenges in Implementing "Soft Planning.*" European Planning Studies, 20(3), 481–500. https://doi.org/10.1080/09654313.2012.651806.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, (MADER) (2020). *Inquérito Integrado Agrário 2020*. *MADER,* Maputo.Mocambique, 1https://www.agricultura.gov.mz/wpcontent/uploads/2021/06/MADER_Inquerito_Agrario_2020.pdf.

Mainardes, J., & Cury, C. R. J. (2019). *Ética na pesquisa: princípios gerais*. Capítulo 3.

Malache, A. M. (1997). *Utilização e Desenvolvimento de Recursos Humanos nos*

prpogramas de Desmobilização e Reintegração, formas e expetactivas dos combatentes desmobilizados no Distrito de Boane. Universidade Eduardo Mondlane.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2007). *Tecnicas de pesquisa*. Atlas S.A., São Paulo.

Martin, J., & Fernandes, B. M. (2004). *Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST*. Lutas Sociais, (11/12), 173–185.

McMullin, J. (2004). *Reintegration of combatants: were the right lessons learned in Mozambique? International Peacekeeping,* 11(4), 625–643. https://doi.org/10.1080/1353331042000248704.

McMullin, J. R. (2013a). *Introduction: Reintegration into What*? *In Ex-Combatants and the Post-Conflict State* (pp.1–16). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9781137312938.

McMullin, J. R. (2013b). *Integration or separation*? The stigmatisation of ex-combatants after war. *Review of International Studies*, *39*(2), https://doi.org/10.1017/S0260210512000228.

Millán-Quijano, J. (2021). *Notes on Optimal Reintegration Contracts.* Defence and Peace Economics. https://doi.org/10.1080/10242694.2021.1928850.

Minayo, M. C. de S. (2011). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec.

Ministério da Administração Estatal. (MAE) (2005). *Perfil do Distrito de Murrupula Provincia de nampula, Edição 2005.* http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/nampula/novembro-de-2012/distrito-de-murrupula.pdf/view

Mirellli, L. F. (2013). *Relatorio de Balmont, 1978 Direitos Humanos*. https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/34256/relatorio-de-belmont-1978.

Morgan, D. L., & Spanish, M. T. (1984). *Focus Groups: A New Tool for Qualitative Research.* Qualitative Sociology.

Morier-Genoud, E. (2000). *Of God and Caesar: The relation between Christian churches and the state in post-colonial Mozambique*, 1974–1981. Journal of Church and State, 42(4), 743–768. https://doi.org/10.1093/jcs/42.4.743.

Mozzato, A. R., Carrion, R. M., & Moretto, C. F. (2014). *Globalização , desenvolvimento sustentável e governança : a importância dos espaços.*

Muggah, R. (2005). No magic bullet: *A critical perspective on Disarmament, Demobilization*

and Reintegration (DDR) and weapons reduction in post-conflict contexts. *Round Table*, *94*(379) https://doi.org/10.1080/00358530500082684.

Muggah, R. (2010a). *Innovations in Disarmament , Demobilization and Reintegration policy and research. Reflections on the last decade*. NUPI Working Paper, 774, 23.

Muggah, R. (2010b). *Rethinking small arms control in Africa: It is time to set an armed violence reduction agenda*. Conflict, Security and Development, 10(2), 217 – 238. https://doi.org/10.1080/14678801003665984.

Muggah, R. (2010c). *The emperors clothes - critical reflection on the disarmament, demobilization and reintegration*. In International Law, Conflict and Development: The Emergence of a Holistic Approach in International Affairs. Brill. https://doi.org/10.1163/ej.9789004178588.i-650.123.

Muggah, R., & O'Donnell, C. (2015). *Next Generation Disarmament, Demobilization and Reintegration. Stability:* International Journal of Security & Development, 4(1), 1–12. https://doi.org/10.5334/sta.fs.

Mweshi, G. K., & Sakyi, K. (2020). *Application of sampling methods for the research design. Archives of Business Research.* https://doi.org/10.14738/abr.811.9042.

Neto, A. M. (2023). Desenvolvimento regional no Brasil : Contribuições do IPEA para uma economia política das políticas regionais. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA): N. 30*, *30*, 23–32. https://doi.org/10.38116/brua30art1.

Newitt, M. (1995). *A History of Mozambique.* Indiana University Press.

Niederle, P. A., & Radomsky, G. F. W. R. (org. . (2016). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. In Introdução às teorias do desenvolvimento.

Nilsson, A. (2005). *Reintegrating Ex-Combatants in Post-Conflict Societies*. Department for Cooperation with Non-Governmental Organisations and Humanitarian Assistance & Conflict Management-, SIDA(May), 100. http://www.pcr.uu.se/digitalAssets/67/67211_1sida4715en_ex_combatants.pdf.

Ocaya, B. (2021). *Ex-Combatants in a State of Flux Understanding remobilization in the Democratic Republic of Congo Bryan Ocaya Master's* Thesis. 1–68. https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1566101/FULLTEXT01.pdf.

Okonofua, B. A. (2016). *The Niger Delta Amnesty Program.* SAGE Open, 6(2), 215824401665452. https://doi.org/10.1177/2158244016654522.

Oliveira, J. L. C. de, Magalhães, A. M. M. de, & MisueMatsuda, L. (2018). MÉTODOS

Mistos na pesquisa em enfermagem: Possibilidades de Aplicação À Luz De Creswell. *Texto & Contexto - Enfermagem* https://doi.org/10.1590/0104-070720180000560017.

Onyima, J. K. (2017). *Sub-Saharan Africa: Societal Reintegration of Ex-Militant Youths*. Conflict Studies Quarterly, 21(21), 76–100. https://doi.org/10.24193/csq.21.4.

Orjuela, M., & Gómez, C. T. (2024). *Exploring the Eco-Peace Nexus with ASMUPROPAZ: between socio-ecological practices and the reintegration process of ex-combatants in the Colombian Amazon*. June.

Özerdem, A. (2022). *Disarmament, demobilisation and reintegration of ex-combatants. In Contemporary Peacemaking: Peace Processes, Peacebuilding and Conflict*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-82962-9_17.

Pagotes, L. P. S. (2018). *Análisis de la Política Nacional de Reintegración Social y Económica para personas y grupos armados ilegales (PRSE) 2008-2016*. 2008–2016. http://bdigital.unal.edu.co/70521.

Palang, H., Helmfrid, S., Antrop, M., & Alumäe, H. (2005). Rural Landscapes: Past processes and future strategies. *Landscape and Urban Planning*, *70*(1–2), 3–8. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.001.

Panta, R. L. S. (2020). *O processo de do campesinato assentado em UFPB/BC*, Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

Parry, J., & Aymerich, O. (2023). *Reintegration of ex-combatants in a militarized society*. *Peacebuilding*. https://doi.org/10.1080/21647259.2022.2042982.

Patino, C. M., & Ferreira, J. C. (2018). *Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: definições e por que eles importam*. Jornal Brasileiro de Pneumologia, 44(2), 84. https://doi.org/10.1590/S1806-3756201800000008.

Pereira, J. (2016). *Para onde vamos? Dinâmicas de paz e conflitos em moçambique*. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/2des2016ParOnd_JP.pdf

Pereira, V., & Coelho, C. (2009). *O combatente*. https://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/o_combatente.pdf.

Peters, K. (2007). *Reintegration Support for Young Ex-Combatants: A Right or a Privilege? International Migration* https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2007.00426.

Phayal, A., Khadka, P. B., & Thyne, C. L. (2015). *What Makes an Ex-Combatant Happy? A Micro-Analysis of Disarmament, Demobilization, and Reintegration in South Sudan.*

International Studies Quarterly. https://doi.org/10.1111/isqu.12186.

Porto, J. G. (2013). *Desmobilização, Desarmamento e Reintegração,* Revista JANUS, As Forças Armadas dos PALOP Desmobilização, https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/813/1/João Porto.pdf.

Portes, A. (1998). *Social capital: its origins and applications in modern sociology*. Annual Review of Sociology.

Pretto, A., & Battello, V. (2016). *The socio-territorial belonging in a cross-border area: a sociological approach.* Space and Polity, 20(2), 177–193. https://doi.org/10.1080/13562576.2016.1157302.

Putnam, R. (1996). *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

Putnam, R. (2000). *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna.* Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 3ª edição.

Putnam, R., Coleman, J., Woolcock, M., Rattner, H., & Abramovay, R. (2005). *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia ,Brasil* http://lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/1/carlosmilanip.pdf.

Rabasa, A. (2011). *Disarmament, Demobilization, and Reintegration*. From Insurgency to Stability: Volume I: Key Capabilities and Practices. Santa Monica, California: RAND Corporation, 01.

Reis, H. H. dos S. (2019). *Território, Movimentos Socioterritoriais e educação do campo*. https://doi.org/org/10.14393/RCG206941199.

Reppell, L., Rozen, J., & Carvalho, G. de. (2016). *PlaIMDno para a Paz, Lições do processo de consolidação da paz em Moçambique*. https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper291-POR.pdf.

Rios-Cardona, J. C. de los, Filippi, E. E., & Vélez-Vargas, L. D. (2015). *Desarrollo territorial, sistemas socio-ecológicos y vulnerabilidad de la agricultura al cambio climático:* interacciones teóricas , conceptuales y. Revista Perspectivas Do Desenvolvimento: Um Enfoque Multidimensional, 03(04), 1–22. http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/14871/11238.

Rivera, E. F. (2022). *Successful Social Reintegration in Urban Settings: What does it mean and what explains its variation?* [Uppsala University]. https://www.diva-

portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2:1669440%0Ahttps://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1669440/FULLTEXT01.pdf.

Rocca, R. M. (1998). *Moçambique da Guerra à Paz: história de uma mediação insólita*. Maputo. Livvraria Universitária-UEM.

Rodrigues, A. D. O., & Migon, E. X. F. G. (2019). *Do acordo geral de paz (1992) às eleições gerais em 1994: o processo de paz conduzido em moçambique*. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 8(16), https://doi.org/10.22456/2238-6912.89070.

Romaniuk, M., Fisher, G., Kidd, C., & Batterham, P. J. (2020). *Assessing psychological adjustment and cultural reintegration after military service*: Development and psychometric evaluation of the post-separation Military-Civilian Adjustment and Reintegration Measure (M-CARM). BMC Psychiatry, 20(1), 531. https://doi.org/10.1186/s12888-020-02936-y.

Rosário, C., Tvedten, I., & Paulo, M. (2009). *Monitoria e Avaliação. CMIRESUMO*, *8*(2), https://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/geral/artigoscientificos_imprensa/minitoria_avaliacao_pobreza.pdf.

Rufer, R. (2005). *Geneva Center for the Democratic Control Of Armed Forces (DCAF)*.

Sabourin, E. (2022). *Public Policies for Sustainable Territorial Development in Brazil:* Between Clientelism and Participation. *Sustainability (Switzerland)*, *14*(5). https://doi.org/10.3390/su14053058.

Sandal, Nukhet (2019). *Post-Conflict Processes and Religion: An Overview. Jan 2019*. DOI: 10.1093/acre- fore/9780190228637.013.678 https:// oxfordre.com/politics/view/10.1093/ acrefore/9780190228637.001.0001/ acrefore-9780190228637-e- 678?print=pdf.

Santos, M. (2007). *Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos.* Fundação Perseu Abramo, 3ª. edição.

Saquet, M. A. (2009). *Heterogeneidade e homogeneidade: desigualdades, diferenças e idetidades.* Universidade Estadual Paulista (UNESP). http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/bibliografia.pdf.

Schia, N. N., Gjelsvik, I. M., & Karlsrud, J. (2010). *Connections and Disconnections : Understanding and Integrating Local Perceptions in United*. Conflict Trends, 28–34.

Schnaider, T. B. (2008). *Ética e Pesquisa.* Acta Cirurgica Brasileira. https://doi.org/10.1590/S0102-86502008000100017.

Sen, A. (1999). *Desenvolvimento Como Liberdade*. Treduzido Por Luisa Motta, 8 reimpressão. https://www.academia.edu/28212088/Desenvolvimento_Como_Liberdade_Amartya_Sen.

Sharif, S. (2018). *A Critical Review of Evidence from Ex-Combatant Reintegration Programs. Politics of Return* (POR). http://eprints.lse.ac.uk/90890/1/Sharif_A-critical-review_Author.pdf.

Shrestha, R., & Blei, T. (2012). DDR in Nepal : *Stakeholder Politics and the Implications for Reintegration as a Process of Disengagement. April 2012*. https://www.researchgate.net/publication/332269390_DDR_in_Nepal_Stakeholder_Politics_and_the_Implications_for_Reintegration_as_a_Process_of_Disengagement.

Silva, M. G., Fernandes, J. D., Rebouças, L. C., Rodrigues, G. R. S., Teixeira, G. A., & Silva, R. M. de O. (2013). *Publicações que utilizaram o grupo focal como técnica de pesquisa: o que elas nos ensinam?* Ciência, Cuidado e Saúde, 12(2), 51–82. https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v12i2.9194.

Silva, M. N. S. (2015). *Território: Uma Revisão Teórico-Conceitual*. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, 1(1), 49–76. https://doi.org/10.18766/2446-6549/interespaco.v1n1p49-76.

Smithson, J. (2000). *Using and analysing focus groups: Limitations and possibilities.* International Journal of Social Research Methodology, 3(2), 103–119. https://doi.org/10.1080/136455700405172.

Sousa, A. A. de. (2020). *Território e Identidade: Elementos Para a Identidade Territorial. Caderno Prudentino de Geografia*, https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436.

Sousa, M. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*.

Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática 1. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *71*(2), 51–67.

Stadtländer, C. T. K.-H. (2009). *Qualitative, Quantitative, and Mixed-Methods Researc*h. Microbe Magazine, 4(11), 485–485. https://doi.org/10.1128/microbe.4.485.1.

Stankovic, T. (2015). *Microdisarmament and Compliance Costs: An Analysis of Disarmament, Demobilization, and Reintegration Programs*. Studies in Conflict & Terrorism, 38(9), 691–709. https://doi.org/10.1080/1057610X.2015.1049052.

Stankovic, T., & Torjesen, S. (2010). *Fresh Insights on Disarmament, Demobilization and Reintegration: A Survey for Practitioners*. 24. http://english.nupi.no/content/download/14049/131518/version/3/file/10163+NUPI+DDR.pdf.

Suárez, C., & Baines, E. (2022). *Together at the Heart': Familial Relations and the Social Reintegration of Ex-combatants.* International Peacekeeping, 29(1), 1–23. https://doi.org/10.1080/13533312.2021.1952408.

Subedi, D. B. (2018). *Combatants to Civilians: Rehabilitation and Reintegration of Maoist Fighters in Nepal's Peace Process*. Singapore: Springer.

Subedi, D. B. (2014). *Conflict, Combatants, and Cash: Economic Reintegration and Livelihoods of Ex-combatants in Nepal*. *World Development*, *59*, 238–250. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.01.025.

Swarbrick, P. (2007). *Avoiding disarmament failure: the critical link in DDR*. In Working Paper of the Small Arms Survey.

Taju, G. amade. (1998). *The Social Reintegration Of demobilisede Excombatants In Mozambique* [University of the Witwatersrand-Johannesburg,]. https://wiredspace.wits.ac.za/server/api/core/bitstreams/44d38979-1437-4ba8-b304-0627f7b7245e/content.

Themnér, A., & Karlén, N. (2020). *Building a Safety Net: Explaining the Strength of Ex-Military Networks*. *S*ecurity Studies. https://doi.org/10.1080/09636412.2020.1722851

Tollenaere, M. De. (2006). *Apoio a Democratização a Moçambique Pós-Conflicto Intenções e Resultados Relatório de Trabalho*. Clingendael Institute, June. https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf

Torjesen, S. (2006). *A economia política da Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)*. Norwegian Institute of International Affairs Norsk, Selective(709).

Torjesen, S. (2013). *Towards a theory of ex-combatant reintegration. Stability:* International Journal of Security & Development, 2(3), 63. https://doi.org/10.5334/sta.cx.

Tricarico, L., Lorenzetti, E., & Morettini, L. (2023). *Crowdsourcing Intangible Heritage for*

Territorial Development: A Conceptual Framework Considering Italian Inner Areas. *Land*, *12*(10). https://doi.org/10.3390/land12101843.

Tvedten, I., Paulo, M., & Rosário, C. (2006). *"Opitanha" Relações Sociais da Pobreza Rural no Norte de Moçambique*. https://www.cmi.no/publications/file/3361-monitoria-e-avaliao-da-estrategia-de-reducao-da.pdf.

UNDP/RDRP (2020). *National Human Development Report 2020: Rwanda*. https://hdr.undp.org/content/national-human-development-report-2020-rwanda?

UNDP (2021) *United Nations Development Programme Iraq Support to Security and Justice Sector Governance in Post-ISIL Iraq Project ID : 00113282 Quarterly Progress Report : Q1 2021*. 1–46. https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/IRQ/SSR consolidated quarterly progress narrative report q1 2021.pdf.

United Nations. (2010). *Second Generation Disarmament, Demobilization And Reintegration (DDR)* Practices In Peace Operations: A Contribution to the New Horizon Discussion on Challenges and Opportunities for UN Peacekeeping. *United Nations.Department of Peacekeeping Operations*, *1*. https://doi.org/10.1080/13533312.2011.527506.

Van der Merwe, H., & Lamb, G. (2009). *Transitional justice and DDR: The case of South Africa*. International Center for Transitional Justice. https://www.ictj.org/publication/transitional-justice-and-ddr-case-south-africa.

Veloso, J. (2018). *A caminho da paz definitiva: O iceberg, o interesse nacional e a segurança do Estado*. JV Editores Moçambique.

Veloso, J. (2020). *Memórias em voo rasante* (Edição revista e ampliada). JV Editores Moçambique.

Vines, A. (2013). *Renamo's rise and decline: The politics of reintegration in Mozambique. International Peacekeeping, 20*(3), 375-393. https://doi.org/10.1080/13533312.2013.840087.

Vines, A. (2019). *As Perspectivas de um Acordo Sustentável entre as Elites em Moçambique À Terceira é de Vez? August*. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2019-09-04-ElitePerspectivesMozambique-Portuguese.pdf.

Weimer, B. (2019). *Representar palavras com acções? Uma perspectiva crítica sobre Paz Sustentável e Reconciliação em Moçambique*. Friedrich-Ebert-Stiftung 2020 Design. https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-pscc/16665.pdf.

Weimer, B., & Bueno, N. (2020). *Paz e Reconciliação Conjunturas Críticas e Dependência*. 65–95. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/BWeimerNBueno-Desafios-2020.pdf.

Wiegink, N. (2015). *Former Military Networks a Threat to Peace? The Demobilisation and Remobilization of Renamo in Central Mozambique.* Stability: International Journal of Security & Development, 4(1). https://doi.org/10.5334/sta.gk.

Wiegink, N. (2019). *The Good, the Bad, and the Awkward: The Making of War Veterans in Post-independence Mozambique*. Conflict and Society.

Wiegink, N. (2020). *Former Guerrillas in Mozambique: The Ethnography of Political Violence*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Wiegink, N., & Sprenkels, R. (2022). *Beyond Reintegration: War Veteranship in Mozambique and El Salvador*. Development and Change, 53(2), 424-447. https://doi.org/10.1111/dech.12576.

Willems, R., & van Leeuwen, M. (2015). *Reconciling reintegration: the complexity of economic and social reintegration of ex-combatants in Burundi*. Disasters, 39(2), 316-338. https://doi.org/10.1111/disa.12102.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planeamento e métodos* (2.ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

Yin, R. K. (2014). *Case study research design and methods. Cjpe*, *30*, 1–5. https://doi.org/10.3138/CJPE.BR-240.

Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications Design and Methods*. In *Cosmos coporation, SAGE: Vol. sixth Edit*. https://lccn.loc.gov/2017040835.

Discursos

Manzoni, M. (2019, 6 de Agosto). *Intervenção por ocasião da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

Manzoni, M. (2022). *Declaração do Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas para Moçambique*. Peace Process Support. https://maputoaccord.org/wp-content/uploads/2022/08/August-6-2022-Statement.pdf

Manzoni, M. (2023, Março). *Discurso na Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

Momade, O. (2019a, Agosto). *Discurso por ocasião da assinatura do Acordo Consolidado de Cessação de Hostilidades Militares*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

Momade, O. (2019b, Agosto). *Discurso por ocasião da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

Nyusi, F. J. (2019a, Agosto). *Discurso por ocasião da assinatura do Acordo Consolidado de Cessação de Hostilidades Militares*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

Nyusi, F. J. (2019b, Agosto). *Discurso por ocasião da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo*. Maputo Accord. https://maputoaccord.org/ddr/

LEGISLAÇÃO

Assembleia da República. (1992, 14 de Outubro). *Lei n.º 13/92: Aprova o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, em 4 de outubro de 1992*. *Boletim da República*, I Série, n.º 42. https://www.portaldogoverno.gov.mz/.

Assembleia da República. (1997, 1 de outubro). *Lei n.º 19/97: Lei de Terras*. *Boletim da República*, I Série. https://www.portaldogoverno.gov.mz/.

Assembleia da República. (2019, 12 de Setembro). *Lei n.º 11/2019: Aprova o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de 6 de agosto de 2019, em Maputo*. *Boletim da República*, I Série, n.º 178. https://www.portaldogoverno.gov.mz/.

Comissão Interministerial da Reforma da Administração Pública. (2019). *Resolução n.º 9/2019 de 20 de Agosto. Aprova o Estatuto Orgânico do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN)*. *Boletim da República*, I Série, n.º 161. https://www.portaldogoverno.gov.mz/.

Conselho de Ministros (1998). *Decreto n.º 66/98: Aprova o Regulamento da Lei de Terras*. *Boletim da República*, I Série. https://www.portaldogoverno.gov.mz/

Conselho de Ministros (2020). *Decreto n.º 111/2020: Aprova a concessão para a construção, reabilitação e expansão de sistema de água*. *Boletim da República de Moçambique*.

Apêndices

Apêndice 1: Guião de entrevista aos ex-guerrilheiros

Bom dia/boa tarde.

Chamo-me Isac José Alberto, sou estudante de Doutoramento na Universidade Eduardo Mondlane. Estou a fazer uma investigação sobre a reintegração dos ex-combatentes no Distrito de Murrupula. Esta conversa é apenas para fins de estudo. O seu nome não será mencionado e as suas respostas serão preservadas.

1. Pode contar como foi o seu regresso à aldeia ou à comunidade?
2. Que dificuldades sentiu nos primeiros tempos depois de sair das matas?
3. O que é que recebeu como apoio (dinheiro, bens, terra, formação, apoio psicológico)?
4. Esse apoio foi suficiente para começar uma nova vida?
5. Como estão hoje as suas condições de vida: casa, saúde, escola, transporte?
6. O que faz hoje para se sustentar?
7. Recebeu alguma formação ou ajuda para começar essa actividade?
8. Se pudesse ter ajuda, que tipo de actividade gostaria de iniciar?
9. Já teve contacto com o governo ou com alguma organização depois de ser desmobilizado? Como foi?
10. Já ouviu falar do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional? Tentou aceder?
11. Qual é a sua opinião sobre o programa de reintegração?
12. Que sugestões tem para que o processo melhore para outros ex-combatentes?

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que ache importante?

Muito obrigado pela sua participação.

Apêndice 2: Guião de entrevista aos membros da comunidade

Bom dia/boa tarde.

O meu nome é *Isac José Alberto*, sou estudante de Doutoramento na Universidade Eduardo Mondlane. Estou a fazer uma investigação sobre a reintegração dos ex-combatentes no Distrito de Murrupula. Esta entrevista serve apenas para fins académicos. As suas respostas serão tratadas com total sigilo e o seu nome não será divulgado.

1. Como é que a comunidade recebeu os ex-combatentes quando regressaram?
2. Acha que a terra, os recursos da aldeia e os costumes locais ajudam ou dificultam a reintegração?
3. Como é que as pessoas da comunidade olham para os ex-combatentes hoje em dia?
4. Que papel tiveram os líderes tradicionais, igrejas ou outras pessoas importantes no apoio aos ex-combatentes?
5. Sente que há confiança e convivência saudável entre os ex-combatentes e os restantes membros da comunidade?
6. Que tipo de trabalhos fazem os ex-combatentes aqui na comunidade?
7. Eles têm terra ou ajuda para poderem trabalhar e sustentar a família?
8. O que pensa do trabalho do governo e das outras organizações neste processo de reintegração?
9. Acha que os programas de ajuda respeitam as condições reais da comunidade?
10. O que melhorou e o que piorou na comunidade desde o começo da reintegração?
11. Que conselhos daria às autoridades para melhorar este processo?

Muito obrigado pela sua ajuda.

Apêndice 3: Guião de entrevista aos membros do Governo Distrital

Bom dia/boa tarde.

Sou Isac José Alberto, estudante de Doutoramento da Universidade Eduardo Mondlane. Estou a realizar uma investigação sobre a reintegração dos ex-combatentes em Murrupula. A informação recolhida é apenas para fins académicos. As suas respostas serão confidenciais.

1. Como decorreu a implementação do programa de desmobilização e reintegração aqui no Distrito?
2. Quais foram os principais desafios que enfrentaram nas fases de desmobilização e reintegração?

3. Existe coordenação entre o nível distrital e o Governo central no que diz respeito ao DDR?
4. Existem mecanismos de seguimento para acompanhar os ex-combatentes depois da reintegração?

5. Que apoios foram oferecidos aos ex-combatentes (terra, habitação, saúde, formação, etc.)?
6. Quais foram as maiores dificuldades na oferta desses serviços?

7. Houve resistência por parte da comunidade ao regresso dos ex-combatentes? Como foi resolvida?
8. Que papel desempenharam os líderes comunitários e religiosos neste processo?

9. Qual foi o papel das organizações da sociedade civil ou de parceiros internacionais?
10. Que recomendações faria para melhorar o programa de reintegração aqui no distrito?

Agradeço muito pela sua colaboração.

Apêndice 4: Guião de entrevista aos membros das OSC

Conselho Cristão de Moçambique e Instituto para a Democracia Multipartidária

Instituição: _____

Local da Entrevista: _____

Data: _____

De que forma a vossa organização tem acompanhado ou participado no actual processo de DDR, iniciado em 2019?

Considera que a vossa organização foi devidamente envolvida, de forma estratégica, pelas instituições estatais no processo de reintegração dos ex-combatentes?

Se não, que limitações foram observadas?

A vossa instituição desenvolveu actividades específicas dirigidas aos ex-combatentes? Se sim, quais? Se não, por que razão?

Como avalia o actual modelo de reintegração adoptado pelo Governo e seus parceiros?

Quais são, na sua opinião, os principais vícios ou limitações estruturais do actual processo de DDR em Moçambique?

Como vê o impacto das medidas imediatistas ou simbólicas na reintegração efectiva dos ex-combatentes?

Considera que há coordenação interinstitucional eficaz entre os actores envolvidos no DDR?

Que tipo de impacto o processo de reintegração tem gerado nas comunidades que acolhem os ex-combatentes?

Como têm sido trabalhadas, pela vossa organização, questões como o perdão, a reconciliação e a convivência pacífica nas comunidades afectadas pelo conflito armado?

Agradeço muito pela sua colaboração.

Apêndice 5: Ficha de observação directa

Data: _____ Local da Observação: _____

Nome do Observador: _____

1. Localização e Condições Gerais

- Zona observada situa-se em relacção à vila-sede:

  ☐ Próxima (menos de 5 km) ☐ Moderadamente afastada (5–10 km) ☐ Periférica/remota (mais de 10 km)

- Tipo de habitação:

  ☐ Palhota ☐ Mista (palhota com bloco ou zinco) ☐ Alvenaria

- Disponibilidade de água potável:

  ☐ Sim ☐ Parcial (poço ou rio) ☐ Não

- Fonte principal de água:

  ☐ Canalizada ☐ Poço protegido ☐ Poço aberto ☐ Rio / ribeiro ☐ Outra: _____

- Disponibilidade de energia elétrica:

  ☐ Rede pública ☐ Painel solar ☐ Nenhuma

- Estado geral das vias de acesso à zona observada:

- ☐ Boas ☐ Transitáveis, mas degradadas ☐ Precárias/intransitáveis em época chuvosa

2. Serviços Básicos

- Escola primária a menos de 3 km?

- ☐ Sim ☐ Não

- Escola secundária a menos de 5 km?

- ☐ Sim ☐ Não

- Centro de saúde mais próximo:

- ☐ A menos de 5 km ☐ Entre 5 e 10 km ☐ A mais de 10 km ☐ Inexistente

3. Sustento e Condições Económicas

- Fonte principal de rendimento da maioria dos residentes:

- ☐ Agricultura ☐ Biscates ☐ Pequeno comércio ☐ Outra: _____

- Acesso à terra para cultivo:

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcial (uso precário ou partilhado)

- Presença de programas de apoio ao desenvolvimento local (ONGs, igrejas, associações):
- ☐ Sim ☐ Não ☐ Pouco visível Se sim, indicar quais: _____

4. Integração e Participação Comunitária

- Os ex-combatentes participam em grupos locais (associações, comités, cooperativas)?
- ☐ Sim ☐ Não ☐ Apenas alguns casos isolados
- Participação em eventos religiosos/culturais:
- ☐ Activa ☐ Razoável ☐ Fraca ou nula
- Aceitação dos ex-combatentes pela comunidade local:
- ☐ Boa (integração plena) ☐ Regular (algumas reservas) ☐ Fraca (estigmatização evidente)
- Perceção de tensões sociais ou discriminação:
- ☐ Sim ☐ Não observável diretamente

5. Observações Adicionais do Investigador (campo livre):

_____
_____
_____
_____

Apêndice 6: Roteiro de observação directa

O presente roteiro de observação directa foi elaborado como instrumento auxiliar à recolha de dados no campo, no âmbito da investigação sobre a Análise dos factores socioterritoriais na implementação dos programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração (DDR) dos Ex-Combatentes na Província de Nampula, Caso do Distrito de Murrupula. A observação incidiu sobre aspectos relacionados com condições de habitação, acesso a serviços públicos, vias de comunicação, fontes de rendimento e integração comunitária.

1. Localização e Acessibilidade

- Distância da residência à vila-sede (estimativa em km);
- Estado das vias de acesso (boas, razoáveis, precárias);
- Tipo de transporte disponível e frequência de deslocações.

2. Condições de Habitação

- Tipo de habitação (palhota, mista, alvenaria);
- Condições estruturais (segurança, durabilidade);
- Presença de energia eléctrica (rede pública, painel solar, nenhuma);
- Acesso a água potável (rede pública, poço, rio, nenhuma);
- Condições de saneamento (latrinas, ausência de saneamento).

3. Serviços Públicos Próximos

- Existência de escola primária e/ou secundária próxima;
- Distância ao centro de saúde mais próximo (em km);
- Presença de mercados ou feiras regulares.

4. Actividade Económica e Meios de Subsistência

- Principal fonte de rendimento (agricultura, biscates, comércio, outro);
- Acesso a terra e instrumentos de produção agrícola;
- Presença de programas de apoio de ONGs ou instituições estatais.

5. Integração Comunitária

- Participação em actividades comunitárias, religiosas ou culturais;
- Aceitação social percebida (boa, regular, fraca);
- Presença de redes de apoio informal (associações, vizinhança, parentesco).

Apêndice 7: Guião para a discussão em grupos focais

Introdução do moderador:

Bom dia/boa tarde. Esta conversa em grupo faz parte de uma pesquisa sobre o modo como os ex-combatentes estão a viver depois do regresso às comunidades, especialmente aqui em Murrupula. Não é preciso dar nomes. O que disserem será usado apenas para fins académicos, com respeito e confidencialidade. Sintam-se livres para partilhar a vossa experiência.

1. Expectativas e Promessas

1.1. Quando deixaram a base e regressaram à comunidade, o que vos prometeram?

1.2. Destas promessas, o que foi realmente cumprido?

1.3. Como reagiram vocês e as vossas famílias ao que (não) foi cumprido?

2. Condições de Vida e Acesso a Recursos

2.1. Como descrevem hoje as vossas condições de vida (habitação, alimentação, água, energia, saúde)?

2.2. Têm acesso a terra? Esta terra é vossa, familiar ou emprestada?

2.3. Alguma vez receberam apoio técnico, sementes ou instrumentos para trabalhar na agricultura?

3. Rendimento e Sustento

3.1. De que forma conseguem ganhar dinheiro ou sustentar a vossa família?

3.2. Há oportunidades de emprego aqui no Distrito? há discriminação?

3.3. Consideram o subsídio que recebem justo e suficiente?

4. Inclusão Social e Estigma

4.1. Como foi a vossa recepção na comunidade no início?

4.2. Ainda sentem rejeição ou desconfiança por parte de algumas pessoas?

4.3. Participam em reuniões, igrejas, ritos ou outras actividades comunitárias?

5. Relação com o Estado e o DDR

5.1. Já tiveram contacto recente com representantes do governo ou do DDR?

5.2. O que acham da forma como o governo está a acompanhar a vossa reintegração?

5.3. Acham que o processo devia ser conduzido por outros actores, como ONG's ou igrejas?

6. Futuro e Propostas

6.1. O que consideram fundamental para viver com dignidade e segurança?

6.2. Que tipo de projecto gostariam de ver implementado aqui (agricultura, criação de animais, comércio.)?

6.3. Que mensagem gostariam de deixar aos responsáveis do DDR e ao governo?

PERGUNTA FINAL ABERTA

Há alguma experiência ou preocupação que não falámos aqui, mas que acham importante partilhar?

Agradeço a vossa colaboração e o tempo dedicado. As vossas palavras ajudam a mostrar a realidade que muitos não conhecem e são fundamentais para dar soluções mais justas. Muito obrigado.

Apêndice 8: Termo de consentimento livre e esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projecto de tese intitulado: "Análise dos factores Socioterritoriais na implementação dos Programas de Desarmamento Desmobilização e Reintegração dos Combatentes na província de Nampula, Caso do distrito de Murrupula (2019-2023)" desenvolvido pelo estudante Isac José Alberto".

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objectivos estritamente académicos do estudo, que, em linhas gerais é de analisar a influencia dos factores socioterritoriais na implementação do DDR e a sua contribuição para a reintegração socioeconómica aos ex-combatentes para o alcance paz efectiva na Província de Nampula, Distrito de Murrupula.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

A Minha colaboração se fará de forma anónima, por meio de entrevista semiestruturada e observação directa a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados conectados se farão apenas pelo pesquisador e seus orientadores ou coordenadores.

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Concordo receber uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Maputo, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante: _____
Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Anexos

Anexo 1: Credencial ao Governo do Distrito de Murrupula

UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Visto

A Directora-Adjunta para a Pós-graduação

Profª. Doutora Lurdes Rodrigues da Silva

(Professora Auxiliar)

CREDENCIAL[1]

O **Sr. Isac José Alberto** frequenta o curso de Doutorameto em Desenvolvimento e Sociedade na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e está a elaborar uma tese subordinada ao tema "Análise dos factores Socioterritoriais na Implementação de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos Ex-Combatentes na Província de Nampula, Distrito de Murrupula". Neste âmbito, solicitamos ao Distrito de Murrupula - Nampula que lhe conceda todo o apoio necessário para o alcance dos seus objectivos.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

Maputo, 16 de Novembro de 2022

O Director do Curso

Prof. Doutor Orlando Nipassa

Apresenta-se nos dias 16.01.23 no Governo do Distrito

16-1-23

[1] Válido por 90 dias contados a partir da data da assinatura

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE-Faculdade de Letras e Ciências Sociais-Tel: (21) 485402 - Fax (21) 485402 -www.flcs.uem.mz- C.P. 257-Campus Universitário – Principal -Maputo -República de Moçambique

Anexo 2: Credencial ao Conselho Cristão de Moçambique

Sede: Avenida Ahmed Sekoú Touré 1063
C.P. 108 Maputo – Moçambique
Web Site: www.ccm.org.mz

Á

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de LETRAS E Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade

Att: Direcção – Adjunta para a Pós –graduação

Prof. Doutora Lurdes Rodrigues da Silva

Assunto: **Credencial n 006/DCDDS/DS-FLCS/2024**

Exmos Senhores,

O Conselho Cristão de Moçambique – CCM, através do Gabinete do Secretário Geral, vem por este meio acusar a recepção da Credencial acima referenciada do Estudante do curso de Doutoramento em desenvolvimento e Sociedade na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane o Senhor **Isac José Alberto**, com a tese subordinada ao tema "A influência dos factores Sócio – territoriais na implementação do programa de Desarmamento, Desmilitarização e Reintegração dos Ex. – combatentes em Murrupula (2019 – 2023) informar que pela localização geográfica onde se encontram estes combatentes; província de Nampula, este trabalho foi orientado o representante do Secretário geral do CCM em Nampula o Senhor: **Artur Colher** delegado naquele ponto do País para o seguimento necessário.

Sem mais de momento, subscreve – se com elevada estima e consideração , continuando a disposição e colaboração de V. Exias.

Maputo, aos 21 de Maio de 2024

Atenciosamente

CONSELHO CRISTÃO DE MOÇAMBIQUE
Caixa Postal n.º 108
MAPUTO

(Secretário Geral do CCM)

Anexo 3: Credencial ao Instituto para a Democracia Multipartidária

UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departemento de Sociologia
Doutormento em Desenvolvimento e Sociedade

Visto

A Directora-adjunta para a Pós-graduação

Profª. Doutora Lurdes Rodrigues da Silva
(Professora Auxiliar)

CREDENCIAL[1] Nº005/DCDDS/DS-FLCS/2024

O Sr. **Isac José Alberto** frequenta o curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e está a elaborar uma tese subordinada ao tema "A influência dos factores Sócio-territoriais na implementação do programa de Desarmamento, Desmilitarização e Reintegração dos Ex-combatentes em Murrupula (2019-2023) ". Neste âmbito, solicitamos ao Instituto para Democracia Multipartidária que lhe conceda todo o apoio necessário para o alcance dos seus objectivos.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

Maputo,03 de Maio de 2024

O Director do Curso

Prof. Doutor Orlando Nipassa
(Professor Auxiliar)

IMD
INSTITUTO PARA DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA
07-05-24

[1] Válido por 90 dias contados a partir da data da assinatura

Anexo 4: Lei do acordo de paz e reconciliação nacional

Quinta-feira, 12 de Setembro de 2019 I SÉRIE — Número 178

BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República»**.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 11/2019:

Atinente ao Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Maputo, a 6 de Agosto de 2019.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 11/2019

de 12 de Setembro

Havendo necessidade de conferir dignidade legal ao Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado no dia 6 de Agosto de 2019, em Maputo, no uso das competências estabelecidas no número 1 do artigo 178 da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

É aprovado o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, celebrado aos 6 de Agosto de 2019, pelo Presidente da República de Moçambique e pelo Presidente do Partido RENAMO, constituído pelo Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares (Anexo I) e Estruturas de Implementação do Acordo de Paz e Reconciliação (Anexo II), que fazem parte integrante da presente Lei.

ARTIGO 2

O Governo assegura e garante os meios necessários para aplicação do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

ARTIGO 3

No Cronograma Geral de Implementação do Memorando de Entendimento de Assuntos Militares no ponto 3, coluna 3, onde se lê *Nota bene* deve se ler *Nota bem*.

ARTIGO 4

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, sem prejuízo dos efeitos produzidos pelo Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares, assinado a 1 de Agosto de 2019 e pelo Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado a 6 de Agosto de 2019.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 21 de Agosto de 2019.

A Presidente da Assembleia da República, *Verónica Nataniel Macamo Dlhovo*.

Promulgada, aos 26 de Agosto de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, FILIPE JACINTO NYUSI.

Acordo de Paz e Reconciliação Nacional

Preâmbulo

Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Sua Excelência Ossufo Momade, Presidente da Renamo.

Comprometidos em alcançar e manter uma paz efectiva e duradoura na República de Moçambique;

Conscientes das aspirações legítimas de todo o Povo Moçambicano de viver num ambiente de paz e harmonia, como pré-condição para o desenvolvimento sócio-económico, progresso e bem-estar de todos;

Decididos a consolidar a reconciliação nacional, dando primazia ao diálogo permanente, como meio para a resolução dos seus diferendos;

Reconhecendo os consensos alcançados, em sede do diálogo, na agenda sobre a Descentralização e sobre os Assuntos Militares que culminaram com a revisão pontual da Constituição da República, aprovada pela Lei n.º 1/2018, de 12 de Junho e a assinatura do Acordo de Cessasão Definitiva de Hostelidades Militares;

Determinados a implementar, integralmente os referidos consensos, sobretudo a observância do pacote legislativo de descentralização, o completo Desarmamento, Desmobilização e subsequente Reintegração sócio-económica dos elementos armados da Renamo e o enquadramento de parte destes na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e nas unidades da Polícia da República de Moçambique;

Decididos a pôr termo a todas as hostilidades político-militares;

Guiados pela observância dos princípios do Estado de Direito Democrático e respeito pelos direitos humanos, acordam o seguinte:

i. As Partes aceitam como obrigatórios e vinculativos os documentos, em anexo, que constituem parte integrante do presente Acordo, designadamente:

a) Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares e os respectivos anexos;

b) Estruturas de implementação do Acordo de Paz e Reconciliação.

ii. O presente Acordo é implementado com o apoio da comunidade internacional, em conformidade com as estruturas de implementação previstas no documento em anexo.

O presente Acordo de Paz e Reconciliação Nacional entra em vigor na data da sua assinatura.

Maputo, 6 de Agosto de 2019

Pelo Governo de Moçambique	Pelo Partido Renamo
Filipe Jacinto Nyusi Presidente da República de Moçambique	Ossufo Momade Presidente da RENAMO

Testemunhado por:

Hage Gottfried Geingob

Presidente da República da Namíbia e Presidente em exercício da SADC

Paul Kagame

Presidente da República do Ruanda

Joaquim Alberto Chissano

Antigo Presidente da República de Moçambique

Jakoya Mrisho Kikwete

Antigo Presidente da República Unida da Tanzânia

Mirko Manzoni

Embaixador da Suíça na República de Moçambique e Presidente do Grupo de Contacto

Matteo Maria Zuppi

Representante da Comunidade de Sant' Egidio

Estruturas de Implementação do Acordo de Paz e Reconciliação

I. Os signatários:

Os signatários, designadamente, Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Sua Excelência Osssufo Momade, Presidente da Renamo são responsáveis pela liderança política e fiscalização da implementação do Acordo.

II. Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas

O Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas e Embaixador da Suíça em Mozambique, Mirko Manzoni, tem a responsabilidade de facilitar o diálogo entre o Governo de Moçambique e a Renamo, bem como a implementação do Acordo.

III. Grupo de Contacto

1. O Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas, Mirko Manzoni, é o Presidente do Grupo de Contacto, previamente estabelecido.

2. Compete ao Grupo de Contacto:

a) encorajar as partes no diálogo a implementar, integralmente, o Acordo; e

b) assistir as partes na mobilização de recursos e apoios para a implementação bem-sucedida do Acordo.

IV. Secretariado

1. O Secretariado é uma unidade autónoma com a missão de prestar o apoio técnico e administrativo, auxiliando as Partes na implementação do Acordo.

2. O Secretariado deve, ainda, prestar apoio logístico a todo processo e gerir o Fundo Comum de Apoio à Implementação do Acordo.

V. Conselho

1. O Conselho é composto por:

a) Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas;

b) Um representante da UNOPS (Escritório das Unidas de Serviços para Projectos); e

c) Um representante dos doadores.

2. Compete ao Conselho orientar o Secretariado no exercício das suas funções.

VI. Fundo Comum de Apoio à implementação do Acordo

É criado o Fundo Comum de Apoio à Implementação do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo para o qual serão canalizados todos os apoios da Comunidade Internacional ao processo de Paz e Reconciliação.

Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares

Preâmbulo

Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Sua Excelência Ossufo Momade, Presidente da Renamo, doravante designados por "As Partes";

Empenhados num futuro de paz e reconciliação em Moçambique;

Determinados a pôr termo às hostilidades militares, evitando o seu ressurgimento;

Comprometidos a dar primazia ao diálogo permanente, como meio para a resolução de quaisquer diferendos;

Reconhecendo que a paz e a reconciliação nacional constituem pré-requisitos para o desenvolvimento sócio-económico;

Conscientes dos consensos alcançados na agenda sobre assuntos militares, que culminaram com a assinatura do Memorando de Entendimento que define o roteiro do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) sócio-económica dos elementos armados da Renamo e o enquadramento de parte destes na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e nas unidades da Polícia da República de Moçambique;

Guiados pelos princípios do Estado de Direito Democrático e respeito pelos direitos humanos, as Partes acordam o seguinte:

1. Cessação Definitiva de Hostilidades Militares

As Partes declaram a cessação definitiva de todas as hostilidades militares e comprometem-se a assegurar que todos os grupos armados ou instituições sob o seu controlo cumpram, escrupulosamente, todas as disposições aqui estipuladas.

2. Âmbito de Aplicação

O presente Acordo aplica-se em todo o território nacional.

3. Responsabilidades das Partes

As Partes obrigam-se a:

A. Abster-se de actos hostis ou ataques militares contra forças, posições ou propriedade da outra Parte e da população civil, em geral;

B. Não molestar ou tomar como reféns elementos da outra Parte autorizados a portar arma;

C. Não molestar ou tomar como reféns elementos das forças de defesa e segurança que realizem missões de segurança ou protecção da população civil, em geral;

D. Abster-se de colocar minas terrestres/aquáticas ou empregar armas de fogo, dispositivos incendiários e impedir a sua retirada, desactivação ou desmantelamento;

E. Abster-se de utilizar propaganda hostil, incluindo emitir declarações difamatórias, inverdades ou linguagem depreciativa contra a outra Parte;

F. Não praticar actos de violência de qualquer natureza contra membros de qualquer das Partes;

G. Abster-se de práticas de tortura ou de tratamento cruel ou degradante aos membros de qualquer das Partes;

H. Não praticar actos de violência e intimidação na prossecução de objectivos políticos.

3.1. Responsabilidades do Governo

O Governo compromete-se a respeitar todas as disposições do presente Acordo, nomeadamente:

A. Abster-se de assumir posições ameaçadoras ou cercar bases da Renamo conhecidas, pela Comissão de Assuntos Militares/GTCDDR enquanto decorre o processo do seu desmantelamento ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares;

B. Notificar, num prazo mínimo de 5 dias sobre a sua aproximação num raio de 2 km a uma base da Renamo conhecida pela Comissão de Assuntos Militares/GTCDDR, antes do seu desmantelamento;

C. Facilitar a passagem de homens armados da Renamo que se desloquem aos Centros de Acomodação para efeitos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR);

D. Facilitar o regresso livre de deslocados, eventualmente, provocados pelas hostilidades militares;

E. Mobilizar recursos internos e externos para facilitar o processo de Reintegração sócio-económica de elementos armados da Renamo desmobilizados ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares.

3.2. Responsabilidades da Renamo

A Renamo compromete-se a respeitar todas as disposições do presente Acordo, nomeadamente:

A. Abster-se de actos violentos ou ataques armados contra a população civil e suas propriedades, posições das Forças de Defesa e Segurança;

B. Não adquirir, reforçar ou distribuir armas, munições ou outro material bélico;

C. Abster-se de criar ou ocupar novas posições em território nacional ou praticar actos ofensivos;

D. Não recrutar, de forma voluntária ou à força, ou mobilizar pessoal de qualquer género ou idade para o seu contingente armado;

E. Facilitar a livre circulação de pessoas e bens e abster-se de actos obstrutivos a este direito dos cidadãos;

F. Abster-se de bloquear ou colocar postos de controlo;

G. Concluir o processo de fornecimento à Comissão de Assuntos Militares/Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR) informação actualizada, fiável e verificável, relativa ao número, localização, organização e composição de quaisquer bases remanescentes, incluindo efectivos, armamento em arrecadação/esconderijos ou em posse do seu pessoal, engenhos explosivos, minas e outros artefactos bélicos, num prazo de 10 dias da entrada em vigor do presente Acordo;

H. Colaborar com a Comissão de Assuntos Militares/GTCDDR na prossecução do desarmamento e desmobilização dos efectivos e desactivação dos artefactos que eventualmente não tenham sido concluídos no prazo estipulado no calendário revisto do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares;

I. Notificar a outra Parte, com uma antecedência mínima de 5 dias sobre a passagem dos seus elementos armados para os Centros de Acomodação no âmbito do DDR;

J. Colaborar com o GTCDDR, apoiado pela Componente Internacional na conclusão do DDR nos prazos estipulados no calendário do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares;

K. Facilitar o processo de desmantelamento das bases e limpeza de minas terrestres ou engenhos explosivos não detonados;

L. Facilitar a entrega da lista do seu pessoal a ser objecto de reintegração socioeconómica, num prazo de 10 dias

4. Estruturas de Implementação do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares

A. A implementação do presente Acordo é feita pelas estruturas criadas ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, assinado pelo Presidente da República e pelo Presidente da Renamo, em 6 de Agosto de 2018, designadamente a Comissão de Assuntos Militares (CAM); Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR); Grupo Técnico Conjunto de Monitoria e Verificação (GTCMV); ou por qualquer outra estrutura acordada pelas Partes.

B. As funções destas estruturas estão definidas no Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares e nos Termos de Referência aprovados, que podem ser actualizados por consenso das Partes.

5. Desmantelamento das Bases e Posições Relacionadas com as Hostilidades Militares

O desmantelamento das bases e posições relacionadas com as hostilidades militares deve ser feito em conformidade com o previsto no Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares e concluído, até 21 de Agosto do presente ano.

6. Força de Protecção do Dirigente da Renamo

A. A segurança do Presidente, de outros Altos Dirigentes e instalações da Renamo é garantida por um contingente da Polícia da República de Moçambique, responsável pela protecção de Altas Individualidades, formada a partir de elementos seleccionados ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares.

B. O aquartelamento, e respectivo asseguramento logístico, é da responsabilidade da Polícia da República de Moçambique.

7. Resolução de conflitos

As Partes comprometem-se a privilegiar o diálogo na resolução das dúvidas ou divergências resultantes da interpretação e implementação do presente Acordo.

8. Anexos

Constituem anexos e parte integrante do presente Acordo os seguintes documentos:

i. Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares, assinado pelo Presidente da República e pelo Presidente da Renamo, a 6 de Agosto de 2018;

ii. Termos de Referência aprovados.

9. Prorrogação dos prazos

Havendo razões ponderosas, as Partes podem acordar a prorrogação dos prazos fixados nos termos do presente Acordo.

10. Disposições Finais

A. No prazo de sete dias da entrada em vigor do presente Acordo, as Partes devem assegurar que os seus termos e ordens escritas a cumprir sejam comunicadas às forças respectivas das Partes.

B. As Partes devem comunicar à população civil por meio de imprensa escrita, rádio e todos os meios disponíveis de comunicação sobre a cessação definitiva das hostilidades militares.

11. Entrada em Vigor

O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura, cabendo às Partes tomar todas as medidas apropriadas para o seu estrito cumprimento.

Gorongosa, 1 de Agosto de 2019

Pelo Governo de Moçambique	Pelo Partido Renamo
Filipe Jacinto Nyusi	Ossufo Momade
Presidente da República de Moçambique	Presidente da RENAMO

Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares

1. Introdução

No quadro do diálogo para a restauração da paz efectiva e duradoura, condição fundamental para o desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo;

Considerando que o enquadramento de oficiais oriundos da RENAMO na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), o desarmamento de efetivos armados da Renamo, a sua desmobilização e reintegração é pressuposto para a concórdia e reconciliação nacional;

As Partes acordam em lavrar um instrumento, que contenha um conjunto de acções e princípios orientadores do enquadramento efectivo de oficiais oriundos da Renamo na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de efectivos armados da Renamo, bem como o enquadramento de parte de oficiais provenientes da Renamo nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM), observando o mesmo princípio do Anexo A.

2. Princípios Básicos

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) devem manter-se como uma organização apartidária e profissional, em conformidade com a Constituição da República de Moçambique e legislação de defesa e segurança relevante.

O processo de integração dos oficiais provenientes da RENAMO nas FADM e nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM), orienta-se pelo princípio de enquadramento justo no nível mais alto da sua hierarquia. O mesmo princípio continuará a ser observado a todos os níveis, salvaguardando a competência, mérito e profissionalismo.

O processo de DDR dos efectivos armados da Renamo e a integração de parte destes nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM), orienta-se pelos princípios consagrados no n.º 3 do Artigo 262 da Constituição da República de Moçambique, conforme reenumerado no âmbito da emendada pontual, que preconiza, entre outros, que as forças de defesa e segurança são apartidárias e abstêm-se de tomada de posições ou participação em acções que possam pôr em causa a sua coesão interna e a unidade nacional. Os números 2 e 4 do mesmo dispositivo legal, impõem que os membros das FDS obedeçam à Constituição da República e ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe.

Por sua vez, o número 1 do Artigo 263 da CRM, conforme reenumerado no âmbito da emendada pontual, consagra, que a participação na defesa da independência nacional, soberania e integridade territorial são dever sagrado e honra para todos os cidadãos moçambicanos.

3. Objectivos

Enquadramento

O enquadramento nas FADM tem por objectivo garantir a conformidade com os princípios básicos indicados no número 2 deste documento, sobretudo no que se refere às questões que afectam aos oficiais das FADM oriundos da RENAMO. O enquadramento dos oficiais oriundos da Renamo nas unidades da PRM visa profissionalizar e reforçar a confiança entre as Partes.

DDR

O DDR tem por objectivo garantir a segurança e estabilidade do país, construir um ambiente de confiança e reconciliação entre os moçambicanos na estrita observância dos princípios do Estado de Direito Democrático e demais leis relevantes.

4. Definições

Para os efeitos definidos no presente documento, entende-se por:

Enquadramento, o ajustamento de situações tidas como prejudiciais à progressão na patente e no acesso a cargos de comando e chefia das FADM e a devida reciclagem e adequação;

Centro de Acomodação, o local onde os efectivos armados da Renamo são acomodados para efeitos de DDR;

Bases da Renamo, os acampamentos onde se localizam os efectivos armados da Renamo que não sejam centros de acantonamento.

(DDR)

Desarmamento, o processo de recolha, entrega e tratamento final do armamento e artefactos bélicos na posse dos efectivos armados da Renamo;

Desmobilização, o processo de passagem à vida civil dos efectivos armados da Renamo não integrados nas FADM;

Reintegração, o processo de reinserção sócio-económica dos efectivos da Renamo, devidamente desmobilizados;

Enquadramento justo é o acesso a responsabilidades de comando e direção no mais alto nível de hierarquia das FADM e noutras unidades, bem como nas unidades da PRM, em conformidade com o acordado superiormente entre o Presidente da República e o Líder da Renamo, observando o princípio do Anexo A do presente documento, salvaguardando a competência, mérito e profissionalismo.

5. O Quadro Institucional do Processo de Enquadramento dos oficiais oriundos da RENAMO nas FADM e de DDR

No âmbito do processo de Enquadramento e de DDR são criadas estruturas com a responsabilidade de execução, supervisão, monitoria e verificação, conforme se segue:

5.1 **A Comissão de Assuntos Militares** tem a responsabilidade geral de supervisão e monitoria da implementação do Enquadramento e DDR. A Comissão responsabiliza-se, também, pela elaboração dos termos de referência para os grupos técnicos especializados.

No cumprimento das suas funções a Comissão é coadjuvada por Grupos Técnicos Conjuntos Especializados a saber:

5.2 **O Grupo Técnico Conjunto (GTCE) para o Enquadramento nas FADM** é composto por dois oficiais de cada Parte, indicados pelos dois Superiores. O GTCE, funciona junto do Estado Maior General.

5.3 **O Grupo Técnico Conjunto para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR)**, com sede na Cidade da Beira, é composto por peritos militares nacionais e internacionais indicados pelas Partes; A componente internacional deste Grupo Técnico é constituída por peritos militares cuja tarefa é de prestar assistência técnica ao GT, em especial, na monitoria do desarmamento; e

5.4 O Grupo de Monitoria e Verificação, com sede em Nhaucunga, na Serra da Gorongosa, para se ocupar da monitoria e verificação dos processos do DDR.

6. Enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM

O enquadramento é feito mediante a apresentação da lista pela Renamo dos oficiais cuja situação requer a devida regularização, tanto em termos de patente, como de afectação na orgânica das FADM. Os processos individuais dos oficias constantes na lista, são objeto de estudo e avaliação pelo Grupo Técnico. Nos casos em que a formação dos oficiais se revele inadequada, será feita uma formação específica juntamente com outros oficiais de modo a se ajustarem às suas novas patentes e funções. O processo de enquadramento ocorre, inicialmente, em conformidade com **os postos destacados em negrito no Anexo A**, devendo continuar no Departamento de Pessoal do Estado Maior General (EMG) de acordo com os termos de referência e o cronograma.

O Enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM deve ter uma duração não superior a 120 dias (D+120) após a confirmação dos Consensos. O enquadramento noutras unidades ocorre numa fase posterior à conclusão do processo previsto no Anexo A.

7. Desarmamento, Desmobilização e a Reintegração

O DDR comporta um conjunto de ações interdependentes que se executam em cadeia a partir do ponto de conclusão do enquadramento de oficiais oriundos da RENAMO nas FADM e na PRM, em conformidade com os postos destacados em negrito no Anexo A na seguinte sequência:

7.1 A Renamo procede à entrega de informação sobre os seus efectivos armados, sua localização, o armamento em sua posse e outro material bélico, ao GTCDDR;

7.2 Com base na informação, o Grupo Técnico procede ao mapeamento das bases e indica a localização geográfica dos Centros de Acantonamento;

7.3 O movimento dos efectivos armados da Renamo para os Centros de Acomodação;

7.4 A seleção dos efectivos armados da RENAMO a serem integrados nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM);

7.5 Treino especializado dos elementos da Renamo a enquadrar nas unidades da PRM, por um período de 55 dias;

7.6 O desarmamento que inclui processos técnicos de: Registo, identificação, monitoria da posse de armas, coleção, arrecadação, retirada e destruição ou outro destino acordado;

7.7 A manutenção dos efectivos armados da Renamo nos Centros de Acomodação declarados e reconhecidos, até a conclusão do DDR;

7.8 O DDR tem uma duração não superior a 120 dias (D+120) após a confirmação dos Consensos;

7.9 As FADM e PRM devem evitar a sua movimentação nas proximidades dos Centros de Acomodação, enquanto decorrer o DDR, exceto o GTCDDR com os seus peritos internacionais.

8. Fases de Implementação do DDR

8.1 Quando os efectivos armados da Renamo já estiverem nos Centros de Acomodação, o Grupo Técnico Conjunto de DDR (GTCDDR), na especialidade de armamento, com apoio dos peritos internacionais, certifica-se da não existência de material bélico ou outros artefactos não permitidos nos Centros;

8.2 Em caso da descoberta de explosivos instáveis, estes são destruídos e o GTCDDR, com apoio dos peritos internacionais, prepara um mapa contendo a data, hora, local com coordenadas geográficas (geo-referenciamento), qualidade e tipo do armamento;

8.3 O GTCDDR regista o armamento individual e do pessoal militar da Renamo a trabalhar com o GT que de imediato começa a monitoria do armamento dos efectivos armados da Renamo nos Centros de Acomodação;

8.4 O armamento que não esteja na posse de indivíduos é mantido em arrecadações temporárias sob a responsabilidade do GTCDDR e do comandante de cada centro; a frequência do seu controlo depende da quantidade do armamento existente;

8.5 Depois do processo de remoção do armamento e explosivos o GTCDDR certifica-se que o processo foi concluído, devendo através da Comissão de Assuntos Militares, comunicar aos Superiores.

9. Monitoria do processo do DDR

O Grupo Técnico Conjunto sobre o DDR (GTCDDR) garante que as atividades do DDR sejam realizadas de forma oportuna, eficaz e eficiente. O GTCDDR, incluindo os respetivos peritos internacionais, deve pautar pela imparcialidade e deve elaborar relatórios semanais.

O GTCDDR é, igualmente, responsável pela verificação dos centros de acomodação dos efectivos armados da Renamo; Monitoria do processo de acomodação, arrecadação do armamento dos efectivos armados da Renamo, seu tratamento final (destruição ou reaproveitamento). Também, encarrega-se da investigação de possíveis violações do DDR.

Cronograma Geral de Implementação

As ações previstas no presente instrumento iniciam no dia da confirmação dos Consensos, entendido como o dia D.

* Os (+4) são para ocupar os cargos de chefe do Chefe de Estado Maior nas brigadas de Cuamba e Chókwè e nos batalhões independentes de Songo e Chimoio

No	Actividade	Prazo					
		D+10	D+30	D+55	D+75	D+90	
01	Confirmação dos Consensos	**dia d**					
02	Entrega de lista dos 10 (+4)* oficiais da Renamo a enquadrar nas FADM e 10 oficiais para ocupar postos de direção e comando na PRM. Entrega de nomes das Partes para integrar a Comissão de Assuntos Militares e Grupos Técnicos Conjuntos						
03	Início do enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM, e dos oficias da Renamo nos postos de comando e direção e nos cargos de direcção/ gestão na PRM de acordo com o anexo A		Nota bene: O Enquadramento das 10 (dez) oficias oriundo da Renamo nos postos de comando e direção na Polícia da República de Mozambique vai ocorrer depois do entendimento referente a sua colocação na orgânica do Ministério do Interior				
04	Treino especializado dos elementos da Renamo a enquadrar nas unidades da PRM						
05	Início da Acomodação						
06	Início do processo de seleção dos efectivos a integrar na Polícia da República de Moçambique						
07	Registo dos efectivos e desativação das bases da Renamo						
08	Acomodação e recolha do armamento						
09	Triagem e desmobilização						
10	Entrega da lista dos desmobilizados para a sua reintegração						

10. Financiamento da implementação do Acordo

10.1. As acções de implementação do DDR são financiadas pelos fundos do Governo e através da cooperação com o Grupo de Contacto;

10.2. A Comissão de Assuntos Militares, com a assistência de especialistas em logística e finanças, vai elaborar o plano das necessidades financeiras e logísticas a ser submetido à instituição responsável pelo financiamento.

11. Declaração de Compromisso

As partes comprometem-se a:

11.1. Cumprir escrupulosamente, no espírito, na letra e com transparência, os consensos apresentados neste instrumento e obrigam-se a fazer tudo o que for necessário para a sua implementação integral;

11.2. Implementar o conteúdo deste instrumento no espírito de boa fé e guiados pelos supremos interesses nacionais;

11.3. Envidar, conjuntamente, esforços para a mobilização de recursos materiais e financeiros para a implementação, com êxito, do DDR;

11.4. A Renamo compromete-se a fornecer à Comissão de Assuntos Militares todas as informações relevantes sobre a organização, equipamento e posições do seu efectivo, sob o pressuposto de que essa informação será mantida em estrita confidencialidade e de uso exclusivo pelas equipes regionais de coordenação do DDR;

12. Casos Omissos

12.1. Todos os casos omissos neste instrumento serão dirimidos pela Comissão de Assuntos Militares, devendo recorrer aos Superiores para os casos de princípios.

Maputo, 6 de Agosto, 2018

.....

FILIPE JACINTO NYUSI

Presidente da Republica de Mozambique

Gorongosa, 3 de Agosto, 2018

.....

Ossufo Momade

Coordenador da Comissão Politica da Resistência Nacional Moçambicana - RENAMO

.....

Mirko Manzoni

Embaixador da Suíça em Moçambique

Presidente do Grupo de Contacto

Testemunho

Anexo A

Quadro de Enquadramento de oficiais oriundos da RENAMO nas FADM.

No	Unidade Orgânica	
		Chefe/Comandante
I. DEPARTAMENTOS DO ESTADO MAIOR GENERAL		
1	Departamento de Operações	**Renamo**

2	Departamento de Educação Cívica e Patriótica	**Governo**
3	Departamento de Pessoal	**Governo**
4	Departamento de Informações Militares	**Renamo**
5	Departamento de Reconhecimento	**Governo**
6	Departamento de Comunicações	**Renamo**
7.	Departamento de Logística	**Governo**
8	Departamento de Finanças	**Governo**
9	Departamento de Saúde	**Governo**
II. RAMO DO EXÉRCITO		
12 Repartições do Ramo do Exército		
12.1	Repartição de Informações Militares	**Governo**
12.2	Repartição de Logística	**Governo**
12.3	Repartição de Pessoal	**Renamo**
12.4	Repartição das Comunicações	**Governo**
12.5	Repartição de Operações	**Governo**
12.6	Repartição de Finanças	**Governo**
12.7	Repartição de Saúde	**Renamo**
12.8	Repartição de Educação Cívica e Patriótica	**Renamo**
12.9	Repartição de Reconhecimento	**Governo**
12.10	Repartição de Artilharia Terrestre	**Governo**
12.11	Repartição de Artilharia Anti-Aérea	**Renamo**
12.12	Repartição de Engenharia e Defesa Química	**Governo**
13 Brigadas		
13.1	Brigada de Cuamba	**Governo**
13.2	Brigada de Tete	**Renamo**
13.3	Brigada de Chókwè	**Governo**
14 Batalhões Independentes		
14.1	Batalhão Independente de Pemba	**Renamo**
14.2	Batalhão Independente de Songo	**Governo**
14.3	Batalhão Independente de Quelimane	**Renamo**
14.4	Batalhão Independente de Chimoio	**Governo**

Termos de Referência Processo de Paz

Superiores

O Presidente da República e o Presidente da Renamo, mantêm a responsabilidade global pelo processo, proporcionando liderança e definindo metas.

Os Superiores devem seleccionar membros para cada grupo mencionado abaixo, garantindo que estes tenham representação igual de membros do Governo e da Renamo.

Os Superiores podem solicitar a assistência de peritos internacionais de reconhecido mérito e experiência relevante, indicados por consenso.

Comissão de Assuntos Militares (CAM)

A Comissão de Assuntos Militares foi criada pelo Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi e pelo Presidente da Renamo, Afonso Marceta Macacho Dhlakama (daqui em diante designados por os Superiores). A Comissão subordina-se aos Superiores das duas Partes.

Tem a responsabilidade geral de supervisão e monitoria da implementação do Enquadramento e DDR.

Grupo Técnico Conjunto de Enquadramento (GTCE)

Tem o mandato de assegurar o enquadramento nas FADM de oficiais oriundos da Renamo, observando estritamente o Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares acordado pelos Superiores.

Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR)

Tem o mandato de assegurar a implementação do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos elementos armados da Renamo, observando estritamente o Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares assinado pelos Superiores.

Grupo de Monitoria e Verificação (GMV)

Tem o mandato de assegurar a monitoria e verificação da implementação do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos elementos armados da Renamo e da cessação das hostilidades militares, observando estritamente o Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares acordado pelos Superiores.

Estruturas de Implementação do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo

I. Os signatários:

Os signatários, designadamente, Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Sua Excelência Ossufo Momade, Presidente da Renamo são responsáveis pela liderança política e fiscalização da implementação do Acordo.

II. Enviado Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas

O Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas e Embaixador da Suíça em Mozambique, Mirko Manzoni, tem a responsabilidade de facilitar o diálogo entre o Governo de Moçambique e a Renamo, bem como a implementação do Acordo.

III. Grupo de Contacto

1. O Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas, Mirko Manzoni, é o Presidente do Grupo de Contacto, previamente estabelecido.

2. Compete ao Grupo de Contacto:

a) encorajar as partes no diálogo a implementar, integralmente, o Acordo; e

b) assistir as partes na mobilização de recursos e apoios para a implementação bem-sucedida do Acordo.

IV. Secretariado

1. O Secretariado é uma unidade autónoma com a missão de prestar o apoio técnico e administrativo, auxiliando as Partes na implementação do Acordo.